

VOLUME 9

31/12/1861 a 05/01/1863

INÍCIO DO TEXTO DO DIÁRIO DE D. PEDRO II

31 de dezembro de 1861

Começo este trabalho só agora, porque a experiência dificilmente se aproveita, e dos anos que vivi há muitos sucessos, que apenas à memória própria devia confiar, mesmo para ela felizmente esquecê-los. Além disto a mocidade rouba muito tempo, ainda que este não me sobre para principiar amanhã um diário de minha vida, cuja parte que pertence ao público fica aliás registrada nos períodos e a particular é bastante monótona. Por isso muito resumido serei, esforçando-me contudo por não omitir o que parecer de importância. Tinha apontamentos dos anos passados; mas julguei acertado queimá-los ⁰⁰¹.

Pouco direi do indivíduo. Tenho espírito justiceiro, e entendo que o amor deve seguir estes graus de preferência: Deus, humanidade, pátria, família e indivíduo. Sou dotado de algum talento; mas o que sei devo-o sobretudo à minha aplicação, sendo o estudo, a leitura e a educação de minhas filhas, que amo extremosamente, meus principais divertimentos. Louvam minha liberdade; mas não sei por quê; com pouco me contento, e tenho oitocentos contos por ano.

Nasci para consagrar-me às letras e às ciências, e, a ocupar posição política, preferiria a de presidente da República ou ministro à de imperador. Se ao menos meu Pai imperasse ainda estaria eu há 11 anos com assento no Senado ⁰⁰² e teria viajado pelo mundo.

Jurei a Constituição; mas ainda que não a jurasse seria ela para mim uma segunda religião.

Procuro cumprir meus deveres de monarca constitucional, e regulo meu procedimento pelos princípios seguintes: Os atos do poder moderador não admitem responsabilidade legal; mas, carecendo às vezes de defesa, os ministros que entenderem não poder fazê-lo têm direito de retirar-se. Estes atos não têm referenda obrigada.

Sobre os atos do poder executivo tem o imperador, como chefe desse poder, inteira inspeção, podendo manifestar sempre a sua opinião com toda a liberdade de exigir dos ministros. Deve ter todo o escrúpulo em insistir em sua opinião para evitar os males da subserviência e desgostos da parte dos ministros. Cumpre ao monarca ser franco para com os ministros; mas fora das ocasiões em que se resolvam os negócios, deve ser o mais reservado possível, ouvindo contudo a todos, e procurando esclarecer por todos os modos convenientes o seu juízo. A respeito do conceito, que forme o monarca dos indivíduos, todo o escrúpulo é pouco, e deve lembrar-se sempre de que os ministros desculpam-se as mais vezes com a opinião dele, ou que lhe imputam, quando se acham empenhados interesses individuais.

Não sou de nenhum dos partidos para que todos apóiem nossas instituições; apenas os modero, como permitem as circunstâncias, julgando-os até indispensáveis para o regular andamento do sistema constitucional, quando, como verdadeiros partidos e não facções, respeitam o que é justo.

Não tenho tido, nem tenho validos, caprichando mesmo em evitar qualquer acusação a tal respeito, sobretudo quando a validas. Dizem que por esse nímio escrúpulo não poderei criar amigos; melhor, não os terei falsos quando os haja granjeado.

Não posso admitir favor diferente de justiça; pois que a não ser injustiça é ignorância de justiça; a balança da justiça não se pode conservar tão ouro-fio que não penda mais para um lado. Também entendo que despesa inútil é furto à Nação, e só o poder legislativo é competente para decidir dessa utilidade. A nossa principal necessidade política é a liberdade de eleição; sem esta e a de imprensa não há sistema constitucional na realidade, e o ministério que transgride ou consente na transgressão deste princípio é o maior inimigo do Estado e da monarquia. Minhas idéias a respeito das eleições e da imprensa do governo acham-se num papel que tem o presidente do Conselho.

Leio constantemente todos os periódicos da Corte e das províncias os que, pelos extratos que deles se fazem, me parecem mais interessantes. A tribuna e a imprensa são os melhores informantes do monarca.

Acho muito prejudicial ao serviço da Nação a mudança repetida de ministros; o que sempre procuro evitar, e menos se daria se as eleições fossem feitas como desejo; a opinião se firmaria, e o procedimento dos ministros se mais conforme seus deveres, reputando eu um dos nossos grandes males a falta geral de responsabilidade efetiva.

Sobre grande número das leis promulgadas, e de que se tem falado como necessárias, existe a minha opinião escrita em papéis, que tem o presidente do Conselho ⁰⁰³; mas sempre direi aqui que fui sempre partidário da eleição por círculos,

e me opus fortemente aos círculos de mais de um; que igual oposição fiz à lei relativa à nacionalidade dos filhos menores de estrangeiros, sendo aqueles nascidos no Brasil; que não aprovei a lei sobre o casamento dos católicos, mas a proposta do governo, e que entendo ser indispensável a dispensa do serviço ativo da Guarda Nacional. Menor centralização administrativa também é urgente, assim como melhor divisão das rendas geral, provincial e municipal, convindo vigorar este último elemento.

Nunca entendi a conciliação como a quiseram deturpar; a minha política sempre foi a da justiça em toda a latitude da palavra, isto é, da razão livre de paixões, tanto quanto os homens a podem alcançar.

Confesso que em 21 anos muito mais se poderia ter feito; mas sempre tive o prazer de ver os efeitos benéficos de 11 anos de paz interna devidos à boa índole dos brasileiros, e viveria inteiramente tranqüilo em minha consciência se meu coração já fosse um pouco mais velho do que eu; contudo respeito e estimo sinceramente minha mulher; cujas qualidades constitutivas do caráter individual são excelentes.

1 de janeiro de 1862 - Nada houve de notável além da cerimônia da colocação da 1ª pedra no baseamento da estátua de meu Pai. A estátua agradou-me muito, apesar de vista de perto. É colossal, e muito semelhante, segundo dizem os que conheceram meu Pai, ainda que, julgando pelos retratos, não me parece exato o perfil, e a ponta do nariz se me afigura chata demais. A posição a cavalo não pode ser mais natural.

Os artigos de fundo Mercantil e do Diário suscitaram-me as seguintes declarações: Sempre procuro que os negócios se resolvam pela maioria dos ministros, cujos votos desenvolvidos provoço, quando é preciso para sua maior clareza, e ainda há dias se venceu por maioria de 4 contra meu parecer e do Caxias, Sousa Ramos e Saião Lobato⁰⁰⁴ que não se criasse uma folha oficial, suprimida nas circunstâncias atuais qualquer outra despesa com a imprensa do governo.

O cepticismo ou indiferentismo nunca foi a minha política, e todas as medidas e providências, que tenho lembrado e lembro por escrito ou de viva voz, entre as quais sempre sobressaiu a reforma judiciária para a separação das atribuições judiciárias das policiais, e segurança da liberdade individual, provam a minha asserção, não me descuidando também de chamar a atenção do governo para quaisquer abusos que me constem.

Depois da guerra contra Rosas sempre fui partidário da abstenção do Brasil nos negócios do Prata, sem prejuízo da honra nacional e dos interesses brasileiros, e bem me opus à ocupação de Montevidéu pelas tropas do Brasil, ainda que houvesse pedido o governo oriental.

Protesto contra qualquer idéia de anexação de território estrangeiro ou sua mudança de sistema de governo como injusta, e altamente prejudicial ao Brasil.

Com efeito tem havido versatilidade de opinião nos ministros; mas as circunstâncias do país têm concorrido para isso, e os que não se amoldam a elas creio que não realizariam a política de moderação, que facilitou os benéficos efeitos da índole dos brasileiros, a que devemos tantos anos de paz interna. Esta doce experiência há de permitir a tão justamente desejada reorganização dos partidos, conforme os exige o nosso sistema político, que quer o progresso; mas seguro. Haja eleições, como elas devem ser, e portanto todas as suas conseqüências, e o Brasil terá certo o seu futuro e o monarca dias serenos.

Não sou partidário de pena capital, mas o estado de nossa sociedade ainda não a dispensa, e ela existe na lei; contudo, usando de uma das atribuições do poder moderador, comuto-a, sempre que há circunstâncias que o permitam, e, para melhor realização deste pensamento, é sempre ouvida a Seção de Justiça do Conselho de Estado sobre os recursos de graça, consultando ela nesse sentido. A idéia de consulta da Seção para esse fim foi minha.

2 de janeiro de 1862 - Nada houve de notável. Falarei ainda um pouco de minhas idéias administrativas. Entendo que o melhor emprego do dinheiro é o dos meios de comunicação. A colonização estrangeira e nacional é também de urgente necessidade, e o que penso sobre o melhor sistema de colonização acha-se escrito nos papéis, de que tenho falado. Muito tenho pugnado pela criação de agentes de colonização de paga certa.

Dói-me ver como são desaproveitados os bens das ordens religiosas, e aprovando as idéias contidas no relatório do Nabuco⁰⁰⁵, para que o valor de parte desses bens sirva para educação do clero secular, oponho-me à entrada de noviços e noviças, a fim de que as ordens vão se extinguindo. O Ato Adicional é grande embaraço para conveniente uniformidade do ensino público; porém muito devem fazer os presidentes. O ensino deve ser inteiramente secular, com a exceção do religioso; mas livre, ainda que sujeito à inspeção da autoridade. Seria útil a criação de uma universidade na Corte, conservando as escolas superiores das províncias.

Não sou contrário à instrução religiosa e missão de padres estrangeiros, sob a vigilante inspeção dos bispos e do governo, enquanto não se habilitam padres nacionais.

O instituto das irmãs de caridade é excelente em todos os ofícios próprios de seu nome; cumprindo coarctar a sua tendência a estender sua influência além desses limites. Deveria existir aqui uma direção independente da de Paris, como eu e José Clemente quisemos desde o princípio e este tinha esperanças de conseguir, segundo ele me disse quando para virem as irmãs de caridade, e assim têm elas procurado estender seu predomínio. Tenho seguido seus passos, e advertido os provedores da Misericórdia, sendo o Camilo Faro ⁰⁰⁶ quem mostrou energia.

A agricultura reclama toda a atenção dos poderes do Estado, carecendo principalmente de vias de comunicação. Alguns dos melhoramentos se podem generalizar na cultura das terras, e a criação de escolas práticas facilitando ao mesmo tempo aos fazendeiros em mais adequadas circunstâncias a aquisição de agricultores entendidos no emprego dos mais úteis processos, assim como dos instrumentos precisos, trará esse benéfico resultado. Há anos que se poderia ter feito isso; mas tudo marcha entre nós de modo desanimador, apesar de eu empregar todos esforços que posso na minha posição de monarca constitucional. Deste livro constará a data em que tiver lembrado o que me parecer útil ao país.

3 de janeiro de 1862 - Fui hoje à fábrica de armas na Conceição. A casa de armas ainda não tem livro de entrada e saída como oficina do Arsenal de Guerra. Há diversas máquinas trabalhando; mas as principais ainda não estão montadas apesar de chegadas há muitos meses e outras ainda se não lhes aplicou o motor que é uma máquina de vapor de força de 6 cavalos. Uma espingarda de espoleta faz-se em 3 dias e por 30\$000; uma pistola por 12\$500. Transforma-se uma espingarda de pederneira em fulminante por 4\$140, termo médio; mas se há acabamento como dizem, isto é, conserto, sobe a 6\$000. Há uma escola para os aprendizes freqüentada, durante 2 horas por dia, por 15 alunos. Escrevem mal, e apenas um reparte. A fortaleza está em ruínas e há peças cujo ferro se está estragando de todo. Existem 8 pretos no serviço, um escravo da nação e 7 africanos livres.

Nada mais houve digno de escrever.

Quero que também fique neste livro registrada minha opinião sobre a questão bancária. Entendo que houve abuso de crédito. Quando se tratou do projeto do Sales ⁰⁰⁷ em Conselho de Ministros, defendi os direitos do Banco do Brasil adquiridos por um contrato. Opus-me às emendas da Comissão do Senado ao projeto primitivo do Ferraz ⁰⁰⁸, apresentando até como razão de minha aquiescência ao projeto Sales, depois das observações a que já me referi sobre os direitos do Banco do Brasil, a dispensa em que este ficava no resgate das notas. A inteligência que o Paranhos ⁰⁰⁹ seguiu pareceu-me política, e conforma-se à minha opinião desde que se principiou a tratar de restrições ao crédito exagerado; mas não está de acordo nem com o espírito nem com a letra da lei; ainda que fosse defendida com muita habilidade.

4 de janeiro de 1862 - No despacho nada houve de notável. Antes dele recomendei ao Presidente do Conselho que, visto não ter passado a criação da folha oficial, me apresentasse conta circunstanciada do que se despendesse com a imprensa do governo.

5 de janeiro de 1862 - Cheguei hoje a Petrópolis às 10 horas da manhã. Na barca o Paranhos disse-me que pretendia propor a regularização dos créditos. Inclina-se à extinção dos créditos suplementares e extraordinários, e a que a passagem de uma verba para outra, assim como a distribuição do crédito votado no orçamento para cada verba, se faça por decreto. Falou-me na vantagem dos comandantes de navios de guerra serem nomeados por decreto. O Sousa Ramos além de reforma municipal trata da administrativa, que pediu ao Jequitinhonha ⁰¹⁰ para estudar, e da do Conselho de Estado a que não se inclina por ora como o Olinda ⁰¹¹, a quem ouviu.

Em Petrópolis choveu nos dias (o dia compreende o tempo em que está fora e à noite) 6, 9, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 de dezembro. O termômetro de Farenheit e o higrômetro indicaram o p^o no dia 1^o deste mês às 7^m 68 - 1^t - 72° - 5^t - 78 - e o segundo 96° - 95 - 94,5; a 2 - 70° - 72,5° - 74° = 97° - 97° - 95°; a 3 - 70° - 74,5° - 76° = 98° - 96° - 94°; a 4 - 72°,5 - 74° - 78° = 96° - 95° - 93°; a 5 - 72°,5 = 96°.

A 2 choveu, durante o dia até 5 da tarde, 23^{mm}, e a 3, durante o dia até 7h^m de 4,12^{mm}.

Pretendo distribuir assim o tempo. Acordar às 6, e até às 7 grego ou hebraico; passeio até 8 ou 8 ½, e desde então até 10 grego ou hebraico. 10h almoço. De meio-dia às 4 exceto 3^{as} e 5^{as} em que será até às 3, exame de negócios, ou estudo. Jantar, e às 5 ½ passeio. Das 9 às 11 escrita deste livro; depois dormir.

Assisto às lições do Sapucaí ⁰¹² de inglês e de alemão dadas a minhas filhas. Nas 2^{as} feiras lerei a elas Barros ⁰¹³ das 7 ½ às 8 da noite; 3^{as} Lusíadas, das 10 ½ às 11 da manhã; das 3 às 4 dar-lhes-ei lição de matemáticas, e latim com elas das 7 às 8 da noite; 4^{as}, latim com minhas filhas das 10 ½ às 11; 5^{as}, Lusíadas das 10 ½ às 11; explicarei a minhas filhas a física de Gannot das 3 às 4, e latim com elas das 7 ½ às 8 da noite e nas 6^{as} latim com minhas filhas das 10 ½ às 11, e Barros das 7 às 8 da noite. Domingos e dias santos leitura de Lucena ⁰¹⁴, durante uma hora, e meia hora de leitura do Jardim das raízes gregas à noite. O tempo que não tem emprego será ocupado com leitura, conversa ou recebimento de visitas. Nas 4^{as} à noite tenho ministro, e quando puder é que lerei Barros das 7 ½ às 8. A afluência de negócios ou visitas que não possam esperar é provável que transformem muitas vezes esta distribuição do tempo.

6 de janeiro de 1862 - Ontem de noite houve grande enchente. Subiu três palmos acima da parte da Rua do Imperador do lado da Renânia; acordou o Câmara [sic], e um homem caiu no canal devendo a vida a saber nadar e aos socorros que lhe prestaram. Conversei hoje com o engenheiro do distrito; pouco se fez do ano passado para cá. Os estragos que fez a enchente levaram 2 meses a reparar segundo me disse o engenheiro. Falei-lhe sobre a vantagem de introduzir na colônia a cultura da amoreira e criação do bicho-da-seda.

7 de janeiro de 1862 - Nada de notável. Escrevi ao Manuel Felizardo ⁰¹⁵ recomendando ainda mais uma vez que se trate de segurar o Morro do Castelo como propôs uma comissão de engenheiros de que faziam parte Law, Neate e Ginty.

Receio muito que haja alguma desgraça com esta chuva.

8 de janeiro de 1862 - Fui ao hospital esta manhã. A água na noite de 5 chegou à altura de 3 palmos no andar térreo. É mau local para hospital. Na noite de 5 choveu 161^{mm} de pluviômetro. Veio Manuel Felizardo para despacho. Nada houve de importante no despacho. Estão dadas todas as providências para evitar desastres provenientes de desabamentos do Morro do Castelo. O Manuel Felizardo parece mais inclinado ao arrasamento e não ter lido o parecer sobre a sustentação da parte do Morro do Castelo que, há tanto, ameaça cair.

09 de janeiro de 1862 - Nada de notável. Há um artigo do Diário sobre Itapura que me faz registrar aqui que me opus à nomeação do atual diretor, por cujo bom procedimento o ministro da Marinha ⁰¹⁶ disse que respondia. Também não me pareceu justa a não promoção do ex-diretor da colônia o 1º tenente da armada Antônio Mariano de Azevedo. Sinto que se façam tantas coisas feitas mal, mas eu sempre me oponho a elas.

10 de janeiro de 1862 - Nada, só muita tristeza ainda que seja preciso mostrar cara alegre. Muitas coisas me desgostam; mas não posso logo remediá-las e isso aflige-me profundamente. Se ao menos eu pudesse fazer constar geralmente como penso! Mas para quê, se tão poucos acreditariam nos embaraços que encontro para que eu faça o que julgo acertado! Há muita falta de zelo e o amor da pátria só é uma palavra para a maior parte! Ver onde está o bem, e não poder concorrer para ele senão lentamente, burlando-se muitas vezes os próprios esforços, é um verdadeiro tormento de Tântalo para o soberano que tem consciência; mas a resignação é indispensável para que a influência do soberano vá produzindo sem abalos, sempre maus, seus efeitos desinteressados do que não seja bem público, alvo necessário do monarca constitucional.

11 de janeiro de 1862 - Nada houve de notável. Um projeto de lei sobre apontamentos e acumulações de vencimentos está por discutir há mais de mês apesar de minhas recomendações. Aproxima-se o tempo dos relatórios e há diversos projetos de lei que discutir. Não sei como os ministros distribuem o tempo.

Constou-me hoje que meu cunhado, o ex-regente de Portugal ⁰¹⁷, não retribui como eu julgava a sincera amizade que lhe consagro há tantos anos. A carta que ele me escreveu, quando lhe morreram os dois filhos ⁰¹⁸, não pode ser mais de amigo exprimindo-se até deste modo – “Deus te conserve meu Pedro” – e por isso hei de examinar com todo o cuidado o fundamento de semelhante notícia. Contudo muito me aflige esta desconfiança e se converter em certeza que novo desengano da felicidade deste mundo! Ao menos fica-me o consolo de ser amigo como se pode ser de meu cunhado. A vida se vai assim desflorando e o que me vale é a paixão do estudo.

Esteve cá o Mauá ⁰¹⁹, que me disse que o Berro ⁰²⁰ tinha bastante força para manter a tranqüilidade no Estado Oriental, [ilégivel] os Colorados, dos quais grande parte estão contentes com a política do Berro, como lhe disse que o

estava o pai do Lamas, aliás emigrado no Rosário, se o Flores ⁰²¹ não for auxiliado por forças de Buenos Aires, o que será possível, embora Mitre ⁰²² dissesse ao Rosário a ele Mauá que não perturbaria o sossego do Estado Oriental; pois também prometera não acometer Urquiza e todavia as últimas notícias contradizem essa promessa. Disse-me que a província do Rio Grande ia prosperando, cumprindo cuidar de remover os embaraços da navegação interna. É partidário do porto artificial nas Torres, que se deve começar desde já, se há certeza de que a obra não importará em mais de 3 mil contos, ligando-se esse porto a Porto Alegre por meio de uma estrada de ferro, que não julga vantajosa entre aquela cidade e o porto de Santa Catarina, por causa da distância e natureza dos gêneros que há a transportar.

12 de janeiro de 1862 - Nada houve de notável. Recomendei ao superintendente Marques Lisboa ⁰²³ que estudasse a questão da introdução da cultura da amoreira e a criação do bicho-da-seda em Petrópolis.

13 de janeiro de 1862 - Nada de notável. Esteve cá o Bulhões ⁰²⁴ que me disse que a serra estaria toda macadamizada daqui a 40 dias, e a pedra que existe de meia serra para baixo não é de primeira, tendo deixado de empregar a da outra metade pela pressa da obra. Há três cilindros em atividade, e o Bulhões diz que dão bom resultado ainda que não igual ao que se alcança em declives mais doces. A macadamização de pior pedra assevera o Bulhões que está para anos. Vão estabelecer 16 conservadores com um cabo na serra. Escrevi algumas reflexões sobre o projeto de novo plano de estudos para o colégio de Pedro 2º; amanhã as copiarei neste livro.

14 de janeiro de 1862 - Nada. Quero ainda rever as reflexões antes de transcrevê-las neste livro.

15 de janeiro de 1862 - Vim a S. Cristóvão. Disse ao Caxias que se houvesse necessidade despacharia com algum ou aqueles que o quisessem esta tarde. Não veio nenhum, e contudo há tanto que fazer! É verdade que podem ter discutido em conferência os diversos projetos de lei entre mãos [sic] e os mais negócios; mas quando são apresentados em despacho ainda há às vezes tanto que examinar. Verei até principiar o trabalho dos relatórios o que se tem feito. É preciso pensar; mas também entre nós há pouca atividade. O lugar de ministro é de sacrifício; mas a glória se adquire a quem serviu com zelo!

16 de janeiro de 1862 - Escrevi ao ministro da justiça ⁰²⁵ sobre os negócios de São Paulo de que fala o Mercantil de hoje e constam duma carta do juiz de Direito Tavares Bastos, que seu filho ⁰²⁶ me confiou ontem ⁰²⁷. Recomendei que houvesse inteira justiça e zelo em fazê-la da parte do presidente da província ⁰²⁸.

O Jacobina ⁰²⁹ pretende organizar uma companhia, em que espera entrará a casa dos Rothschilds, para arrasar o Morro do Castelo. Disse-lhe que não concordava em tal idéia senão no caso de tal obra ser indispensável para segurança de parte dos habitantes da cidade, ou não haver companhia que só empreenda as obras precisas para impedir os desabamentos, sendo preciso considerar nesta segunda hipótese se não conviria mais empreender o estado as obras de segurança podendo assim alcançar que o maior capital necessário para arrasar o morro tenha emprego mais lucrativo para a Nação. Aconselhei-lhe também que se ocupasse de preferência dos melhoramentos agrícolas de que pode dar tão útil exemplo, a casa imperial; mas ele espera lucrar com a empresa e ainda mais com outras, em que, bem-sucedida a do arrasamento do Morro do Castelo, possa ele fazer entrar a casa Rothschild ⁰³⁰.

Esteve cá antes do jantar o Caxias. Conversamos sobre os negócios de São Paulo, tendo o filho do Tavares Bastos ido à casa dele. Não creê que o inspetor da tesouraria Hipólito Soares de Sousa tenha dito que as pancadas dadas no juiz de direito Costa Carvalho foram poucas, segundo li na carta do Tavares Bastos; mas não pode deixar de reprovar o procedimento do grupo conservador exaltado de São Paulo. Falou-me o Caxias a respeito dos artigos do Cévola; mas eu disse que à imprensa se respondia com a imprensa, porém que ele fizesse o que entendesse; pois que não vi que estivesse disposto a deixar de pedir à redação do Jornal do Comércio que cortasse certos trechos, que parecessem mais inconvenientes, dos artigos. Creio que faz mal, e Deus queira que não se lembrem de combater o Cévola por outro meio, que é o melhor para provocar novos Cévolas famintos ⁰³¹. Já se tem discutido em conferência o projeto da reforma da lei da Guarda Nacional.

De tarde veio o ministro da Justiça. Leu-me o aviso que pretende expedir ao presidente de São Paulo. Reparando eu em que os principais conservadores de aqui não tenham recomendado prudência a seus correligionários das províncias, respondeu-me que eles estavam arredios talvez porque não aprovaram a política seguida, e que até ficaram descontentes

por ter ele nomeado para juizes de direito de Santos e de Iguape e Espiridião de Barros Pimentel e Hugolino de Freitas e Albuquerque. Queixou-se-me de que as pessoas, a quem ele tão desinteressada e zelosamente defendera na imprensa, recusem-lhe agora igual serviço. É o Rocha ⁰³² que defende o ministério nos comunicados do Jornal por 400\$000 por mês e o Saião acrescentou que reconhecia que faltava ao Rocha a principal condição para defensor eficaz que é o bom conceito.

Cada vez mais acho precisa a folha oficial e depois que souber todas as despesas que se fazem com a defesa do ministério na imprensa hei de trabalhar novamente para que se efetive a criação da folha. O Saião contou-me que Eusébio ⁰³³ escrevera ao genro sobre a apuração das atas da eleição provincial do círculo da capital feita pela respectiva Câmara Municipal, e que ele respondera não ter tido a menor parte em tal ato; mas então perguntei eu por que os conservadores dignos desse nome não se separam do grupo dos exaltados de seu partido? Por causa das eleições, replica ele, e eis como em geral se entende a política entre nós, que vem a ser quase a arte de achar meios de coonestar injustiças e tudo o que abrange tal expressão.

Reflexões que pretendo entregar ao ministro do Império sobre o projeto de reforma de plano de estudos do Colégio de Pedro 2º:

A falta de zelo; a falta de sentimento do dever é nosso primeiro defeito moral. Força é contudo aceitar suas conseqüências procurando aliás destruir esse mal que nos vai tornando tão fracos. Por isso concordo em que se estuda demais no Colégio de Pedro 2º, e se fez o ensaio da divisão do curso em 2, segundo as idéias que então vogavam em França da bifurcação, como diziam, dos estudos secundários, para diminuir os anos do curso para os que não quisessem seguir as carreiras literárias, evitando assim que se reduzisse para os outros o número de matérias de estudos que se julgavam necessárias. Semelhante ensaio não serviu senão para perturbar a distribuição por anos do curso completo, e portanto, sou inteiramente de parecer que se volte à idéia da criação dos estudos do colégio.

Prescindindo do que as experiências dos reitores ⁰³⁴ possa opor com razão às tabelas do Calógeras ⁰³⁵ acho-as preferíveis às apresentadas por aqueles pelos seguintes motivos: as matemáticas elementares são indispensáveis a todas as classes que cursam o ensino secundário, e o começo desse estudo no 2º ano quando os meninos não têm esquecido os princípios de aritmética que aprenderam fora do colégio, estendendo-se até o 5º ano inclusive, parece-me bem distribuído. A cosmografia aprende-se, conforme o plano do Calógeras, no mesmo ano que a estereometria, tendo os alunos dado já a geometria plana quando os reitores propõem o estudo da cosmografia sem que tenha precedido a menor idéia de geometria. Enfim o ensino da História Antiga e da Idade Média efetua-se convenientemente. As horas de lição por dia são muito poucas nas tabelas dos reitores, mostrando o trabalho do Calógeras que seu plano reduz ainda as horas em relação aos planos de 1838, principalmente, de 1841 e de 1842. Não acho precisos 4 anos para estudo de francês, como lembra o inspetor-geral ⁰³⁶. As ciências naturais contrariamente à opinião do mesmo inspetor devem ser ensinadas por 2 professores. Não de expor apenas os princípios dessas ciências; mas devem fazê-lo com toda a exatidão e clareza, para o que é preciso saber essas matérias, e custará a achar no mesmo indivíduo os conhecimentos precisos para dar essas noções de física, química e de história natural; pois que são ramos das ciências naturais muito separados.

A vantagem de remunerar devidamente os professores sem aumento de despesa levou o governo a torná-los comuns ao internato e ao externato, perdendo assim a emulação entre os professores dos dois estabelecimentos e ficando o corpo ensinante com duas cabeças, como diz o Dr. Pacheco, isto é com dois reitores, o que é muito prejudicial.

O ensino de uma matéria por mais de um professor é pouco eficaz, e o atraso no latim explica-se pela diferença no modo de ensinar dos diversos professores dessa língua durante seu curso completo.

As reflexões sobre diversos artigos da reforma do regulamento eu as farei desde já vocalmente, aguardando o trabalho que o inspetor-geral julga necessário que seja apresentado pelos reitores para melhor manifestar minha opinião sobre todas as mudanças propostas ao que rege agora o colégio.

O número dos alunos em alguns anos cresce muito e o aumento do número dos professores em tal caso é indispensável. Esta medida reunida a uma rigorosa inspeção dos reitores sobre o ensino dos professores, promovendo com todo o zelo o cumprimento do dever da parte destes, é para mim a melhor reforma do plano de estudos, sabendo eu por experiência quanto varia o efeito do tempo de ensino em relação ao professor. Os do colégio têm habilitações, mas a maior parte não ensina com o necessário zelo. O inspetor-geral deve ter muito debaixo de suas vistas os dois estabelecimentos, e visitá-los amiúde para apreciar devidamente o modo por que lecionam geralmente os professores e se faz o estudo; sendo de grande utilidade o número preciso de repetidores. Os reitores são muito diligentes; mas nem sempre estarão de acordo sobre o que convenha ao ensino e além disto a intervenção do inspetor-geral dá-lhes muita força para coibir os abusos.

17 de janeiro de 1862 - Fui à exposição. Pensei que já estavam escolhidos os objetos que devem ir para Londres mas ainda não os aprontaram senão para estudo.

À tarde esteve cá o ministro do Império ⁰³⁷ com quem conversei longamente sobre diversos negócios de sua repartição. Ainda não estudou da reforma do regulamento do Colégio de Pedro 2º senão o plano de estudos. Entreguei-lhe as minhas reflexões com que ele parece não concordar inclinando-se mais às opiniões dos reitores e do inspetor-geral, mas ficou de conferenciar com eles e o Calógeras. Falamos de política geral e ele concorda comigo em que não há partidos que distingam pelas idéias cuidando o grupo exaltado dos liberais de angariarem prosélitos do que os conservadores [sic] cujas idéias quase que são as mesmas que as da maioria dos liberais. Propôs que o ex-secretário de Minas, Couto Magalhães ⁰³⁸ e o José Baltasar Abreu Cardoso Sodré como aptos para presidentes, mas os outros ministros objetaram o haverem pertencido ao lado liberal, e talvez assim alienem o Couto Magalhães que tenho na conta de moço distinto por sua inteligência. Sempre me pareceu esta política muito mesquinha; quando não se acoroçoem apostasias creio que é muito prejudicial à causa pública. O projeto de lei de aposentadorias e acumulações ainda não se discutiu, e o ministro do Império entende que certos lugares não são bem preenchidos por causa das acumulações, além de que entendo que cumpre fazer quando possível justiça ao merecimento de todos os que o tiverem.

18 de janeiro de 1862 - Concordo com o que o Mercantil diz a respeito da imprensa, e creio que faz justiça a meus sentimentos. No despacho não se tratou de negócios da maior importância. Opus-me à opinião da seção do Império que entende que à vista dos estatutos dos cursos jurídicos e escolas de medicina pode o governo mandar proceder a novo concurso quando os propostos não o forem em número de três: provém prevaleceu o parecer da seção sendo acordes comigo o Taques ⁰³⁹, e o Paranhos e Saião, que aliás o ministro do Império supunha, pelo que passou na conferência, a que não assistiu o Taques, que pensavam como ele. Tais fatos se repetem e mesmo em negócios de mais importância deixam suas opiniões indecisas, a não serem de sua respectiva repartição, quando não provoque eu uma declaração. O ministro da Justiça propôs a anulação de um decreto que nomeava juiz municipal fulano de tal Piauilino; porque depois de assinado o decreto – felizmente não se publicou – achou na secretaria as mais desfavoráveis informações a respeito desse bacharel. Quando o propus para juiz municipal eu disse que era bom informar-se, e o ministro no despacho seguinte trouxe o decreto. Lembrei a conveniência de indagar sempre na secretaria quais as notas que haja a respeito dos pretendentes a lugares de justiça. O Saião [tem] espírito justiceiro mas às vezes não se previne cabalmente dos que lhe prestam informações.

Propus José Joaquim de Lima e Silva ⁰⁴⁰ para coronel comandante do 1º batalhão de Guarda Nacional na Corte. O Caxias mostrou desaprovar a idéia e disse ao Saião que não contasse com ele para que seu irmão, a quem se consultara, aceite. O ministro dos Estrangeiros é quem dá mais para pagamento da imprensa. Tenho apontamentos do que despenderam os diversos ministérios desde o princípio desta administração até agora. Estranhei que o Correio da Tarde ⁰⁴¹ que recebe a maior parte dessa despesa escrevesse um artigo censurando o despacho do Aristides da Silveira Lobo para procurador fiscal das Alagoas; mas o Paranhos acudiu logo que era preciso não defender todos os atos do ministério e que era a opinião manifestada no referido artigo a do redator principal da folha, como se eu pudesse admitir tal independência de caráter, e que repliquei acrescentando que não gostava de fraudes nem mesmo pias. Isto indica que minhas idéias de justiça têm poucos sectários de tanta consciência como é preciso para que os negócios marchem como eu desejo; mas eu desanimo, apesar de tão longa experiência, e irei sempre pregando as doutrinas, que, no meu entender, só podem regenerar a atualidade que é às vezes certamente um martírio para quem vê de perto todas as suas chagas e a cura tão difícil.

De tarde veio à audiência o juiz municipal Silveira Martins ⁰⁴² queixar-se da nova substituição dos juizes de direito, a qual lhe tirará quase que todos os emolumentos anuais da vara municipal. Acusou o decreto de ilegal por isso que não faz mudança completa na ordem antiga de substituição, e falou mal do barão do Campo Grande ⁰⁴³, assim como explicou o ataque dirigido pela imprensa ao Monserrate ⁰⁴⁴, tão injustificável, por este o haver agredido anteriormente, chamando-o de atrabiliário, por ocasião da prisão do conselheiro Veiga, da qual também se defendeu, assim como do procedimento para com o advogado Cordeiro. Fala com muita vivacidade e bem, dotado de inteligência pouco comum e muito estudioso segundo me disse o Siqueira ⁰⁴⁵. Eu disse-lhe que me constava que ele é juiz cumpridor de seus deveres; mas que não devia ofender ninguém, e assim lhe falava por causa de seu merecimento, aconselhando-lhe que não largasse a carreira. Saiu um pouco desconcertado, e não sei que dirá ele pela imprensa quando se dê ocasião de falar desta minha audiência.

Não manifestei minha opinião sobre os atos incriminados ao Silveira Martins. É moço aproveitável; mas que, por ora ao menos, deve ser tratado em prudente distância; pois não conhece o suaviter in modo.

19 de janeiro de 1862 - Tornei a Petrópolis. Não saí por causa da triste nova de Portugal. Causou-me profunda impressão mas não penso que houvesse crime ⁰⁴⁶.

20 de janeiro de 1862 - De manhã esteve cá o ministro americano ⁰⁴⁷ que me disse que os Estados Unidos estavam prontos a declarar que reprovam o ato, aliás, praticado sem autorização, do comandante do S. Jacinto se a Inglaterra firmar o princípio da imunidade da bandeira neutra tal qual o têm querido os Estados Unidos fazer prevalecer. Não receia guerra e crê que a França mediará, tendo-lhe dito Luís Napoleão que se a França sofria com o bloqueio dos portos do sul dos Estados Unidos muito mais sofria a Inglaterra.

À tarde procurou-me o engenheiro Pralin queixando-se de Manuel Felizardo. Disse-me que as últimas informações lhe eram favoráveis. Que a medição fora malfeita porque seus ajudantes, durante doença dele deram rumos como corridos em maior extensão do que a real. Eu disse-lhe que se havia trato [sic] proximamente de seu negócio e que eu informara Manuel Felizardo do que ele fizera durante a minha viagem, e o ministro declarara ignorar como verdadeiramente feito até então, e que assim pensava eu que sua pretensão tomar a melhor aspecto não atribuindo eu o procedimento do ministro senão a desfavoráveis informações que recebera.

No folhetim do Dr. Homem de Melo ⁰⁴⁸ a respeito da nova comédia. De ladrão a barão leio uma acusação às comutações em dinheiro. Quando as tenho feito só atendo às circunstâncias do delito. Se as informações me tem obrigado a ser injusto a culpa não tem sido minha. O mesmo princípio sigo quando às qualidades dos indivíduos nas graças por donativos e ainda ultimamente se inutilizaram porque depois de assinados tive más informações a respeito dos já despachados e o ministro concordou comigo. Haja rigor da parte do ministro e não vejo motivo para reprovar as graças feitas a quem dá para fins de utilidade pública parte de seu cabedal fruto de trabalho, que deve ter sido honesto.

21 de Janeiro de 1862 - Nada que mereça menção a não vir [sic] nos jornais que não costumo ler de noite ordinariamente guardando-os para a manhã seguinte.

22 de janeiro de 1862- Dei despacho ao ministro da Marinha. Este propôs-me da parte do ministério o Tamandaré para meu ajudante de campo. Observei que haveria aumento de despesa com a nomeação; porém que o dispêndio que se fizesse em remuneração de tão bons serviços como os do Tamandaré também é economia. Trouxe-me o diário e mapa, segundo as indicações de Mauri adotadas pela conferência marítima de Bruxelas, apresentados pelo comandante do vapor Beberibe chegado à 1 hora da madrugada de hoje. Do mapa consta de maior interesse que a 15' da ilha de S. Vicente não se achou fundo a 1.500 braças. Sondaram depois achando fundo a 1862 br. veio a válvula cheia de barro visguento, arenoso e calcário. Em grande distância das ilhas Brava e do Fogo correu a sonda 2400 braças; parece que chegou ao fundo; mas, tendo se recolhido 2000 braças arrebitou a linha. Depois em outra paragem a sonda parece que tocou o fundo com 2500 br.; e deixaram-no correr mais 200 br. antes de suspender. O prumo não se soltou, e trouxe lama muito mole e visguenta. Continuando a derrota correu de novo a sonda 3300 br. O prumo não se soltou e trouxe lama amarelada muito mole e muito visguenta por entre as telhas até mais de 2/3 de seu comprimento, o que prova que o prumo, não encontrando resistência, enterrou-se pelo fundo, não se soltando. Supõe ter encontrado o fundo em 2600 br. Prosseguindo na derrota correu a sonda 3200 braças; mas partiu-se a linha ao suspender. Supõe que o prumo chegou ao fundo, e sem dúvida enterrou-se nele, não resistindo a linha pela terceira vez ao esforço de arrancar o prumo. Restaram apenas 2900 braças de linha, e por isso resolveu não sondar mais senão perto do Penedo de S. Pedro, e daí até Fernando de Noronha, onde talvez o fundo fosse mais duro. Quanto ao banco de Hannah marcado nos mapas com o sinal de duvidoso, não se tendo achado fundo com 200 br., o Beberibe não deu por ele, apesar de passar entre os dois pontos, que indicam nos mapas a posição do banco. Perto do penedo de S. Pedro, tendo largado 2000 br. de linha, ao suspendê-la acharam-na arrebitada perto da marca de 1800 br., perdendo 1700 e tantas braças de linha. Restando só 1100 braças de linha guardou-se para sondar perto de Fernando de Noronha, para o que se fez a bordo uma haste do sistema das sondas de Brooke. Na distância de 10' da ilha de Fernando de Noronha sondaram com 1100 br. de linha, e suspendendo, não havia sinal no prumo de haver chegado ao fundo. A 5' ainda não acharam fundo. Sondaram outra vez; mas o prumo soltou-se ao suspender, e, repetindo com outro prumo, destacou-se logo a cair.

Numa carta feita a lápis veio junto à ilha de S. Vicente 1868 br.; junto ao banco de coral de Hannah Dzbro 25 [sic] 2600 br. fundo lama visguenta. Suponho ter prumado nessa profundidade Dzbro 26 2500 br. [sic] lama mais visguenta; chegando ao banco indicado, me parece ter prumado em 2800 br. a linha partiu-se ao suspender perdendo-se quase 2900 br. junto ao penedo de S. Pedro – penedo ao NO 40 distante 1' fundo 221 br. rocha; penedo ao NE 1 milha distante fundo 622 br. rocha. Janeiro 5 de 1862, 2000 br. arriadas a linha partiu-se. Perto de Fernando de Noronha Jan. 8; 1100 br. arriadas não tocou o fundo 10' distante Pico 51° SO; Jan. 10, 1100 br. não tocou o fundo. Pico 14 milhas distante por 70° NE. Cabo de S. Roque. Jan. 12, 1100 br. não sondou (creio que é não tocou o fundo) 24' da costa a correnteza não permitiu descer a linha a pique.

23 de Janeiro de 1862 - Nada de importante. Esteve cá o Uruguai que prometeu mandar-me o que já tem impresso de sua obra ⁰⁴⁹.

Recebi a notícia de haver morrido de apoplexia o Brás Belens ⁰⁵⁰. Mais uma pessoa de meu antigo conhecimento morta. Ainda esta manhã conversava passeando com o Siqueira sobre o desaparego ao mundo que deve vir com a idade. Quantas ilusões não tenho eu já perdido!

24 de Janeiro de 1862 - Nada de importante. O Uruguai mandou-me o que há de impresso da sua obra.

25 de Janeiro de 1862 - Cheguei e tendo almoçado fui à exposição. Parece-me que a escolha dos objetos para Londres foi bem feita. A coleção do Pechol ⁰⁵¹ é muito curiosa sobretudo quanto a novos princípios essências extraídos de frutos e túberas brasileiros.

Houve despacho. O Sousa Ramos entregou-me o projeto de reforma municipal e o decreto da do plano de estudos do Colégio de Pedro 2°. Recomendei ao ministro da Agricultura que juntamente com o presidente da província ⁰⁵² cuidasse seriamente da indústria do bicho da seda. Disse-me que tencionava visitar o estabelecimento seropédico. Falei na exposição a respeito da necessidade de por algum homem inteligente e ativo à testa do estabelecimento seropédico lembrando-me de Mauá. Há muitos anos que me interesso por tal indústria; mas ainda não encontrei quem me auxiliasse com igual boa vontade.

Apareceu em despacho uma consulta digna de nota da seção do Império. Confessa ela que aconselhara contra lei a aprovação dos estatutos da Companhia de Limpeza de Rodes porque não lera com atenção um dos artigos! E assim são muitas outras coisas entre nós. É preciso chamar gente moça para substituir a que já deu o que podia dar. O ministro da Justiça referiu-me que o juiz municipal Firmo Dias ⁰⁵³ disse que fora eu que impusera ao ministro o decreto de substituição, quando eu deixara ao ministro toda a liberdade para obrar como entendesse. Se não há intriga o Firmo ainda não tem muito propósito. Logo à noite continuarei se houver mais alguma coisa digna de menção.

O conde de Iguaçú disse-me esta tarde que o visconde de Barbacena ⁰⁵⁴ estava muito agoniado com a não remessa da seda para Londres, dando a entender que me atribuía a decisão do júri. Com efeito disse ao Abrantes e adiante de outros [sic] uma das vezes que visitei a exposição que era melhor que não fosse; mas decerto a minha opinião não formou a de 24. O Cardoso ⁰⁵⁵ perguntando-lhe eu há tempos se mudava [sic] seda para a exposição de bem me lembro respondeu havemos de ter casulos. Pensava que houvesse bichos para formá-los; mas da polémica da imprensa fica provado que desfiaram casulos antigos, e eu que tanto me tenho empenhado pelo estabelecimento seropédico certamente não podia deixar de impedir que julgassem que eu anuía a que se aparentasse prosperidade onde não tinha havido senão desleixo. Creio que a decisão do júri há de ser útil à indústria sérica.

O conde também falou-me na aposentadoria do Drummond ⁰⁵⁶ e eu respondi que apoiaria a pretensão como justa quando se apresentasse em despacho mesmo sem requerimento do Drummond a quem podia escrever eu, bem longe de ser indecoroso, reputava natural que ele requeresse a sua aposentadoria. Também me leu uma carta do St. Amaro ⁰⁵⁷ em que ele queixa-se do Taques não ter consentido que ele usasse da grã-cruz de S. Januário por haver-lhe a concedido o ex-rei de Nápoles já em Roma, ainda que antes do reconhecimento do rei da Itália. Aconselhei-o que procurasse o ministro, a quem podia dizer que me tinha falado, ainda que eu nada pudesse fazer em contrário ao ato do ministro; pois que lhe deixara a resolução desse negócio depois de consultados os precedentes de outras nações.

Vejo o Belo. Falei-lhe na Seropédica ⁰⁵⁸ que precisava de uma administração zelosa. Informou-me de que o adiantamento ao João Caetano ⁰⁵⁹ tinha sido ordenado pela Assembléia Provincial, e que mandara ouvir o inspetor da Tesouraria sobre o pedido do adiantamento. Pretende ausentar-se breve, e indo talvez mesmo por água até Itaguaí,

conforme o estado dos caminhos, para ver o estabelecimento seropédico. Achou o hospital de Petrópolis, como eu também penso, muito mal situado, e pretende comprar a casa que edificava o Porciúncula perto do hospital antigo. Objetei-lhe a proximidade da montanha em que está o hospital velho, que também seria preciso para o número de doentes, e que era melhor alugar por ora outra casa e cuidar de aumentar a soma que já se acha destinada para o novo hospital com ela comprar alguma casa conveniente como a do Lamas ⁰⁶⁰ por exemplo; lembrei também a do colégio antigamente do Calógeras. O presidente da Câmara Municipal ⁰⁶¹ está encarregado de agenciar uma subscrição para o hospital.

Como tenho tempo vou transcrever os apontamentos dos diversos ministros a respeito de despesas com a imprensa ministerial.

Guerra – De 2 de março até fins de dezembro de 1861 – com o Correio da Tarde 1:600\$000 – Publicações nas folhas da Corte – total 1:786\$900. Marinha – Anais Marítimos – 800\$000 – Correio da Tarde 1:600\$000 total – 2:400\$000. De março a fim de dezembro de 1861 – Justiça – Correio da Tarde 3:333\$000 – Gratificação ao Rocha 100\$000 1:200\$000 por ano. Correspondência ao Jornal do Comércio pode-se orçar termo médio 7:200\$000. Dantes tinha Paula Brito pela Marmota 200\$000 por mês ⁰⁶², e o Rocha 400\$000 – Império – Nada se tem despendido no meu tempo; estou porém intimado para dar em abril 1:600\$000 que não sei de que verba poderá sair – Agricultura – 1861 Aviso de 10 de junho mandando entregar ao diretor geral da Secretaria de Estrangeiros ⁰⁶³ por despesas na Europa – 1:800\$000 – 13 de julho dito para auxiliar a publicação do Courrier du Brésil – 2:400\$000 – 4 de novembro dito para dar ao destino que lhe (o diretor geral da Secretaria de Estrangeiros) que lhe foi designado – 1:800\$000 – total 6:000\$000. Há uma nota por letra do ministro dizendo que as quantias de 1:800\$000 foram para o Correio da Tarde – Estrangeiros – Desde março do ano passado até 14 de janeiro – Ao Rocha (300 a 400\$000 por mês) 2:900\$000.

A Manuel José de Araújo de março a maio 5:000\$000 – de junho a agosto 1:600\$000 – de setembro a novembro 1:800\$000 – de dezembro 1861 fevereiro de 1862 1:600\$000 – total 10:000\$000.

Minha opinião a respeito de semelhantes despesas é bem sabida dos ministros e eu já disse neste livro.

26 de Janeiro de 1862 - Nada de importante. Cheguei aqui (Petrópolis) às 9h ³/₄.

27 de Janeiro de 1862 - Comecei a ler a obra do Uruguai. É muito importante, e o que ele diz do abuso que se tem feito da política é o que penso exatamente. Não acho próprios de tal escrito as citações de versos. Já li o roteiro do Beberibe; mas emprestei-o como o diário ao Lamare ⁰⁶⁴ e depois de ouvir depois de amanhã a opinião dele completarei os meus apontamentos da viagem do Beberibe.

O Pedreira ⁰⁶⁵ e o Sapucaí estão examinando o projeto de montepio para o exército. Aquele já mandou parecer favorável sobre a pretensão dos colonos de D. Francisca ⁰⁶⁶ de estabelecerem na colônia criação do bicho de seda indígena.

28 de Janeiro de 1862 - Nada de importante. Fui de manhã ao cemitério. O caminho não está mau. O local é muito próprio, e há por onde estender-se o cemitério, feitas algumas obras.

29 de Janeiro de 1862 - Conversei com o Lamare a respeito do roteiro do Beberibe. Concordei comigo em que o Alvim ⁰⁶⁷ deverá ter trazido mais linha de sonda, lembrando que um dos sondaram o oceano que levava consigo 140.000 braças de linha quando o Alvim só tinha 5.000. Também confiava em o prumo se soltasse ao tocar o fundo do mar e isto não sucedeu sendo causa de arrebentar-se a linha. O Lamare observou que a sondagem se faz em escaler muito melhor mas logo refletiu que não seria possível empregar a máquina de suspender linha que no Beberibe era movida pelo vapor das caldeiras.

Do roteiro consta o seguinte de mais interessante. No dia 24 julga o Alvim que não esteve longe dum cidadão. É uma torrente circular cujos efeitos são mais violentos na proximidade dum foco de calma de extensão variável. O diâmetro do ciclão varia de 4 até centenas de milhas. Aparece regularmente em certos lugares e épocas do ano com pequena diferença, entre 10° e 20° Norte e 50° O.G. e os meses de agosto e outubro. Pelo lugar, mês, afogamento da atmosfera por 15 minutos e mar de grande vagalhão é que Alvim supôs estar perto desse fenômeno. O navio que acha no centro do ciclão fica em calma entregue aos vagalhões que se elevam muito pela diminuição da pressão atmosférica. Às 8 da noite de 7 de setembro estava nas imediações do Gulf-Stream. Com os ventos de E estreita-se a corrente do Gulf-Stream até segundo ouvi o Lamare poder um navio não estar todo nele, e aproxima-se da costa, e com os ventos de O sucede o contrário. A

temperatura da água nesta corrente é maior do que a do ar e chega a diferença a ser de 30°, e pelo menos de 5°. O dia 8 parece ter sido gasto também em atravessar o Gulf-Stream.

Dando parte do que fez nos Estados Unidos diz que o comandante do Artico em 1856 e depois o do Ciclops em 1857 não usaram dos prumos de Brook, e por isso trouxe os outros de forma cônica e com indicador das profundidades, o qual quase sempre não indicou exatamente o espaço percorrido pelo prumo. Nenhuma das pessoas com quem pode entender-se Alvim tinha sondado o oceano. Informando-se a respeito de vigias existentes entre as ilhas do Cabo Verde, rochedo de S. Pedro, e Fernando de Noronha soube de Mr. Gillin que a última vigia descoberta já se achava marcada nas cartas de 1861 com o nome de Sea-despense, e que sondagens nesses lugares só havia as feitas pelo Dolphin em 1852. Na carta de 1861 que Alvim tinha a bordo estava marcada essa vigia e nas imediações dos lugares por onde devia sondar encontravam-se 5 marcas de sonda, duas sem achar fundo, e 3 mais próximas do rochedo de S. Pedro [*sic*], duas com fundo de 1080 e uma de 2100 braças. Falou dum novo sistema de peças de que já usa a marinha dos Estados Unidos em que a menor quantidade de metal do canhão é compensada por aros de ferro. Na noite de 24 de outubro presenciou uma majestosa aurora boreal que principiou às 7h e 30 min atingiu seu ponto maior de brilho às 11h e 45 min e desfez-se às 12h e 30 min. Nos dias 1 e 2 de novembro houve uma grande tempestade de NE cujo aparecimento liga ao da aurora boreal. No dia 12 de novembro entrou no Gulf-Stream chegando a temperatura d'água a 75° Fahrenheit 20° mais que a do ar. No dia 17 apareceram borboletas a bordo e que sem dúvida foram trazidas pelo vento das Bermudas na distância de cento e tantas léguas. A 19 às 19 da noite começaram a aparecer exalações no ar e uma foi tamanha que pareceu aerólito ⁰⁶⁸ desfazendo-se com um estalo.

Falando da sondagem de 21 de dezembro atribui o erro do indicador a ter-se fechado o mordente (parece que a hélice do indicador de Maney) durante a descida do prumo pelo peso daquele ou pela pressão d'água. No dia 24 para não danificar a linha arranjou-a em aduchas, ou novelos e de modo a correr a linha solta suspendendo-a por meio duma volta no eixo do carretel servindo de guincho. No dia 27 não se encontrou o banco que segundo as instruções deveria existir em 10° 5' N e 27° 35' O.G. Na sondagem do dia 26 atribui o erro do indicador ao meio porque procurou evitar a suposta causa do primeiro erro mencionado. A prisão do mordente do indicador, a qual se deveria soltar com o prumo quando este tocasse o fundo não sucedendo isto fez com que as hélices, ao suspender do prumo, desandasse até que a prisão do mordente se rompesse. No dia 24 de janeiro desembarcou no rochedo de S. Pedro. Compõem-se cinco pedras todas escabrosas, duas grandes e quase unidas formando uma pequena bacia, e três pequenas separadas das outras 10 a 20 braças. Há mais outras; porém muito pequenas e cuja separação das já mencionadas mal se distingue. O seu maior comprimento terá pouco mais de quarto da ilha. Não há água nem vegetação, o aspecto é feio e o mar bate nas pedras furiosamente. Os três pontos mais culminantes onde não chega a água estão cobertos de excrementos de pássaros de cor branca amarelada. O ponto mais elevado tem 60 a 70 pés de altura. Dentro da bacia único lugar abordável quando não soprem ventos de Oeste há muito peixe e abundância de aves aquáticas, tendo o Alvim encontrado numa pedra submergida só uma vegetação marinha. Tendo perdido os prumos na sondagem arranjou a bordo prumos do sistema de Brook com que sondou. O tempo que levou a sondareza a correr não pode servir para reconhecer quando o prumo tinha tocado o fundo do modo que penso, assim como ouvi ao Lamare igualmente que nestas grandes sondagens uma diferença de até 200 braças é muito provável. No dia 16 às 3 da tarde formou-se uma tromba partindo dum nimbo grosso 8° acima do horizonte. Levou 4 min a formar-se e desfazer-se.

Li hoje uma nota do Webb a respeito da entrada do Sunter no Maranhão com expressões bem azedas. Esta questão torna-se grave; mas creio que o procedimento do presidente foi regular e a posição que assumiu o governo brasileiro acha-se bem justificada pelo que li numas brochuras de Pecquete [*sic*] e de Hauteffeuille [*sic*], vendo num artigo do Jornal dos Debates que Monroe considerou em 1817 a América Central, que tratava de sua independência, como beligerante, assim como Taylor declarava ao Congresso que receberia os enviados que lhe mandassem os húngaros então rebeldes; pois que tinham um governo constituído, e eram portanto beligerantes ⁰⁶⁹.

Veio o Taques. Nada de importante houve em despacho além da proposta do Borges ⁰⁷⁰ que está no Paraguai para Montevideú ficando o Antônio José Lisboa vencendo como enviado extraordinário até achar-se-lhe emprego. O secretário de Londres iria para o Paraguai, e o Barbosa de Montevideú para secretário em Londres dizendo-me o Ministro que o Andrada que está adido em Londres pelos seus serviços deveria ter o despacho da secretaria em Londres se não fosse a necessidade de contentar o Barbosa que tem servido bem em Montevideú, ainda que o ministro julgue que prejudica ao serviço da interinidade do lugar de Montevideú ⁰⁷¹. Não disse a minha opinião para pensar. O ministro mostrou-me uma circular do T. Ottoni pedindo assinaturas para o Diário em que diz que a imprensa é a única liberdade que resta ao

brasileiro sendo o chefe do Estado onipotente e não se praticando cruzezas porque a época as não toleraria. Fui de opinião que se desse publicidade à circular para eu ver como é recebida, e poder ser combatida.

30 de Janeiro de 1862 - Acabei de ler o que tinha da obra do Uruguai. Há uma nota a respeito do Patronage executive em Inglaterra em que ele entende que as injustiças feitas ao merecimento individual são um mal irremediável do sistema que nos rege porque só assim é que se podem formar partidos lamentando que no Brasil os partidos, aliás, quase todos mortos na atualidade, segundo ele diz, não se perdoem reciprocamente essas injustiças, e o patronage executive não pertença unicamente ao ministro diretor da política exercendo-o todos os ministros que sendo muitas vezes pessoas novas carecem de criar clientela. Não posso aceitar essa pretendida necessidade do sistema, e duvido de que na Inglaterra o patronage executive tenha dado lugar aos males do nosso patronato. Estas reflexões do Uruguai parecem-me destruir o que de tão verdadeiro dissera ele antes dos efeitos da política entre nós. Hei de conversar com o Uruguai a respeito desta questão como sobre outros pontos de sua obra.

31 de Janeiro de 1862 - Li uma comunicação do 1º Tenente da Armada Henrique Antônio Batista datada de 8 de dezembro de 1861 de Liège em que lembra a conveniência de transformar as nossas peças de 30 em canhões raiados franceses reforçando-os pelo sistema de que fala o Alvim no seu roteiro. Daí todas as notícias precisas e mostra a vantagem que há nos canhões raiados franceses em que a bala, deixando algum vento, permite quando oca levar espoleta e não é necessário que seja de percussão, corrigindo-se a incerteza do tiro por meio duma alteração numa das espirais do canhão que obriga a bala a ocupar a linha do eixo do canhão. As saliências da bala que entram nas espirais do canhão são de zinco e não se deformam com o uso de modo a impedir o ajuste da bala. A Rússia, Holanda, Portugal, Piemonte, Suíça, Grécia e Dinamarca adotaram este canhão.

Já examinei uma vez os projetos de reforma municipal e da Guarda Nacional. Careço de estudá-los mais, e depois de serem discutidos em Conselho registrarei aqui as principais opiniões que se manifestarem.

1 de fevereiro de 1862 - Houve Conselho de Estado às 10 sobre o qual o procedimento que deve ter o governo para com a Câmara Municipal de S. Paulo quanto a apuração da eleição provincial. A seção do Império é de parecer que se deve proceder a nova apuração com a ata autêntica do Colégio de Itu. Abrantes concorda com o parecer. Albuquerque entende que só a Assembléia Provincial compete apreciar o procedimento da Câmara Municipal. Maranguape votou com Albuquerque. Abaeté concorda com o parecer, e entrando na questão secundária da não aglomeração de votos a nomes trocados diverge da seção entendendo que se devem reunir os votos quando recaiam em nomes, embora trocados, evidentemente dos mesmos individuos como na hipótese os votos dados ao Dr. Antônio Carlos. Além disto lembrou que convinha examinar se os votos já não vinham aglomerados dos colégios. Sapucaí diz que a seção seguiu as decisões do governo e que não vieram os votos aglomerados dos colégios. Que considera a ordem do governo para nova apuração como solução de dúvida ex-vi do artigo 120 da lei das eleições. Jequitinhonha adota o parecer. Uruguai id. Alvim id. Eusébio pensa como o Albuquerque e lembra o aviso de 31 de dezembro de 1861, que declara que a apuração de certa Câmara Municipal, embora ilegal, não pode ser renovada, e outro aviso para S. Paulo sustentando a mesma doutrina da onipotência das câmaras municipais em ato de apuração que só pode ser alterada pelas assembléias. Contudo mostrou-se vacilante alegando pouco tempo para estudar a questão. Pimenta Bueno sustenta o parecer da seção dizendo que o governo mandando apurar a ata depois da autenticada não fez mais do que examinar a lei, e que o aviso de 31 de dezembro trata da hipótese diversa que não é como a atual de falta duma formalidade. Figura como a seção em seu parecer a hipótese de muitas atas não autenticadas que uma Câmara Municipal não apure dando assim maioria a quem não tenha. Albuquerque com muito calor insiste em sua opinião, responde Sapucaí, explica-se Eusébio, e Pimenta Bueno combatendo o argumento do Eusébio de que a ata autenticada depois do ato da eleição interrompia a comunidade que a lei em tais atos; diz que esta foi lançada imediatamente no livro competente e que só faltou autenticar a cópia dela. O Abrantes disse-me em particular que se soubesse do aviso de 31 de dezembro votaria como o Albuquerque ⁰⁷².

Depois houve despacho, e nele manifestei-me porém não definitivamente favorável ao parecer agora do Conselho de Estado. Entendo que o governo não faz mais senão dar à lei de eleições sua verdadeira inteligência. O Sousa Ramos disse que se lembrava dum aviso também sobre consulta da seção como o de 31 de dezembro declarando que as câmaras municipais exercem atribuição política quando apuram e portanto só quem julga dos poderes dos eleitos pode entrar na apreciação desse ato das câmaras.

Assinei o decreto da reforma do plano de estudos do Colégio de Pedro 2°. Tinha feito entre as novas reflexões sobre essa reforma uma a respeito de ser o professor de história antiga também da moderna, e o da de idade média. A romana, em que insisti por último depois do ministro não ter concordado com as outras por sobrecarregarem professores com 5 horas de aula por dia; mais ainda essa não foi aceita por não atender a mais justa distribuição de trabalhos pelos dois professores além de que o da história da idade média lecionava história romana, quando não é natural que a pessoa que tenha gosto pela história moderna a tenha, e portanto, leciona bem, pela antiga, e eu assinei o decreto ainda que não me agrade essa reforma completamente ⁰⁷³. As observações que o Pedreira fez sobre esse trabalho por pedido meu creio que não agradaram ao ministro, que me entregou uma resposta sua às minhas reflexões e outra do Calógeras às do Pedreira.

O ministro da Justiça deu-me uma nota de que consta que o Josino ⁰⁷⁴ pagou de 2 de março de 1861 até 31 de janeiro deste ano à imprensa 4:150\$000, e o chefe de polícia ⁰⁷⁵ 6:068\$560 dos quais 600\$000 a Regional – do Muniz Freire ⁰⁷⁶. Notando as publicações do Jornal do Comércio a respeito da circular do Ottoni, e da posição neutral do governo na questão tornei a fazer sentir necessidade duma folha oficial mais sob as vistas em que não apareceriam naturalmente tais artigos sobretudo o relativo à questão dos Estados Unidos; pois que o outro só é inexato sobre a anistia de Ottoni, e inconvenientemente nalgumas expressões e insistência na não escolha para senador ⁰⁷⁷.

2 de fevereiro de 1862 - Nada de novo. Cheguei à Petrópolis antes das 10.

3 de fevereiro de 1862 - O Barreto do Mercantil ⁰⁷⁸ mandou-me os Jornais do Comércio de Lisboa que trouxe o pacote inglês, e não os li ontem de noite por ser tarde quando os recebi. O engenheiro Rangel ⁰⁷⁹ trouxe-me o seu relatório do ano passado. O dr. Bonifácio de Abreu ⁰⁸⁰ deu-me para ler as alterações propostas por diversos professores da Escola de Medicina aos seus estatutos.

4 de fevereiro de 1862 - Nada de importante. Ouvi missa por minha mana Amélia que tanto sinto não haver conhecido e era tão minha amiga ⁰⁸¹.

Ontem antes de dormir li officios que chegaram da Europa. Há um do Carvalho Moreira ⁰⁸² de 7 de janeiro que dá os melhores argumentos possíveis para responder ao ministro dos Estados Unidos na questão do Sunter.

5 de fevereiro de 1862 - Dei despacho ao Paranhos. Contou-me este que o Drummond negociante ⁰⁸³ dissera que havendo uma conciliação tácita não podia aprovar a circular do Ottoni. Otaviano ⁰⁸⁴ também a reprova. Estranhei o artigo do Correio da Tarde a respeito do deputado Tavares ⁰⁸⁵ que embora fortemente provocado assacou ao ministro da Marinha o vício da bebedeira. Fiz sentir a necessidade duma folha oficial e que se não pagasse senão a quem escrevesse como o governo quisesse.

Mandei ao Taques uma nota a respeito da residência do conde d'Áquila em Petrópolis. Digo que eu e a Imperatriz sempre temos escrito para a Europa a fim do conde de Áquila voltar ou aceitar o dote, aconselhando-lhe a imperatriz este último partido em cujo caso perde a dotação e os filhos os alimentos assim como reverte o patrimônio à Nação. Lembro a nota que antes de ratificado o tratado de casamento ressalvou, em vista do artigo 2º, que pudesse haver de inconstitucional, que cessaram as circunstâncias durante as quais se podia prolongar indefinidamente a licença além da última que foi de 6 meses; enfim manifesto o desejo de que o ministério resolva esta questão de modo a ficar bem claro o procedimento que temos tido eu e a imperatriz. Observei ao Paranhos que não havia necessidade de se nomear o Gustavo de Macedo para amanuense da comissão em Londres, e conversando sobre os projetos de lei que se prepararam disse que não podia concordar com o desarmamento da Guarda nacional e isenção de qualquer revista dela aprovando contudo a idéia capital da reforma da lei da Guarda Nacional projetada pelo Saião.

6 de fevereiro de 1862 - Nada de importante.

7 de fevereiro de 1862 - Nada de importante. O artigo do Mercantil é injusto para comigo pois não sou de nenhum partido. Minhas idéias devem ser bem conhecidas de tantos que tem sido ministros. Conversei com o Dr. Abreu a respeito do papel que me tinha dado.

8 de fevereiro de 1862 - Dei despacho e audiência em S. Cristóvão. Não houve de notável senão o ministro do Império querer demorar a resolução da consulta a respeito da eleição municipal da freguesia de Sta. Efigênia em S. Paulo porque a hora já era tarde – era pouco mais de uma hora – ao que respondi que eu vinha a S. Cristóvão para despachar os negócios. Ainda não se principiaram a discutir os projetos de lei em despacho. O ministro do Império propôs a nomeação de vice-presidentes para diversas províncias. Creio que não se livrou inteiramente da influência de partido ainda que não quis propor a mudança do padre Pinto de Mendonça ⁰⁸⁶ de 1º vice-presidente do Ceará, como queria o Saião alegando que o Pinto Mendonça tinha sido candidato à senatoria e por isso o chefe de polícia ⁰⁸⁷ governaria a província com mais imparcialidade como 1º vice-presidente quando se tiver retirado o presidente que foi demitido ⁰⁸⁸. Chamei a atenção do ministério para o estado melindroso da província do Rio Grande do Sul e o ministro da Justiça ficou de propor um bom juiz municipal para S. Borja. O Caxias disse que recebera protestos de moderação de parte do Portinho ⁰⁸⁹ e sua gente, mas que não respondia por ela e receava muito que se atesse a guerra civil se não houvesse toda a energia da parte das autoridades.

9 de fevereiro de 1862 - Nada de importante. Cheguei a Petrópolis antes das 10. Li com atenção a correspondência entre o Ferraz e Nicolau Tolentino ⁰⁹⁰. O meu juízo sem ter ouvido a nenhum dos dois é que o procedimento do Tolentino como juiz foi honesto mas permitiu ao advogado do aprensor e a este atos menos regulares, mas que respondeu *ab'irato* não tendo o Ferraz senão que intentar-lhe processo de injúria.

10 de fevereiro de 1862 - Fui ver o edificio da Câmara Municipal. Tinha avisado o presidente da Câmara que aí se achava bem como o procurador ⁰⁹¹. A casa não é má; porém conviria em lugar de pagar aluguel de um conto comprá-la. Vi o balancete de 1860, e os outros papéis tinha os fechado o secretário ⁰⁹² que foi ao Rio com licença. A renda de 1860 foi de 8 contos e tanto e a do passado 7 e tanto. Não se gasta muito com vencimentos, e não me souberam bem explicar em que se gastara a renda de 1861 para que passara de 1860 um saldo de conto e tanto. Estão acabando de fazer as posturas para apresentá-las este ano à Assemblêia Provincial; regem-se pelas da Estrela. O presidente queixou-se da despesa de custas. O matadouro tem sua verba; mas acha-se em mau estado. Falei nos cavaleiros que andam a galope pelas ruas. Há muitos desejos de mudar o cemitério para defronte da casa do Bernardes. O lugar é bom; mas o atual parece mais próprio e pode se estender pelas grotas ainda que a maior destas disseram ser muito pedregosa e úmida.

Já percorri os jornais; o Ferraz intenta processo de injúria ao Nicolau Tolentino.

11 de fevereiro de 1862 - Nada de importante. Há um artigo no Diário a que já tenho respondido em tudo o que tenho dito no meu modo de proceder, e desejaria poder perguntar aos que de ambos os partidos tem servido de ministros se procuro impor a minha opinião ou apenas expressado com a convicção de quem obra conscientemente. Vejo que muitos tem cedido por fraqueza; mas que culpa eu tenho nisto, e mesmo, para evitar isso, não me esforço eu cada vez mais por lhes deixar toda a liberdade, sem contudo abandonar minha suprema inspeção como chefe do Poder Executivo, e sujeitar-me ao papel de mero ocupador dum lugar, como não pode ser o rei constitucional, como bem diz Guizot nas suas memórias? Talvez eu me engane; mas sou constitucional de cabeça e coração; não sou orgulhoso, e intento corrigir-me. Dói-me a injustiça de que julgo ser vítima e espero que o tempo fará aparecer a verdade.

12 de fevereiro de 1862 - Veio para o despacho o Saião. Propôs para o lugar de José Caetano dos Santos ⁰⁹³ que deve ir para Taubaté porque o Gonzaga pretende deixar a carreira de magistratura por ora ao filho de Eusébio ⁰⁹⁴, alegando que este serviria bem o lugar do José Caetano inteiramente. Observei que me constava que o proposto era de constituição fraca e não se recomendava como o irmão Manuel por sua inteligência; contei-lhe o que sucedera quando o Eusébio filho tinha sido proposto para o lugar que deixara o Cunha filho do Sapucaí ⁰⁹⁵, tendo eu declarado que se o ministro insistisse na proposta nada mais diria sobre essa nomeação, e, como o Saião replicou que o proposto podia bem servir o lugar por sua aplicação ao estudo, achando-se agora de saúde robusta, nada mais refleti dizendo apenas que desejava muito que ele desempenhasse o cargo pois o conhecia desde menino como dotado de boas qualidades, e tinha em preço a inteligência e serviços do pai. O Saião disse-me que o José Caetano dos Santos aceitava o despacho para Taubaté.

Conversamos sobre a polémica entre o Ferraz e Nicolau Tolentino que declarara ter perdido a cabeça quando escrevera não consultando por isso o Paranhos de quem é amigo, e o Saião concordou com a minha opinião sobre o procedimento de ambos, reprovando ter o Ferraz tomado a defesa, e do modo porque a tem feito, de Romaguerra ⁰⁹⁶, e a violência de

linguagem do Tolentino. Contou-me que abriu uma subscrição entre os negociantes para dar-se uma comenda de brilhantes ao Tolentino e que o Ferraz pretendia a princípio fazer seu testamento carregando um revólver para matar o Tolentino e depois a si; quantas misérias! É verdade como li no Diário de hoje, que o Ministério assentou em não conceder a demissão pedida pelo Tolentino. Lembrei que convinha pensar sobre o procedimento do governo na previsão da condenação do Tolentino pelo tribunal. Tratando dos artigos do Mercantil e Diário de ontem ouvi ao Saião que a doutrina citada pelo Mercantil nunca fora defendida por ele, nem pelo Eusébio no 3 de Maio ⁰⁹⁷; antes reprovava o partido tal proceder, e que o escritor da maior parte dos trechos citados já morreu, não sendo as citações todas lealmente feitas.

Mostrou reacar tibieza da parte da maioria da Câmara e disse que é preciso atender mais à política fazendo concessões para reacender o zelo, o que não está de acordo com o que disse na mesma ocasião a respeito da política da justiça. Foi proposto o Ângelo Tomás do Amaral ⁰⁹⁸ para presidente do Ceará, e eu observei que tinha o inconveniente de ser deputado, não tendo replicado o Saião. Leu-me este um artigo que desejava anexar ao seu projeto de reforma judiciária declarando os editores das folhas responsáveis pelos artigos não assinados por seus autores que neles se imprimissem. Atalhei-o logo dizendo que era muito impolítica tal medida nas circunstâncias atuais e que eu entendia que os males da imprensa tinham seu melhor remédio na própria imprensa. Pareceu-me desistir da idéia. Não me deixou o projeto para eu lê-lo.

Os ministros ainda discutem o projeto da reforma da Guarda Nacional. Eu disse que não concordava com o desarmamento da Guarda Nacional, e sua completa desmilitarização; o que seria muito impolítico. Quando se discutir em despacho o projeto referirei o que se expender.

13 de fevereiro de 1862 - Nada de importante. Fui esta manhã com o presidente da Câmara Municipal até o cemitério, e reconheceu-se que sem muita despesa com africanos livres da colônia se poderia obter bastante espaço para enterramento dos cadáveres.

14 de fevereiro de 1862 - Nada.

15 de fevereiro de 1862 - Vim a S. Cristóvão. Antes do despacho conversei largamente com o Caxias. Falei-lhe sobre o meu procedimento para com os ministros e ele confessou que às vezes eles recebiam contrariar-me ainda que depois se queixassem de minha oposição. Ele conhece-me e faz-me justiça tendo dito aos colegas que a minha opinião deve ser muitas vezes tomada como simples voto, e eu acrescentei dum oitavo ministro. Falamos do Ottoni (Teófilo) e o Caxias disse-me que julgava que eu devera ter ido ao Mucuri e escolhido o Ottoni senador na segunda proposta. Eu expliquei-lhe que não soube do empenho que o Ottoni tinha na minha visita ao Mucuri senão depois de minha volta ao Rio, e que se eu lá fora e se realizasse depois a compra da colônia pelo governo talvez ele ainda mais me julgasse seu inimigo quando eu não lhe tenho a menor antipatia e só o reputo muito injusto para comigo. Quanto à escolha de senador disse que sendo o Manuel Teixeira de Sousa ⁰⁹⁹ candidato natural, por diversas vezes proposto, e sempre homem de idéias de ordem e bom servidor do Estado julgara menos justa a preferência do Ottoni, mas que talvez assim mesmo escolhera a este como fora minha primeira intenção para provar-lhe como sentia a seu respeito se Almeida Pereira ¹⁰⁰ a quem consultara sobre a escolha me não dissera que seria mal aceita do ministério e aconselhara para não fazê-la.

O Caxias mostrou-me uma carta anônima do Rio Grande do Sul em que se pinta muito melindroso o estado dessa província e pediu-me para alcançar o Saião a remoção do irmão ¹⁰¹ para outra província no que aliás parecia ter ele assentado quando o Caxias se lembrou de tirar também o Belo do Rio Grande. Não quer que o Saião saiba que ele me falou nisto para manter a harmonia que tem reinado sempre entre os ministros. Tornei-lhe a falar da necessidade em que ele conveio sempre duma folha oficial.

No despacho apenas houve de notável a exposição do ministro da Fazenda a respeito do sucesso entre Ferraz e Nicolau Tolentino manifestando eu a minha opinião e o Saião disse que não estava certo de que José Caetano dos Santos, a quem pretende consultar, aceitaria o juizado de Taubaté, e que mesmo que aceite demorará a nomeação por estar ele julgando o processo da injúria do Ferraz contra Nicolau Tolentino.

Na conversa com o Caxias falei-lhe também do que tem havido por ocasião da proposta do filho do Eusébio para lugares de magistratura na Corte, e da tendência que via no Saião para deixar a política de justiça às direitas como ele diz pela de favores, e portanto de injustiças na maior parte dos casos, a fim de criar apoios. O Caxias protestou sua moderação e que não deixara provocar o partido em oposição. Ainda não está pronto para ser apresentado em despacho nenhum dos projetos de lei. O Saião entregou-me o de reforma de algumas disposições da lei de 3 de dezembro para eu o

ir examinando. Entreguei um requerimento de José Gonçalves da Silva e disse que me parecia de justiça e reparação do esbulho que ele sofrera por ocasião da diligência que se fizera em Cabo Frio para repressão do tráfico. O ministro da Fazenda parece concordar comigo, e o da Marinha disse que julgara no Conselho Naval muito baixa a avaliação dos bens de José Gonçalves da Silva que foram recolhidos ao Arsenal da Marinha. Creio que o ministério decidirá que só há lugar a pleito judiciário contra a fazenda pública.

O ministério entendeu que o presidente de Pernambuco ¹⁰² tinha obrado mal em adiar a Assembléia Provincial, e assim lhe respondeu quando há 3 semanas escrevera ao Taques comunicando esta sua intenção pelo motivo de evitar a oposição que pretendiam fazer-lhe pois que devia estar aqui em maio para a sessão. Agora comunica que não tendo tido tempo de receber a resposta do ministério adiar a Assembléia mesmo porque a presença da cólera-morbo não lhe dava tempo para preparar relatório. Eu disse que convinha examinar o procedimento do presidente de Pernambuco em relação aos motivos que alegara para esse ato que praticou sem guardar a decisão do ministério e que este me proporia o que julgasse acertado, que me parece nada será pois o ministro do Império disse que achava aceitável a última razão dada para o ato.

Nada de importante. Cheguei a Petrópolis perto das 10.

17 de fevereiro de 1862 - Nada de importante. Recebi jornais portugueses vindo pelo paquete francês que mandou o Barreto do Mercantil.

18 de fevereiro de 1862 - Nada de importante. Estive com o Dr. Caetano da Silva ¹⁰³. Ocupa-se de questões históricas americanas – sobre o descobrimento deste continente.

19 de fevereiro de 1862 - Veio o Sousa Ramos para despacho. Restitui os papéis a respeito das obras de segurança ou arrasamento do morro do Castelo. Sou de opinião de que se os gastos do tesouro para o arrasamento feito por uma companhia não excederem muito os que demandarem as obras de segurança deve preferir-se o arrasamento ainda que sinta que não se possa empregar capital tão avultado mais lucrativamente para a Nação. No caso de resolver-se o arrasamento deve abrir-se concurso para esta empresa sob condições bem claras.

Também entreguei os pareceres da maioria da comissão e do Dr. Macedo ¹⁰⁴ que divergiu daquela a respeito da reforma do Teatro Nacional. Entendo que a época não é própria para empregar as 24 loterias na construção dum teatro dramático, além de talvez se poderem reunir o teatro dramático e o lírico no mesmo edifício que tanto aformoseará a capital do Império e para o qual já se votaram 100 loterias. O conservatório não se deve compor somente de 5 membros, e não haveria inconveniente em que apreciasse todas as composições dramáticas sob o ponto de vista literário contanto que este só influísse para impedir a representação dos teatros subvencionados. Convém regular o direito dos teatros as peças que lhe forem oferecidas para representá-las *[sic]*. Lembrei o inconveniente de existirem dois conservatórios dramáticos o particular e o do governo ainda não houvera sido possível transformar a Sociedade Auxiliadora de Indústria Nacional no Instituto de Agricultura. Entreguei a proposta de Sebastião Ferreira Soares para a estática *[sic]* do Império dizendo apenas que a matéria é digna de atenção.

O ministro leu-me um officio confidencial ao presidente de Pernambuco reprovando o adiantamento por todos os motivos alegados. O ministro julga que o presidente soube da opinião do ministério antes do ato do adiantamento; mas contrariamente à minha opinião, que hoje manifestei ao Sousa Ramos por ter todas as informações sobre este negócio, o ministério apenas entende que se deve insinuar ao presidente que peça a sua demissão quando eu entendo que cumpria demiti-lo em sinal de reprovação do ato. O dia da convocação da Assembléia quando o presidente ainda se deveria achar na província, parece que influi sobre a resolução do governo. O ministro propôs-me para presidente do Ceará, por não ter aceitado esse cargo o Ângelo Tomás do Amaral, o filho do José Bento presidente de Minas ¹⁰⁵, e eu objetei o procedimento do proposto quando presidia o Rio Grande do Norte durante as eleições e o Sousa Ramos disse que oferecera a mesma consideração em conselho.

Conversamos sobre política, e o Sousa Ramos disse-me que nunca falara em política com o Teófilo Ottoni, que ele julga ter caráter perverso por caluniar os outros. Até me pareceu não concordar comigo quando eu disse que Ottoni tinha inteligência muito acima do comum. Procurou defender o partido conservador da linguagem do periódico 3 de maio sobre a intervenção da coroa; mas não replicou ao que lembrei que correria sobre ditos iguais do Eusébio e Itaboraí ¹⁰⁶, que aliás não me ofendiam por eu conhecer como é o coração humano e sobretudo dos políticos, e acrescentou que Ottoni se isolava por causa de seu caráter imperioso, não podendo a idéia da onipotência da coroa fazer mal algum, ao que retorqui ser

natural que alguns, vendo essa acusação feita à coroa por ambos os partidos mais ou menos, e o estado pouco próspero do país na atualidade, atribuísem a falta de prosperidade da nação à intervenção da coroa. O Sousa Ramos objetou que pelo contrário poderiam pensar que menos próspero seria o país sem a intervenção da coroa, entendendo ele ministro, que o mal tem provindo dos ministros, que no ministério visam quase que exclusivamente a criar prosélitos. Não concordei com essa opinião, e, por ocasião do Sousa Ramos censurar com razão ao marquês de Olinda o ter dito que a política de conciliação viera do alto, conversamos sobre esta política, repetindo eu que minha conciliação sempre fora justiça sem provocar a ninguém, e que, se admita que a execução dessa política produzira transações de consciência, também as idéias dos partidos estavam muito pouco discriminadas e os nomes é que quase somente diferenciavam os partidos. Declarei que sempre entendi que não podiam ser escolhidos para lugares de confiança políticos senão pessoas, que além de dignas de ocupar os lugares, esposassem conscienciosamente as idéias predominantes do governo, atendendo-se unicamente ao merecimento respectivo nas outras escolhas.

Disse-me que ainda não se discutiu nenhum dos projetos de lei em conferência, e que o Paranhos ainda não apresentara seu parecer a respeito da reforma da Guarda Nacional. Manifestei minha opinião sobre os pontos capitais dessa reforma.

20 de fevereiro de 1862 - Li um ofício do Carvalho Moreira de 23 de janeiro que muito me mortificou. Diz que não há lugar para os produtos brasileiros na exposição de Londres porque não se pediu. Dos papéis que ontem recebi consta que foi mandado ao encarregado dos negócios interino da Inglaterra um ofício do presidente da comissão da exposição, o qual não veio entre os papéis, dizendo do qual o espaço preciso para os produtos brasileiros; mas o Carvalho não tem cópia desta correspondência e não vejo que se pedisse aos comissários de Londres espaço para os produtos brasileiros, como se devera ter feito conforme as decisões da comissão de Londres e uma nota do encarregado de negócios interino da Inglaterra. Já escrevi ao ministro da Agricultura, pedindo o ofício que não veio, e fazendo todas as considerações que me sugeriu a leitura dos papéis, parecendo-me que a comissão da exposição deverá ter guiado o governo em tal conjuntura e o ministro da Agricultura ao seu colega dos Estrangeiros.

21 de fevereiro de 1862 - Nada.

22 de fevereiro de 1862 - Antes do Conselho de Estado recebi uma carta do ministro da Agricultura mandando-me ofício que tinha pedido da comissão da exposição. Orça apenas o espaço que talvez seja preciso para os produtos brasileiros em Londres, e promete informação exata. Foi este o ofício que se mandou ao Baillie, e portanto não houve pedido positivo dum certo espaço na exposição em Londres, para os produtos brasileiros. O ministro dirige agora ao Carvalho Moreira um aviso referindo tudo o que sucedeu.

Tratou-se no Conselho de Estado do parecer da seção do Império sobre uma disposição do regimento interno da Assembléa Provincial das Alagoas exigindo do presidente ¹⁰⁷ uma lista dos deputados provinciais segundo os votos dos eleitores aprovados pela Câmara dos Deputados depois da apuração das câmaras municipais a fim de não admitir os que receberam diplomas em virtude da eleição de eleitores declarados nulos pela Câmara dos Deputados no tempo referido; há portanto duas turmas com diplomas. A maioria da seção entende que a Assembléa Provincial procedeu bem; mas o marquês de Olinda julga que o negócio deve ser sujeito à Assembléa Geral, e que o presidente não deve cumprir o ato da Assembléa. Abrantes, Albuquerque, Abaeté, Uruguai, Alvim adotaram primeiro o voto separado; mas depois, com exceção de Alvim, entenderam que o governo devia mandar proceder a nova apuração visto não poder deixar de se cumprir a decisão da Câmara dos Deputados. Jequitinhonha, Sapucaí e Pimenta Bueno adotaram o parecer da maioria da seção; mas tornando a falar o Pimenta Bueno concordou com a nova apuração e Jequitinhonha reprova a nova apuração e diz que o caso de S. Paulo não é o mesmo. Maranguape entendeu que a Assembléa Provincial procedeu bem; mas que talvez a forma fosse menos crucial. Não vi os papéis antes; mas inclino-me à opinião que por último abraçou a maioria do Conselho, parecendo-me contudo que, havendo duas turmas com diplomas, é preciso examinar a legalidade de quem os concedeu. O Abrantes disse que tinha vindo estudar a questão do Conselho, e na verdade tiveram pouco tempo; mas suficiente, se não houvesse bastante preguiça; para examinarem o parecer da seção.

Em despacho decidiu-se ordenar à Câmara Municipal de S. Paulo que proceda a nova apuração dos deputados provinciais, tendo Saião e Taques divergido da opinião da maioria dos ministros por entenderem que não houve infração

da lei no proceder da câmara, e portanto não ser o caso o mesmo que o das Alagoas ao que respondi que se neste caso havia a decisão da Câmara dos Deputados no outro havia a lei de 1846.

Resolveu-se que se insinuasse aos presidentes de Minas e Rio de Janeiro que nomeassem cada um seu árbitro para decidirem a questão do imposto sobre o café entre as duas províncias sendo o árbitro da 1ª o Abaeté e o da 2ª o Itaboraí. Lembrou-se Francisco Diogo de Vasconcelos para ser árbitro por parte de Minas e parecia-me melhor por ser mais mineiro que o Abaeté, mas o Sousa Ramos prefere o Abaeté ¹⁰⁸.

O Manuel Felizardo disse que Clark escrevera que haveria lugar para os produtos brasileiros.

Lembrei que seria injusto e impolítico deixar sem emprego ao Dr. Joaquim Caetano da Silva depois da obra importante sobre a questão Oiapoc, obra que aliás nenhum dos ministros parece ter lido por inteiro ¹⁰⁹.

Entreguei ao Manuel Felizardo os papéis sobre propostas para telégrafos elétricos inclinando-se ao parecer da maioria da seção do Império e aconselhando que se consultasse o diretor dos telégrafos ¹¹⁰.

O ministro dos Estrangeiros leu uma confidencial ao Marques Lisboa ¹¹¹ que irá por este paquete francês provocando o conde de Áquila a tomar uma decisão a respeito de sua residência na Europa.

Li no Diário Mercantil do Porto de 25 de janeiro que escreveram para lá que eu fora à exposição onde me demorava não poucas horas, no dia seguinte ao do recebimento da notícia da morte de meu sobrinho e afilhado Pedro 5º e o que mais é ao teatro lírico! Hei de explicar a meu cunhado ¹¹² o meu procedimento.

23 de fevereiro de 1862 - Cheguei a Petrópolis antes das 10. Conversei com o Sousa Franco ¹¹³. Queixou-se do chefe da polícia do Pará ¹¹⁴, e disse-me que seus amigos preferem presidentes que não sejam liberais para que pelo desejo de ostentarem imparcialidade, como sucedeu ao Carrão ¹¹⁵, não forneçam *[sic]* de mais os do partido conservador. Tratando de política disse que uma boa lei eleitoral era a verdadeira necessidade política, no que eu concordei lembrando a conveniência de que cada um apresentasse suas idéias a tal respeito, e que se não fosse reformada a lei dos círculos ele não teria feito oposição aberta ao ministério Ferraz. Acrescentou que não havendo esperanças para o partido liberal este deixaria de sê-lo tornando-se em um grupo exagerado aliás não poderia por ora perturbar o sossego público que todos querem, no que eu convim mesmo pelas explicações que se davam a algumas manifestações menos refletidas. Disse-me que não soubera da circular do Ottoni senão depois de publicada aqui e que declarara a seus amigos que tais idéias inconstitucionais eram só do Ottoni. Reconhece que as pessoas mais influentes descuidam a imprensa, o que também explica pela falta de esperança o que me fez observar que nunca perdendo o homem a esperança podia se julgar que só lhes restava a esperança do que pudesse resultar de meios ilegais. Referiu-se que o Saldanha Marinho ¹¹⁶ lhe dissera ter dado importância à circular por esta considerar os serviços prestados pelo Diário do Rio. A respeito da modificação da lei dos círculos disse-lhe que ele bem sabia que sempre combati essa reforma e a respeito da falta de esperança aconselhei a prudência e que procurassem os liberais fazer prevalecer suas idéias pois que sendo estas justas e empregados sempre meios legais, eles tarde ou cedo vencem. O Sousa Franco parece estar no caso de quem procura colher frutos de árvores que outros sacodem; assim não lhe caía alguma fruta na cabeça! Mostrou-se animado com o estado financeiro e não espera que se trate novamente nas Câmaras a questão bancária por estar morta.

24 de fevereiro de 1862 - Nada.

25 de fevereiro de 1862 - Recebi a notícia de explosão de 110 libras de mistão na fábrica de pólvora; voou a oficina. Ficou um dos trabalhadores carbonizado e 3 feridos. Não se sabe a causa do sinistro.

Esteve comigo Nicolau Tolentino. Disse-lhe francamente como pensava a respeito de seu procedimento podendo ao menos ter retirado a carta da tipografia do jornal pois que seu desforço devia ser chamar a juízo a Ferraz por calúnia e rematei que por uma pessoa praticar uma ação má não perdia o conceito. Contou-me como sucedera o caso do lançamento do autor, declarando que o pedido do lançamento partiu todo de seu advogado e que se não desistia do favor da lei é porque confiava tudo do advogado ao que respondi que o cliente devia vigiar sempre para que sua causa não fosse comprometida. Creio que dá tudo em triste água suja.

26 de fevereiro de 1862 - Tornou cá Nicolau Tolentino. Trouxe-me a exposição que fizera ao seu advogado. Disse-lhe que tendo lido no Jornal do Comércio 2 artigos sobre a questão do lançamento da autoria do Ferraz eu ainda não formei opinião segura sobre este incidente. Tolentino pediu-me licença para informar-me de tudo o que ocorrer neste negócio.

Veio o Caxias. Nada se passou de importante no despacho. Recomendei a discussão dos projetos de lei que estão entre mãos pois que em abril não há tempo senão para cuidar dos relatórios que convém se apresentem na realidade até 15 de maio.

Já estava recolhido quando vieram dizer-me que achava aí o Duarte de Azevedo ex-presidente do Ceará. Conversei largamente com ele. Disse-me que o partido conservador tinha mais de 2 terços da província por si e que a família do visconde de Icó não abusava de sua influência ¹¹⁷.

Informou-me de que a estrada do Buturité já é transitada por carros de bois e está inteiramente concluída a metade que são 7 ½ léguas, sendo o maior declive de 10% que há tenção de reduzir a 7. Esta obra com que se tem gastado 80 contos, e a do porto são para ele as mais importantes da província. Os principais gêneros de produção são café, algodão, cuja semente tem criado bolor, açúcar e outros. Fez um contrato com o Dr. Francisco José de Matos fazendeiro de Queixeramobim [sic], sogro do chefe de polícia para o estabelecimento duma fazenda modelo, recebendo 10 contos anuais durante 3 anos. Há 4 camelos dos quais 1 casal vindo da Algéria; estão gordos agora sendo quem está encarregado de sua criação de inteira confiança; todavia o Duarte de Azevedo não pensa que servirão melhor que os cavalos do Ceará, se aclimarem apesar de beberem demasiada água que lhes faz mal. Não lhes consta que os árabes deixassem instruções para tratamento dos camelos. A cidade de Fortaleza está quase toda bem calçada tendo-se gasto nesta obra 200 contos, que segundo minha opinião, seriam muito melhor empregados numa estrada. O edifício que se faz para a Alfândega é acachapado e tendo pedido consignação para este ano financeiro não lhe foi dada. O quartel é o melhor edifício nacional da cidade de Fortaleza. Acompanhou ao Duarte de Azevedo o que foi despachado secretário para o Piauí José Liberato Barroso. É filho do Ceará e moço de capacidade querendo antes de ir para o Piauí concorrer a um lugar de substituto no Curso Jurídico de Olinda.

27 de fevereiro de 1862 - Tive uma larga conversa com o Uruguai sobre o primeiro livro de sua obra sobre o direito administrativo. Pedi-lhe diversas explicações e concordando com quase todas as idéias dele, apenas divergi sobre estes pontos principais: o patronato executivo da Inglaterra que ele parece não admitir somente como um fato cujas causas cumpre procurar remover cada vez mais; a defesa do procedimento do conselheiro de estado membro do corpo legislativo que para fazer oposição ao governo combate medidas que aliás aprovara como conselheiro quando essas medidas não forem das propriamente chamadas de confiança, e então eu disse que não compreendia a nossa oposição que só procura entorpecer a marcha do governo pelos abusos deste que tem provindo na maior parte do patronato executivo. Também observei que me parecia melhor que nos casos em que o imperador não devesse necessariamente presidir o Conselho de Estado mandasse quando assim julgasse melhor outrem presidir o Conselho, e que o poder discricionário excluindo o contencioso administrativo pode dar lugar a muitos abusos; pois a responsabilidade muitas vezes não é efetiva e o mal poderá ser ao menos em parte, irreparável. Tratando da introdução comuniquei-lhe a observação que eu fizera ao Paraná sobre a política de conciliação à qual ele respondera perguntando se devia repelir quem o procurasse, o que revela qual o pensamento dessa política. Acrescentei que sem uma boa lei eleitoral que consista a todos os partidos esperar não se podem eles formar regularmente e que eu continuava a julgar boa a lei primitiva dos círculos. O Uruguai nada disse a tal respeito senão que admitia a conciliação como eu a entendia. O segundo volume que trata longamente da questão do poder moderador, em cujos atos entende o Uruguai que é bom haja referenda, ainda que se saiba que ela não é precisa, devendo ser crime discutir esses atos a não ser nas Câmaras, como sucede na Inglaterra segundo Blakstone, há de ficar impresso até maio. Julgo que já este ensaio há de dar o nome ao Uruguai cujo estudo e experiência podem ser de grande proveito ao país. O espírito da obra que admite que uma administração bem regular pode até certo ponto suprir a liberdade política há de desagradar a muitos; porém se estes combaterem estas idéias, procurando esclarecer a Nação, será isto de grande vantagem.

28 de fevereiro de 1862 - Nada de importante. Estive com o Dr. Freire Alemão ¹¹⁸ que segue amanhã para desempenho de sua comissão, de examinar a moléstia dos cafezeiros.

1 de março de 1862 - Fui à abertura da Escola de Marinha. No despacho leu o ministro do Império o aviso sobre a apuração da Câmara da capital de S. Paulo, e eu refleti que a decisão que eu aprovava não me parecia poder fundar-se senão sobre o procedimento ilegal da Câmara como sucedera devendo portanto ser esta responsabilidade bem como a de Taubaté, não concordando eu com a resolução sobre a não contagem dos votos dados ao Dr. Antônio Carlos de Andrada

Machado e Silva. O aviso tal qual o ministro o pretende expedir há de ser muito vantajosamente combatido ainda que lhe diga que o Eusébio não teria que se queixar visto ter desenvolvido no Conselho de Estado opinião contrária à principal em que se baseia o aviso.

O Saião, tratando da proposta dum bacharel de idéias liberais para juiz municipal de Silveiras, disse que se fosse para outro lugar, que não tivesse a maioria dos habitantes de opinião liberal, o não teria proposto para não influir sobre a opinião contrária, que lhe parece a melhor, ainda que o proposto não fosse capaz de se valer do cargo para isso; pois que na posição de magistrado, mesmo honestamente, muito poderia influir, de modo que para despacho de magistrados deve-se atender também às idéias políticas dos indivíduos no que não posso convir.

Tratou-se a questão da nacionalidade dos nascidos no Estado Oriental durante a incorporação, e fui da opinião do Eusébio que entende que não havendo na convenção entre o Império e o Estado de Buenos Aires sobre a então rebelada província Cisplatina nenhuma disposição clara a respeito dos nascidos durante a incorporação devem-se considerar brasileiros aqueles que se tiverem inscrito como tais antes do juramento da Constituição do Estado Oriental, e os filhos desses que menores na ocasião do juramento dessa Constituição se tiverem inscrito como brasileiros na época de sua maioridade. Houve divergência entre os ministros apesar do ministro da repartição já haver exposto o negócio em duas conferências e ficaram os ministros de estudá-lo melhor.

2 de março de 1862 - Nada. Cheguei a Petrópolis às 10.

3 de março de 1862 - Nada de importante. Recebi posta telegráfica do Capanema dizendo que se pode usar da linha telegráfica; porém com incerteza, e que por enquanto não há possibilidade de continuar pois que a porção do cabo submarino junto à Saúde não oferece a menor garantia. Trata-se o seu conserto.

4 de março de 1862 - Nada.

5 de março de 1862 - Veio o ministro da Marinha. Ainda não discutiram nenhum dos projetos, e creê ele que o Saião retira o da reforma da Guarda Nacional. Lembrei que era preciso aproveitar este mês; que de abril seria para relatórios e orçamento. Falamos em geral sobre o serviço da Marinha, e o ministro disse que não sabia como ia a aula de geometria aplicada às artes recomendando-lhe eu que se informasse das horas que eu desejava assistir a alguma lição. Lembrei-lhe a conveniência de mandar para Londres todos os trabalhos sobre o porto de Pernambuco para ser ouvido algum engenheiro de primeira plana, no que me disse ter já pensado, pretendendo fazê-lo, e que será conveniente mandar construir algum navio no Pará, ao que ele me respondeu que o presidente ¹¹⁹ e diretor do Arsenal, Pedro da Cunha ¹²⁰, cujos serviços no cargo o ministro encarece opunham muitas dificuldades que não me parecem invencíveis, bem longe de isso assim como ao ministro que tenciona mandar fazer o casco dum vapor no Pará vindo tudo mais dos Estados Unidos. Disse-me que ia mandar diversos trabalhos hidrográficos de Leverger ¹²¹ para o Instituto a fim deste publicá-los na sua revista, e porque estariam melhor guardados que na secretaria de cujo diretor ¹²², eu que as secretarias são [o] que os ministros querem que elas sejam.

O ministro tem tenção de encomendar um armazém de ferro para guardar as madeiras com a ordem precisa [sic].

6 de março de 1862 - Nada.

7 de março de 1862 - Nada.

8 de março de 1862 – Leal ¹²³ que chegou da Espanha onde esteve como nosso encarregado de negócios disse-me que não há tanta ilustração na Espanha como parece pelas obras que se publicam aliás quase todas de literatura; que não achou um colégio para seus filhos, e o estado do povo muito bruto não tem comparação com o nosso. Viu muita miséria durante sua viagem de Madri a Baiena, e a Cádiz. O exército excessivo está em muito bom pé, assim como a marinha pelo lado do material não se fazendo contudo máquinas de vapor para a marinha de guerra nos arsenais.

Depois falei com o Eusébio a respeito da cerimônia de 25 deste mês ¹²⁴, e com o Joaquim Caetano da Silva a quem disse como individuo e soberano tinha feito tudo o que posso para bem dele e apreço de sua obra muito importante sobre o Oiapoc; mas ele lembrou-me o desejo de alguma graça que enquanto [sic] não obtivesse remuneração que lhe desse para

viver o considerasse perante o público e eu respondi que proporia essa graça em despacho, como o fiz, concordando com os ministros em que se lhe desse a comenda da Rosa, ou o grau superior ao que já tivesse na ordem ¹²⁵.

Houve conselho de Estado sobre parecer da seção do Império que entende que os bispos podem encomendar padres estrangeiros nas paróquias quando faltem nacionais. Abrantes, Maranguape, Abaeté, e Alvim, além dos membros da seção adotaram o parecer desta. Albuquerque citou diversos alvarás e decretos; mas que parecem referir-se a párocos colados, e conclui contrariamente à seção. Jequitinhonha segue o parecer mas quer que os bispos não possam fazer essas nomeações sem sujeitá-las primeiro à aprovação do governo. Pimenta Bueno, concorda com a exigência do Jequitinhonha, quando explica ao Albuquerque que a gratificação que o bispo do Rio Grande ¹²⁶, cuja consulta originou o parecer, quer para os estrangeiros não é senão compensação da cônica que só os nacionais podem ter. Albuquerque quando tratou da gratificação pareceu inclinar-se à opinião do Jequitinhonha.

O Abrantes deu-me uma nota do cônsul da qual consta que Baillie ¹²⁷ comunicou em 28 de agosto e 3 de setembro as respostas que recebeu do ministério de estrangeiros a respeito da exposição de Londres.

No despacho pouco houve de importante; apenas o ministro da justiça por eu notar, ao ouvir queixas do presidente da Bahia ¹²⁸ sobre o mau serviço do secretário, que nenhum dos presidentes ainda não propusesse a demissão dele, disse que o Luís Maria passava na Bahia por um réu de polícia, e ente abjeto, que não freqüentava nenhuma sociedade capaz, o que deu lugar a um proposto algum tanto caloroso da parte do Paranhos, reclamando eu assim como o Taques contra o juízo errado do Saião que parece fácil em condenar o próximo.

O Caxias propôs o título do Conselho para o Secretário do Conselho Supremo Militar ¹²⁹. Opus-me alegando que contra minha opinião se tinha barateado essa graça e que se antigamente ela era anexa a certos cargos estes também não eram exercidos senão por servidores antigos, e que se dava esta circunstância com o atual, que aliás não tem serviços mais que ordinários contudo poderia ser alegado o precedente para outro em circunstâncias diferentes, e que enfim devia-se zelar mais a concessão dessa graça. O Caxias estava pronto a ceder; mas eu disse que a responsabilidade é dele e que era negócio para eu insistir mais. Declarou que fizera a proposta com anuência de seus colegas reclamando o Sousa Ramos seu voto contrário.

Tornei a recomendar a discussão dos projetos de lei.

Tratou-se da questão do México, e eu tornei a declarar que convinha responder ao Marques Lisboa, a quem Mr. Thouvenel ¹³⁰ parece ter querido surpreender alguma aprovação por parte do Brasil à política das potências aliadas, que o Brasil desejava muito a consolidação das instituições dos povos seus vinhos *[sic]* mas por livre e espontânea vontade deles. Não creio no bom êxito do projeto da tríplice aliança e Deus queira que o arquiduque Maximiliano não venha a sofrer. Mr. Thouvenel parece que disse a Marques Lisboa que o arquiduque aceitará sob a condição da livre escolha dos mexicanos; mas como apreciar esta liberdade a tal distância e através de baionetas estrangeiras ¹³¹?

Expus o que se passou entre mim e Eusébio a respeito da festa do dia 25, e ficou para de tarde a cerimônia apesar de eu entender que entrará talvez a festa pela noite receando também alguma trovoadas de tarde. Declarei que deveria haver Te Deum e cortejo de manhã em festejo do juramento da Constituição e assim também pensaram os ministros. O Eusébio entendia que ficava festejado o juramento da Constituição com a cerimônia da inauguração da estátua dia 25, mas eu respondi-lhe que o festejo duma instituição como o pacto político duma nação não podia deixar de preceder a homenagem que aliás se rendesse a quem tanto tinha concorrido para que gozásemos dessa instituição; no que Eusébio concordou, posto que pense que bastaria a festa da Praça da Constituição. O meu desejo principal é que a inauguração da estátua de meu Pai não dê lugar à menor causa ou reparo; muito maior será meu prazer se ele for unânime.

Veio o ofício do Carvalho Moreira explicando a falta de espaço destinado na exposição para os produtos brasileiros pelo modo que eu supunha como não julgando verdadeiro pedido o cálculo hipotético de espaço necessário feito pela comissão de nossa exposição. Já nos estão destinados 1.240 pés quadrados em excelente lugar.

9 de março de 1862 - Cheguei à Petrópolis antes de 9 ½ h Nada.

10 de março de 1862 - Nada.

11 de março de 1862 - Nada.

12 de março de 1862 - Veio o Taques para despacho. A discussão dos projetos ainda não começou regularmente nas conferências; lembrei duas conferências por semana à noite para tratar disso. Entreguei um parecer da seção de Justiça que entender *[sic]* poder o juiz formador do processo não pronunciar por motivos justificáveis do crime. Fundado no artigo 144 do Código do Processo duvido da curialidade da opinião da seção, e também receio que favoreça abusos no caso do artigo 118 do Código Criminal; todavia sendo os ministros juriconsultos desse parecer nada mais opus à resolução de acordo com a seção.

13 de março de 1862 - Estive com o Caxias a quem lembrei a conveniência de condecorar o artista Rochet ¹³². Ele falou-me em que Rochet devia ser um dos que pegassem nas pontas do véu para descobrir a estátua; mas como supunha serem 4 e estão destinados para segurá-las os que levaram a pedra fundamental do monumento, eu disse que seria político que o Eusébio ¹³³ cedesse o seu lugar ao Rochet, no que mostrou repugnância o marquês preferindo ser ele quem cedesse o seu, ao que me opus, por ele figurar aí como presidente do Conselho de Ministros. Por fim disse-lhe que eu falaria ao Eusébio com que o marquês ficou satisfeito por se ver livre de compromettimentos. Recomendiei a discussão dos projetos, e reconheci que na verdade tem se feito pouco e o marquês foge de ter conferências à noite, sendo agora que irá marcar mais um dia de manhã para conferência. Asseverou-me que não há a menor desinteligência entre os ministros, ainda que já me tem falado de questões por causa de indivíduos entre Saião e Sousa Ramos.

De tarde fui ver as obras do monumento do Largo do Rocio. Estão atrasadas e é preciso trabalhar bem até o dia 25. Os grupos são muito belos sobretudo o do Amazonas, e apenas noto alguns bichos menos bem imitados ¹³⁴. Há de ficar um monumento majestoso e artístico.

O Eusébio disse que as pontas do véu eram 8, e sem eu lhe pedir a indicação de nomes lembrou-me o Haddock ¹³⁵ para pegar uma delas. Não precisei de insinuar-lhe que cedesse o seu lugar ao Rochet se ele o não fizesse espontaneamente, alegando mesmo razões de política para que ele não fizesse com que o lugar do marquês de Caxias ou do presidente da Câmara Municipal ¹³⁶ fosse cedido ao Rochet.

14 de março de 1862 - Houve à tarde a distribuição dos prêmios aos expositores de que poucos deixaram de comparecer em relação aos que se esperavam. Esteve uma festa brilhante mas o relatório lido pelo secretário da comissão diretora deixa muito a desejar e não sei se a comissão concorda com todas as idéias aí apresentadas. Valia a pena adiar a distribuição, a fazê-la sem a leitura do relatório para que este trabalho fosse mais bem feito.

O ministro do Império, apesar de não aprovar a lembrança que sempre me veio falar na conveniência de agraciar os presidentes da comissão da estátua de meu Pai e da Câmara Municipal, e então disse-me que se não estivesse fora da cidade ter-se-ia oposto à proposta de condecorações para o dia 25, a que eu anui logo que o presidente do Conselho ma fez.

Há dias em despacho propôs-me que o ministro do Império o complemento do número de conselheiros do Estado ordinários por meio de nomeação dos quais um é o Eusébio, e eu disse que desejava pensar sobre a proposta porque tenho entendido que é de conveniência quanto seja possível conservar sempre algumas vagas no número dos conselheiros de Estado ordinários que ainda haja direito para dispensar a estes do serviço e chamar extraordinários ¹³⁷. As razões deste meu modo de pensar são óbvias, e espero que esta minha opinião a respeito da promoção do Eusébio não dê lugar a ele julgar que só faço para contrariar sua influência. Na minha posição posso não atender senão ao que me parece melhor para a Nação e neste sentido é que procuro sempre proceder, e por isso também soffro censuras de ambos os partidos que aliás são bem compensadas pela aprovação da minha consciência.

Tenho lido com atenção os artigos do Solitário ¹³⁸ publicados pelo Mercantil que parece ser do Jequitinhonha, ainda que um amigo dele até diga que o Jequitinhonha professa idéias opostas às do Solitário. As idéias de liberdade que o Solitário advoga agradam-me; porém, não creio na conveniência dum sistema baseado sobre elas, e certas indústrias são indispensáveis a qualquer país, e quando pouco desenvolvidas não podem prescindir de proteção que não é senão um sacrificio que os nacionais fazem durante tempo mais ou menos longo para irem firmando sua verdadeira independência.

15 de março de 1862 - No despacho nada houve de notável. O Saião pareceu-me querer lembrar a conveniência da concessão de graças no dia 25. Noto que o Saião gosta de que o Paranhos seja contrariado. Falei ao Caxias da inconveniente publicação do auditor de tropas ¹³⁹ no Correio Mercantil de quinta-feira, a que será bom que responda o Indicador Militar ¹⁴⁰ cumprindo ao mesmo tempo cuidar dos códigos militares visto que a legislação atual é insustentável.

Ouvi esta tarde que corria que se tinha distribuído cartuchame embalado a um corpo da Guarda Nacional. Tudo inventam, e triste política é a que vive de semelhantes embustes quando tantos meios honestos havia de fazer oposição; mas para isso é necessário estudar as necessidades da nação e onde está o zelo? Na educação da mocidade é que sobretudo confio para regeneração da pátria. Gritam que não se pode chegar ao poder senão fazendo oposição como a fazem; mas quando no poder não sofrem do mal que fomentaram? A imprensa é inteiramente livre, como julgo deve ser, e na Câmara e no Senado a oposição tem representantes; mas que fazem estes pela maior parte?

Veio à audiência José Antônio Sampaio, que foi juiz municipal de Pomba. Disse-lhe que não tinha boas intenções dele prescindindo todavia da polêmica dos periódicos; mas que procurasse o ministro da Justiça e que eu não quero senão fazer bom conceito dos outros. Tem me ares de pouco inteligente *[sic]*.

16 de março de 1862 - Cheguei a Petrópolis depois de 9 ½ h

17 de março de 1862 - Nada.

18 de março de 1862 - Nada.

19 de março de 1862 - Veio o ministro da Marinha. O da Fazenda tem a sogra a expirar, e o da Justiça foi para a Tijuca retocar o projeto da reforma da Guarda Nacional. Ainda não começaram a discutir os projetos em conferência. O ministro da Marinha disse-me que o Sousa Ramos propusera o oficialato da Rosa para o Rochet; mas eu insisti na primeira lembrança do hábito do Cruzeiro que o Sousa Ramos parece que acha menos que o oficialato da Rosa e que não satisfará o artista que dizem esperar grandes recompensas. Falei sobre negócios da Marinha, lembrando-lhe a conveniência de demorar o lançamento da corveta Niterói se isto é preciso para que ela se apronte com menos despesa, e pedindo esclarecimentos sobre as ordens dadas para o trabalho da barca de escavação no Rio Grande cuja demora prova a falta de zelo das repartições e autoridades, e parecem justificar o procedimento do comandante 1º tenente *[sic]* Domingos Fonseca. O ministro entende que os pedidos não eram precisos para a barca principiar a trabalhar e que houve desídia da parte do comandante.

20 de março de 1862 - Nada de importante.

21 de março de 1862 - Nada de importante. Recebi de tarde pelo telégrafo um resumo das notícias vindas pelo paquete francês mandado pelo Capanema.

22 de março de 1862 - Estive com o Cândido Batista ¹⁴¹. Deu-se muito com Mr. Faye a quem ouviu dúvidas sobre a descoberta de Bunsen e Kirschof; o que não admira porque ele nega a existência da atmosfera solar. Ocupava-se de experiências sobre a força de repulsão dos corpos incandescentes. Por ora ainda não pude conversar à minha vontade com o Cândido Batista. Trouxe-me a obra de Pontécoulant *Theorie analytique du système du monde* que diz ser obra preciosa e que eu poderei entender.

No despacho o Saião propôs a Bezerra Cavalcanti ¹⁴² do Rio Grande do Norte para juiz de direito; mas eu opus-me não pelo indivíduo mas por não poderem os deputados exercer efetivamente os lugares de magistratura como convém e deseja o próprio Saião. Este disse que o Silveira da Mota ¹⁴³ fazia coro com o Ottoni, e seria melhor que não demorasse os pareceres como consultor, tendo uma queixa do ministro do Império a respeito da demora dum trabalho que incumbira ao consultor sobre o regulamento para execução da lei dos casamentos acatólicos dado lugar à reflexão do Saião que pareceu exagerada e pelo menos incomodou o Caxias, tendo eu também dito nada havia de censurável em que Silveira da Mota conversasse com o Ottoni, e que eu desejaria igualmente ouvi-lo para conhecer a razão de seu procedimento. O Sousa Ramos atribui a Ottoni os artigos da Atualidade sobre a estátua de meu Pai e continua a asseverar que Ottoni inventa como ninguém tudo o que lhe faz conta. O Saião manifestou-me o desejo da Guarda Nacional que eu a comandasse no dia 25, e eu que apenas receava alguma crítica se tal fizesse por ter de desembainhar a espada pela primeira vez para fazer contingência à estátua anuí a um pedido tão de acordo com o que já me havia lembrado. Propuseram a comenda de Cristo para Rochet, como sendo-lhe de mais pareço, e, ainda que eu preferisse o hábito do Cruzeiro, assenti.

Estive com o Paranhos esta noite. Falou-me de dois trabalhos explicando e melhorando os regulamentos do selo e das alfândegas, e um projeto de lei sobre créditos que só me mostrará mais tarde talvez depois da abertura das Câmaras. Disse que receava déficit por não haver mais economias, ainda que supusesse difícil no material da marinha, e pensa na necessidade de novos impostos restabelecendo alguns na importação e melhorando o de lojas. O Areias ¹⁴⁴ deve remeter-lhe pelo próximo vapor um trabalho sobre o imposto de patentes; mas o Paranhos julga este imposto impolítico por ora. Eu lembrei que impostos na atualidade seriam muito impopulares e que cumpria economizar devendo representar isto a seus colegas. Parece que se ocupa, como convém, duma tarifa especial para o Rio Grande ¹⁴⁵.

23 de março de 1862 - Nada de importante. Cheguei a Petrópolis às 10.

24 de março de 1862 - Cheguei à cidade às 11. Li no caminho o artigo de fundo do Mercantil, e apenas direi que se no meu reinado tem havido verdadeira glória a meu Pai a devo.

25 de março de 1862 - Chovia muito às 10. Era de opinião que houvesse a inauguração apesar do mau tempo; mas lembrei aos ministros as razões pró e contra minha opinião, sendo destas as principais o estrago da saúde e bolsa dos que apanhassem chuva e a acusação que poderiam fazer o governo de ter aproveitado de conferenciarem mandaram o Caxias dizer-me que o ministério deliberara a transferência para domingo dia que eu lembrara por ser próximo, (não convindo que a inauguração se efetue a 7 de abril) e de maior concorrência de povo. Li os artigos dos jornais, e as razões do Teófilo Ottoni para não comparecer como membro de deputações de numerosas corporações, que enumera todas e a cuja generosidade própria dos brasileiros para com os perseguidos atribui ele a escolha. Este escrito revela bem o orgulho ou antes vaidade do Ottoni. O Saião mostrou-se muito indignado contra esse escritos lamentando ser ministro por não rebatê-los ele próprio e eu continuei a recomendar que combatam as idéias com a energia precisa e nunca ofendam os homens; o que julgo não compadecer-se com o gênio arrebatado do Saião.

A tarde esteve boa e poderia estar feita a inauguração no dia 25 de março como eu tanto desejava; mas era preciso desavisar a tropa a tempo e pouco depois das 6 tornou a chover.

Conversando com o Dr. Tomás Gomes dos Santos ¹⁴⁶ a respeito do Ottoni ele disse-me que julgava que o Ottoni queria comprometer o partido liberal no que concordo visto que Ottoni quer dominar sem peias. Outro defeito que lhe acho é não arrepende-se nunca do que uma vez praticou, o que é próprio da tenacidade de seu caráter, principal qualidade de quem representa o seu papel.

26 de março de 1862 - Esteve cá o Caxias. Disse-me que tinham falado na conferência de hoje sobretudo na imprensa e contaram os deputados e senadores ministeriais, sendo estes 40 e aqueles 70 seguros. Eu lembrei tudo o que já tenho dito sobre a imprensa, e perguntando-me o Caxias se eu tinha alguma reflexão que fazer em contrário a atos do ministério eu apontei a não criação duma folha do governo, e certas despesas por causa de indivíduos que se deveriam ter evitado. Exprimi minha confiança no ministério que deve durar para produzir alguns bens, e acrescentei que procedendo legalmente e mostrando que trabalha nada deve recuar. Disse que o ministério da Agricultura deve ser de muito trabalho, e representando-me Caxias que havia falta de dinheiro eu repliquei que é assim e que cumpre diminuir quanto possível a despesa com o pessoal, ao que observou logo Caxias que tal diminuição é muito embaraçosa, e que ele da verba de gratificações na importância de 600 contos só tinha gasto até agora neste ano financeiro 90 contos. Referi-lhe o que Paranhos me disse a respeito do equilíbrio da receita com a despesa, respondendo Caxias que Paranhos tem sido causa de aumento de despesa na Marinha como por exemplo a formação duma esquadilha no Uruguai.

Recomendei a Caxias que me avisasse à medida que os ministros pudessem manifestar em despacho suas opiniões relativas aos projetos de lei, o que é preciso que principie quanto antes pois só aos sábados há despacho com todos os ministros.

27 de março de 1862 - Nada.

28 de março de 1862 - Nada.

29 de março de 1862 - Houve despacho. O ministro do Império apresentou o seu orçamento para perguntar-me se aprovara a verba para a comissão científica, e eu respondi que se estivesse de acordo com o que se assentara há poucos meses à vista das propostas dos chefes das diversas seções nada tinha que observar. O mesmo ministro disse que atendendo às representações do diretor da Academia das Belas Artes lhe assegurara que o Mafra ¹⁴⁷ receberia alguma manifestação de apreço; mas depois da festa da inauguração da estátua, com o que ficaria satisfeito o diretor. Eu refleti que convinha evitar que no caso de se dar como era justo alguma demonstração de apreço ao Mafra se pudesse dizer que o governo assim procedera por se lhe não ter censurado seu esquecimento. O ministro assegurou que o diretor ficara de evitar que tais censuras se fizessem expondo o que se dera entre ele e o ministro. Falou-se da imprensa e eu aprovando os artigos do jornal de hoje repeti que se deviam combater as idéias e nunca ofender o homem qualquer fosse seu nome. O Taques perguntou-me se tinha gostado dos artigos do Correio da Tarde e eu respondi que eram muito ad hominem e tal linguagem não convinha em folha que recebia estipêndio do governo.

Restitui diversos documentos que mandou Mr. Imnhaus *[sic]* diretor da imprensa do ministério do Interior em França, e ex-delegado da ilha da Reunião sobre a colonização africana e de coolies da Índia nessa ilha, os quais são muito interessantes, e recomendei por isso à atenção do ministro da Agricultura. Não me descuido desse ramo do serviço público que sobretudo me interessa; mas são tantos os embaraços e sobretudo a falta de zelo!

Ainda não principiou em despacho a discussão dos projetos de lei. O Caxias deu-me 2^a feira para examinar o artigo do relatório sobre recrutamento, o projeto de montepio para o exército e outro de código disciplinar para o exército, mas ainda não tive tempo de examiná-los.

Conversou-se sobre o processo Tolentino e os ministros Saião e Taques pensam como eu que não podia haver lançamento. Eu disse no que concordou o Saião que o Tolentino não deveria aceitar esse meio de evitar seu comparecimento perante os tribunais, e Saião até entende que o Tolentino não deverá escolher advogado, no que não concordei, assim como o Paranhos, que defendeu o Tolentino até de haver aproveitado o recurso do lançamento. Caxias também pensa como eu a respeito do procedimento de Tolentino.

Restitui o processo do comandante do vapor Pedro 2^o ¹⁴⁸. Se fosse juiz condenava-o, e vejo que os dois oficiais da Marinha, Tamandaré e Carvalho ¹⁴⁹ assinaram-se vencidos na sentença do Conselho Supremo Militar que confirmou a absolvição unânime do Conselho de Guerra; como haverá boa oficialidade com tamanha falta de rigor. O visconde de Cabo Frio é digno de todo o respeito ¹⁵⁰ mas o filho perdeu um de nossos melhores vapores de guerra por falta de cuidado. Traçou um rumo, segundo a carta de Barral e sem prumar, sem atender à correnteza foi dar com o vapor sobre as pedras; até consta do depoimento do imediato que o comandante da estação, sabendo do rumo dissera que o vapor necessariamente encalharia.

30 de março de 1862 - A manhã por causa do tempo quase me fez desesperar da festa da inauguração da estátua eqüestre de meu Pai. A tarde esteve sofrível mas para a noite começou a chover. A festa fez-se com a possível ordem. Havia bastante gente apesar do tempo ter estado mau. O povo estava bastante arredado da estátua quando correu *[o pano]* e por isso não houve logo vivas que se amiudaram quando eu me achei mais em contato com o povo e sobretudo depois que montei a cavalo. A estátua é um bellissimo monumento e vista de certa distância não podia ser mais proporcionado em todas as suas partes o monumento. A luz elétrica que iluminava a estátua do segundo andar do teatro parecia sobretudo com a reflexão na chuva uma faixa luminosa descida do céu. O salão do teatro encheu-se de membros de comissões, cujos discursos em número pareceram-me os requerimentos que me entregavam nas províncias do Norte, principalmente na Bahia.

O Jornal do Comércio traz um terceiro artigo sobre a vida de meu Pai habilmente escrito, é do Firmino ¹⁵¹ como os dois primeiros anteriormente publicados. O artigo intitulado D. Pedro de Alcântara é do Saião, e logo lhe conheci o estilo, parecendo-me característica a lembrança da ária da calúnia de D. Basílio.

O Eusébio pediu-me dispensa de ler o seu discurso, que era muito bem feito, menos quanto a comparação entre meu Pai e Alexandre Magno, por causa de não ter vista para ler de noite; o Haddock Lobo estava pronto para ler o discurso do Eusébio; mas eu dispensei a leitura.

Não posso deixar de falar do belo efeito que produziu o Te Deum de Neukomme ¹⁵². As descargas de mosquetaria e tiros de peça foram repetidas três vezes com toda a exatidão no Sanctus, Sanctus, Sanctus. As vozes cantaram muito unidas.

O Caxias disse que o sogro do Otaviano reprovava os artigos contra a estátua, mas o Eusébio e amigos do Barreto falaram-me em sentido contrário. Sinto que tal suceda; porque sempre estimei o Barreto e julgava que ele me estimava

bastante para não deixar de poupar-me o desgosto dos artigos do Mercantil a respeito da estátua. Creio que o Ottoni domina as três folhas Mercantil, Diário e Atualidade, e ouvi ao Eusébio que Ottoni dissera a Silveira da Mota que lhe observara seria seu procedimento totalmente oposto, se eu o escolhera Senado *[sic]* que havia de mostrar seu despeito. Refiro este dito somente sem que possa assegurar sua veracidade. Notei a falta do Uruguai. O C. Batista também não apareceu; mas o tempo não era para ele se expor. O visconde de Sapucaí parecia meio arredo.

31 de março de 1862 - Vindo para Petrópolis passei pelo Largo do Rocio para ver a estátua de meu Pai. Faz belíssima vista, e dos grupos agradam-me mais o do Amazonas e S. Francisco, ainda que este tenha pouco ares dum índio do Brasil; mais dos Estados Unidos. O folhetim do jornal parece-me injusto, e todos os que conheceram meu Pai dizem que é perfeita a semelhança. O autor do artigo parece que queria a verdade histórica até o ponto de por meu Pai de fardeta e montado numa besta.

Li o artigo do Solitário, e concordo inteiramente com que ele diz sobre a necessidade de olhar seriamente das províncias *[sic]*. Ministros de ambas as opiniões e pessoas das províncias do Norte sabem de minhas *[opiniões]* a tal respeito. Quanto ao Amazonas sempre tive receio dos Estados Unidos cujas relações suplantariam as de outras potências, e ainda que muito agrade a doutrina evangélica de Russel entendo que a integridade do Império é a principal segurança de nossa prosperidade e que portanto cumpre zelá-la mesmo para bem das províncias. Contudo a abertura do Amazonas a todas as nações sob certas regras há muito tempo que ocupa minha atenção tendo eu sempre chamado a atenção dos ministros para o Pará cujas imensas riquezas é dever aproveitar; mas tudo custa a fazer em nossa terra e a instabilidade de ministérios não dá tempo aos ministros para iniciarem depois do necessário estudo as medidas mais urgentes. É preciso trabalhar, e vejo que não se falta quase senão em política que é as mais das vezes guerra entre interesses individuais.

1 de abril de 1862 - Nada de importante.

2 de abril de 1862 - Veio o Paranhos. Lembrei-lhe a tarifa especial para o Rio Grande do Sul de que ele se ocupa. Falei das aprontas que se tem feito ao Brasil e necessidade duma política própria para evitar maiores embaraços futuros. Falamos da abertura do Amazonas que não pode ser adiada por muito tempo, convindo tratar de colonizar convenientemente as margens do rio como há tantos anos recomendo eu. A respeito do comércio de cabotagem feito por estrangeiros diverge Paranhos inteiramente das idéias do Solitário por sólidas razões com que eu concordo. Ele pensa que os artigos do Solitário são pagos ao Mercantil por interesses dos Estados Unidos. Deu-me um officio do nosso ministro em Washington Miguel Maria Lisboa ¹⁵³ relativamente à comunicação entre o Brasil e os Estados Unidos por barcos de vapor, e pensa como eu que essa linha de vapores deve chegar ao Rio de Janeiro com escala pelo Pará, e outros portos brasileiros, que se designarem. Disse-me que o Sousa Ramos apresentara um projeto de reforma municipal que chama seu, o que agora – já em abril – é que iam tratar seriamente de discutir os projetos. Manifestei desejo que apressassem esta discussão porque devo passar na cidade a semana santa, e então tenho mais dias para ouvir as opiniões dos ministros.

O projeto sobre o serviço dos créditos ainda não está pronto. O Paranhos aprova a fusão do Banco Agrícola ¹⁵⁴ no do Brasil, mas ainda não estudou devidamente o parecer da comissão esperando pela discussão dele para formar seu juízo definitivo ainda que me parece dever esse juízo preceder tal discussão para que pudesse influir até onde lhe fosse permitido na decisão tão importante para o Banco do Brasil. Recomendei-lhe que dissesse ao Caxias que eu já tinha examinado o artigo para o relatório sobre o recrutamento, e o projeto de montepio que devia muito melhor elaborado depois de tanto tempo que pensam nele; os defeitos saltam à vista de quem tem já estudado essa matéria.

3 de abril de 1862 – Nada de novo.

4 de abril de 1862 – Nada de novo.

5 de abril de 1862 – Estive com o Cândido Batista que preferia o meio de indenizar em dinheiro ao Banco Agrícola o direito de emissão que passaria para o Banco do Brasil do que dar a aquele ações. Entende que o aumento de capital do Banco do Brasil depende do corpo legislativo.

No despacho apareceu Manuel Felizardo e apresentou os papéis a respeito dos telégrafos elétricos ligando as províncias e ficou assentado segundo eu já expressara quando examinei tais papéis que se abraçasse a opinião da maioria da seção do Império que propõe que se estude este assunto a fim de realizá-lo caso as circunstâncias do país não o impossibilitem. Falei sobre o aviso dirigido ao presidente de Pernambuco sobre o acréscimo de garantia do capital da respectiva estrada de ferro, e o ministro disse que com efeito havia promessa tácita caso não se reconhecessem abusos, e que ele julgava não sucederia, e eu repliquei que se havia assentado em não fazer a menor promessa. Escolhi o senador pelo Ceará a Miguel Fernandes Vieira ¹⁵⁵, e manifestei a minha opinião de que não aprovara nunca sua exageração em política e a escolhia porque os outros dois não seriam eleitos sem influência dele ¹⁵⁶, que aliás sempre sustentara princípios de ordem, e é homem honesto. Tratou-se do recurso da pena de morte dum réu que no ato de fugir da prisão esfaqueara um delegado de polícia que morreu da ferida. O réu já estava preso por outras mortes; porém o Eusébio, contrariamente à maioria da seção, alegou a circunstância de ter sido perpetrada a morte em ato de fuga da prisão em que o réu devia passar toda a vida, e tomando eu os votos dos ministros, havendo já se retirado Manuel Felizardo foram todos pela pena de morte menos o Taques que até não via circunstâncias agravantes que permitissem a imposição da pena de morte, sem embargo de decisões acordes, e até da relação. À vista disto e seguindo eu o princípio que já manifestei neste livro comutei a pena em galés perpétuas no que tive grande prazer.

O ministro do Império entregou-me impresso o seu projeto de reforma municipal, e eu tornei a lembrar como urgente a reforma da administração provincial. O ministro alegou que a matéria é difícil; mas sem dificuldade que é que se faz de importante?

Como o tempo vai correndo já apresentei minhas reflexões ao projeto de montepio, insistindo sobretudo na injustiça de privar do montepio os que tiveram mercês pecuniárias que devem ser obtidas por serviços, e no quantitativo muito elevado das jóias. Há outras disposições de injustiça análoga à primeira apontada e contra as quais me declarei igualmente. Lembrei a necessidade de por bem claro quais são os filhos naturais a que se atende, e a eqüidade de se admitirem os netos à pensão do montepio, quando não haja filhos.

Entreguei um requerimento de Joaquim Procópio de Figueira e referi que ele me dissera que o Saião lhe dera a entender que sou eu que me oponho à sua entrada para a magistratura e que eu lhe respondi que o Saião também pensava que era melhor que ele seguisse outra carreira não havendo contudo nada contra sua honestidade. Creio que ficou persuadido, como deve, de que não é despachado por falta de inteligência. O Saião propôs que se pedissem informações ao presidente do Maranhão ¹⁵⁷ sobre o deputado Bitancourt, e pouco depois que advogara a causa de Bitancourt, disse que se um português que aluga escravos e tem mais de 300 dentro da cidade não os vendesse aos lotes para evitar alguma insurreição, estava no caso de ser deportado, contra o que protestou Taques.

Falou-se da impressão que causava na Bahia a demissão do comandante das Armas Fontes ¹⁵⁸ aconselhada em carta do Antão, e eu disse que não tinha sido prejudicial a mudança dele e sobretudo a do batalhão da Bahia; mas que eu confiava e confio no Fontes e que influiu muito na sua demissão a política que suspeita logo das relações que o homem, por mais imparcial que seja, tenha com os adversários.

Depois do despacho estive com o Nicolau ¹⁵⁹, que chegou de Portugal. Muito me entristeceu contar-me ele que meu cunhado Fernando diante de diversas pessoas mostrara enfado ao receber uma carta minha, dizendo que eu o incomodava querendo sempre resposta e longa, o que não é exato; porque só me queixo de ter carta dele de meses em meses, e abrindo-a a carta ainda mais enfadado ficara com a areia dizendo que não parecia a minha carta de pessoa civilizada devendo eu usar de mata-borrão, ao que replicara o Itamaracá ¹⁶⁰ que não se julgava da civilização de qualquer por tão pouco e que eu tinha muito que fazer para estar cuidando nessas coisas pequenas, com o que meu cunhado procurou desculpar-se do que dissera. O Nicolau crê que meu cunhado não me tem amizade que eu lhe consagro, e disse-me que o Itamaracá fizera a mesma reflexão. Parece que meu cunhado é egoísta, dizendo ao despedir-se do Nicolau que ele não gostava de se escravizar a coisa nenhuma e que portanto eu não conseguiria obrigá-lo a escrever-me quando eu quisesse, que não sabia fazer as coisas senão quando queria. O Nicolau disse-me que meu cunhado emagrecera com a morte dos filhos, ainda que poucas mostras dera de seu sentimento, e na véspera da morte do rei estivera no teatro.

Esqueci-me dizer que o ministro do Império propôs o cônego Sequeira Mendes para arcediogo de Sé do Pará. O bispo escreveu que o não propunha por motivos de consciência que não declarou. O presidente ¹⁶¹ informa favoravelmente a respeito da moralidade do Sequeira Mendes; mas eu disse que não tinha as mesmas informações e que se pedisse ao bispo a declaração dos motivos de consciência. O ministro disse que o bispo protegia um padre e eu repliquei que o presidente

também poderia querer proteger um deputado da província. Sem dar força moral aos bispos que a merecerem como o do Pará não teremos bem clero.

6 de abril de 1862 – Cheguei a Petrópolis perto de 10.

7 de abril de 1862 – Nada de novo.

8 de abril de 1862 – Nada de importante. Esteve comigo o Sodré ¹⁶² que veio expor suas circunstâncias. Disse que os ministros não o propunham mesmo para qualquer emprego interno porque eu me opunha, e que o Taques lhe contara, o que na verdade sucedeu, que eu lhe perguntara quando passou Sodré para a disponibilidade ativa, se a lei o permitira. Eu respondi a Sodré que entendia que ele não devia ser empregado fora do País, e que dependia dos ministros proporem-no para qualquer lugar dos que reconhecia que ele podia servir dentro do país; que eu só em casos extraordinários propunha para empregos, e que apenas me opunha às propostas, se me pareciam más, anuindo contudo a elas se os ministros insistiam. Autorizei-o a referir minha conversa aos ministros e acrescentei que se duvidassem eu confirmaria perante eles o que acabava de lhe dizer.

9 de abril de 1862 – Veio falar-me o juiz municipal de Serinhaém Gervásio Pires Ferreira. Documentou-me seus serviços a bem da justiça no termo, e os crimes praticados por membros e protegidos das duas famílias Uchoa Cavalcanti e Wanderley. Pode ser retirado do termo com nomeação de Juiz de Direito. Animei-o, dizendo que falasse ao ministro da Justiça que atenderia aos serviços dele e interesses da Justiça.

Veio o Saião para despacho. Estava incomodado com o artigo de fundo do Mercantil e o do Ottoni por dizer que ele joga o lansquenet que reprovara aos Teixeira Leitões aliás seus amigos, jogando ele só o voltarete ¹⁶³. Observei que eram represálias dos ataques pessoais ao Ottoni em folhas que passam por oficiais, e insisti na necessidade dum folha oficial cuja ameaça, segundo referiu-me o Saião, serviu para o jornal ¹⁶⁴ admitir artigos que atacam a deputados embora haja proibição no contrato com a Câmara dos Deputados que o Saião pretendeu que só tinha força durante as sessões! Como se pode deste modo criar a folha oficial?

Propôs a nomeação do filho do Albuquerque ¹⁶⁵ juiz municipal de Niterói para juiz de direito de Garanhuns, e o filho do Eusébio ¹⁶⁶ para o lugar que deixar aquele. Lembrei-lhe que consultasse o Albuquerque o que aliás ele já tencionava fazer. Havendo a vaga de juiz de direito de S. João na Paraíba propôs esse lugar o Gervásio Pires Ferreira que eu lhe indicara para juiz de direito contando-lhe a minha conversa de manhã; mas eu refletindo que o filho do Albuquerque pertence a uma família muito influente em Pernambuco sugeri a troca das propostas para os dois lugares com o que Saião não concordou. Disse que tinha boas informações do Gervásio; mas que era metido na política, o que eu contestei ao menos como tendo influído sobre seu procedimento como magistrado e amigo do Pais Barreto ¹⁶⁷. Tornou a falar da proposta de deputados para juizes, e eu disse que não admitia senão políticos ou magistrados, porém, que cederia à opinião do ministério querendo somente que fosse bem sabido meu modo de pensar a tal respeito. Aproveitei esta ocasião para falar na conveniência da remoção do Saião do Rio Grande ¹⁶⁸ ainda que para lugar melhor e o irmão ficou de lhe escrever. Tratei da aposentadoria dos magistrados tidos e havidos por venais, e o Saião disse-me que insistiria em sua proposta e que se retiraria do ministério se este não fosse do seu parecer. Eu firmei minhas idéias a respeito da política da Justiça e apontei alguns pontos em que o ministério não tem cumprido à risca tal política, reconhecendo todavia que o rigor que me permitia minha posição não podia deixar de ser modificado pela maleabilidade necessária dos ministros assim como esta corrigida por aquele. Ainda hoje o Saião fez reflexões sobre a proposta dum liberal para um posto da Guarda Nacional de Barbacena, e eu respondi que era preciso desligar os liberais ordeiros dos que pretendessem perturbar ou arriscassem imprudentemente a ordem pública.

O Saião contou-me como tendo ouvido ao Alexandre Joaquim de Sequeira que o Cristiano Ottoni ¹⁶⁹ lhe perguntara se tendo sido chefe de polícia não inventaria um meio de queimar um pontilhão da 1.ª seção da estrada de ferro de Pedro 2º por isso que contra sua opinião os árbitros o deram por bem construído. Este dito que não posso considerar senão como gracejo é apresentado como prova do caráter do Cristiano Ottoni! É preciso ter mais caridade para com o próximo. Vejo muitas tendências de intolerância da parte de ambos os políticos e voltaremos às lutas antigas? Temo-o e segundo alguns é do caos que nascerá a ordem isto é luz para uns e trevas para os contrários; o governo se simplificará; mas quantos mais fins só tem havido conversas por ora, e depois na Câmara cada ministro puxará para seu lado!

10 de abril de 1862 – Acabei de ler o regulamento para os castigos disciplinares do exército. Não o acho mau e pretendo chamar a atenção do Caxias para ao menos maior modificação no castigo das pranchadas. Hei de entregar este trabalho depois de amanhã assim como o parecer das seções do Império e Fazenda sobre a venda dos contratos feitos com o Mauá a companhias inglesas. Concorro com a opinião da maioria que entende que não se deve permitir a venda do contrato de navegação do Amazonas ¹⁷⁰. Ainda não sei qual o voto do ministério.

Li notícias do Estado Oriental que vem dar mais força ao que já disse sobre a nossa política no Rio da Prata. Cumpre mostrar aos brasileiros que são protegidos para que o Brasil não se veja em sérias complicações. Neto ¹⁷¹ já escreveu ao Caxias que se o governo não os protegesse estavam dispostos a levantarem-se contra as autoridades orientais na margem do rio Negro ao menos. Neto disse ao nosso cônsul em Montevidéu ¹⁷² que Canavarro ¹⁷³ protegia o levantamento. Os negócios estão sérios e convém muita prudência e muita energia.

11 de abril de 1862 – Nada de novo.

12 de abril de 1862 – No despacho decidiu-se a questão da apuração de deputados provinciais das Alagoas no sentido do parecer da maioria do Conselho de Estado, e pareceu-me bom o Aviso já redigido neste sentido.

Apresentei minhas reflexões sobre o projeto de reforma municipal. Entendo que se dão ao administrador municipal atribuições que devem pertencer à Câmara, que não pode o governo só por si regular as formas dos contratos da Câmara, e as condições de nomeação etc. dos empregados da Câmara, e que o ordenado até 10 contos para o administrador da Corte é muito elevado, não devendo haver administradores pagos somente nas grandes capitais marítimas. Não entrei em maior exame porque os ministros ainda não estudaram o projeto. O Paranhos parece não anuir à passagem de todas as verbas de renda apontadas para a Câmara Municipal, mas eu acho esta parte uma das melhores do projeto; pois que assim ficará o Município Neutro justamente aquinhoadas e a Câmara terá meios de satisfazer os encargos que acertamente *[sic]* se lhe transferem. Paranhos também pensa que 21 são muitos vereadores para a Corte. Sousa Ramos apresentou a opinião de alguns a favor do aumento de número de vereadores para alguns municípios; porém nas províncias com sua renda e assembléias provinciais não há a mesma razão. O Sousa Ramos não apresentou ainda a nomeação do Fernandes Moreira de Valença ¹⁷⁴ para presidente do Piauí, como me propusera Saião 4.^a feira em nome dos colegas, assim como a concessão da demissão que o Gaioso há tempo pedira para o caso do governo não julgar conveniente sua continuação na presidência.

Saião não propôs para juiz de direito nem o filho do Albuquerque o qual julgo, pelo que ouvi ao pai, que não aceitará o lugar de Garanhuns nem o Gervásio Pires Ferreira, que ainda lhe não falara. Manifestei minha opinião sobre o projeto de reforma da lei da Guarda Nacional já modificado conforme as reflexões que eu e os outros ministros tínhamos feito ao Saião. Entendo que os da reserva que o forem por impossibilitados de serviço ativo e os reformados não devem contribuir. Os dias de parada dos Guardas Nacionais devem ser marcados pelo governo na Corte e presidentes nas províncias declarando-se isto na lei. O Taques desaprova a idéia capital do projeto, e o Paranhos quer que a milícia auxiliar tenha organização mais militar; e não fique tão localizada quanto à direção. O Paranhos propôs a aposentadoria do Francisco Muniz Barreto ¹⁷⁵ escrivão da alfândega da Bahia e para ele receber todo o ordenado entende que se lhe devem contar os anos que esteve fora da alfândega por demissão por isso que o decreto que tornou a nomeá-lo para alfândega fala de reintegração. Eu refleti que se ia estabelecer mau precedente, e que além disso não queria que se supusesse que eu protegia o pretendente por me haver feito os versos do Rei só que tanto me incomodaram.

13 de abril de 1862 – Conversando hoje com o Saião achei-o desanimado a respeito da maioria da Câmara e avesso à idéia de dissolução. Já diz que não pode haver dedicações políticas sem favores e só com a política da justiça às direitas. Poucos são com efeito os que a querem em prejuízo próprio; mas ela é reclamada pelo bom senso do país e os ministros que se sacrificarem por ela colherão depois justa recompensa e poder-se-ão manter com honra o governo.

14 de abril de 1862 – Estive com o Caxias. Li o seu relatório e entreguei-lhe o regulamento para os castigos disciplinares do exército fazendo algumas observações no sentido de abolir a pena das pranchadas; mas o Caxias não concorda por ora com a abolição desse castigo. Contou-me que o Ottoni pretendia comprar a empresa do Mercantil deixando-a Barreto e Otaviano, mas que julgava por ora que era notícia espalhada para ver se o governo a comprava pois

há bastantes dívidas. Eu fingi-me ignorante de tudo; mas de manhã veio cá o Jerônimo Martins de Almeida da parte do Barreto, que estava muito aflito porque o Otaviano lhe dissera que abandonaria o Mercantil se ele não vendesse a empresa ao Ottoni, que pretende formar para isso uma companhia em comandita ou não propusesse qualquer outro arranjo. O Benjamim Barreto mostrou-se contrário ao trato com Ottoni e Barreto pediu-me que eu dissesse ao Caxias para lhe falar. Eu respondi que era melhor que ele falasse ao Caxias para falar-me, prometendo eu fingir-me ignorante do seu pedido diretamente a mim, se julgasse isso preciso, e que apesar de meus desejos de favorecer ao Barreto a quem devia finezas pouco poderia fazer, visto que os ministérios não tem querido adotar a minha idéia da criação duma folha oficial.

15 de abril de 1862 – Esteve comigo o Manuel Felizardo que veio consultar-me sobre dois negócios da Estrada de Ferro de Pedro 2º. Os ministros propuseram-me que se não continuasse a estrada de ferro até a Prainha, visto que a renda não cobriria 5% da despesa de 3.000 contos que seriam melhor empregados na continuação da estrada para o interior, e que se autorizasse a diretoria da estrada a ligar o porto de Joaquim do Alto, à boca superior do grande túnel por meio duma estrada de ferro provisória, que dobrando as taxas da Barra do Pirá até Joaquim do Alto, haverá até um lucro de 140 contos até ficar aberto de todo o grande túnel, o que sucederá em fins de 1866. Manuel Felizardo disse que o engenheiro fiscal à vista dos estragos da chuva tem quase certeza que a estrada não chegará no fim deste ano a Joaquim Alto como se prometia. Disse-me que na conferência de hoje fez-se nos orçamentos uma redução de 600 contos. Ontem vi uma carta do Paranhos ao Caxias falando de um déficit de 3 mil e tantos contos. Cumpre a todo o custo evitar novos impostos não se ocultando contudo o estado do tesouro público ao poder competente. Manuel Felizardo entregou-me 2 regulamentos; um criando o corpo de engenheiros civis para as obras públicas e outro para a inspeção das obras do município da Corte.

16 de abril de 1862 – Veio o Sousa Ramos ler o seu relatório. Poucas idéias apresenta. Lembrei-lhe a conveniência de não propor a criação duma das faculdades de teologia em Minas, como queria, visto haver necessidade de pensar na criação duma universidade aqui. Nada diz da criação de auditores do Conselho de Estado como tirocínio administrativo. A respeito da construção de teatros ainda penso que se poderiam acomodar as três companhias nacional, lírica nacional e italiana no teatro monumental há tantos anos projetado.

Tratando da reforma municipal lembrei que devia ficar claro que os administradores municipais nas províncias não poderiam ter ordenado fixado pela lei geral, e então disse-me o Saião que os administradores com efeito deviam ser pagos dentro do máximo marcado no projeto pelos cofres municipais, replicando eu que é isto contra o Ato Adicional. Por fim conveio ele em que só se falasse do ordenado do administrador do município da Corte, ainda que fiquem os administradores dos municípios importantes das províncias sem paga por deficiência dos respectivos cofres municipais. Parece-me que os administradores dos principais municípios deviam ser pagos pelo cofre geral ainda que se diminuísse o máximo marcado na lei para esses ordenados. Observei que o artigo a respeito da incompatibilidade de exercício é muito vago. O Saião que tinha chegado manifestou que julgava inconstitucional qualquer incompatibilidade que fosse de eleição; mas o Saião retorquiu que a Constituição deixou a uma lei ordinária regular o modo de eleição das câmaras municipais. É questão que devo ainda estudar.

O Saião trouxe diversos requerimentos de perdão; mas infelizmente não pude atender senão a poucos porque entendo que o serem feitas as graças em 6ª feira da Paixão ainda maiores escrúpulos me impõe. Fiz reflexões sobre o projeto judiciário mostrando dúvidas sobre a diferença de jurisdição nas comarcas em que há relação, substituição do promotor de justiça pelos desembargadores imediatos na relação ao substituto, e perda de predicamento para os magistrados que servirem de chefes de polícia. A substituição ficou à escolha dos presidentes das relações, e quanto aos magistrados chefes de polícia conservarão o foro assim como gozarão dele os chefes de polícia que não forem magistrados. A diferença de jurisdição nas comarcas em que haja relação tem sido bem aceita por diversos jurisconsultos ouvidos, e entre elas o Abaeté, e por isso não insisti.

Falando de economias apontei aos ministros a repartição das obras públicas e arsenais como fontes de desperdícios, e por exemplo indaguei o estado do calçamento da Rua Nova do Conde ¹⁷⁶ tendo o empreiteiro Paula Matos ¹⁷⁷ ganho o ano passado com os contratos 80 contos segundo me consta, é o que sucede com os fornecedores dos arsenais. Hei de insistir nisto em despacho. O Saião disse-me que ontem o ministro da Marinha depois de recusar-se a cortes no seu orçamento confessou por fim que tinha elevado as comedorias de 400 a 500 réis quando agora os gêneros estão mais baratos do que na época dos 400 réis.

17 e 18 de abril de 1862– Festas da Semana Santa. No dia 18 tive despacho para os perdões. Entreguei ao Sousa Ramos a tabela de seu orçamento. Fiz ver a inconstitucionalidade de se pagarem os empregados deputados que durante as sessões legislativas exercem seus empregos. Notei a supressão dos 800\$000 para o coletor do museu e de 4 contos para auxílio dos sacerdotes que vão estudar na Europa. Disse que essas despesas eram inúteis e que a verdadeira economia devia fazer-se nas repartições das obras públicas e ministérios da Guerra e Marinha; isto é, deviam cortar-se os abusos. Referi os fatos de que tinha falado no dia 16 e prometi informar-me a tal respeito.

19 de abril de 1862 – Aleluias. Soube que o fato da fazenda comprada para um dos arsenais fora para o da Marinha e no ministério do Paranhos. Contaram-me também que João Batista da Fonseca ¹⁷⁸ há anos oferecera pano para o arsenal de Guerra, e que tendo sido rejeitado o compraram depois por casimira e pelo mesmo preço havendo contudo sido cortada pelo meio por ser a casimira mais estreita que o pano. O Arsenal da Marinha está agora, segundo me consta melhor que o da Guerra. Ontem o Manuel Felizardo disse-me que na sua repartição ajustava-se por $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ menos.

Veio o Paranhos à tardinha e deu-me um projeto de reforma do regulamento do selo. Disse-me que ainda não tinha recebido todos os papéis necessários para escrever o relatório, e que a diretoria de rendas era mal dirigida ¹⁷⁹. Estava mais animado a respeito do orçamento de 1863-64. Falou-me de diversas modificações no regulamento das alfândegas, e dum projeto para regular a abertura de créditos suplementares e extraordinários precisando os casos. Eu lembrei a audiência da seção respectiva do Conselho de Estado; mas não abraçou por ora a idéia porque receia demora nas seções. Espera o trabalho da comissão nomeada sobre a moeda de troco.

20 de abril de 1862 – Falei antes da missa com o Manuel Felizardo a respeito do Mucuri dizendo que era preciso evitar as queixas justas *[sic]* sobre a elevação dos fretes até Minas-Novas a mais do dobro, e sobre a necessidade de distribuir mudas de café de melhor qualidade que a existente atacada quase geralmente pela lagarta. Manuel Felizardo respondeu-me que já cuidava do melhor fornecimento de mudas de café, e que o preço do frete para o Mucuri fora baixado mais do que permitiam as despesas de condução na véspera da encampação do contrato com o Ottoni. Disse-me que o Cardoso ia responder ao Ottoni verei o que há de exato nessa queixa. Falei ao Saião sobre o penitente da procissão do enterro e a necessidade de fazer as procissões somente dentro das igrejas ou nos adros. Hei de dizer o mesmo ao Sousa Ramos para se entender com os bispos. Manuel Felizardo disse-me que o Cardoso fora reeleito diretor da Seropédica para se demitir depois; mas o Cardoso falou-me ontem de tarde como se pretendesse até empenhar toda a sua fortuna para progredir a indústria sérica. Cardoso ainda falou em mandar Tavares estudar na Europa ¹⁸⁰; dinheiro jogado fora! É preciso ver aqui ou na Europa quem tenha prática dessa indústria. O presidente da província creio que está nesta idéia e em tudo o que for preciso para não inutilizar os sacrifícios da província; porém ainda não me falou depois da reunião dos acionistas.

Cheguei a Petrópolis pouco depois das 5 da tarde.

21 de abril de 1862 – Saí às 6 da manhã para a fazenda do Inglês no fundo da Mosela. Há aí questão de terras com a fazenda do Córrego Seco e convém comprar aquela fazenda pela qual pedem 12 contos, tendo aliás meia légua de testada e 1 de fundo, pelo qual limita com a do Córrego Seco. O lugar é aprazível atravessando-o o rio da Cidade afluente do Piabanha. Tem comunicação; porém má com a estrada União e Indústria. A terra é ruim; mas ainda há matas, e talvez sirva para plantação de amoreiras e criação de bicho da seda que pretendo introduzir em Petrópolis. Voltei pela Presidência e Castelânea cujo quarteirão tomei indo pelo da Siméria, que já não dá passagem para o Cortiço senão a pé. Apenas vi três plantações bonitas de colonos em toda a digressão, e o gênero de comércio é o carvão que vai destruindo as matas empregando-se nele 60 carros.

Recomendei ao Jacobina ¹⁸¹ que fomentasse de minha parte a idéia de exposição de horticultura aqui, e pedisse uma relação dos que tivessem melhoras culturas tencionando eu ir visitar as plantações que merecessem mais ser vistas. Os caminhos coloniais por onde andei podiam estar mais bem tratados, e notei que o engenheiro do distrito ¹⁸² não sabia o estado de alguns. Esteve em casa à 1.

22 de abril de 1862 – Nada.

23 de abril de 1862 – Fui à Fábrica de Pólvora. O diretor tinha ido à cidade a chamado da 4ª diretoria da Guerra. Entendi-me com o vice-diretor e o Delimal ¹⁸³. A enfermaria está em mau estado; chove dentro. Os outros edifícios antigos também carecem de reparação, a companhia acha-se muito mal acomodada, e na arrecadação atual tudo cria bolor em poucas horas, a que se conclui parece-me estreita. Os gêneros são bons e em suficiente quantidade; mas a ração dos pretos é diminutíssima. O ano passado fizeram-se 4500 arrobas de pólvora, e o trabalho anda por 10 a 16 arrobas. O Delimal propõe que se triturarem juntos em pipas com balas o carvão e enxofre, e que segundo ele diz evitará a combustão espontânea do carvão quando misturado com as outras matérias triturados antes todos três separadamente, e aumentará a produção da fábrica pois os pilões em lugar de 14 horas só terão de trabalhar 7 para a mesma quantidade de pólvora. Outro melhoramento é lembrado por Delimal que teoricamente parece muito vantajoso, e é a dessecação por meio do clorureto de calcium que se pode preparar facilmente na fábrica de pólvora. Basta uma arroba de clorureto para secar 50 de pólvora; mas para mais segurança empregar-se-ão 4. O clorureto de calcium dissolvido escorrerá de chapas de metal para fora da estufa, e evaporado tornará a servir. Por este sistema não há o risco de entrar alguma fagulha por qualquer fenda do tubo de vapor na estufa e não é preciso que os trabalhadores estejam a entrar nela para ver se entra nela vapor. Outro inconveniente do fabrico atual é a falta de igualdade de força na mesma qualidade da pólvora e para evitar isto o Delimal já propôs novo sistema de peneiramento. A água que move a turbina não é suficiente para trabalho contínuo nos meses de maior seca cumpre fazer um reservatório mais espaçoso. A qualidade da pólvora parece muito boa e tem tido o alcance de 104 a 120 braças no provete, cuja plataforma aliás jogava não se podendo calcular exatamente o ângulo de elevação. Está para se montar novo forno para carvão vindo ultimamente que o Delimal diz que é o empregado agora nas melhores fábricas, o cilindro da lenha é movido a braço. Há lenha no tendal para um ano, e plantaram-se do ano passado para cá 1550 pés de corindiba, e há terreno preparado para mais. A madeira que carboniza é o molungu e imbaíba inferior à corindiba.

Veio a despacho Manuel Felizardo. As notícias do Rio Grande, e Mato Grosso são pouco agradáveis. Aprovei as respostas do Taques ao presidente do Rio Grande, com as reservas de achar eu que houve prudência em não proceder o chefe de polícia mais ativamente contra os ladrões dos objetos naufragados no Albardão do Prince de Wales [*sic*] quando o espírito nacional se achava irritado pela entrada do vapor inglês, que se teria evitado talvez se houvesse mais diligência da parte dos empregados públicos, ainda que os ingleses parecem querer incomodar-nos por causa da convenção de indenizações e algum tratado que se desejam de comércio, e de considerar acertadas as comunicações feitas aos chefes de força da cidade do Rio Grande para estarem preparados a resistir a qualquer violência da parte dos ingleses cujo cônsul mostrava indiscreto zelo ¹⁸⁴. A respeito de Mato Grosso onde uma partida dos paraguaios foi às colônias militares dos Dourados e de Miranda, com ordem, segundo parece, de ver se os brasileiros as abandonavam à simples intimação, muito se admira dizer que o Borges encarregado de negócios do Brasil ¹⁸⁵ que lhe constava que nenhum dos nossos vapores de guerra em Mato Grosso está artilhado. Recomendai que se cuidasse de armar como fosse possível as fronteiras de Mato Grosso, e à vista do modo porque se exprime o Borges que tencionava descer para Montevidéu a título de tratar da saúde creio que deverá ir para lá alguém que imponha ao Lopes ¹⁸⁶.

Manuel Felizardo leu seu relatório que julgo mais bem feito que os que já ouvi ler ainda que poderia mostrar mais estudo dos diversos negócios de tão importante repartição. Lembrei-lhe que falasse duma exposição futura, para que devíamos preparar-nos com tempo, e também a vantagem de prêmios para animar a agricultura, instando por uma decisão quando ao que foi prometido aos que cultivassem trigo, a qual soube depender de consulta da seção, que não é recomendável por seu zelo na expedição dos negócios. Divirjo da opinião do relatórios sobre as estradas de ferro que entendo seriam de grande benefício para o país, convindo que as estradas que liguem as principais cidades com litoral ao centro sejam de rápida comunicação, devendo os ramais ser atentos as nossas circunstâncias estradas de rodagem [*sic*]. Também observei ao Manuel Felizardo que um dos períodos do artigo sobre a estrada União e Indústria devia ser menos severo, e creio que ele o modificará. Disse-lhe o que ouvira ao Cardoso a respeito da Seropédica; mas ele asseverou-me que ouvira o que me contara o Barbacena ¹⁸⁷. Eu insisti nas minhas idéias, e refleti que a triste experiência deve acautelar-nos para daqui por diante cumprido não esquecer a efetividade das seguranças do novo contrato com o a província como se fizera relativamente ao artigo. O palacete novo não continua e vai se arruinando. A escola provincial vai mal; 10 alunos e o professor parece mau.

24 de abril de 1862 – Veio o ministro da Marinha. Confirmou o dito do Borges do Paraguai dizendo que fora ordem para se artilhar o Anhambá sendo os outros vapores incapazes de receber artilharia. Leu a parte do relatório que tem

escrito. Há idéias; mas o estilo em alguns lugares é muito pouco próprio de tal documento. Refleti as atribuições do chefe do quartel general ¹⁸⁸ a serem ampliados deveriam atender às do ministro que é o principal responsável. No projeto de lei de fixação pedia o ministro autorização para criar mais uma companhia de aprendizes marinheiros; porém eu conformando-se à opinião que ele me dissera ser de seus colegas fiz com que se não peça tal autorização vistas nossas circunstâncias financeiras.

25 de abril de 1862 – Fui à escola do Monken em Nassau ¹⁸⁹ agradou-me ainda que desejaria que os meninos soubessem melhor traduzir de alemão para português. Depois estive nos colégios Kopke, Falletti e Mason ¹⁹⁰. O primeiro é o melhor; porém já estive em melhor pé. Se prepararem bem os meninos para completarem no Rio os estudos *[sic]* secundários já prestam bom serviço. À tarde visitei a plantação do Binot ¹⁹¹ que é interessante, e deve animar a cultura noutros pontos.

Às 7 veio o Lajes ¹⁹² trazer-me o relatório que pretende apresentar à Companhia União e Indústria, e o Bulhões um mapa a fim de mostrar a melhor direção, que é a que ele propões como tal, para a Estrada de Ferro de Pedro 2º ir à margem do rio S. Francisco. O Lajes disse-me que ia diminuir ainda o frete dos gêneros alimentícios e que a carga que sobe é ainda maior que a que desce devendo para haver equilíbrio entre a que desce para a que sobe, por causa dos declives na razão de 2:1. Referiu-me que o termo médio das léguas andadas pelas cargas na descida já é de 17.

26 de abril de 1862 – Cheguei a S. Cristovão deixando Petrópolis por este ano às 10 ½ h. Conversei com o Jacobina a respeito das economias da Casa a fim de eu poder dar pelo menos 100 contos da dotação a bem da agricultura fornecendo a cultura por meio de prêmios, e minha assistência às sessões do Instituto Agrícola ¹⁹³.

No despacho nada houve de notável. Restitui o regulamento do corpo de engenheiros civis com diversas reflexões das quais uma das principais foi sobre a vantagem de aproveitar os engenheiros encarregados das obras nas possíveis observações de acordo com suas habilitações científicas. Ainda não me deram as tabelas dos vencimentos. Também pugnei pelo concurso para prova das habilitações dos que entrem para o corpo como engenheiros e construtores. O Taques trouxe o decreto para regular a classe de adidos de 2ª classe ¹⁹⁴. Não aprovou a minha observação sobre a vantagem de admitir os graduados de outras faculdades sem serem as de direito independentemente *[sic]* dos exames, que aliás tornou severos quanto ao inglês por causa de uma reflexão minha. Disse que exigia os exames de todos menos aos bacharéis em direito que já foram aprovados nas matérias sobre versão, aquelas para se ver livre dos pedidos para adidos de 2ª classe. Também acrescentou ao projeto que a nomeação serviria só por 2 anos.

Esta tarde veio cá o Belo ¹⁹⁵, que estava agoniado com a assembléia dos acionistas da Seropédica por terem deixado no maior número de comparecer à sessão. Disse-me que os acionistas não faziam mais entradas e a companhia teria de liquidar-se, e mostrou-me um aviso ao Cardoso antes da reunião dos acionistas que me pareceu conveniente. Respondi-lhe que eu só desejava que a indústria prosperasse, e que os prêmios da província segundo minha opinião só deviam ser concedidos sob estas condições: direção profissional da fábrica, fiscalização direta da província, e trabalho feito. O Belo respondeu que estava já nestas idéias.

No despacho disse ao Sousa Ramos que era tempo de considerar o Mafra por ter apresentado o esboço em desenho da estátua eqüestre de meu Pai.

27 de abril de 1862 – Nada de novo.

28 de abril de 1862 – Assisti ao lançamento da corveta Niterói e vaporzinho Carioca. A corveta é um belo navio e honra o construtor Level ¹⁹⁶.

29 de abril de 1862 – O Saião veio ler-me o relatório. Achei bom o artigo sobre a política lembrando-me contudo que era melhor falar menos em turbulência. Insisti em minha reflexão sobre a reforma que ele projeta da lei da Guarda Nacional. Mostrou-me os pareceres do Uruguai e Abaeté que acham boa a reforma de algumas disposições da lei de 3 de dezembro. O Paranhos chegou para ler o seu relatório e assistiu à leitura do resto do outro ouvindo-me dizer que era preciso que as idéias a respeito da Guarda Nacional fossem do ministério e que se ainda não tinham discutido definitivamente não era minha culpa que falo há meses dessa necessidade, julgando que não convém adiar na maior parte dos casos dificuldades, como a do acordo que mais tarde talvez produza maior prejuízo. Contei que o Carlos Carneiro de

Campos ¹⁹⁷ dizia que eu me opusera ao despacho dum seu protegido perguntando se não era ele perante da mulher com que vive Carneiro Campos, e o Saião lembrou que eu até dissera em despacho quando ele Saião falara, sem eu nada saber a esse respeito, do motivo do empenho do Carlos Carneiro que eu apesar de preferir que fosse despachado o que já servia o lugar deixara-lhe inteira liberdade para a proposta atendendo a qualquer compromisso que ele tivesse e me disse hoje que não existia, contando-me pelo contrário, alguém que tal compromisso existia. Acrescentou que se queixara a algumas pessoas de que Carlos Carneiros de Campos insistisse no despacho do parente da amásia e atribui o dito de Carneiro de Campos o desejo de intrigá-lo comigo. Eu respondi que não podia supor, como muito me custa a crer, tamanha deslealdade da parte dele; mas o Carlos Carneiro assevera segundo ouvi que um ministro lhe referiu o que ele diz a meu respeito. A verdade há de por fim saber-se e eu fico perfeitamente tranqüilo.

O Saião disse-me que tinha boas informações do promotor de Itaguaí Dr. Jardim; mas tenciona informar-se do juiz de direito da comarca filho do Sapucaí ¹⁹⁸.

O ministro da Fazenda leu-me as duas partes do seu relatório, da receita e da despesa. Não julgo precisos impostos pois que pelo que se pode calcular não haverá deficit no exército de 1863-64. Quanto à produção de café recebeu as seguintes informações do Furquim de Almeida: existem no mercado 180.000 a 200.000 sacas, da colheita de 1861 e de restos da de 1860 ainda se esperam 250 a 300.000. A colheita de 1862 calcula-a num milhão até 1.200.000. Em 1863 espera abundante colheita se não continuar a praga e igual à desse ano se o contrário suceder. O preço do café tem se elevado do 40%. Antônio Francisco da Costa Cabral também escreveu ao Paranhos que das colheitas de 1859, 60 e 61 ainda haverá por dispor 300 a 400.000 sacas, e que a colheita de 1862 será de 1 milhão, e que as folhas de café estão viçosas. Fiquei de examinar a questão de ter ou não o governo autorização para alterar a pauta.

30 de abril de 1862 – Despacho. Restitui o projeto de lei regulando o crédito. Disse que era preciso que contentasse a alguém. Sou contrário aos créditos suplementares, e entendo que é preciso determinar claramente aos casos dos extraordinários cumprindo que ao menos haja exame completo antes da abertura de créditos para o que seria útil estabelecer a necessidade da consulta da seção do Conselho de Estado respectiva. Comparando disposições de leis e atos do governo parece que este se acha ainda autorizado para modificar a pauta. Ficaram os ministros, segundo creio de ainda assentarem sobre esse ponto. Entreguei o regulamento dispondo sobre a arrematação das obras públicas, e fiz diversas observações sobre ele assim como sobre o da inspeção das obras públicas do Município Neutro entre os quais lembrei a conveniência de haver um arquiteto que fosse ouvido sobre as obras em que se pudesse atender também à beleza delas. O Manuel Felizardo apresentou uma carta do Teófilo Ottoni sobre o Mucuri queixando-se do acesso de fretes a vapor. Pede que essa carta seja publicada no Jornal do Comércio por intermédio do governo; mas o ministro entende à vista das insinuações feitas a ele e ao Saião que não pode anuir o pedido. Eu disse que cumpria fazer o que fosse justo, e que havendo tais insinuações não podia com efeito o governo mandar publicar a carta. Não a pedi para ler por atenção ao ministro; mas espero lê-lo pois que o Ottoni a publicará.

Chamei a atenção do Sousa Ramos para os serviços que José Vergueiro tenha prestado nas obras da serra da Maioridade, e para as vagas que há na Capela dizendo-me ele que aguardava a sagração do monsenhor Rego ¹⁹⁹ a fim de fazer todas as propostas por junto.

1 de maio de 1862 - O Caxias trouxe-me o projeto da Fala do Trono cujo esboço foi do Sousa Ramos. Disse-me que os conservadores já não dizem que o ministério não presta, e pretende reunir os deputados e senadores para julgar do apoio com que o ministério pode contar nas câmaras. O Taques comprometeu-se até a sustentar o projeto de reforma da lei da Guarda Nacional tendo-se modificado o projeto no sentido das idéias que expendi. Admirou-me saber que o Saião não entendera a minha opinião sobre os que devem pagar para ficarem isentos do serviço que são unicamente os válidos compreendidos os estrangeiros.

Esqueci-me dizer que ontem estive no Passeio Público que ficou muito bonito. Tem plantas preciosas. Não se abriu ao público por causa de dúvidas no contrato com o Fialho. Recomendiei pressa ao Manuel Felizardo. A obra da gradaria está aberta em duas partes e pode entrar quem queira; ficaram de fechar com tábuas como no resto. O Paula Matos arrematou essa obra por 34 contos e o Fialho pedia quase o dobro ²⁰⁰.

Do Passeio Público fui ver a obra do cais da Glória. Foi feita sob a direção do Neate ²⁰¹ e aprovado por ele tudo o que se executara; porém o mar solapou a muralha que se ampara agora de grandes matacões, e o reparo montaria em 40 e tantos contos. Os matacões vem por mar da pedreira de S. Diogo, quando há mais perto tanta pedra na ilha das Cobras. Segui

para o Jardim Botânico que achei menos bem tratado que a última vez, que lá estive. Existem bastantes pés de baunilha novos, e fez-se uma casa para os trabalhos defronte da do diretor, bem como consertou-se esta última. Conversando com o Abrantes, Barbacena e Burlamaque ²⁰² e depois de ter percorrido o terreno disse que me parecia dever proceder a qualquer resolução do governo o orçamento exato da despesa com o preparo do solo para culturas de vantagem e aperfeiçoados, não convindo gastar senão com a conservação, como ela estava quando para lá foi o Instituto Agrícola, da parte do jardim que serve de recreio. O Abrantes achou justas minhas reflexões; mas o Burlamaque objetou que se não gastasse com o aterro para que já havia muitas propostas procederia o Instituto como criança. O Manuel Felizardo prometeu dar ao Instituto toda a antiga subvenção do jardim, e encarregar as obras públicas do melhoramento do rio dos Macacos para maior expedição das águas. Falando do pouco zelo dos membros da diretoria do Instituto prometi assistir a suas sessões sempre que pudesse.

2 de maio de 1862 – Estive no Paço da Cidade à espera de número de deputados para poder receber as deputações; mas o zelo em poucos ainda aparece, e a discussão do projeto da Fala do Trono não foi interrompida durante 4 horas.

O Caxias tinha me mostrado logo que cheguei ao Paço da Cidade uma carta do José Lima em que propunha da parte do Barreto o compromisso de não hostilizar o governo no Mercantil se lhe desse 40 anos *[sic]*. Eu repeti o que sempre tenho dito que em épocas como a atual o tesouro só deve despender com a folha oficial. Pedi aos ministros que guardassem segredo a respeito das propostas do Barreto, que não desejo seja molestado em seus apuros. Está cego, com poucos meios, e tem família, devendo-lhe eu muitas finezas.

3 de maio de 1862 – Chegou o vapor inglês; houve número para abertura da Assembléia; e recebi as deputações cerca de 1 hora da tarde. Reviu-se ainda o projeto da Fala do Trono durante perto de 3 horas. Os ministros não discutem suficientemente semelhante peça política antes de vir à minha presença já tarde e por isso apesar de todo o cuidado sempre terá bastantes imperfeições. Se os projetos de lei ainda não foram devidamente discutidos!! Não é por falta de recomendações minhas.

Esteve na audiência o Cardoso que me veio dar parte do contrato da Seropédica e repetir o que já me disse sábado de aleluia. Asseverou-me que ele não lembrou estipêndio para o presidente nomeado pelo governo provincial. O Belo trouxe-me logo depois a cópia do contrato que ainda não li. Falando com o dr. Borges ²⁰³ ouvi-lhe que havia muitas malversações na alfândega do Rio segundo lhe contara o Otaviano. A fiscalização acompanhada de castigo severo dos malversores é uma necessidade urgente.

4 de maio de 1862 – Esteve comigo o Pedreira ²⁰⁴. Disse-me que havia desgostos entre os deputados por causa de nomeações feitas pelos presidentes sobretudo de Minas – apontando a do Silveira Lobo para suplente do juiz municipal – e Alagoas ²⁰⁵. Eu refleti que me parecia que desejavam exclusivismo na política, e que para preenchimento não se devia logo ver a que partido pertencia o indivíduo, que em certos lugares os homens dum partido podiam contrariar os princípios do governo; mas que era preciso examinar bem se isto se dava e não julgar logo porque o indivíduo pertence a um partido. Conversando depois com o ministro do Império ele disse-me que não aprovava certas nomeações feitas pelo presidente de Minas; e que lhe recomendara que procurasse para os cargos públicos os indivíduos legitimamente influentes das localidades. Eu respondi o que disse ao Pedreira.

A 1 hora abri a Assembléia Geral.

Procurou-me estar tarde o Camaragibe ²⁰⁶. Falei-lhe no pouco rigor com que se julga na Faculdade de Direito do Recife citando as provas do último concurso para professor de inglês. Ele respondeu-me que se nenhum dos concorrentes fosse escolhido não se apresentaria outro. Creio que se lucraria com a experiência. Para que estudem é preciso que se convençam que sem o fazerem não se alcançam certos lugares. O Camaragibe disse-me que havia desgostos da parte dos deputados; mas que desapareceriam – não duvido principalmente se o governo lhes falar uma linguagem digna – e o ministério terá maioria.

5 de maio de 1862 – Veio cá o Paranhos ler-me outra parte do relatório. Restituí-lhe o projeto de reforma do regulamento do selo, e fiz diversas observações, que ele aceitou em parte e disse-me já lhe tinham oferecido outras pessoas. Pouco entendo desta matéria e apenas disse que o que me sugeriu a razão comparando eu o projeto com o regulamento existente que, julgo ficará muito melhor ainda que a reforma subordinada à autorização não possa ser

completa. O Paranhos disse-me que o ministério pretendia modificar o que existe relativamente ao modo extrair as loterias, não aprovando ele que esse serviço passe para o tesouro como quer alguns dos colegas.

6 de maio de 1862 – Li a carta do Ottoni ao Manuel Felizardo e já tomei nota de alguns pontos para informar-me. Procuraram-me à tarde diversos deputados entre os quais Zacarias ²⁰⁷ que veio com o diretor geral dos índios do Paraná, Rocha Loures que, fala no sotaque muito mal; porém mostra bastante inteligente *[sic]* sendo filho de quem já lidara muito com os índios, e o Sales Torres Homem ²⁰⁸, que elogiou a reforma financeira de Fould, parecendo preferir o sistema dos virements ao dos créditos suplementares, e disse-me que o Porto-alegre ²⁰⁹ desejava voltar para a Academia das Belas artes. O Almeida Pereira ²¹⁰ disse-me que o fato referido hoje pelo Mercantil sucedeu já há meses em Quissamã e não houve abuso da parte do subdelegado que já não o é.

Não tenho visto explicação do artigo do Mercantil sobre o último crédito de 80 e tantos contos do Ministério das Obras Públicas, e por isso direi o que me referiu o ministro. Parte do crédito é porque ainda não tinham passado para o Ministério das Obras Públicas certas verbas de despesa de outros, e portanto não há senão o excesso de despesa sobre os gastos anteriores à criação do novo ministério de 30 e tantos contos, quando Sérgio ²¹¹ e João de Almeida depois de terem bem calculado, e à vista de tabelas, provaram-me, porque tinha dúvidas, que não haveria excesso de despesa senão com os ordenados do ministro e consultor e aluguel da casa, que não se tem de pagar.

O Dr. Freire ²¹² disse que o mal dos cafezeiros provém da lagarta que ataca mais os cafezais mal tratados ou velhos. Não crê senão no efeito do tempo para desaparecimento da praga, e pensa que se propagaria a qualidades novas de café que se plantassem.

7 de maio de 1862 – Houve despacho. Tenho deixado ao ministério a respeito do pedido do conde d'Áquila da nova prorrogação de licença resolveu ele que se respondesse ao conde d'Áquila que se dentro de 4 meses contados da comunicação não viesse para o Brasil com a família cessariam dotação e alimentos dando-se-lhe o dote. Esta resolução deve ser comunicada às Câmaras se algum dos representantes da nação interpelar o ministério. Eu e a imperatriz há anos que insistimos por uma decisão do conde d'Áquila aconselhando-lhe aquela, de acordo comigo, que aceite o dote.

O Saião propôs o Cruz Machado ²¹³ para comandante superior da Guarda Nacional do Serro, e eu disse que cumpria ver se o chefe do Estado Maior merecia de preferência tal nomeação. O ministro insistiu na proposta e eu nada mais disse. Acabado o despacho tratou-se da obra do Uruguai, e o Saião, com alguma veemência por haver o Taques dito que o Zacarias criticava a obra, se exprimiu a respeito deste último; o que me obrigou a defender o Zacarias. Veio à baila o poder moderador e eu disse que era questão suficientemente discutida e que só a prática resolvia eficazmente ²¹⁴. Sobre o direito de revolução que também estigmatizou o Saião eu disse que o era da Providência e que por negá-lo não se evitavam as revoluções quando o terreno se achava preparado para elas e que era este mal que cumpria remover por meio de bom governo.

Entregando ao Manuel Felizardo a representação dos colonos do Mucuri que ele me deu para ler e já informada notei o pouco que se tinha gasto com a conservação das estradas, e tornei a chamar a atenção do ministro para o abuso dos fretes do vapor. O Saião logo observou, com algum calor, que não se devia gastar o dinheiro do tesouro com estradas de tão pouco trânsito de mercadorias, por isso que as exigências eram feitas em tom de ameaça; ao que repliquei que as estradas se forem a outros pontos de Minas além dos que já aproveitam delas serão de grande proveito, e que é preciso, conservar o que está feito não olhando a indivíduos, quando se tratam questões de interesse público. O Taques que sempre tenho achado coerente e firme em suas opiniões declarou que conservava sua opinião já manifestada a respeito do poder moderador. Recomendei ao ministro da Marinha que estudasse a questão dos navios encouraçados em relação à nossa Marinha que se não se prevenir poderá dentro em pouco perder toda a força perante um Merrimac ou Monitor do rio da Prata, e o ministro disse-me que já tinha convocado diversos oficiais da armada para se ocuparem desta questão ²¹⁵.

8 de maio de 1862 – Nada de novo. Esqueci-me dizer que o Sales Homem perguntando-me eu que opinião trouxe da Europa a respeito da colonização para o Brasil, respondeu-me que não falta gente que está pronta mesmo pagando suas passagens contanto que encontre aqui terra demarcada para comprar. Falando-lhe sobre bancos ele disse-me que entendia que só o corpo legislativo podia autorizar a fusão dos bancos, por isso que o emprego do capital do Banco do Brasil estava determinado nos seus estatutos.

9 de maio de 1862 – Tenho pensado hoje bastante sobre a situação política e por ora inclino-me; caso não encontre o governo apoio na Câmara para marchar, a anuir a dissolução desta, mas ouvido o Conselho de Estado, e não sendo [sic] o ministério atual; porém um que não possa ser suspeito de pender para qualquer dos partidos extremos quem presida às eleições onde a autoridade deve manter a liberdade do voto e portanto a execução escrupulosa das leis. Na hipótese hei de prevenir de meu pensamento o ministério atual porque não quero que me acusem de deslealdade. Um novo ministério moderado como o atual não teria motivo logo depois de sua nomeação para dissolver a Câmara, que aliás na sessão seguinte apresentaria o mesmo aspecto que atualmente, e nesta última época teria o ministério contra si as prescrições deste; além disto o Caxias e o Joaquim José Inácio são uma fiança do bom espírito da tropa nas circunstâncias sempre melindrosas duma dissolução. Ainda hei de meditar sobre estas idéias esperando do tempo bem aproveitado tudo o que servir para acerto. Inclino-me à dissolução assegurada a liberdade do voto para o que serão necessárias medidas tomadas com prevenção pelo governo relativamente a autoridades, por isso que este é o único meio constitucional em certos casos de eu saber quais os ministros que devo nomear.

10 de maio de 1862 – Procurou o Tavares da Seropédica. Veio dizer-me que a nova diretoria em virtude do contrato recente com a província o excluía e pedia proteção fora do estabelecimento. Eu respondi que sempre tinha reconhecido o serviço que ele prestara animando a indústria sérica, que entregara o negócio ao presidente e apenas lhe recomendara como capitais as idéias que já mencionei neste livro. Quanto à proteção dependia esta das circunstâncias. Vieram o Caxias a despacho e o Taques ler o relatório de que lembrei algumas comissões como o procedimento da Inglaterra por motivo do naufrágio na costa do Albardão; e do vapor Entre-Costeaux no Pará, que o Taques disse era comunicado pelo presidente como assunto de pouca importância. Tornei a chamar a atenção do ministro para os vexames que sofrem os brasileiros no Estado Oriental.

O Caxias deu-me em segredo da parte do Silveira da Mota ²¹⁶ um projeto de lei providenciando para os casos de regência sobre que ele desejava saber a minha opinião deixando de apresentá-lo ao senado se assim me parecesse. As principais disposições são as seguintes – Todos os empregos públicos gerais que forem exercidos nas províncias serão de nomeação dos presidentes das províncias a exceção dos enumerados nos §§ 2º, 3º e 5º do artigo 102 da Constituição e dos empregos de lentes das Faculdades de Direito ou Medicina e de inspetores de tesourarias – As princesas brasileiras casadas com príncipes estrangeiros não têm direito à regência embora sejam mais próximas em parentesco e residam no Império – As penas impostas aos ministros e conselheiros de Estado por crime de responsabilidade não podem ser perdoadas pelo regente – O poder de conceder anistias será dependente da aprovação da Assembléia Geral. Não fala de regência por

Escrevi o seguinte ao Caxias - Aprecio devidamente o motivo, porque o autor do projeto incluso desejou que eu o visse antes de apresentado, e agradeço a delicadeza. Sempre sou de opinião que se previnam os casos com o tempo; porém relativamente a mim em pouco mais de 2 anos menos prováveis se tornaram duas hipóteses de regência, e quanto às circunstâncias do país deixo ao Sr. e ao próprio autor do projeto como representantes da Nação, sendo além disto um também ministro, o juízo da oportunidade. Nada direi sobre as disposições do projeto; porque o estudo dele foi rápido, visto ser a questão a da oportunidade, embora me ocorressem diversas observações. Respondo já porque não quero demorar a apresentação do projeto segundo entender o autor.

O Espiridião Elói de Barros Pimentel ²¹⁷ visitou-me esta tarde e queixou-se amargamente do estado da justiça na comarca de Porto Calvo e sobretudo do juiz Manuel Joaquim de Mendonça Castelo Branco ²¹⁸. Disse que o presidente tem feito favores à família Mendonça e contudo esta o guerreia. Eu respondi-lhe que ele teria ocasião de defender na Câmara a causa da justiça baseando suas acusações em documentos de modo a conseguir seus justos fins; replicou que pretendia fazê-lo. Referi esta conversa ao Caxias, e ele disse que o Ministério tratava de propor-me a mudança do presidente que não estava bem com nenhum dos partidos, e queria ter política diversa da do governo. Eu observei que era inconveniente mudar tão amiúde os presidentes e que estes por serem imparciais como dizia o governo sê-lo é que não eram benquistos dos partidos. Replicou que era preciso atender também às queixas dos deputados.

11 de maio de 1862 – Veio falar-me o promotor da comarca de S. João do Príncipe, Manuel Rodrigues Jardim. Fiquei com alguns documentos para examiná-los e ele de tornar cá amanhã. O Caxias procurou-me de manhã para falar-me sobre o projeto do Silveira da Mota a respeito de cuja inoportunidade pensa como eu que lhe comuniquei tudo o que julgava relativamente ao assunto. Disse que pensava que o proceder do Silveira da Mota era de especulação. Pediu-me

licença para mostrar a minha resposta, que já foi feita para isto, ao que anuí; mas não agora porque deseja obter do Silveira da Mota uma exposição de motivos que ele lhe prometera para me ser mostrada e eu conhecer as razões; porque ele pretende apresentar o projeto. Depois tratamos de política e eu lhe expus o que penso por ora sobre a hipotética dissolução da Câmara, sem contudo, por esquecimento, referir-lhe que pretendo, dadas as circunstâncias, consultar o Conselho de Estado antes de formar minha opinião definitiva, e o Caxias respondeu-me que receava muito da dissolução, ainda que reconhecesse as vantagens dela na hipótese figurada. Perguntou-me qual a minha opinião sobre a marcha do ministério e eu respondi que em geral agradava-me, mas que a principal necessidade do ministério é a moralidade das autoridades empregados públicos. Que era preciso olhar com muita atenção para as despesas das obras públicas e para a alfândega da Corte, cujo administrador Antônio Nicolau Tolentino, passa por fraco. Disse que o Caxias e Joaquim José Inácio não são homens propriamente de partido, e que o Saião e Manuel Felizardo não poderiam presidir a uma eleição, sem suspeitas de parcialidade da parte dos que se opõem aos conservadores nos extremos, sendo o Paranhos suspeito de todos mais ou menos. O Caxias concordou com o meu modo de ver a respeito do Saião e Paranhos, e, lembrando-lhe eu o que lhe observara, por ocasião da organização do ministério, a respeito do Manuel Felizardo, que eu reputo homem honrado; é administrador inteligente; mas tem ganho antipatia, o Caxias respondeu-me o que então me ponderara sobre a necessidade dum ministro que falasse no Senado. Quando falávamos da dissolução possível da Câmara o Caxias disse que declarara a seus colegas que se lhes dizia que estava pronto a propor-me a dissolução não era porque tivesse certeza de minha anuência, e eu então recordei que no momento da organização do ministério pedindo-me o Caxias licença para propor-me, caso entendesse necessária, a dissolução da Câmara, eu lhe respondera que era isso direto do ministério; mas que eu não poderia deliberar senão no último instante. Lembrei também como muito preciso para a moralidade tomar medidas contra o abuso das acumulações e das aposentadorias. O Caxias concorda na necessidade; mas receia ferir interesses e o projeto do Sousa Ramos, que aliás, não é suficiente, nem foi discutido.

12 de maio de 1862 – Tornou cá o Jardim. Depois do exame e de ouvi-lo disse-lhe que estava satisfeito pelo que tinha podido examinar; mas que a defesa do que julgo justo perante os ministros, como sempre o faço, não é sempre bastante e que talvez fosse conveniente que ele respondesse numa só correspondência a todas as acusações que pudesse destruir com documentos; porque de outra sorte a polêmica não terminaria. Respondeu-me que assim procederia e que o ministro da Justiça formava bom conceito dele.

Depois falou-me Jacobina a respeito do réu João Peixoto da Costa Braga a quem o Supremo Tribunal concedeu revista, tendo-lhe eu antes negado o perdão pedido. Pediu-lhe cópia do acórdão, e disse-lhe que o havia de ler o ministro da Justiça para que ele examinasse melhor os requerimentos de perdão que me são dirigidos, e mesmo evita que haja resolução do poder moderador antes de esgotados todos os recursos judiciários. O acórdão parece que prova que o caso é unicamente cível; mas eu segundo disse ao Jacobina regulei-me pela sentença do juiz de direito Manuel de Araújo Cunha em cuja inteligência, e inteireza muito confio. Se pudesse examinar todos os pedidos de perdão por mim mesmo eu o faria, a respeito de crimes mais graves sobretudo de morte tenho o feito diversas vezes.

Fui à sessão do Instituto Agrícola. À vista do dinheiro que há resolveu-se como eu previa a rescisão do contrato do Jardim. Eu animei quanto pude os membros presentes que eram Abrantes, Burlamaque, barão de S. Gonçalo e de Mauá, e disse-lhes que brevemente teriam talvez um auxílio pecuniário de importância. O fim do Instituto é principalmente a fundação duma escola prática de agricultura e para isso é preciso dinheiro para compra de terreno em lugar azado, e renda do Instituto. O Burlamaque mostrou-se desanimado e pedindo a sua demissão desde já de secretário da diretoria disse que talvez propusesse na primeira assembléia geral que se restituísse aos contribuintes o capital do Instituto. Insistiu-se muito para que ele não desse tal passo que tanto desânimo traria ao Instituto; mas ele insistiu e por fim parecia só querer ficar como secretário até a primeira assembléia geral. Aconselhei aos membros presentes que por meio de suas relações promovessem o aumento do capital do Instituto e a concorrência às assembléias gerais dos sócios. Ainda que pouco alcançassem não deviam desanimar lembrando-se da vida que tem tido a Sociedade Auxiliadora e o Instituto Histórico que a despeito de tantos obstáculos bastantes serviços já tem prestado. Creio que minha visita aproveitou, e, em todo o caso, fico satisfeito por não deixar de fazer tudo o que posso a bem duma instituição que reputo de grande utilidade.

13 de maio de 1862 – O Dr. José Tomás de Aquino veio mostrar-me como um serviço o mandado de despejo e penhora da tipografia do Charivari ²¹⁹. Disse-lhe que não fazia caso desse periódico porque as calúnias destruíam-se a si

próprias, e apenas desejava que não supusesse que eu tinha concorrido para o ato que ele tinha praticado. Replicando ele que sua intenção fora unicamente a de mostrar-me sua gratidão terminei colóquio dizendo que ficava ciente.

14 de maio de 1862 – Veio visitar o Luís Werneck ²²⁰. Animei-o para assistir às sessões do Instituto Agrícola, que ele entende que deve fundar a fazenda-modelo em cima da serra por causa de melhores terras e maior proximidade dos fazendeiros. Respondi-lhe que pensaria sobre sua idéia. Referiu-me que Joaquim Ribeiro Avelar ²²¹ de Capivari tem gasto 20 contos com instrumentos agrários e tirado um proveito estrondoso como se exprimiu o Werneck.

No despacho falei dos negócios apontados na relação que junto. Sobre a eleição do Passa-Três o Saião entende que se deve esperar pela decisão do recurso interposto para a Relação; mas o Sousa Ramos disse que já ordenara ao presidente da província para mandar proceder à eleição municipal e que o dia já estava marcado. Parece que houve conversa entre os ministros a tal respeito e que aparecendo divergência o Sousa Ramos entendeu, como disse, que estando a qualificação completa depois das decisões do conselho de revista não podia a vista de avisos do governo demorar a eleição. A provincial faz-se quando ainda substia *[sic]* a qualificação que deu lugar à anulação da eleição geral no Passa-Três e por isso não houve a provincial nesta freguesia. Com efeito a qualificação tinha sido reconhecida viciosa pela Câmara dos Deputados; mas o governo podia ter impedido legalmente a eleição provincial, não o creio? *[sic]* O Sousa Ramos disse-me que a comissão da estátua não estava bem com o Mafra por causa da pretensões pecuniárias, e por isso não se mostrava disposta a propor recompensa para o Mafra. O Saião Lobato ficou algum tanto confuso quando eu lhe falei do acordão a respeito do réu Peixoto Braga e disse que ia expedir uma circular no sentido de minha reflexão quanto ao pedido de graça antes de interpostos todos os recursos legais. Falando-lhe eu da busca em casa do Leilão respondeu que se o sub-delegado tivesse assim procedido proporia sua demissão.

15 de maio de 1862 – Nada de novo.

16 de maio de 1862 – Esteve cá o Abrantes. Falei-lhe o Instituto e ele quis sustentar que não se votara a rescisão do contrato do Jardim Botânico e somente a remessa ao conselho fiscal! Achei-o bastante indeciso, e quer que se compre a chácara do Algodão para o Instituto quando aí também há aterro que fazer segundo ouvi e vi quando estive na localidade.

Fui a Alfândega. Há 100 e tantos trabalhadores dos quais grande parte serventes, e o ajudante do engenheiro filho do Bernardo Jacinto da Veiga ²²² disse-me que para regular andamento da obra carece de 20 contos por mês de consignação. O andar térreo pode ficar pronto no fim do mês, e o edificio até o segundo andar externamente em 6 meses continuando o trabalho como vai. Consta-me que as traves de ferro sofreram porque o Galvão ²²³ engenheiro da obra não se limitou a levantar os pilares somente para comparar o abatimento, por causa do terreno; mas fê-lo *[sic]* demais receando futuro abatimento que não se verificou. O Capanema ²²⁴ falou-me em continuar a inspecionar essa obra cujo risco é devido a ele. A alfândega carece muito de tais armazéns e o Nicolau Tolentino disse-me que a despesa das obras da Alfândega e, depois do pagamento de nossa dívida, que não se pode realizar agora, e que ele julga mais rendosa. Hei de falar ao Paranhos para que não cessem, e tenham mesmo todo o adiantamento possível. O cais vai bem feito, e o Neate tem tido o cuidado de carregar os pegões com bastante peso, para que cedam tudo o que tiverem de ceder, antes *[de]* fazer o aterro do cais, e construir os arcos que ligam todos os pegões entre si. Percorri o cais por terra e por mar, e entrei na pequena bacia do mercado, que se vai entulhando com os despejos. Enfim examinei o sistema de guindastes de 7 toneladas movidos pela pressão d'água que é conduzida à prensa por meio de 2 máquinas de vapor cada uma de 15 cavalos. Os guindastes movem-se com a maior facilidade, e a pressão sobre o êmbolo da prensa hidráulica é de 800 a 1000 libras por polegada, sendo a superfície do êmbolo de 800 pol. Podem se estabelecer quantos se quiserem ao longo do cais e do cano que conduza a água.

Comuniquei ao Tolentino o que me constava e ele já sabia pelo ministro de extravios na Alfândega. Os armazéns que percorri todos sendo alguns verdadeiras espeluncas estavam pouco cheios. Na obra do cais trabalham 300 homens dos 600 que houve anteriormente; também nos armazéns se reduziu de metade o número de trabalhadores. Quando estiverem paradas as obras do cais o prejuízo, segundo me disse, o inspetor foi de 200 contos.

17 de maio de 1862 – Falei com o Sousa Ramos a respeito do Instituto Agrícola. Queixa-se muito da diretoria e principalmente do Burlamaque. Expendi-lhe minhas idéias e ele concorda comigo em que cumpre rescindir o contrato do Jardim Botânico e comprar as terras noutra parte para estabelecimento da escola prática para onde se devem mandar

agricultores práticos de fora, que ele lembra que sejam dos Estados Unidos por causa das culturas similares. Achei-o animado e ofereceu-se para ser secretário do Instituto, quando isto fosse possível, e prometeu empenhar-se pelo progresso do Instituto em cuja utilidade sempre acreditou; verei o que fará. Recomendei-lhe que trabalhasse para que a próxima assembléia geral dos sócios fosse concorrida, e que seria conveniente aumentar o número de diretores ou permitir que os sócios do Instituto assistissem às sessões da diretoria, embora não tivessem voto deliberativo, a fim de que eu assim melhor pudesse informar-me das necessidades da lavoura e animar os fazendeiros. Não me tenho descuidado deste assunto e creio que o Instituto criará novas forças. Segundo o Sousa Ramos tem havido falta de zelo da diretoria na cobrança, que não se realizou ainda, das anuidades dos sócios.

Falei com o Sinimbu ²²⁵ que chegou ontem das Alagoas. Mostra-se satisfeito com o presidente. Diz que o juiz de direito de Porto-Calvo tem se tornado perseguidor de seus subordinados e que o de Alagoas apesar das ordens do presidente ainda não respondeu à queixa que me foi dirigida há bastantes meses contra ele. Referiu-me que os deputados à exceção do Tibério ²²⁶ que talvez não venha e dos Fernandes da Cunha e Franco ²²⁷ vem para a oposição, e que a demissão do Fontes cuja proposta não ocultava o Antão era tida por ato precipitado deste. O oficial que o Fontes retirou do interior era prevaricador, segundo lhe contara o Fontes, e este não merecia a suspeita que se teve dele. Também disse que algumas nomeações do Antão eram mal vistas como a de major dum certo Antão assassino dum subdelegado aliás tirânico. Eu respondi que o Fontes não fora demitido por suspeito; mas porque o iam enredando na política e o militar não deve ser político, ainda que tenha opiniões políticas suas.

O engenheiro Galvão veio à audiência e perguntando-lhe o que houve a respeito do levantamento dos pilares dos armazéns respondeu que umas chapas para ligar as traves, as quais não deviam ser de ferro fundido é que se partiram quando os pilares cederam, e que os não levantou mais do que o que tinham cedido. Hei de examinar melhor isto.

Estive com o Caxias. Vi um resumo do que se passara na Câmara e disse-lhe que não me satisfizera a resposta indecisa do Paranhos a respeito do empregado da Alfândega removido daqui para a Bahia. Queixou-se-me do Itaboraí que fazia oposição e a animava contra o Paranhos, apesar de o haver lembrado para a pasta da Fazenda, quando ele a não quis aceitar, e disse que mandara o Eusébio ao Itaboraí e este lhe pedira que fosse a sua casa para ouvir suas explicações, e o Caxias pretende ir amanhã. O Caxias ainda fala da demissão do presidente das Alagoas que lhe disseram aconselhara a deputados que não apoiassem o ministério.

No despacho de 4^a feira falei a favor do projeto do Silveira da Mota minorando o estado infeliz da escravatura, e o Manuel Felizardo disse que queriam que os escravos ficassem de melhor partido que os livres os quais se separavam dos filhos quando os mandam estudar fora do domicílio dos pais! Eu repliquei que ele decerto falava assim unicamente por argumentar contra a proposta, ao que ele retorquiu que não se oporia a ela parecendo-me um pouco envergonhado do que dissera.

18 de maio de 1862 – Nada. Apenas de noite li um periódico de Lisboa que morrera o príncipe de Cápua; tenho muita e muita pena da imperatriz que merecia ser mais feliz com a sua família.

19 de maio de 1862 – Veio o Taques trazer-me cartas e a notícia que já sabia da morte do meu cunhado. Nada mais.

20 de maio de 1862 – Acabei de examinar as alterações propostas pelo diretor e lentes da Escola de Medicina da Corte aos estatutos. Do parecer da comissão nomeada hesito sobre o tempo de ensino da fisiologia, e não concordo em que o diretor possa ser lente efetivo, em admitir ao concurso para lente doutores em medicina que não sejam os opositores, em que os pontos para as teses não fiquem à escolha dos concorrentes, e na supressão do art. 193 dos estatutos. Do parecer assinado pelo Dr. Rocha Freire e outros aprovo o método dos pontos para exame, o que propõe a respeito dos doutores, bastando 3 bolas pretas, como quer o Dr. Antônio Teixeira da Rocha, para não obterem o grau. Concordo com o que lembra o Valadão sobre os estudos de 3 opositores na Europa, principalmente quanto à psicologia comparada e experimental, e deverem os opositores revezar como preparadores. Do parecer do Dr. Chaves aproveitaria a idéia de regular o número de pontos para perda de anos conforme se forem facilitando os meios de ensino livre ²²⁸.

Os ministros vieram dar-me os pêsames. Informei do que tem havido nas Câmaras e o Saião referiu-me que o Zacarias, o que me admira [*sic*] pois ele deve conhecer-me, que se fosse exato, como se espalhava que eu prometera anuir à proposta de dissolução, isto justificaria o charivari. O Taques atalhou que o Zacarias dissera estas palavras em voz baixa mas confirmou o que replicou o Saião, que se ouviram bem em toda a Câmara. Com efeito se eu fizesse tal promessa não

compreenderia meus deveres. Já espero que se for proposta a dissolução e eu não anuir se diga que eu faltei à palavra dada ao Caxias! Os partidários exagerados não podem gostar de minha política imparcial, que eu aliás capricho em fazer prevalecer unicamente pelos meios que permite a Constituição.

21 de maio de 1862 – Pouco depois das 3 recebi notícia telegráfica de que passou na Câmara dos Deputados por 1 voto a emenda do Zacarias. Aguardando a resolução dos ministros pensei ainda mais sobre a hipótese, e, atendendo à dificuldade de uma eleição tão escoimada como seja possível da pecha de feita pelo governo caso prendesse o atual a ela, e tendo-me o próprio Caxias dito que receava a dissolução e entendia que não devia modificar o ministério, posto que parecesse referir-se a essa medida para o fim de angariar maioria, julguei mais acertado mudar de ministério escolhendo o Zacarias para organizador do ministério visto que se apresentou como chefe da liga. O Sapucaí a quem consultei inclinou-se à mudança de ministério do modo porque eu pensava, e também o Abrantes que me veio dar pêsames, e que achei animado a bem do Instituto Agrícola, concordando comigo na escolha de José Faro e Drs. Freire Alemão, Ferreira de Abreu e Macedo para a diretoria do Instituto Agrícola ²²⁹. Disse-lhe que a diretoria proporia a alteração dos estatutos que lembrou o Conselho Fiscal. Ainda parece desejar que o Burlamaque fique como secretário, ainda que com muito menor empenho.

Perto de 7 vieram os ministros e o Caxias disse-me que não podiam continuar com a Câmara tal que estava e que fariam o que eu quisesse. Respondi que propusesse o que entendesse e foi a dissolução, do que não anuí declarando que o fazia por causa das circunstâncias do país e não porque retirasse a confiança que sempre depusitei no ministério. O Caxias pareceu ficar contrariado e insistiu para que não se declarasse que ele não tinha pedido sua demissão; ao que observou Sousa Ramos que dizendo que eu não tinha anuído à proposta da dissolução ficava manifesta a razão da retirada do ministério. O Taques agradeceu-me em seu nome a declaração de que o ministério não tinha perdido a minha confiança. Retirando-se todos os ministros menos o Caxias conversei com este e expliquei-lhe as razões porque preferia a retirada do ministério. Ele já estava mais senhor de si, e disse-me que era preciso cuidar na pasta da Guerra por causa do exército e na da Fazenda, ao que respondi que a respeito do exército contava sempre com ele Caxias que sempre se mostrara soldado obediente. Fez-me protestos de inteira dedicação, e eu disse-lhe que a respeito da escolha dos ministérios apenas perei estas condições: que respeitassem a Constituição e as leis; fossem moralizados, e não quisessem a realização de reformas constitucionais. Quando lhe disse que escolhia o Zacarias para organizador do ministério perguntou-me se o não tinha mandado chamar, ao que repliquei um pouco admirado que não o poderia ter feito pois só há pouco ouvira a proposta dos ex-ministros. Desculpou-se retorquindo que poderia tê-lo mandado chamar visto ser negócio assentado em meu espírito a retirada do ministério. Lembrou-me que chamasse também o Nabuco ²³⁰; mas logo depois refletiu que não goza de conceito de moralizado. Despediu-se dizendo que desejava que os novos ministros – para bem do país – pudessem sair-se bem. Antes de retirar-se havia insistido no desejo de que constasse que ele não pedira sua demissão; contudo eu o não demiti; e ele retirou-se porque precisava da dissolução para continuar.

Depois de 9 ½ h veio o Zacarias. Encarreguei-o de organizar novo ministério pois que o outro se retirara por eu não anuir à proposta de dissolução. Dei-lhe inteira liberdade para escolha dos companheiros sob as condições já apontadas. Ele falou no costume que havia de ser senador o organizador do ministério; mas logo acrescentou que tendo partido o xeque ao ministério da Câmara dos Deputados entendia como eu que o organizador do ministério devia sair dessa Câmara. Eu disse-lhe que tinha idéias minhas políticas e sobre a marcha do governo; mas que reconhecia a minha posição de monarca constitucional. Falando ele sobre as medidas lembradas na Fala do Trono disse que reconhecia a necessidade delas; mas que havia divergências no modo de realizá-las, parecendo entender mal as palavras da Fala do Trono - aliviara a G. Nacional do serviço ativo - como se não significasse livrá-la inteiramente desse serviço, e declarando-se contra o imposto substitutivo do serviço. Também mostrou julgar que não é preciso corrigir a lei de eleições senão no ano anterior ao da eleição geral. Eu apenas observei que era preciso não impossibilitar as medidas precisas por causa das divergências no modo de realizá-las. Referiu-me que ainda não havia programa da parte dos coligados, e que apenas os liberais não tinham feito questão da entrada de algum dos seus para o ministério. Pediu-me que o deixasse conversar com os amigos, ficando de responder-me depois de amanhã. Achei muita a demora, e prometeu tornar cá amanhã de noite. Também disse que um dos pontos do programa de seu ministério seria a não candidatura de nenhum dos ministros ²³¹.

22 de maio de 1862 – Voltou o Zacarias antes das 8 da noite. Trouxe-me a seguinte lista de ministros – Ele para Império ou Justiça, Dias Vieira, Furtado para Justiça ou Império, Sousa Franco para Fazenda, Porto Alegre para a Guerra,

José Bonifácio para Marinha e Sá e Albuquerque para Obras Públicas ²³². Disse-me que o Sousa Franco lhe prometera aceitar a atual legislação bancária e só procurá-la adotar na execução como fizera o Paranhos, e que declararia isto mesmo se interpelado no Corpo Legislativo. Eu respondi que achava todos nas condições que unicamente tinha exigido; mas que a posição do Sousa Franco na pasta da Fazenda era de incoerência para ele e que a falta de coerência tinha já desprestigiado a muitos ministros; contudo que o que eu dizia eram apenas observações. Zacarias propôs logo José Pedro Dias de Carvalho ²³³, de quem já se havia lembrado e até primeiro incluía na lista, para a Fazenda indo Sousa Franco para Estrangeiros. Assim mesmo disse-me que era conveniente a declaração prometida pelo Sousa Franco. Zacarias mostrou dúvida sobre a capacidade intelectual do Porto Alegre, e apresentando como o motivo da exclusão de qualquer dos oficiais de Marinha deputados do ministério a falta de inteligência deles eu respondi que Lamare ²³⁴ a tinha muito mais que Porto Alegre. Disse-me que havia de exigir deste que não se deixasse influir por sua indisposição com o Caxias. Antes de se retirar disse-me que era preciso reunir maioria, porque eu não tinha retirado minha confiança ao ministério passado e apenas entre dois males, o da retirada dele e o da dissolução da Câmara preferia aquele como o menor; portanto não tendo o novo ministério justificado ainda minha confiança, que eu estava certo não desmentiria ele por seus atos muito dificilmente anuiria a uma dissolução se ele me propusesse como aliás teria direito para fazê-lo. Que lhe declarava isto, que nem mesmo o Caxias sabia; – porque, embora muito confiasse na sua discricção, julgara mais prudente não lhe comunicar para que de modo nenhum pudesse eu estorvar a nova organização do ministério – porque assim o exigia a lealdade. Zacarias respondeu que se o novo ministério depois de sua organização não pudesse marchar – pediria ele a sua demissão julgando contudo que no decurso do tempo poderia ver-se obrigado a propor a dissolução; ao que repliquei ser isso sempre direito do ministério, não podendo eu decidir-me a tal medida senão no momento. Acrescentou que a liga não pretendia que o ministério saísse se seu seio, e lembrou uma nova tentativa de ministério, caso esta não vingasse, contudo que fosse o ministério composto de indivíduos, que executassem melhor que o passado o seu mesmo programa contra o qual não se declarara a liga. Mostrou-se embaraçado com a comissão, e disse-me que se previsse este desfecho talvez até não houvesse apresentado a emenda; pois que só queria alteração no modo de executar o programa do ministério passado. Queixou-se do Saião e Sousa Ramos, e disse que sentia fazer oposição ao Caxias, que poderia ter modificado o ministério; ao que observei não lho permitir a lealdade para com seus colegas. Chegou a apontar-me o Abaeté para organizador dum ministério em que entrasse o Sales ²³⁵. Dizendo-me eu que nossa primeira necessidade é a moralidade, e que o melhor meio de oposição é a brecha que haja ou se possa abrir por esse lado do ministério, lamentou comigo que o Manuel Felizardo cuja aptidão administrativa louvou, ainda padeça por causa das barracas e das linhas, embora ele tivesse reconhecido depois de exame que Manuel Felizardo estava livre de justa acusação. Falou-me favoravelmente do presidente do Rio Grande do Sul, e muito mal do de Goiás ²³⁶, no que estamos de acordo. Disse-me que assentara com Sousa Franco em não procurar este predominar na província do Pará de modo a poder conseguir o apoio do Fausto ²³⁷ que está a chegar e do lado que o apóia no Pará. Terminei a conferência chamando de novo atenção do Zacarias para a questão de maioria, a qual não se devia procurar por meio de transações. Convidou o Sinimbu e o Saraiva ²³⁸ para o ministério; porém desculparam-se com negócios domésticos, notando eu que este último não se quisesse sujeitar às conseqüências da posição que assumira como homem político na atualidade. Falamos também sobre as prevaricações de certos magistrados, e disse que era preciso não deixar impunes tais crimes, sendo seus perpetradores estigmatizados, ao menos, por um processo.

Entreguei-lhe os papéis que tinham estado em mãos do Caxias e onde expendi diferentes opiniões minhas ajuntando-lhes outro em relação à atualidade, embora incompleto; mas que depois com mais tempo tornarei menos defectivo. Zacarias deve voltar amanhã depois de meio dia, depois ter falado com as pessoas indicadas para ministros e avisado o Caxias para comparecer, no caso de estar organizado o ministério.

23 de maio de 1862 – Tornou Zacarias. Disse-me Zacarias que o Sousa Franco não quis entrar senão para a pasta da Fazenda, apesar de ter antes anuído a aceitar a de Estrangeiros; mas que ainda fora do ministério prometera apoiar a este. O nome do Sousa Franco, segundo Zacarias ouvira a diversos e entre eles o Olinda seria mal aceito, e por isso tinha convidado o Carlos Carneiro de Campos ²³⁹ para a pasta de Estrangeiros e ele aceitara. A respeito do Carlos Carneiro apenas lembrei que ele passa por fraco caráter, e o Zacarias respondeu-me que o sabia patoteiro; mas que na pasta de Estrangeiros não poderia fazer patotas; ao que retorqui ser difícil resistir a empenhos dum colega; porém que tudo dependia dos mais ministros e esperava que eles resistiriam aos pedidos. Disse-me que continuava a propor o Sá e Albuquerque para Obras Públicas e não o José Pedro Dias de Carvalho, por causa do negócio do Mucuri. Conta com 60

deputados. Ainda não falou a Dias de Carvalho que está na Gávea. Queria publicar já os nomes dos ministros nos jornais de hoje; mas eu aconselhei-lhe que apenas desse notícia de que o ministério estava organizado; por isso que não tinha a anuência do Dias de Carvalho.

24 de maio de 1862 – Estive com o Pedreira. Disse-me que ia fazer oposição franca e pedir demissão do lugar de consultor por ser lugar de confiança ²⁴⁰. Respondi que era seu dever como eu compreendia o meu não tendo anuído à dissolução da Câmara, que eu desejo que se mantenha até a época das eleições ordinárias; visto que entre nós a eleição é uma calamidade, devendo na época ordinária manifestar-se a Nação a favor dos conservadores ou dos liberais, sustentada a lei com energia por um ministério imparcial. Acrescentei que por ora não há solução da crise. Respondeu-me que assim dissera a amigos seus tendo já assentado em fazer oposição de princípios e moderada ao novo ministério, e que deputados da Paraíba declararam que se retirariam se Eusébio e os outros conservadores de maior influência não se apresentassem em campo. Deve haver uma reunião em casa do Abaeté e pretendem assentar em resoluções de acordo com as idéias indicadas. O Barbosa da Cunha ²⁴¹ disse ao Pedreira aconselhou-o que chamasse apenas a atenção do público para o procedimento do ministro. Veremos o que fazer. Disse ao Pedreira que eu declarara aos ministros passados que eles não se retiravam por falta de minha confiança. Receio que o novo ministério não tenha maioria, e me veja na necessidade de dissolver a Câmara. Os atuais ministros segundo ouvi ontem ao Zacarias parece que pedirão apenas sua demissão, e a lógica não exige que eu torne a chamar o Caxias? O ministério atual pelo que disse ao Zacarias não terá razão para se queixar de mim; pois que chamei a atenção do Zacarias para o que possa suceder nesse caso; mas os liberais exaltados, que, cegos pela paixão política caluniam tantas vezes não dirão que eu armei cilada à liga? Mas também os conservadores que apoiavam o ministério passado não me chamará pelo menos de ilógico se proceder doutro modo? Por todas estas razões desejo que o ministério atual tenha maioria, com a qual a maior parte dos que hão de compô-lo pode prestar bons serviços à Nação. A chamada do José Bonifácio é muito conveniente não só pelas qualidades do indivíduo como porque há de provavelmente formar sua posição entre os liberais moderados reconhecendo que meu início anelo é que se executem a Constituição e as leis não havendo para mim senão duas classes de homens, a dos que querem concorrer comigo de consciência para o bem do país, e a dos que não procedem assim.

À noite veio o Caxias para referendar o decreto do Zacarias, e trouxe os decretos de demissão dos ministros passados dizendo unicamente – Hei por bem exonerar etc. Tornei a dizer como entendia a retirada do ministério passado; mas que se Caxias me pedia que assinasse os decretos assim redigidos eu o fazia como o fiz. Depois conversei com o Caxias e dizendo-me ele que pretendia retirar-se para fora eu observei que era melhor que ele se demorasse aqui ainda por algum tempo pois que ainda não estava resolvida a crise e eu talvez precisasse dele. Repetiu seus protestos de dedicação, mas acho com ar de despeitado e pediu que quando os outros ministros passados viessem cá eu os tratasse de modo a não pensarem que eu aproveitaria a primeira ocasião de desfazer-me deles. Tornei a repetir o que ontem eu dissera aos ministros passados, e perguntando-me Caxias se podia declarar ao parlamento que eu não tinha retirado minha confiança ao ministério passado, respondi que era melhor não fazê-lo para não criar desconfianças nos ânimos dos novos ministros que já sabiam disto, e ele ficou de não declará-lo.

Retirado o Caxias conversei com os novos ministros sobre as principais necessidades públicas e disse-lhes que a minha política resumia-se na palavra justiça como eu a entendo na mais alta acepção e não só em relação ao direito privado. Achei muitas cordatas as observações dos diversos ministros.

25 de maio de 1862 – Vieram hoje Sousa Ramos, Saião e J. J. Inácio; mas o camarista que não estava prevenido disse-lhes que talvez não os recebesse por causa do nojo ²⁴², e foram-se embora, sem falar-lhes. Paranhos veio depois e falei-lhe, pedindo-lhe eu que referisse aos ex-colegas o que se tinha passado. Achei Paranhos menos disposto a oposição que o Pedreira. Falei-lhe no mesmo sentido que a este, e disse-lhe o motivo porque os decretos de demissão foram redigidos como já expus.

26 de maio de 1862 - O Cândido Borges disse-me que o Caxias lhe afirmara que tinha minha promessa de dissolução da Câmara, e que os ministros se achavam desgostosos dele porque lhes dissera o mesmo. Eu li ao Borges o que escrevera neste livro. De tarde veio o Taques e eu lhe referi o que se passara relativamente à redação dos decretos, e notando a precipitação com que o Paranhos provocara uma votação na Câmara ele respondeu que procurara impedi-lo assim como o Saião. Observando eu que sentia que tal sucedesse porque poderiam pensar que o ministério tinha certeza da dissolução

ele respondeu-me que o Caxias só lhe dissera o que conversamos a tal respeito quando se organizou o ministério, referindo-lhe eu depois o que falara ao Caxias no dia 11. Também me procurou o Saraiva que confessou achar-se apaixonado e me disse que o Antão embora se incline a um lado não tem praticado escândalos e que ele não veio com tenção de acusá-lo na Câmara.

Antes que me esqueça vou já escrevendo que em conversa o Albuquerque (visconde) referiu-me que o Araújo Ribeiro ²⁴³ lhe mostrara um recibo de 6 contos passado por Pimenta Bueno ²⁴⁴ para que se pagassem as famosas barracas.

Vi uma estatística de votos pela qual a opposição tem 50 votos e o ministério 39. Os ministros não se mostraram todos desanimados e mesmo Sá e Albuquerque fala de uma maioria de 10 a 15 a favor do ministério. Por ora tenciono no caso do novo ministério pedir dissolução não anuir a ela e procurar organizar novo ministério com o Abaeté que talvez ache maioria. Hei de perguntar-lhe se pode governar sem recorrer à dissolução, que em último caso se fará, procurando eu com o Caxias, ou, se ele não quizer prestar-se sem entrar com todos os antigos colegas, lançando mão do Sinimbu, ou de outro que tenha igual conceito de imparcialidade, organizar um ministério que presida às eleições com a imparcialidade e energia para todos poderem votar que eu desejo.

27 de maio de 1862 – Nada de novo.

28 de maio de 1862 – Os ministros vieram a despacho; mas não se tratou senão da votação da Câmara. Ouvi a todos os ministros que aconselharam a dissolução desenvolvendo melhor a sua opinião o Carlos Carneiro de Campos que insistiu principalmente na necessidade de não fazer as eleições um ministério Saquarema radical falando do passado como se ele fora dessa cor. Dias de Carvalho estribou principalmente a sua argumentação no procedimento de alguns dos senadores referindo que eles queriam sustentar a inconstitucionalidade da escolha do ministério e insinuando um deles que teria havia ajuste prévio entre mim e o ministério para a dissolução. Expendendo a minha opinião disse que não era favorável às exagerações de nenhum dos lados, e que o ministério Caxias não agradava inteiramente aos que o Carlos Carneiro chamava de Saquaremas radicais, e que o ministério não o seria por surpresa porque não consentiria em tal, assim como nunca admiti ajustes prévios a respeito de atos do poder moderador. Expus que dois ministérios pertencentes aos dois grupos em que se dividia a Câmara não tinham tido maioria para governar e que não desejando recorrer à dissolução senão em último caso faria nova tentativa. Agradei aos ministros o serviço que tinham prestado entrando para o ministério em tal ocasião, e asseverei que o ministério que dissolvesse a Câmara haveria de fazê-lo para consultar eu a Nação com toda a liberdade de voto. O Furtado disse que reputava grande honra de ter sido ministro embora por tão pouco tempo.

Depois ainda falei com o Zacarias e perguntando-lhe quem indicaria conforme o que me ouvira para organizar ele tornou-me a lembrar o Abaeté mostrando sentimento que eu não preferisse a este de primeira vez. Estes ministros retiraram-se com melhor cara que os predecessores.

Depois das 9 ½ h da noite chegou o Abaeté. Manifestou-se sentido mais liberal que conservador reprovando muito o procedimento dos oposicionistas, e disse-me que em uma reunião numerosa se declarara contra tal procedimento. Recusou-se a aceitar a comissão alegando que não manifestara nas Câmaras essas suas opiniões que me comunicava com toda a franqueza por saber que assim podia fazê-lo, ao que respondi que contasse com meu segredo. Falou do Sales Torres Homem porém que não convinha sua escolha para ministro na atualidade. Ainda insisti, porém, sempre se recusou; enfim disse que fosse pensar até amanhã, às 8 e que então me desse sua resposta definitiva assim como me lembrasse quem conviria que o substituisse.

29 de maio de 1862 – Veio às 8. Não aceita e lembra o Albuquerque que eu aprovaria se não fosse seu espírito excêntrico. Indicou depois marquês de Olinda e lembrando eu o Caxias não com o ministério tal qual saíra com ele há dias do poder, aconselhou-me que, a ter de chamar o Caxias, o que não lhe parece politico, para que não digam que o ministério do Zacarias só teve fim revelar a fraqueza da liga nas Câmaras, apelasse primeiro para o Olinda que talvez queira entrar para o ministério com o Albuquerque.

O Olinda chegou tarde por estar no Trapicheiro. Para facilitar trabalho entreguei-lhe um papel ²⁴⁵ e ele logo anuiu ao que eu lhe propunha falando-me em não entrar o Maranguape ²⁴⁶ para o ministério aceitando o Sapucaí. Pouco tempo se demorou comigo.

Voltou perto das 9 e disse-me que Polidoro ²⁴⁷ mostrava-se disposto a aceitar; mas que só pedira tempo até amanhã às 8 para ainda consultar dois amigos. Que falara com o Abrantes a respeito da entrada do deputado Pereira Franco para o ministério; porém abandonaram essa idéia por ser Franco adversário do Saraiva.

30 de maio de 1862 – Pela volta de meio dia veio o Olinda com o Zacarias. Este ao retirar-se disse-me que achara muito acertada a solução, e que entrara para o ministério mesmo para facilitá-la. Disse-lhe que o Abaeté não quisera por forma nenhuma aceitar o encargo, e respondendo-me ele que o Abaeté tinha ganho na opinião eu apenas acrescentei que no modo porque tratara comigo tinha procedido muito bem. Pouco depois vieram José Pedro Dias de Carvalho para agradecer-me o modo porque o tratara em seu curto ministério, e Abaeté para consultar-me sobre se devia responder a qualquer interpelação no sentido do artigo do Mercantil de hoje. Ponderou-me os inconvenientes de responder, no que concordei rematando que eu lhe deixava fazer o que entendesse melhor. Esqueci-me de referir que ele antes de ontem, Abaeté, disse-me que pendia mais para o lado liberal sendo a época dele o qual convinha dirigir, e que do ministério Zacarias só receava que se deixasse arrastar de alguns liberais em cujas idéias ainda não podia confiar. Os novos ministros ²⁴⁸ vieram às 2 ½ h e conversei com eles até perto das 4 sobre política e principais medidas legislativas e administrativas em geral. Dei um papel escrito ao marquês de Olinda com minhas recomendações sobre o programa, e negócios mais urgentes. Disse ao Olinda para pedir ao Zacarias, a quem comuniquei isso, os papéis escritos por mim que havia lhe confiado.

Esta tarde fui ao Instituto e lá ouvi o Pinto de Campos ²⁴⁹ falar ministerialmente; mas não de todo contente com o novo governo sobretudo por causa do Sinimbu que pintou com um caráter pouco favorável a respeito da firmeza de princípios e rancoroso, o qual não lhe reconheci quando ministro. Disse-me que os liberais extremos estão descontentes, e espalham que foi desrespeitada a Câmara por não entrar à exceção do Lamare nenhum deputado, pretendendo Silveira Lobo ²⁵⁰ agredir fortemente o ministério. Sales Torres Homem prega ministerialismo, que o Pinto Campos entende que deve ser sério – isto é cauteloso professado pelo que percebi do modo de falar do Pinto de Campos, bem como Fernandes da Cunha, que diz se separará de Saraiva por este querer por espírito de partido proteger criminosos de morte, como ele promete provar em discurso. O Pinto de Campos apresentou Saraiva como liberal exagerado; mas eu o defendi, e disse que esperava mais ver Saraiva ministerial e Fernandes da Cunha oposicionista do que o contrário. O Sapucaí referiu-me que diziam os liberais exaltados que o ministério tinha sido feito no Paço entrando até para ele o camarista de semana ²⁵¹, e que o Olinda recebera de mim a lista dos ministros. O papel que lhe entreguei ontem prova que lhe dei toda a liberdade, e creio que ele não é capaz de se desculpar da organização do ministério dizendo que recebera ordem para convidar indivíduos designados. Atribuo antes o boato ou à maledicência, ou à indiscrição de alguns dos ministros que o Olinda obrigara a entrar alegando ordem minha; demais também o Pinto de Campos se queixou de que o Olinda não consultara os amigos, e talvez isso que também sucedeu relativamente aos do lado oposto ao de Pinto de Campos disse ao Sapucaí que os ministros atuais não são bastante fortes para dissolverem a Câmara. Sapucaí referiu-me que o Caxias estava pronto para entrar em qualquer mesmo sem ser presidente dele. Segundo as notícias creio que haverá maioria para o ministério, e nenhum outro seria mais imparcial para presidir a eleições caso se torne a dissolução inevitável.

Quando conversei com os ministros, o da Guerra propôs o general José Maria Bittancourt ²⁵² para ajudante general ao que já tinham anuído os colegas e eu anuí sem reflexão, e Olinda disse-me que tinham assentado em chamar para as seções da Fazenda Cândido Batista, do Império Manuel Felizardo, e da Justiça e Estrangeiros Sousa Franco pelas vagas que deixaram os conselheiros ordinários que entraram para o ministério ²⁵³. Restitui diversos papéis e entre eles os pareceres sobre reforma dos Estatutos da Escola de Medicina do Rio de Janeiro.

31 de maio de 1862 – O Olinda veio pouco depois de 3 participar a doença do Maranguape, e por ora só propõe que um dos colegas tome a pasta da Justiça interinamente. Nomeando ele Sinimbu achei este melhor porque pode ser mais ativo que os dois marqueses. Lembrei a vaga na seção da Guerra e Marinha e ele disse-me que já tinham assentado em chamar João Paulo ²⁵⁴. Estava contente pelo modo por que fora recebido na Câmara, e apenas disse-me: timeo Dánaos et dona ferentes, e com efeito tem razão. Referiu-me que Silveira Lobo lhe fora prometer apoio pedindo-lhe que não fosse muito explícito no programa de modo não embarçar o apoio dos liberais. Creio que ambos os partidos desejam esperar para que este ministério caia e qualquer deles subindo ao poder tenha meios de eleger facilmente sua gente. Também a dissolução agora não permitiria ao ministério fazer a melhor escolha possível de presidentes para as eleições, que além disto se fariam pela legislação atual que relativamente ao processo eleitoral é muito viciosa. Contudo depois se tiver de sair

esse ministério custar-me-á muito a achar outro que dê iguais garantias de imparcialidades nas eleições. É preciso andar muito vigilante e estar prevenido para a verdadeira solução da crise por meio duma eleição livre para todos.

O Saraiva como eu esperava já prometeu francamente seu apoio ao ministério como eu esperava, e o Silveira Lobo não rompeu como disse Pinto de Campos com quem é preciso falar com toda a cautela. Zacarias já deu os papéis ao Olinda que ficou de trazer-mos.

Esta tarde veio o Furtado agradecer, e o Martim ²⁵⁵ disse-me que o irmão antes de partir para S. Paulo, a 6, há de vir despedir-se. Os decretos dos ministros que se retiraram ultimamente concedendo-lhes a exoneração por pedido deles. O ministério Zacarias procedeu sempre para comigo de maneira porque eu o merecia pelo modo com que os tratei.

1 de Junho de 1862 - Esteve cá o Caxias. Contou-me que o Porto Alegre lhe dissera que ele estava persuadido de que a dissolução seria concedida ao ministério de que ele fazia parte. Caxias referiu-lhe o que me ouvira estando presente Zacarias, no sentido do motivo da retirada do ministério Caxias que sempre conservou minha confiança. Porto Alegre disse que os seus colegas também esperavam a dissolução; mas não sei como tal possa ser à vista do que ouvi ao Zacarias, e fica narrado fielmente neste livro. Caxias disse-me que Polidoro o consultara antes de entrar para o ministério e que ele respondera que entrasse não tendo ele dúvida de entrar se fosse isso indispensável. Acrescentou creio que só para mim que era natural que eu não quisesse empregar duma vez todos os velhos ²⁵⁶.

2 de Junho de 1862 - O Olinda trouxe-me os papéis que eu dera ao Zacarias, e o que lhe confiara quando o encarreguei de organizar o atual ministério. Disse-me que os colegas juriconsultos queriam que ele ficasse com a pasta da Justiça interinamente; porém ele mostrou-me desejos de que fosse o Sinimbu e pediu-me licença para mandar passar decreto nesse sentido.

Houve despacho. Falei a respeito de quase todos os negócios indicados nas listas juntas; porque o resto já havia convenientemente lembrado ao ministério Caxias. Fiz algumas reflexões contrariamente à opinião do marquês de Olinda que foi voto numa consulta da seção do Império, sobre a inconveniência de aprovarem os estatutos duma sociedade de beneficência da nação Congo que não admitem para sócios senão pretos. Ficaram os ministros de reconsiderar esta questão. Albuquerque disse que escolhia o filho ²⁵⁷ para oficial do gabinete, e eu observei que não era negócio de decreto e que não discordaria senão em continuar ele no lugar de juiz municipal, e em aumento de despesa. Albuquerque respondeu que se não pudesse ter seu filho por oficial passaria sem este auxiliar. Abrantes escolheu o Calógeras ²⁵⁸ para oficial de gabinete e disse que não lhe daria mais de 1:400\$000.

Sinimbu lembrou que se admitissem a ter voto nas sessões da diretoria do Instituto Agrícola do Rio os sócios de todos os Institutos Agrícolas que pudessem apresentar-se. Entreguei-lhe o relatório do Dr. Ernesto Benedito Ottoni sobre a liquidação do Mucuri, e chamei sua atenção para o que ele propõe a bem dos colonos em relação a seus direitos, dizendo igualmente, que sem ter ainda lido o relatório do comissário do governo desconfiava de que não houvera inteira imparcialidade da parte dele a quem no trato do jacarandá tornara suspeitos a meus olhos. Cansansão com muito critério refletiu que esta quadra, em que os dois partidos, sem terem vencido, desejavam seguranças para as eleições, talvez fosse a mais própria para fazer passar as medidas que concorressem para tal fim.

3 de Junho de 1862 - O Lajes ²⁵⁹ veio pedir proteção para sua empresa.

O D. Pascoal pede recomendação aos presidentes para a venda de seu folheto sobre meu pai ²⁶⁰, mandei-o para o Olinda.

Eunápio Deiró ²⁶¹ volta por sua pretensão da estrada de ferro de Paraguaçu. Recordei-lhe as palavras prudentes que já me ouvira o ano *[sic]*; mas que procurasse o Sinimbu que conhecia bem às necessidades da Bahia, podendo eu talvez depois de ouvir os ministros adiantar alguma coisa mais. O Ferreira ²⁶² contou-me que o ministério atual fora a princípio mal aceito pelos liberais puritanos; mas que o Silveira Lobo combatiera as idéias do Ottoni de fazer oposição ao ministério só por ter sido feito em S. Cristovão, tendo Otaviano logo recebido uma carta dos eleitores de S. José no sentido de apoio ao ministério, o qual já recebera oferecimentos por escrito da parte do Mercantil. Falou-me na facilidade de desligar Otaviano de Ottoni, e em que a Atualidade e mesmo o Diário estavam a morrer. Esqueci-me de dizer que o Caxias me comunicou que ia aparecer um periódico conservador redigido pelo Sales, Saião ²⁶³.

Albuquerque no despacho tratando eu das acusações que se fazem à alfândega falou em substituir o Nicolau Tolentino pelo Saião ²⁶⁴, mesmo por causa do modo porque insultara a quem acabava de ser presidente do Conselho.

O Ferreira também me referiu que o Furtado se mostrava muito satisfeito pelo modo franco porque o tratei, e com efeito disse-lhe assim como a seus colegas o meu pensamento com toda a confiança.

No despacho de ontem tratando de exposições agrícolas com prêmios ficou o Cansansão de pensar em sua realização propondo eu que fossem em diversos centros que as tivessem as províncias mais relações. Tratando-se de navegação de cabotagem vi que a opinião dos ministérios pendia a que só se conserve o privilégio para as pescarias. Também parecem inclinar-se à abertura do Amazonas. Ambas as idéias são grandiosas; mas exigem muito estudo.

4 de Junho de 1862 – Fui ver as três fábricas de que falarei pela ordem em que as visitei. A de refinação de açúcar ²⁶⁵ cujo diretor comercial é o negociante Coutinho, e o técnico Pedro Bosisio está bem montada; porém o capital empregado é de 480 contos, e o rendimento só dá para custeio e pagamento do dinheiro que se tomou de empréstimo além das entradas dos acionistas no valor de 250 contos. Refina-se 500 arrobas de açúcar por dia, e 10.000 dão 30 pipas de aguardente de 21° e talvez para o futuro se aproveite mais açúcar dando só de aguardente 15 pipas. Tem 9.000 formas de ferro, e purga a frio, e em 13 dias o melhor açúcar com 3 caldas, sendo a estufa para 4.000 formas. A máquina motoro é de 16 cavalos, e fornece vapor para aquecer os diversos aparelhos entre os quais a caldeira de vácuo que cozinha 50 arrobas de caldo em 2 ¼ horas. Vão ensaiar o processo Le Play para revivificação dos filtros que é preciso de 2 em 2 dias sendo cada um para 120 arrobas de caldo, que tem antes já sido clarificado por meio de 5% de carvão animal em pó e passado por filtros do sistema de Taylor. Dos ossos extraem gás na quantidade de 300 a 400 pés cúbicos por dia para iluminação da fábrica cuidando de aproveitá-lo também para a cozinha. Há 42 trabalhadores dos quais alguns escravos de fabricantes de açúcar. Este é de belo aspecto e de bom gosto; mas no caldo que sai dos filtros - é verdade que acabavam de lavá-los - quase nenhuma doçura, e gosto do carvão. Vendem melhor o açúcar de 2.ª qualidade por 3\$200 a arroba; o de 1.ª custa 6\$000 e tanto, e reduzem em máquina as formas a pó; porque assim o exigem os compradores dizendo que deste modo adoça mais. Quando vai as centrífugas, que dão 1200 voltas num segundo e purificam o açúcar em menos de 10 minutos. O mel passa duas vezes pelas centrífugas, sendo cozinhado de cada vez; e só depois é que fazem dele aguardente. De 1 ¾ pipa de aguardente de 21 restilam pelo aparelho Derosne, álcool de 36 a 40° que é procurado.

Na fábrica da Ponta d'Areia ²⁶⁶ vi o vapor Santa Maria que aí foi feito, menos a máquina de cilindros oscilantes construída em Londres na fábrica de Ravenill e da força de 180 cavalos. É navio muito bem construído, e carregando 10.000 arrobas cala 8 pés. Admite 68 passageiros à ré e 28 de proa. Está no estaleiro um vapor para a navegação do Amazonas, que estará pronto até fim de julho. É de ferro; mas o Parker ²⁶⁷ achou as folhas de ferro finas, e o porão tem 6 compartimentos estanques. Máquina diagonal, admite 52 passageiros, e carregando 8.000 arrobas cala 6 ½ pés. Despediram-se estes dias mais de 160 operários, e 2/3 das máquinas não trabalham. Já fundiu este ano 80.000 libras o que deveria ser por mês - e a maior peça foi de 8.000. O motor é de 45 cavalos. Já tem uma sofrível sala de modelos. Não seguraram a fábrica por causa de 30 a 40 contos por ano de seguro. Cumpre olhar com toda a atenção para esta fábrica de tanta importância. Junto o mapa do pessoal da fábrica.

A de Ruffier Mantelet está parada ²⁶⁸. Manuel Werneck, filho barão do Pati ²⁶⁹, depois da morte do pai como que deixou a sociedade. Apenas faz agora algum sabão com as matérias que tem juntas. Chegou a apanhar 20 animais sendo o termo médio de 6. Os animais aproveitam-se no mesmo dia em que eram trazidos num vaporzinho, que está à venda, e tiravam óleo que por sua força calorífica é muito empregado; dos ossos de que faziam carvão animal, extraíam cola, os tendões davam cordas, obtinham sabão, vendiam os couros, e dos resíduos das operações preparavam guano. O gasto por dia era de 80 a 100\$000, e cada animal pode render de 15 a 20\$000. O capital empregado, disse-me Ruffier, ter sido de 130 contos; mas não vejo em que tantos contos se houvessem despendido. Queixa-se muito da Câmara Municipal de Niterói que o obrigou a fazer a 1ª decocção dos animais cortados em 4, sob 3 atmosferas, na ilha Seca, bastante longe da do Caju, aumentando deste modo consideravelmente a despesa. Os aparelhos que serviam na ilha Seca já estão nesta última, e diferem dos desta em serem os vasos de pau e o motor muito pequeno, quando o outro era de 16 cavalos, e os vasos de ferro. É indústria digna de animação.

Capanema esteve de tarde comigo e mostrou-me assentos da fábrica de papel para provar que ela poderia ter continuado ²⁷⁰. Agora só com sacrificios novos da parte dos credores. As paradas de trabalho foram devidas à falta de trapo, que diz Capanema abundar agora. México já possui algumas fábricas que dão para o consumo interno, segundo me disse Capanema. Respondi que o Soares trabalhou bastante para que a fábrica não parasse e Mauá até se mostrara empenhado nisso; mas sem proveito, ao que replicou o Capanema que Mauá não trabalhava de boa-fé pois que desejava

comprar barato a fábrica para estabelecer aí uma estação de seus planos inclinados da serra. Ainda hei de examinar este negócio de receber os dados que me prometeu Capanema dar tirados dos assentos da fábrica.

5 de Junho de 1862 – Fui receber no Paço da Cidade as deputações das respostas à Fala do Trono. Mostrei a minha resposta ao Olinda que nenhuma reflexão fez. Depois de ter recebido as deputações, falando com os ministros o Sinimbu disse-me que tinham assentado na conveniência da passagem da subvenção à empresa do Pereira Pinto para navegação de todo o Uruguai e rio da Prata por isso só era útil animar a do alto Uruguai. Concordei com esta opinião, e acrescentei que devíamos lembrar dos rios todos nossos, como o S. Francisco, que pedem navegação a vapor, e não esquecer a do alto Uruguai.

À tarde procuraram-me Sá e Albuquerque e José Bonifácio. Achei-os em muito boas idéias e dispostos a realizar o pensamento que o Sinimbu expôs no despacho passado.

6 de Junho de 1862 - Estive com o Cândido Borges ²⁷¹ que achei moderado, e disposto a manter a posição imparcial que disse no seu discurso occuparia. Desculpou-se de não assistir ao jantar dos conservadores. Referiu-me que o Sales achava a organização deste ministério inconstitucional por não se ter atendido à Câmara dos Deputados, e dissera que eu embora usasse de minha velhacaria não enganaria os partidos. Eu expliquei o meu procedimento que tem sido lógico. Sales explica o apoio ao ministério porque ambos os ministros receiam que se o atacarem eu de irritado o conserve por isso mesmo, pois que sempre tem sido este o meu procedimento. E ele não se lembrou que não basta que haja opposição para eu demitir o ministério ou este se retirar, e apesar de sua explicação ser hábil, eu disse ao Borges, que se não queria enganar ninguém também evitava que me enganassem e pensava que a não opposição se explicava pelo modo que já escrevi neste livro. Disse-me Borges que os conservadores desconfiavam do Abaeté e que espalhando-se que ele dissera que a época era dos liberais, Abaeté protestara vivamente contra esse boato, assim como rebatera a calúnia que me assacaram de que eu não o chamara para organizar ministério com a intenção de que tal sucedesse referindo minhas instâncias sinceras para que ele aceitasse.

O periódico dos conservadores deve aparecer qualquer destes dias e o Sales não quer aparecer como redator principal porque teme exagerações do Saião. Silveira da Mota reprovou muito a organização do actual ministério, e disse que visto não quererem conservar os conservadores ele tinha desejos de se ligar aos liberais. [*Falta um pedaço da página.*] aparece o projeto de lei de regência. Poucos atendem somente ao interesse público, e é preciso ter resignação, e apelar para o tempo; contudo custa-me às vezes muito a não mostrar a intrépida tristeza de que se achava possuído Lacordaire segundo a bela expressão de Montalembert. O Sales também disse ao Borges que os conservadores receavam que se fizessem opposição a este ministério eu procurasse os liberais, de modo que embora se queixem de minha influência querem-na todavia para si. Borges explica o não comparecimento do Eusébio ao Senado desde a organização do ministério actual, apesar de que é visto na rua, a despeito tendo ele sido um dos que mais opinaram por opposição desde logo ao ministério do Zacarias.

7 de Junho de 1862 - Houve despacho. Falei dos negócios apontados nos papéis juntos. O Albuquerque entendia que não se podendo prever a despesa era melhor pedir o crédito depois dela feita. Opus-me a esta doutrina, e disse que esgotada a verba ainda que no caso duma obra não se suspendesse o trabalho devia o ministro apresentar-se perante a Câmara e pedir o crédito declarado que se não lhe concederem dentro de breve tempo suspenderá a obra. Acrescentei que era preciso andar direito, e que para isso seria preciso muitas vezes não recear as conseqüências das más práticas recaindo a responsabilidade sobre quem competir. O Sinimbu expôs-me a dúvida sobre o quantitativo que se reclama pela conservação de parte da estrada de Sta. Cruz. Fui de opinião que houvesse rigor; mas querendo o Sinimbu respeitar o parecer do Olinda em consulta da seção ficou assentado que se pagasse a prestação vencida conforme o requerido, por equidade; mas que depois se declarasse rescindido o contrato para em hasta pública ²⁷² renová-lo com mais clareza. Eu ainda fiz ver que se alegraria a decisão equitativa para se oporem à rescisão, e que o melhor teria sido executar o contrato com rigor. Entreguei ao Abrantes o projeto de convenção consular ajustado com o ministro da Espanha ²⁷³ e fiz observações sobre diversos artigos.

Soube que o Abrantes já tinha falado com o Christie e St Georges ²⁷⁴ sobre notas relativas aos artigos sobre relações exteriores publicados pelo Veiga da secretaria de Obras Públicas ²⁷⁵. Christie disse que na Inglaterra tal empregado seria demitido; mas Abrantes respondeu-lhe no sentido de minhas idéias sobre liberdade de imprensa, e procedimento dos empregados e que o mais que podia fazer o governo era estranhar o procedimento desse empregado e proibir-lhe tais

publicações para o futuro. Não concordo quando a esta última parte; porém nada disse ao Abrantes porque já antes lhe tinha comunicado minha opinião.

O Albuquerque mostrou as melhores intenções; mas divagou muito e queixando-se dos colegas que demoram a expedição dos negócios das pastas alheias nas conferências tomou boa parte do tempo do despacho para nada concluir de real. Hei de procurar convencê-lo de que é preciso praticar mais, e fazer menor número de considerações que não são exigidas pelo caso. Sinimbu já me deu informações sobre o que está apontado nos papéis de lembranças para o último despacho. Olinda nada disse a respeito do que lembrei no papel que lhe entreguei no último despacho.

8 de Junho de 1862 – Pela volta de 10 $\frac{1}{4}$ h chegou o ministro da Marinha, e, tendo eu almoçado, referiu-me a desgraça sucedida ao dique. Pretendo ir amanhã ver o dique. O ministro parece que quer proceder eqüitativamente com o Law ²⁷⁶ cuja obra ouvi ao ministro que ainda não tinha sido aceita; só na presença poderei formar a minha opinião. Creio que houve descuido relativamente à porta do dique.

9 de Junho de 1862 – Às 8 da manhã estava no Arsenal da Marinha. Fui ver o dique. O Viamão tem popa e proa muito estragadas ²⁷⁷. Foi dar mesmo no topo de cima do dique onde lascou a pedra, como também a ponta fez o mesmo na entrada do dique do lado direito entrando. O Viamão inclina de bombordo. A porta está por baixo dele em parte e com a banda externa para cima. Tal haja a necessidade de desmanchar o Viamão dentro do dique, e neste caso se quiser examinar o estado da porta antes de resolver sobre o modo de fechar o dique só daqui a um ano talvez começará a trabalhar de novo. A porta já tinha sido reforçada; mas assim mesmo formava curva e não é desculpável que se houvesse fiado só no Law, que confessa ter sido ele quem colocara a porta, operação que ele sempre dirigia. Diz que tinha pouco peso, e defende a construção como a melhor e da invenção de Fairbairn, e que já se empregou na Inglaterra, na Escócia talvez, segundo disse o Braconnot ²⁷⁸. A porta tem travamento de abóboda no interior; mas por que não apresenta a mesma forma externamente, e cavalgava tão pouco nas bordas da entrada? Law não fala em quem deve fazer a despesa e calcula em 7 meses o tempo preciso para encomendá-la em Inglaterra e assentá-la aqui. Três dos feridos e contusos já saíram do hospital. O ministro vai propor amanhã aos colegas a encomenda de nova porta segundo o sistema que se reconhecer melhor, e mostra a diligência necessária. Uma das bombas do dique, que estava encravada quando entrou o Viamão já desenravou.

Depois visitei o hospital. Está muito asseado, e os viveres são bons. Há enfermarias que carecem de concerto, e a casa da secretaria e diretoria talvez servisse melhor para os doentes. O destacamento e inválidos tem ainda tarimbas fixas, e estes são castigados com pancadas, o que se deveria acabar. O Dr. Feital ²⁷⁹ queixou-se de que os castigos corporais se fazem sem audiência de nenhum médico, contudo, pareceu-me pouco calmo no seu modo de falar, ainda que o que ele me disse a respeito da visita do diretor ²⁸⁰ tarde, e só em dias de serviço, foi pouco depois confirmado em parte; pois que o diretor chegou dizendo que costumava vir às 9 quando pelo relógio dele mesmo faltavam 8m para 10. Desci às acomodações dos presos e apenas notei que na enfermaria deviam-se abrir mais duas janelas. Diversos presos me falaram e disse ao major que neles cuida que informasse sobre eles ao ministro, o mesmo sucedeu com o Parker a respeito de 2 marinheiros do Viamão. Num dos quartos do hospital o 2º cirurgião reformado Ambrósio Machado de Assunção, que aí está doente há um ano queixou-se-me de ter sido reformado unicamente com 7 mil e tantos réis, percebendo no hospital só metade quando outro procedimento houve com o corpo de saúde do exército quando ele foi reorganizado. Feital disse-me que o mesmo acontecera ao cirurgião Marciano que muitos e bons serviços prestara na ocasião da febre amarela. Junto o mapa dos enfermos do dia. Feital apresentou um relatório em março a respeito do hospital. Do hospital fui à secretaria do Império, que não achei em muito bom arranjo. Parte do edifício está em mau estado, e outra desocupada poderia servir para o arquivo público. Na secretaria do Conselho de Instrução Pública notei que o dicionário português, que até se tem distribuído pelas escolas seja o de Faria. Faltaram ao ponto 4. O que serve de oficial maior achava-se em serviço com o ministro, e dos que faltaram supôs ele que seriam o Tobias Leite, que todavia estava assinado no livro, e o Augusto de Castro que ele acrescentou devia eu saber que falta muito. Às 10 $\frac{1}{2}$ o ponto ainda não estava fechado, à espera do oficial maior interino, que aliás se achava em casa do ministro. Daí segui para Tipografia Nacional cujos prelos são todos movidos à mão sendo 13 simplices tórculos, e os outros dois mais perfeitos tirando deles o papel impresso. Este é bastante pesado, precisando de 3 a 4 homens para movê-lo e não registra como o outro, que movem 2 homens. Os que deram movimentos a estes prelos são africanos livres, e a tipografia entre compositores, impressores, etc., 60 e tantas pessoas. Está mal acomodada convindo aproveitar parte do terreno que fica por detrás da secretaria. O papel acha-se guardado em lugar pouco conveniente para sua conservação. É preciso regular melhor a distribuição dos exemplares das

leis. Os compositores pareceram-me hábeis. Os tipos já são velhos. O administrador ²⁸¹ que respondia a tudo com inteligência e conhecimento dos negócios da repartição deu-me notícias favoráveis do ensaio de fundição de tipos na Casa de Correção abonando o Muratet. Não há revisores, e revê o administrador. Não sei porque há de haver tantos formatos de papel não sendo todos os relatórios do mesmo. O administrador pediu-me um laminador para acetinar papel.

10 de Junho de 1862 – Nada de importante. A viúva do general Câmara ²⁸² falou-me da pensão. Respondi que conhecia os serviços de seu marido; que falasse ao Olinda e que examinando seus documentos advogaria o que me parecesse justo.

11 de Junho de 1862 – Houve despacho. Falei dos negócios apontados no papel junto. A respeito da consulta da seção do Império sobre os estatutos da Sociedade Magnética observei que era preciso declarar que só médicos reconhecidos por nossas leis possam fazer experiências magnéticas no homem. O Olinda disse que pretendiam reduzir no orçamento de 1863 a 64 a verba da comissão científica a 20 contos havendo até desejos de suprimi-la não só porque pensam que até 63 devem ter sido concluídos os trabalhos como há muita indisposição contra alguns membros da comissão, referindo Sinimbu que no vapor que o conduzia ao Norte ouvira muitas acusações ao procedimento moral dos membros da comissão excetuados Freire e Gabaglia ²⁸³. Eu respondi que o mau procedimento moral que tenham tido membros da comissão não pressupõe seu mau serviço pelo lado científico, e que convinha não lhes negar os meios precisos para publicação de seus trabalhos a fim de lhes fazer justiça e não nos desconsiderarmos perante o mundo científico que tão esperançado acolhera a notícia da comissão científica. Acrescentei que esperava trabalhos do Freire, Gabaglia e mesmo do Capanema, apesar de ter naufragado o navio, que conduzia quase todo o resultado de suas pesquisas, sabendo que o Dias ²⁸⁴ quase nada poderia apresentar pelo estado de sua saúde e que o Lagos ²⁸⁵ é preguiçoso. O Abrantes disse que esperava trabalho do Lagos; mas eu persisto na minha dúvida, ao menos quanto ao trabalho de proveito para a ciência, e portanto de estudo. Recomendei ao Olinda que se entendesse com o Freire, que o informaria de tudo o que tem havido, e disse que o relatório da comissão já está impresso em parte, havendo algumas passagens inconvenientes, sobretudo porque essa publicação não fica no Brasil. Rematei dizendo que se nos afastarmos no movimento científico que se manifesta em todo o mundo civilizado muito perderemos, não conseguindo tão facilmente que estrangeiros mais habilitados nos diversos ramos científicos do que por ora podem ser os brasileiros os venham coadjuvar a bem do desenvolvimento de nossa pátria. Tudo o que não é rotina encontra mil tropeços entre nós e há quem ainda prefira o trabalho escravo e não creia na colonização, sendo a mesma causa o principal estorvo ao progresso dos institutos agrícolas.

O Abrantes apresentou três propostas do ministro americano ²⁸⁶ cujo fim é transvasar para o vale do Amazonas principalmente os negros que se libertarem nos Estados Unidos!! O Abrantes ficou de tirar cópia de tão singulares propostas e de responder como convém ao Webb. Comunicou uma nota em termos pouco moderados do ministro espanhol acusando o governo de falta de fé por isso que aprovou o adiamento do orçamento em que se autorizava o pagamento das presas espanholas. Abrantes de acordo com seus colegas escreveu ao Blanco del Valle que viesse falar-lhe e pretende entregar-lhe a nota confidencialmente explicando-lhe o motivo porque o governo adiou o orçamento, negando-lhe contudo o direito de apreciar a marcha do governo em negócios internos. Entreguei diversos ofícios de países estrangeiros e entre eles alguns do rio da Prata, e disse que se nós não fizéssemos alguma vez justiça por nossas mãos nada conseguiríamos, que no caso, por exemplo, do oficial da Guarda Nacional, brasileiro, que foi posto no tronco por ordem dum comissário oriental, devia uma partida nossa da fronteira ir soltá-lo. Já temos esperado bastante do governo oriental, e é preciso convencê-los que temos força que só empregaremos a bem da justiça que não fizeram aos brasileiros.

O Albuquerque apresentou consulta da seção sobre a Incorporação dos bancos Rural e Agrícola no do Brasil ²⁸⁷, e eu disse que sempre pensei que dependia de ato do Poder Legislativo; mas que a matéria é grave desejava examinar a consulta. A opinião do ministério é que se resolva remetendo-a à Assembléia Geral em virtude do § 3º do artigo 2º da lei de 1860. O Albuquerque adota inteiramente o parecer da maioria da seção e faz diversas considerações sobre suas antigas idéias de crédito; mas o Abrantes observou que a utilidade da fusão dos bancos, com a qual parece concordar o Sinimbu, era questão para ser tratada depois. Também refleti que o resgate do papel moeda pode ser inconveniente quando temos tanta necessidade de apólices para pagamento de empréstimos.

O ministro da Marinha disse que o Viamão tinha saído do dique apoiado em duas barcaças o que a porta com o peso de 300 toneladas dificilmente se levantaria. Propõe a construção de duas portas sendo uma de sobressalente. Duvido de

que o Law possa ser obrigado a satisfazer a despesa duma das portas. Eu disse que devíamos tentar a construção da porta, sobretudo da de sobressalente, no Arsenal, se a demora ou excesso de despesa em relação à construção na Europa não fosse muito grande, a fazerem-se duas portas, uma delas construída fora do Brasil, e outra aqui, haveria a vantagem da comparação; mas que deviam ser consultados com urgência os profissionais sobre todas estas questões. O ministro já o tinha feito ou fará completamente, segundo disse, e referindo-lhe eu que o Law tinha, ao que consta, pronta uma reclamação de 300 contos pareceu não ignorá-lo. Pedi informações sobre o modo porque se aceitou o novo farol de Cabo Frio, que foi achado fechado, e ausente o contratado quando a comissão de exame lá foi, a qual contudo foi de opinião que se aceitasse a obra ²⁸⁸. O Sinimbu disse que o ministério era de opinião que o aumento das taxas da estrada de ferro de S. Paulo para que tenha lugar mais pronta conclusão da estrada, mediante sacrificio pecuniário da parte do tesouro, devia ser sujeito à aprovação da Assembléia Geral e que todos os deputados de S. Paulo se achavam de acordo sobre a vantagem da medida ²⁸⁹.

Antes do despacho de sábado esteve comigo o engenheiro inglês Webb, e trouxe-me de presente uma coleção de amostras de cabos submarinos e diversas publicações sobre esse assunto. O Sinimbu deu-me em despacho desse dia a proposta do Webb e eu restitui-a hoje. Parece-me exagerada quanto ao nenhum ônus para o governo. Entre os papéis vinha o cálculo feito em papel com a firma Maxwell ²⁹⁰ o que me fez pensar que havia inteligências entre Webb e Jones da Casa Maxwell a respeito da empresa telégrafo-elétrica. Abrantes disse em despacho quando restitui a proposta do Webb que o ministro americano tinha achado parentesco entre ele e o proponente; o que confirma a minha desconfiança das inteligências que há pouco referi; pois que o ministro americano parece ser sócio do Jones. Pedi para ver o requerimento de pensão da viúva do general Câmara.

12 de Junho de 1862 – Esteve cá o Borges ²⁹¹ ex-ministro nosso no Paraguai. Alegou-me o que já constava e disse que os ministros o tinham atendido mais do que os passados que não o quiseram quase ouvir. Eu respondi que à vista de toda a sua correspondência, e do que me constava eu no seu caso conservar-me-ia no meu posto evitando colisões com o governo do Paraguai e mesmo arredando-me por causa de seu procedimento para conosco; porém que informasse o governo a respeito de tudo o que lhe pudesse aproveitar e que eu nunca tinha a menor prevenção contra ninguém, e que atenderia a qualquer proposta que os ministros me quisessem fazer pensando que ele procedera com boas intenções.

Depois procurou-me o Carrão ²⁹² que se queixou de parcialidade e desídia do presidente de S. Paulo ²⁹³. Eu recordei-lhe o procedimento do Mendonça quando deputado e acrescentei que a ocasião era própria para discutir os atos do Mendonça julgando o governo à vista das razões apresentadas por ambos os lados. O Carrão pareceu querer que bastassem as acusações que já tem aparecido; mas disse que a imprensa era parcial.

Disse-me que a marquesa de Santos desejava que o Iguaçú ficasse alguns anos em S. Paulo; pois não queria deixar a condessa sozinha na cidade de S. Paulo nem ela podia acompanhá-la para as fazendas, e que sabendo que eu dava 500\$000 ao conde poderia esta soma ser dividida ao meio com a condessa a quem o marido nada dava dessa quantia. Eu respondi que não proibira ao Iguaçú que ficasse em S. Paulo, e que estava pronto a aconselhá-lo que não deixasse a mulher a não ser em companhia da mãe dela; mas que eu partia sempre do princípio que o marido é quem deve mandar em casa. Carrão disse que o Iguaçú podia com a mulher mais do que a mãe desta que tinha gênio alterado; mas não o creio ²⁹⁴. Despedindo-se pediu desculpa de se haver, aliás por obrigação segundo ele o pensava, encarregado de semelhante missão.

13 de Junho de 1862 – Escrevi ao Albuquerque a carta junta ²⁹⁵. No Instituto ²⁹⁶ falei com o Capanema e Lagos no sentido de facilitar a votação da verba para a comissão científica, e disse o que já escrevi sobre o que há de menos conveniente no que já se imprimiu da narrativa da comissão científica. Também entendi-me com o Lagos e Sapucaí ²⁹⁷ sobre a correspondência de Alencar, e disse que me parecia conveniente responder por parte da mesa que o Instituto publica tudo o que possa esclarecer a história pátria sem analisar a parte literária, e que a Revista é dirigida em sua publicação pelo secretário ²⁹⁸, não se lendo nas sessões os manuscritos antes de publicados. Há uma comissão de revisão de manuscritos; porém, nada ou pouco trabalha, e convém tomar alguma providência a esse respeito para que não se repitam as queixas. O Sapucaí disse que pretende pessoalmente dar uma explicação ao Alencar; mas não basta isso e é preciso que a mesa cumpra melhor seus deveres.

14 de Junho de 1862 – Houve despacho. Chamei a atenção dos ministros para o parecer publicado no Jornal [*do Comércio*] de hoje da comissão de assembleias provinciais, as quais se prevaleceram alguns dos princípios expendidos ficarão quase privadas do direito de impor contrariamente ao Ato Adicional. Disse que hesitava sobre a inconstitucionalidade da lei sobre os caixeiros estrangeiros pois que também recaíam nas casas de negócios nacionais, e que a suspensão dela depois de sancionada era para mim claramente inconstitucional. Tratou-se de três pareceres sobre propostas do Banco do Brasil, e eu como disse na carta referida não insisti na consulta do Conselho de Estado, e, recusando minha opinião manifestada na carta, concordei em que fosse ao corpo legislativo a consulta que trata, e por esse motivo, do pedido de não incorporação de novos bancos de emissão durante 20 anos e divergi de que a outra fosse remetida ao corpo legislativo porque não havia verdadeiro parecer da seção como quer o § 3º do artigo 2º da lei de 1860. Disse que se havia desejado ouvir o Conselho de Estado era principalmente por querer ouvir mais opiniões sobre a fusão dos bancos. Receio que esta questão traga sérios embaraços para o ministério. Lamare que disse ter ouvido a negociantes inclinou-se a meu modo de pensar, assim como Sinimbu em relação da terceira consulta. Abrantes disse a tal respeito que a seção não havia de opor-se a uma autorização dada ao governo, ao que repliquei serem algumas autorizações, como essa, ilegais, e dever a seção falar sempre a linguagem da lei ao governo. Albuquerque já disse que me aconselharia a não sanção do ato da Assembleia que autoriza a fusão dos bancos; mas o Abrantes fez reflexões judiciosas sobre o direito de veto, e creio que o dito do Albuquerque, ficará em conversa. Este apresentou-me o regulamento para a venda dos terrenos do Jardim Botânico, assinei-o por tê-lo já visto; mas o Olinda quando o releu ficou contrariado por causa da soma de 100 contos que acha exagerada para pagar o que se deva à Câmara Municipal, e creio que ainda conferenciarão a tal respeito.

O Olinda expôs que uma noviça estava a professor no Convento da Ajuda e entendia que se devia permitir visto não ter estado até agora em vigor dum modo uniforme o aviso que veda as profissões monásticas. Eu expus minha opinião sempre contrária a esse respeito, e disse que o ministério resolvesse como entendesse, não precisando de consultar-me; pois que deviam saber que minha opinião é contrária à existência de conventos, sobretudo de freiras.

Creio que a folha oficial cria-se desta vez ²⁹⁹. O Sinimbu já tem o trabalho adiantado e fala na despesa, que vão pedir ao corpo legislativo de 50 contos por ano, que desaparecerão quase encontrados com as despesas que já se fazem com a imprensa, para 2.000 exemplares, sendo a assinatura de 10\$000 por ano.

O Lamare referiu-me que a comissão de exame do farol de Cabo Frio fora examiná-lo 3 vezes, não encontrando da primeira o contratador, da segunda faltando diversas obras e da última aceitando-o com um contrato pelo qual se obriga o contratador a fazer certos trabalhos no terreno que ainda faltavam.

Os profissionais do arsenal já estão aprontando seu parecer sobre a porta do dique que entendem não poder ser de pau devendo portanto vir da Inglaterra, para armar-se aqui onde se houvesse o ferro poderia ela ser construída. Recomendei que exigisse pareceres bem explícitos sobre tudo o que fosse relativo à porta e por escrito. O Law intimado para fazer a obra representou por escrito que não era obrigado a fazê-la visto ter sido aprovado o plano da porta, e o governo tirado antes lucros do dique.

Lembrei a Olinda o negócio do professor de matemáticas elementares para o Instituto dos Cegos, e que me opusera à escolha de Albano Cordeiro fora unicamente porque, pelas provas dum concurso a que assisti, achei-o confuso, e me lembrara de Benjamin Constant Botelho, cuja prova escrita dum concurso muito me agradou ³⁰⁰.

O Olinda comunicou-me que o Freire ³⁰¹ concordara em redução da verba da comissão científica, tornando-lhe eu a recomendar este negócio e entregando-lhe o que já tenho impresso, que deve chegar, segundo ouvi ao Lagos, a 200 e tantas páginas da primeira publicação da comissão. Agora é que se publicou a narrativa da fragata Novara feita pelo comandante. Vi-a ontem no Instituto. Esqueci-me de referir isto ao Olinda como prova de que certas publicações mesmo na Europa não se podem fazer logo.

15 de Junho de 1862– Sinimbu veio ver as pequenas ³⁰². Conversei com ele e me referiu que a Seropédica queria entregar-se ao governo da província; mas que ele dissera ao José Norberto dos Santos (vice-presidente em exercício) que o governo não tinha autorização para tomar conta do estabelecimento; mas que enquanto não a havia poderia o governo provincial manter o estabelecimento com as loterias caso a companhia não o pudesse fazer. Aconselhou que apenas se limitasse a defender os interesses da província, e que não pedisse a declaração de falência. Sinimbu apesar de dizer que lhe tinha agradado a visita ao estabelecimento parece não crer no futuro da indústria, e eu respondi-lhe que esperava que ele fizesse o que pudesse ser útil a bem da indústria, e que o melhor era com efeito deixar declarar a falência resolvendo então a presidência o que convém fazer autorizada pela assembleia provincial. Referiu-me Sinimbu que Jerônimo José

Teixeira agenciara o número de ações preciso para excluir o Ottoni da diretoria; o qual estava receoso de que tal sucedesse; mas que depois a diretoria marcou para a eleição o dia 15 de julho, e até lá as transferências de ações arranjadas pelo Jerônimo José Teixeira não tem os 2 meses de data necessários para conferirem o direito de votar aos que as possuem. O singular é que a designação do dia foi feita por consenso de todos os diretores apesar do Batista da Fonseca estar nos interesses do Jerônimo José Teixeira.

O Sinimbu tinha marcado para as 2 uma conferência com Teixeira, e disse-me que declarara a este e a Ottoni que o governo era inteiramente neutral. Teixeira guerreia Ottoni porque julga que ele está fascinado por Elison, que adiantara dinheiros aos empresário alguns dos quais receia Teixeira que não cumprirão seu contrato. Eu disse que aprovava muito o modo porque ele Sinimbu procedera que minha opinião sempre favorável à direção do Ottoni. Ele disse que a retirada do Ottoni que provavelmente não queria continuar a ser presidente se não fosse reeleito diretor traria embaraços ao governo ³⁰³.

Conversei com o Sinimbu sobre o Instituto Agrícola de aqui, e lembrei a conveniência de não ser uma só pessoa (está encarregado o Barbacena) ³⁰⁴ de escolher terras para a escola prática. Para que calculasse melhor comuniquei-lhe que só de julho de 1863 em diante é que eu com certeza irei dando os 100 contos (8 cada um dos primeiros meses, e 10 em cada um dos últimos). Disse-lhe que fosse pensando no melhor emprego desse dinheiro. Ontem no despacho entreguei-lhe um apontamento do Capanema relativo às minas de carvão de pedra do Rio Grande.

16 de Junho de 1862 – Nada de novo.

17 de Junho de 1862 – O Diário e Mercantil louvam a apresentação de propostas de créditos à Assembléa Geral. Há muitos anos que falo neste sentido, e ainda mais na verdade dos orçamentos.

Conversei com o Capanema sobre a comissão científica. Ele diz-me que para o ano só haverá a publicar trabalhos do Freire. Falou-me na quantia de conto e tanto que não chegou a despender e poderia ainda servir para escavações principalmente dum esqueleto fóssil. Disse-lhe que propusesse o que julgasse ao Freire, e que vindo sua proposta a meu conhecimento eu falaria a favor do emprego do conto não gasto.

Deu-me notícia duma carta do viajante alemão Gerstäcker ³⁰⁵ que por muito longa e escrita em letra alemã pedi-lhe para me extrair. Tem idéias úteis sobre colonização e mostra imparcialidade; hei de dá-la para ler ao Sinimbu.

Esta tarde procurou-me o bispo de S. Paulo ³⁰⁶. Pretende sustentar a direção do seminário estabelecida pelo finado bispo corrigindo contudo o que houver de contrário a nosso sistema de governo sobretudo nos compêndios. Diz que só há de, depois de advertências processar eu faltas graves, e que convém abrir concurso para as paróquias, havendo todo o rigor no concurso, cujos examinadores não devem ser previamente conhecidos dos examinandos. Há de ordenar com toda a cautela, e obrigando os ordenados a exercerem por espaço de 6 meses cada uma das ordens sacras, e só propor para párocos padres que hajam primeiro servido como coadjutores e encomendados.

18 de Junho de 1862 – Fui visitar as fábricas. A de fundição de Miguel Couto dos Santos na Rua da Imperatriz nº 53 é modesta; porém vai bem, e as peças que se fundiram em minha presença saíram boas sendo algumas bem delicadas. Tem uma pequena locomotiva de 6 cavalos que serve de motor ao ventilador do forno, e dentro em pouco dará movimentos a máquinas encomendadas, de aplainar, e tornear e também à de furar que já existe. O forno é de 100 arrobas de ferro; mas por ora ainda não tem fundido peças de grande peso. Custou a obter a fusão; mas tinham diminuído a força do ventilador para que não tivesse lugar a fusão antes de eu estar presente e por isso demorou-se mais. Há 20 e tantos trabalhadores pela maior parte portugueses. Tem fundido pouco bronze. O que se vende mais são grades de ferro para janelas e portões, e ornatos para casas. A areia dos moldes vem de Portugal e de França. Há poucos moldes, e aproveitam as peças fundidas para moldar novas. O Couto parece trabalhador e inteligente; é genro do mestre de obras Alcântara e o Jó ³⁰⁷ professor jubilado de arquitetura da Academia das Belas Artes e ajuda-o com seus conselhos.

Daí fui à oficina de impressão e encadernação de E. e H Laemmert na Rua dos Inválidos ³⁰⁸. Tem 100 e tantos trabalhadores. Vi-os trabalhando todos na mesma divisão da casa, afora dois pequenos quartos pertencentes à repartição da estereotipia. Há máquinas muito curiosas. Os dois prelos mecânicos de Bauer e Koning são muito engenhosos sobretudo pelo movimento que lhes é imprimido horizontalmente por uma roda circular evitando assim o combate que sempre há mais ou menos em outros prelos. Cada um pode tirar até 1500 folhas por hora. São movidos como a máquina de aparar por junto às folhas dum livro por um motor de 3 ½ cavalos de vapor. Esta última máquina pode aparar até 120

folhinhas duma vez. A encadernação e o brochado fazem-se também rapidamente como vi, achando interessante o modo porque se pintam as arestas das folhas depois de reunidas. Sobre a superfície dum líquido gomoso deixar cair pingos de tintas de diversas cores, que ondeiam por meio dum pente, ficando assim ondeada a superfície do líquido que larga as cores sobre as arestas das folhas quando o tocam conservando-se as cores por causa da goma. Há compositores hábeis sobretudo um Castro e outro Rei. O Castro compõem 36 linhas de tipo ordinário numa hora. Gostei de ver a rapidez com que ele distribuiu os tipos pelos caixotins. Disseram-me que havia 350 mil libras de tipos de diversas espécies; mas não abaixo de 5 ½ pontos. Não há para a impressão de livros gregos, e apenas para notas; e sinais em letras gregas. A oficina de estereotipia é digna de exame cuidadoso. Depois de pronta a página em tipos ordinários, imprimem-na em um cartão feito de 6 folhas de papel de escrita, e este molde pode servir até 10 vezes sem se estragar, para se tirarem chapas estereotípicas de chumbos, que dão até 150 mil impressões. Há uma máquina curiosa para cortar as bordas de ditas chapas de modo que reunidas formem esquadro com o ângulo que se queira. Não vi o armazém por estar em obras a casa. O Laemmert deu-me os seguintes apontamentos *ipsis verbis*: “A tipografia se estabeleceu no ano de 1838 tendo sido trazida da Europa por Eduardo Laemmert na volta de uma viagem.

1840 – Extraíam-se em produtos da tipografia chamados livros de fundo 6:788\$950.

1850 – 58:756\$380.

1851 – 214:511\$702.

Nenhuma das grandes livrarias com tipografia na Alemanha consegue tão avultada venda. Da vendo do ano de 1861 foram por 51:207\$250 para as províncias barra fora, o resto para a Corte e as províncias do interior. As folhinhas alcançam uma extração de 80.000 por ano.”

Há tórculos e um prelo, que mete e tira as folhas, movidos a braço. Tem uma pilha para chapas galvanoplásticas.

Fui depois à fábrica de galões, canotilhos [*sic*], fitas etc. de Frutuoso Luís da Mota, Rua dos Inválidos n° 108. Tem 10 trabalhadores escravos de Frutuoso. Fazem-se objetos indicados, fios de ouro ou antes de prata dourada, e pães dos dois metais. Os galões são lisos e feitos em dois teares ordinários, não trabalhando os que servem para galões de lavor um, segundo me disse Frutuoso, do sistema Jacquard não só porque estes últimos galões tem pouca extração como porque os dois filhos de Frutuoso que sabiam riscar os lavores, morreram. As máquinas para fazer o fio de ouro ou prata para bordar, são engenhosas, e um delas fabricada aqui pela outra vinda de França. Também é curioso ver as máquinas para fazer cordões, em que os carretéis se cruzam para trançarem. O ouro ou prata é reduzido a fio puxando-se por orifícios cada vez mais finos, sendo os menores abertos em rubi, ou numa pedra rija. É preciso que o fio vá afinando sem que saia o ouro que cobre o fio de prata. Os pães são formados batendo chapas entre folhas de bexiga de carneiro. Os santistas compram quanto de ouro se faz. As fitas são unicamente para diplomas. Agora há pouca compra; mas já teve ano de 40 contos. O Frutuoso parece-me inteligente e perseverante. A casa é acanhada. Afinava os metais; porém paga este trabalho à Casa da Moeda.

Terminei minha visita pela fábrica de cerveja e licores de Antônio José Gomes Pereira Bastos, Rua de Matacavalos n° 27. Próspera. Rende já 20 e tantos contos líquidos por ano. Quase tudo vem do estrangeiro; até as pipas que se armam aqui. Vai montar um motor de mais força e de vapor com o qual poderá trabalhar toda semana só com a interrupção dum dia. Vende toda a cerveja que faz sobretudo a branca. Já tem um depósito subterrâneo, e pretende abrir minas em todo o morro para esse fim; porque a cerveja melhora com o tempo, e não sendo constante a temperatura torna-se gomosa. Quando vai para o interior fica melhor com a viagem. Vi preparar botijas tais quais as da cerveja inglesa; pois que a brasileira se exporta como daquela procedência. O dono já tem gasto em beneficiar o edifício e terreno 20 e tantos contos, havendo oferecido sua compra ao proprietário, barão do Pilar ³⁰⁹, por 40 contos. A fábrica de licores é numa casa ao pé; mas está em arranjo e eu só vi e cheirei diversos licores, que foram para a exposição de Londres, e pareceram-me bons. O dono mostra-se muito animado e deu-me informação pronta de tudo.

No despacho disse ao Olinda que eu preciso examinar como procederam as autoridades do Ceará na invasão. Referi o que lera numa carta do Dr. João Brígido, do Crato a respeito do procedimento do delegado de Milagres Manuel de Jesus por ocasião da moléstia e morte de Manuel José de Sousa protetor dos índios de Cachorra-Morta.

A Academia de Medicina comunicou ao Olinda que apareciam casos de colerina aqui. Ficou-se de ativar as precisas providências já mandadas executar pelo Sousa Ramos, de modo a não assustar a população.

O Olinda opôs-se a que se deferisse a pretensão da Sociedade Ipiranga ³¹⁰, por causa da idéia de libertação de escravos e que se lhe pusesse pedra em cima. Nada objetei, ainda que nada receie de tal idéia. Lembrou a conveniência de não se

preencherem as cadeiras do Instituto Comercial ³¹¹ até se melhorar seu regulamento, e eu recomendei que não se retardasse tal melhoramento.

O Olinda insistiu na licença para a entrada da freira que quer professar em Sta. Teresa – julguei que era na Ajuda – e eu apenas [*papel rasgado*] repliquei com minha opinião, recomendando que no aviso se dissesse qual a razão porque se dá a licença, de modo a não se repetir para o futuro.

Apresentou uma consulta da seção sobre os estatutos 24 de setembro, em que unanimemente [*sic*] – um dos assinados é o Olinda – se propõe que não se consinta em exéquias públicas nem nas coletas, além de outras modificações dos estatutos. Eu disse que não podia anuir às duas primeiras alterações porque não via inconveniente nessas disposições ao menos tão grande como sua supressão não merecendo a sociedade composta da melhor gente da Bahia, como poderia confirmar o Abrantes, que o certificou, essa falta de consideração da parte do governo, sobretudo atentas às razões que apresentou a seção. Acresci todavia que visto a assinatura do Olinda concordaria em que se pusesse pedra em cima da consulta; no que conveio o Olinda que disse reçar que a sociedade se convertesse em especulação. Acho o Olinda muito desconfiado das associações.

O Abrantes propôs que se chamasse José Maria do Amaral ³¹² para trabalhar na secretaria percebendo além do ordenado uma gratificação. Pedi que se consultasse a legislação a tal respeito e o Abrantes convenceu-se de que sua proposta era ilegal, combatendo-a também pelo lado da despesa, pois que julgo que a secretaria tem gente habilitada e bastante para o trabalho dela.

O Polidoro deu parte dum ofício do Paulo, como mordomo, pedindo para ser reconsiderada a decisão que privou Jacobina dos vencimentos da Escola Central durante a sua viagem alegando que ele fora a serviço da Casa ³¹³; mas o artigo do regulamento só fala do serviço da Pessoa, e portanto o ministro persiste com razão em sua resolução. Abrantes disse que é difícil separar os dois serviços; mas eu repliquei que fora eu mesmo que lembrara a redação do artigo para distinguir as duas hipóteses. O Paulo não me consultou antes de expedir o aviso; mas nada lhe digo; que é melhor pois que evito [*sic*] qualquer ato seu menos refletido que me obrigue a ser rigoroso para com ele.

O Sinimbu propôs o negócio do contratador de calçamento Meneses ³¹⁴ que pede para levantar o depósito ao menos sob fiança. Eu lembrei que seria prudente antes de resolver este negócio examinar se ele conservou por algum tempo o calçamento e qual o estado deste. Meneses reconhece que tem pelo contrato obrigação de conservar o calçamento; porém não se marcou tempo no contrato, embora depois Almeida Pereira ³¹⁵ pusesse num requerimento de Meneses a nota de que a conservação seria por 2 anos; mas não se expediu aviso a tal respeito. Apresentando Sinimbu uma consulta da seção aconselhando que se conceda a Bouliech filho o direito de explorar as minas de carvão de pedra em lugar do pai que morreu antes de obter essa concessão, disse que é preciso não fazer tais concessões sem atender ao consumo desse combustível para serviço do Estado, e Sinimbu ficou de tomar todas as cautelas, servindo de experiência o que tem sucedido com o contrato do Mauá e Belo ³¹⁶.

19 de Junho de 1862 – Sinimbu comunicou que se desconfiava de que Massé ³¹⁷ fizera contrabando de diamantes em fundos falsos. Um agente de Massé tendo disposto de certas caixas de chumbos depois de despachadas as mercadorias Massé correu a ter com o agente chamado Matos e exigiu que ele lhe restituísse as caixas, e há presunção de que Matos dizendo ao entregar as caixas que nada encontrara nelas ficara com o contrabando. O subdelegado de S. José é cunhado do Matos, e soubera do fato sem o comunicar à autoridade superior, estando Sinimbu inclinado assim como o chefe de polícia à demissão do subdelegado, que eles têm razão para supor conivente. Falou sobre alterações do projeto de reforma judiciária do Saião; mas ficou de me mostrar o trabalho antes de se apresentar na Câmara.

20 de Junho de 1862 – Referi ao Paulo ³¹⁸ o que ouvira a respeito do Massé e disse-lhe que o fazia porque era ele fornecedor da Casa, e não queria que encomendas para Casa servissem de capa para contrabando. Soube que todas caixas que trazem objetos só vem da alfândega depois de conferidos os objetos.

À tarde estive com o José Bento da Cunha Figueiredo ³¹⁹ que me falou do mau estado das estradas de Minas, a falta de atividade dos habitantes que só agora começam fazer tijolo no Ouro Preto. Disse-me que as 5 léguas da estrada de Passa-Vinte contratadas já custaram 300 e tantos contos, e têm contudo declive de 7%. A instrução pública vai mal na província julgando muito precisa a criação dum colégio à semelhança do de Pedro 2º na capital. Pouca cultura e mesmo criação. Gostou de ver os campos e estado da coudelaria de Congonhas do Campo. Os edificios públicos vão se

arruinando. É grande partidário da estrada de ferro em direção ao rio S. Francisco. Disse-me que havia tenção de propor na Câmara um projeto para navegação por vapor do rio das Velhas.

21 de Junho de 1862 – Procurou-me Antônio Nicolau Tolentino. Desconfia de que Albuquerque o queira demitir da alfândega por causa das questões na Caixa Econômica, e porque ele pedira os papéis dos aposentados que servem lugares pensionados nomeando-a ele, e dissera que não sabia discutir com Tolentino mandando os negócios da alfândega para a respectiva diretoria. Por isso pedira ele o lugar de tesoureiro das loterias, que diz ele não será aceito por causa das condições pelo filho de João Pedro da Veiga ³²⁰. Eu respondi que era preciso não desconfiar do Albuquerque sempre dócil por fim à razão e que o pedido do lugar de tesoureiro de loterias parecia uma fugida devendo aumentar quaisquer desconfianças da parte do Albuquerque. Expliquei-lhe que a sua retirada da alfândega não é caso de injustiça no sentido restrito da palavra, e que portanto minha opinião teria menos força embora sempre a manifeste a favor do que julgo de razão. Referi que eu sempre chamo a atenção dos ministros sobre o modo porque se aposentam entre nós e que talvez por isso Albuquerque pedisse os papéis não sendo de parecer que se empreguem aposentados a não ser em circunstâncias fora de ordinário como no lugar de inspetor da alfândega e que o de tesoureiro das loterias não se me afigura estar no mesmo caso. Tolentino lembrou-me o procedimento que tivera com ele o Olinda, por ocasião do adiamento da Assembléia Provincial, e que não desejava como então ser atirado aos lobos sobretudo porque Ferraz consideraria isso como satisfação, que lhe constara ser por Ferraz perdida como condição de apoio ao ministério do Zacarias.

Houve despacho. Perdoei ao Braga atendendo a irregularidade do processo, que deverá ser precedido de ação cível. Muito me demoveu de minha primeira decisão o acórdão unânime do Supremo Tribunal de Justiça.

Pedi ao Sinimbu informações sobre o castigo bárbaro de escravos na cadeia de Resende do qual falara um dos jornais, e recomendei-lhe que exigisse do Fialho que as ruas do Passeio Público dêem lugar a passeio pouco depois da chuva, aproveitando para isso a decisão favorável com que eu concordei, da consulta que entende que o Mac-Adam não é o das ruas de trânsito público. Acrescentei que ativasse a abertura do passeio ao público.

A respeito da consulta sobre o pedido do colono de Sta. Cruz no Rio Grande do Sul, Borowsky, dum prêmio pelo segredo da conservação em bom estado por mais dum ano de qualquer legume e cereal observei que é preciso declarar que o processo deve ser desconhecido até agora e saber do segredo antes da experiência para ela ser inteiramente satisfatória. Ficou Sinimbu de saber de quanto é o prêmio que pretende obter Borowsky e ao mesmo tempo se ele confiará o seu segredo aos comissários de exame antes que este principie.

Entreguei a Sinimbu uma justificação do Juiz de direito João Caetano Lisboa, e uma queixa do francês Ravel que diz que ofensas físicas que sofrera foram mandadas fazer-lhe pelo Osório e inimigos de Ravel como pode depor se lhe prometerem segurança o sargento do 2º de cavalaria Ferreira que se acha agora na Corte e o avisara de que tentavam contra sua vida. O chefe de polícia na audiência disse-me que ainda suspeitava o subdelegado Silva Pinto ³²¹ de ser cúmplice no contrabando de diamantes, e que era provável que propusesse sua demissão. Marquês de Olinda disse que a futura freira é da Ajuda e não de Sta. Teresa, como se equivocara no despacho anterior. A respeito do dique deliberou o ministro à vista dos pareceres por escrito dos profissionais que é precisa uma porta de sobressalente, que, por falta de ferro, virá da Inglaterra consultando-se o Conselho Naval e seção do Conselho de Estado a respeito de quem deve carregar com a despesa da outra que já crê o ministro poder ser a outra depois de consertada com o que hesito em concordar. O ministro disse-me que ativara o conserto da nova enfermaria para onde pretende mudar os presos, tendo contudo ordenado a abertura das duas janelas na enfermaria existente na abóboda. Eu tornei a lembrar a conveniência de aproveitar o sobrado da diretoria para enfermaria, o que julgo se fará, e falei no castigo corporal dos inválidos que o ministro disse que não se realizaria mais, assim como irregular os castigos corporais dos praças da Armada. Elogiando o Abrantes o diretor ³²² eu disse que ele ia agora tarde ao hospital e só em dias de serviço e que lhe fizesse constar esta queixa que eu ouvira. O Abrantes também louvou o José Maria do Amaral; porém contestei-o replicando que servia para ultimatums, no que pareceu concordar dizendo que tinha energia e podia prestar bons serviços em certas circunstâncias.

22 de Junho de 1862 – Fui ver quadros expostos por Lanciani na Academia das Belas Artes. Tem alguns como um retrato do cardeal Hamadei [*sic*], de Giovani Battista Gauli de muita expressão sobretudo na vista, um Midas de Leonello Spada, um esboço do descendimento da cruz de Tintoreto, um Cristo a sepultar de Bassano, Cristo expelindo os mercadores de Luca Giordano (Fa-presto), e um retrato de Miche-Ângelo [*sic*] Buonarroti, de Annibal Carrace que muito me agradaram. O Guimarães mandou de Paris alguns estudos de nu, de homem e mulher, bem feitos, e o Lobo de paisagem

está fazendo grandes progressos, como vi duma cópia do gesso a óleo na aula do Vítor Meireles ³²³. O edifício exige pronta recuperação.

23 de Junho de 1862 – Visitei a Casa de Correção das 10 até perto das 6. Achei a escrituração de alguns livros atrasada. As compras fazem-se com zelo; mas talvez seja melhor que haja contratos de fornecimento. Custa pelos livros que são muitos de muitas talvez a fazer idéia das entradas saídas e existência dos objetos. Recebem-se 1:500\$000 por ano para despesas miúdas – de objetos valendo menos de 100\$000 – mas há sobras este ano financeiro. O livro de matrícula dos presos não está aberto nem encerrado nem rubricado; o de óbitos deles só este ano é que se abriu, rubricou e encerrou. As casas do livro de matrícula dos presos estão irregularmente escritas.

A oficina de fundição de tipos vai bem. O mestre Murates trabalha há 5 meses sem estipêndio empregando aliás suas máquinas das quais a que funde 104 tipos por minuto é muito engenhosa. Tem o fogão que derrete a liga de chumbo, estanho, zinco e antimônio – muito quebradiça; mas que não se amolga – e o movimento duma roda à mão faz por meio de 4 excêntricos – esguichar a liga fundida na matriz; recuar esta para desembaraçar-se o tipo, elevar-se este, e tomar a direção duma pequena calha por onde vai ter ao lugar em que se apanha.

Há 12 meninos artesãos dos quais alguns já trabalham bem. A casa dos africanos tinha mau cheiro e estão mal acomodados. Na detenção vi meninos presos porque ainda não tinham *[ido]* para o Instituto dos Artesãos ³²⁴ e 2 em fraldas de camisa. Também senti mau cheiro. Havia muitos detentos com grande demora dos processos mandei tomar os nomes para obter mais informações de todos os que me falaram. Um queixou-se-me de que sendo livre o tinham mandado como escravo de Serro Largo para Pelotas. Serviu nas linhas de Montevideu e sob as ordens de Rivera. Outros também aí estavam sobre dúvidas sobre sua condição livre ou escrava.

Ao entrar para a oficina de serralheiro dois escravos da minha Casa cujos nomes mandei tomar pelo Sapucaí, falaram-me. O diretor dessa oficina é o francês Elliot cuja história compungiu-me. Vi trabalhar a sua máquina modelo de vapor cujo tiroir é movido pela oscilação do cilindro – estive na exposição – e diversos trabalhos dum menor artesão bem hábil. A enfermaria dos menores não estava mal; porém havia um de bexigas que convém separar dos outros dos quais alguns cuja vacinação é duvidosa cumpre vacinar.

Na oficina imediata estavam o ex-corretor Ferreira, que me falou muito comovido, e o Rios do Maranhão, que foi estudante na Escola Central, e tinha ar de riso; empregam-se em escrever. Percorri todas as células ouvindo deles os que me queriam falar e foram a maior parte deles cujos nomes mandei tomar para o fim já apontado, e dentre eles apenas mencionarei um português Alcovia que me disse – e é exato – que tendo há 7 anos por ocasião duma doença feito promessa de não falar só o fazia porque me considerava como a divindade, e um velho de 78 anos que me contou com visos de verdade que por não querer encarregar-se duma morte viu-se obrigado para salvar a vida a matar o cunhado do mandante o qual o perseguia para assassiná-lo e esfaqueou-lhe uma espádua cuja cicatriz me mostrou.

As células tinham algumas mau cheiro, e estavam pouco asseadas. Os gêneros alimentícios são de boa qualidade parecendo-me apenas mal cozido o jantar apesar de serem 2 horas e o jantar dever se distribuir ao meio dia para osãos, e pouco suficiente para os que trabalham. As oficinas de mais trabalho são a de alfaiate onde há 7 máquinas de costura e a de sapateiro. A de marceneiro tem pouca obra, e perguntando porque o motor não era a vapor responderam-me não ser preciso atenta a obra que se fazia. Os trabalhos de marceneiro são bem feitos, e empalham bem trastes.

O padre capelão ³²⁵ pediu para que se tirassem os ferros nos dias de comunhão; porém julgo que o ministro, segundo o que se ponderou não os mandará tirar senão para o ato da comunhão. Fiquei de ir lá uma tarde para examinar o que me resta do instituto dos artesãos, o calabouço, e as obras que se constroem *[sic]*.

As prisões civis nas águas furtadas são muito baixas, ainda que aí ficam só para dormir pois que as portas sobre o corredor se acham abertas de dia. Um preso queixou-se de que não tinham certas liberdades de que gozavam – como fumar – na fortaleza de Sta. Cruz. Outro que teve há pouco licença para copiar música para os meninos artesãos, a qual lhe foi cassada queixou-se de que eram injustas as más informações contra ele. O diretor ³²⁶ contestou-o; mas ele insistiu e eu disse que examinaria. Na Casa de Detenção o bacharel Cardim cujo quarto tinha bastantes livros e jornais fez-me um discurso em voz de tribuno, e entregou-me um requerimento e seu compêndio de gramática impresso. Notei que na detenção algumas prisões estavam vazias quando outras tinham até 4 ou mais. O Cruz parece-me excelente diretor pelo lado fiscal; mas parece que não cuida tanto do mais como seria preciso. A proporção dos presos portugueses avulta condenados sobretudo por crimes contra a propriedade.

24 de Junho de 1862 – Esteve cá o bispo de Goiás ³²⁷ que me pareceu acanhado bastante de idéias, como se deixa ver de sua pastoral, e mais me falou da necessidade de vestes prelatícias que da necessidade do seminário. Queixa-se de falta de dinheiro para conduzir para Goiás tanta gente que o acompanha e pediu-me para predispor o Olinda antes de ele ir falar-lhe. Fiquei de fazê-lo, e ele de procurar o Olinda depois de amanhã.

O genro do Valdetaro que foi mestre de minhas filhas veio com a mulher agradecer-me o que eu dissera sobre sua pretensão ao lugar de tesoureiro da Alfândega para o qual Ipanema ³²⁸ não está mais disposto a afiançá-lo. E respondi-lhe que no caso de vagar ou criar-se algum lugar para que ele estivesse habilitado e que lhe conviesse me falasse. Ia me esquecendo dizer que o bispo de Goiás pediu licença para escrever-me diretamente quando precisasse de faze-lo com toda a confiança ao que eu anui, dizendo-lhe que o fizesse igualmente ao ministro.

25 de Junho de 1862– Mostrei ao Abrantes antes de dá-la a resposta ao ministro da Prússia, d'Eichman ³²⁹ que recebi hoje, e ele achou-a boa. O Abrantes estranhou que não pusesse a grã-cruz da Águia-Negra; respondi que só punha placas de ordens estrangeiras em casos extraordinários, como recepção de príncipes, e jantares de anos, e que então só usava da grã-cruz estrangeira para não pô-la por cima das brasileiras. O ministro da Prússia depois da apresentação conversando eu com ele a respeito de colonização falou-me da lei dos casamentos queixando-se de que a validade deles não está reconhecida pela lei. Eu disse que reconhecia a lei incompleta; mas que as circunstâncias não a tinham permitido completá-la, e que havia a questão da conversão dum dos cônjuges ao catolicismo. Enfim acrescentei que tudo dependia das boas relações entre o governo o ministro estrangeiro e afiançando-me ele a melhor vontade respondi que também a havia da do governo, que bem sabe que o progresso da colonização depende da felicidade dos colonos.

Pouco houve no despacho. O ministro da Guerra disse-me que pretendia reformar os estatutos da Escola Militar, e Central. Respondi que não sou partidário de reformas amiudadas embora julgue a última piorou o estado do estabelecimento. Já me deu nova distribuição de estudos, e vai consultar diversas pessoas sobre a reforma. Disse que o estudo obrigado – que em absoluto acha bom como eu – não aproveita na Escola Central por causa da hora. Vai cuidar do colégio para os filhos dos militares, e sente a falta de aulas de preparatórios grátis para as praças que desejem preparar-se para a Escola Central e Militar. Quer completar o curso de infantaria e cavalaria na Escola Militar criando mais uma aula do primeiro ano nessa escola; com o que não fará mais despesa, suprimidos três opositores, que não julga precisos para os anos superiores.

O ministro da Marinha propôs o Amazonas para comandante da estação da Bahia ³³⁰. Eu observei que ele serviria melhor no lugar que ocupa de intendente e que as estações não deviam servir de descanso para os comandantes a quem cumpre adestrar as tripulações dos navios que lhes são sujeitos. O ministro concordou na escolha do capitão de mar e guerra Alvim ³³¹.

26 de Junho de 1862 – Esta tarde procurou-me o 1º tenente Mariano de Azevedo. Contou-me tudo o que se passara entre ele e o Dr. Sampaio Viana e sua mulher, e creio quase que foi tudo calúnia do comandante do vapor Sá de quem ele dá as piores informações principalmente como intrigante. Asseverou-me sob sua palavra que nem indiscreto fora com essa mulher a quem por fim o marido fizera justiça tendo se retirado de Itapura e vivendo até agora muito satisfeito em companhia da sua mulher. Defendeu-se de falta de atividade embora confessasse que dormia tarde rondando às vezes a povoação de colônia à meia-noite. Referiu-me que há gente que está pronta a acompanhá-lo para Itapura, e que na Câmara seus amigos Saraiva e Pais Barreto ³³² o defenderam. Deu-me boas informações do tenente Neto de Mendonça e queixou-se do dr. Aurélio ³³³ cuja leviandade chegara ao ponto de lhe dizer que eu quando falava com ele tocava-lhe no ombro. Elogia o boticário Tupinambá. Diz que em 3 anos realizaria em Itapura tudo o que prometera. Falei-lhe sobre menor despesa feita por seu sucessor e ele deu-me um papel a tal respeito, e disse que seria isto explicado tendo a tesouraria de S. Paulo só encontrado muitas pequenas diferenças em relação a 400 contos que lhe passaram pelas mãos, quando se liquidaram as contas. Asseverei-lhe que nunca formava mau conceito de alguém sem procurar ouvi-lo antes; mas que em certas circunstâncias não se podem demorar algumas medidas, não lhe falando eu num fato de vida particular senão porque ele diretor da colônia *[sic]*. Rematei dizendo-lhe que se precisasse de elucidar quaisquer pontos para sua defesa podia procurar-me porque desejo ser informado da verdade que aliás cedo ou tarde triunfa.

Estive com o Lamare disse-me que queria exonerar-se do lugar de membro do Conselho Naval e nomear Joaquim José Inácio. Aprovei muito o ato de delicadeza e dizendo-me ele que desejava espaçar a nomeação para depois de votado seu orçamento, eu ponderei que devendo haver nessa discussão ataques ao Joaquim José Inácio sua nomeação poderia

parecer a algum acinte; portanto que pensasse nisto, e que conferenciasse a tal respeito com os colegas antes de me propor a demissão dele e nomeação de Joaquim José Inácio. Disse que este lhe tem indisposição de há muito tempo pois que sendo moço queixou-se muitas [vezes] de serem os lugares ocupados por galegos. Ocupa-se da lei de promoções cujo projeto emendado ficou de me dar para examinar a semana que vem. Há de consultar sobre as modificações diversas pessoas; cuida ao mesmo tempo do regulamento.

27 de Junho de 1862 – Fui ao Instituto. Falei ao Dr. Freire sobre a supressão de trechos da narrativa da comissão científica, e disse-lhe que recomendaria ao Olinda que se entendesse com ele. O padre Campos elogiou o discurso do Sales ³³⁴ apreciando inteiramente de modo contrário o do Martinho Campos. Estranhou que Martinho insistisse na acusação de inconstitucional à organização do ministério atual, de quem o Padre Campos creio que é amigo prudente.

28 de Junho de 1862 – O Abrantes propôs elevação do estipêndio que recebe Magarinos ³³⁵ para defender o Brasil em Montevideu, e eu disse que se lhe desse o que fosse indispensável. Também propôs que concedesse algum dinheiro ao francês Ravel para que indo para sua terra se acabe a questão com ele a respeito de torturas que diz ter sofrido da parte do capitão José Bethbesé de Oliveira Nery para confessar um roubo. Em que estava inteirado do negócio que se ventila há anos li alguns documentos para mostrar que o fato de que se queixa Ravel não está provado, e que não se deve precipitar a concessão do dinheiro cumprindo no entanto que por meio do Ministério da Justiça se façam todas as possíveis indagações. Sinimbu ficou de examinar todos os papéis.

Tratou-se do julgamento dos criminosos presos no território neutro da fronteira da Guiana Francesa, e o Abrantes vai expedir ordens para que Marques Lisboa se esforce por obter do governo francês a proposta do governador de Caiena que nos reconhece o direito de prende [sic] no território litigioso como o fazem os franceses, reclamando contra a policia feita pelos franceses nesse território sem acordo prévio dos dois governos ³³⁶.

Resolveu-se que Reybaud ³³⁷ fique encarregado segundo propõe Marques Lisboa com pequeno aumento de despesa de aproveitar a imprensa em nosso favor e dirigir a correspondência Havas quanto ao modo porque ela der as notícias do Brasil. Procurar-se-á na Alemanha outro homem que faça o mesmo em relação à imprensa desse país ficando essa incumbência em Inglaterra ao nosso ministro aí.

O Albuquerque tornou a propor o filho, que pede demissão de juiz municipal de Niterói, para oficial de gabinete, e eu disse que admirava esse ato da parte do filho ³³⁸, ainda que pudesse tornar a entrar em qualquer tempo para a magistratura, unicamente para o fim de louvã-lo; contudo estimava mais que o Albuquerque escolhesse outro; porque a nomeação do filho aliás muito digno dele, pode ser interpretada como proteção de pai para filho; pois que julgo que vai ganhar pecuniariamente mais do que no lugar de juiz municipal.

Propôs o negociante Guimarães (por alcunha Sapeca) para membro da diretoria da Caixa Econômica, eu apenas observei que em igualdade de circunstâncias como há muitos eu preferiria o negociante brasileiro.

O Lamare disse-me que expediu ordem reservada para não sofrerem castigo corporal os inválidos da Marinha.

Recomendei ao Sinimbu José Bento de Barros que tem servido dos índios do Pindaré e que o ministro aliás já determinou gratificar melhor, e nomear intérprete.

O Jacinto de Mendonça ³³⁹ que procurou-me na audiência disse-me que trouxera os papéis que a seção exigira como necessário para aprovação dos estatutos da Companhia de Navegação das Alagoas da provincia deste nome.

29 de Junho de 1862 – Pouco depois das 10 estava na estação da companhia Ferry. As barcas são grandes e limpas mas toscamente acabadas para ficarem mais baratas. A máquina é muito simples de cilindro deitado ao longo da quilha, e de 266 cavalos. É de rodas. Perto da máquina porém do lado oposto ao da caldeira que não é tubeira está um depósito de 300 e tantos pés cúbicos para gás de iluminação da barca. Consiste num cilindro de ferro em que entra a cobertura de borracha sobre que pesa uma bala de ferro. Cada barca admite 1.000 passageiros, e minhas 3 caleças 2 a 4 e uma a 6 entraram e saíram muito bem. Tem duas popas e 2 lemes que movem os pilotos de duas torrinhas envidraçadas sobre a tolda, donde transmitem suas ordens para os maquinistas por meio dum canudo [sic] ou de sino. Atraca muito bem às pontas que tem curvatura côncava correspondente à convexa de cada extremidade da barca; mas não sei se com ressaca forte não se arruinarão as pontas e as barcas. Se não encalhasse a barca 3 vezes chegava a S. Domingos em menos de 20 minutos, sendo sua marcha de 18 entre a ponte do Rio e a de S. Domingos. Não há o menor temor. Admira que com tais

formas ousassem atravessar o oceano. Desembarcando em S. Domingos fui logo ver a cada que se comprou de novo para o Asilo de Sta. Leopoldina.

Está bem colocada e com as obras que pretendem fazer fica com bastantes cômodos para as educandas. Tem sofrível quintal. Daí segui para a caixa de água da Vivência. As obras parecem bem feitas, e aproveitados todos os lacrimais e filtrações do solo com inteligência e admira que pela modificação de não serem as calhas cimentadas senão até meia altura para receberem as águas que filtrassem atravéses *[sic]* de sua superfície livre de cimento crescesse a quantidade de 25%. A caixa d'água fornece 90.000 pés cúbicos por dia. As obras segundo ouvi ao Miranda Reis ³⁴⁰ custaram 300 e tantos contos. Metade do duplo encanamento foi dado pelo governo geral de canos que não serviam para o encanamento de Maracanã. Disse o Reis que há materiais guardados. A extensão de toda a condução das águas é de 2 mil e tantas braças. Parece-me cara a obra. De dois pontos em que a água tem seguido me disse o Miranda Reis, diretor das obras públicas da província uma temperatura que atribui ao calor central *[sic]*. Tem gosto férreo antes de passar pelo encanamento duplo de ferro que parte da caixa d'água, e as explicações do Miranda Reis para mostrar que esse gosto é passageiro não me convenceram. No quartel da polícia queixam-se desse mesmo gosto e a água das moringas era da chácara do José Caetano de Andrade Pinto ³⁴¹.

Em caminho para Niterói visitei a criação de sanguessugas no Fonseca. Há nos tanques de água corrente de 400 a 500.000. Põem *[há uma falha no papel]* ovos por ano e cada um contém até 18 sanguessugas. Já fornece de 20 a 25.000 por mês e vende-as para o Rio, províncias e Rio da Prata. O estabelecimento rende de 20 a 30 contos por ano. Espera uma encomenda de bichos da Hungria, que são as melhores. Mete durante a criação nos tanques, que são feitos do próprio terreno 20 cavalos por 4 a 5 vezes. As bichas são de boa qualidade segundo disse o Dr. Cunha. Daí fui à casa em que está o asilo e é a mesma que ocupava antes de se mudar para o Fonseca. Não achei muito asseio. As escritas tanto das meninas como dos meninos não eram boas. Há 70 meninas e 6 meninos, estando outros aprendendo ofício na casa de correção. Estes estão muito mal acomodados e achei sobre a mesa do mestre que é o capelão ³⁴² uma palmatória, o que adverti logo que é contra o regulamento de instrução pública. Os meninos ainda não principiaram a operação de repartir. Os gêneros não são maus, porém os do quartel excedem-nos muito em qualidade, assim como a casa em asseio. Havia algum mau cheiro no dormitório, e vi pouca roupa sobretudo branca. Assisti depois à instalação da aula normal. Está na casa primitiva do asilo. Na sala para as lições já estão bancos muito bem envernizados como não era preciso. Despedindo-me do diretor Filipe Alberto disse-lhe: espero que não desmintas seus precedentes. Na ida para o quartel de polícia contou-me o presidente Belo que Rainey ³⁴³ teimara em colocar a ponte onde encalhou a barca que fui porque lhe deram dinheiro para aí colocá-la. O quartel não tem os cômodos precisos apesar de fazer muita vista e segundo o plano para se concluir é preciso fazem bom aterro. Achei-o na melhor ordem e apenas notei que alguns lençóis mudados ontem não estavam muito limpos dormindo os soldados em camas de pau, sendo de ferro as das enfermarias que seria melhor que não estivessem divididas. O comandante ³⁴⁴ já pediu camas de ferro para as companhias, e armamento próprio, como revólveres, sendo o existente pela maior parte velho. A comida é excelente achando somente a carne da ração apimentada demais. A estrebaria é péssima e os cavalos acham-se em mau estado. A fazenda para fardamento é boa e parece barata, cosendo-se no quartel; com o que se lucram 6\$000, ficando uma farda por 14\$000. Os fornecimentos são todos por contrato, aberta a concorrência. O major comandante pareceu-me inteligente, e tem desembaraço militar. Há presos civis a cargo do chefe de polícia, numa prisão que está pouco asseado. Os despejos fazem-se nos próprios vasos, sendo aliás fácil dar-lhes esgoto para o mar, que fica perto. Eu, depois de ver os gêneros, disse ao presidente que eram melhores que os do asilo, respondendo-me ele que cuidava mais do quartel. O armamento estava muito limpo; mas eu disse que era natural que o limpasse para hoje um pouquinho melhor que o costume.

30 de Junho de 1862 – Fui de tarde à sessão aniversária da Academia de Medicina. O Dr. de Simone ³⁴⁵, no seu relatório, discorreu energicamente contra o perigo para a vida dos soldados, que há no castigo das pranchadas, e parece que a Academia representará nesse sentido aos poderes do Estado.

1 de Julho de 1862

Fui de tarde à sessão do Instituto Agrícola. Estava toda a diretoria e mais o Sousa Ramos e Baependi do conselho fiscal ³⁴⁶. O que se passou há de constar da ata que se publicará nos jornais e apenas direi que o Werneck ³⁴⁷ advogou o estabelecimento da fazenda-escola no alto da serra como satisfazendo melhor seu fim de exemplo aos lavradores da principal cultura que é a de cima da serra. Barbacena, Mauá e barão de S. Gonçalo defenderam a idéia oposta, e Abrantes

expôs que a fazenda não tinha fim industrial e que em baixo da serra podia servir para melhoramento das culturas do litoral e mesmo das de cima da serra, cuja fundação em relação à qualidade do terreno melhor abonaria os métodos de cultura empregados, além de servir mais facilmente para ponto de distribuição de plantas, sementes e animais de raças aperfeiçoadas e ser fiscalizada com maior proveito pela diretoria. Inclino-me ao estabelecimento da fazenda-escola em baixo da serra; mas a questão será decidida na assembléia dos sócios do dia 8. É preciso escolher como todo o critério a localidade em que se deva estabelecer. O terreno oferecido por Mauá é baixo e mesmo consta-me que alaga nalguns pontos com as chuvas. O rio corre baixo e parece que na seca corta-se.

Vi a preparação do gelo pelo processo Caré. Leva 3 horas a obter 3 quilogramas. Obtém-se a congelação por meio da volatilização do álcali volátil. Aquece-se o álcali num reservatório hermeticamente fechado até a temperatura de 250° e depois mete-se numa tina de água, o tubo que encerra a água para gelar está metido em espírito de vinho. Prometem vender todo o ano uma libra de gelo por quatro vinténs.

Também se acendeu um castiçal de luz de gás fornecida por um saco de goma-elástica. A luz era clara e não senti cheiro embora não estivesse perto.

2 de Julho de 1862 – Fui à festa da Misericórdia. O hospital estava bem arranjado. Senti mau cheiro em enfermarias do Dr. Portugal ³⁴⁸.

No despacho só houve de notável o seguinte. O Albuquerque apresentou-me o decreto nomeando o filho 2º oficial da secretaria da Fazenda. Eu disse que me parecia terem assentado os ministros em não prover os lugares vagos das secretarias, conforme a opinião que eu também tinha, e que eu não podia deixar de fazer tal observação; pois que não gostava de exceções a princípios estabelecidos. Albuquerque disse que era preciso essa nomeação para o filho ser seu oficial de gabinete; mas acrescentando depois que podia, como julgo que pode, escolher de fora da secretaria, parece que a necessidade era de maiores vencimentos que compensassem a perda das vantagens de juiz municipal de Niterói. Albuquerque reclamou que não declarara que havia de deixar de prover os lugares vagos de sua secretaria, o que é verdade; mas pareceu concordar com o que disseram neste sentido Olinda, Abrantes e Polidoro, e nada opôs quando eu me mostrei oposto ao preenchimento pelo filho da vaga de 2º oficial quando falara da primeira vez na necessidade de tê-lo como seu oficial de gabinete. O Albuquerque tomou bastante sem precisão [*sic*] e tratando-se da proposta da fusão dos bancos eu disse que visto Albuquerque ter há pouco mostrado o desejo de sempre se esclarecer com as opiniões dos outros não devia ser fácil em manifestar a sua de modo a não lhe ficar recuar [*sic*]. Percebi da fisionomia do Sinimbu, Lamare e Polidoro sobretudo do segundo que lhes desagradou o modo prolixo porque Albuquerque falou de tempo perdido nas conferências.

O regulamento para venda dos terrenos da Lagoa pelo que ouvi ainda tem dado lugar a muita discussão, e o Albuquerque disse que na última conferência trataram a maior parte do tempo desse negócio, e que nenhum proveito se tirara, o que contestaram os 3 colegas citados, sobretudo o Sinimbu. Lembrei a conveniência de ouvir o Conselho de Estado sobre a vantagem ou desvantagem da fusão dos bancos, e os ministros anuíram a isso.

O Polidoro perguntando-lhe eu o que havia a respeito do aviso sobre a gratificação dos voluntários cadetes e estudantes respondeu-me que julgava o aviso do Caxias contra a lei como eu também e que se em discussão no Senado declarara que o manteria dissesse em particular ao D. Manuel ³⁴⁹ qual a opinião que segue! Se D. Manuel referir por ventura em sessão esta declaração do Polidoro que replicará este? Se é contra a lei devia revogar esse aviso; mas foi o Caxias que o expediu e Polidoro demorará o cumprimento da lei.

3 de Julho de 1862 – Veio cá de tarde o Abrantes. Deixou-me a convenção consular que só falta assinar, com a Espanha e os protocolos ³⁵⁰. Trouxe-me a confidencial do Eichmann acusando a remessa da minha resposta, sobre que ele pedira em particular ao Abrantes sobre a frase final da resposta. Abrantes disse que na palavra *étrangers* não se incluía ele Eichmann; porém tal não foi meu pensamento, que nada tem de ofensivo para o ministro da Prússia, a quem só podia prometer minha benevolência e a do governo e dizer a respeito do acolhimento dos brasileiros o que era geralmente sabido. Abrantes no despacho atrasado disse que por uma trica ³⁵¹ havia modificado o discurso do Eichmann, e confessa que também alterara na tradução a minha resposta quando eu lhe pedira explicações disso, dizendo que tinha pensado antes de dar a resposta, cujos pontos alterados defendi rematando que também havia sido vítima da trica; o que deu lugar a sorrirmo-nos não tomando assim o que eu observei caráter de censura.

4 de Julho de 1862 – O Capanema explicou-me o aparelho de fazer gelo. No reservatório, onde está a água para congelar, liquifica-se *[sic]* o vapor do álcali volátil pela temperatura muito mais baixa que a do reservatório que se elevou, segundo ele diz, à temperatura de 150° C., e pela pressão do vapor do álcali, cuja tensão chega até 9 atmosferas em virtude daquele grau de calor, e depois quando este último reservatório é posto dentro d'água fria baixa a pressão do vapor do álcali, e o que está no outro reservatório volatiliza-se rapidamente e roubando para isso calórico à água gelada. O espírito de vinho, que ainda não houve frio, que gelasse, serve para que a umidade não gele entre o vidro que contém a água, e o reservatório em que está aquele o qual do contrário não se poderia tirar, continuando o processo de congelação. A água gelada que bebi tinha um pouco sabor de espírito de vinho. O Capanema disse-me que calculara o custo de cada libra de gelo num vintém.

Falamos sobre o Instituto Agrícola e ele prometeu-me apontamentos sobre a agricultura no Brasil, que ele quer que não apareçam como seus; o que prometi.

5 de Julho de 1862 – No despacho houve novas queixas do Holanda contra os embaraços da solidariedade *[do]* ministério a respeito do regulamento para a compra à Câmara Municipal nos artigos que marcam o maximum de 100 contos para as despesas, e a desapropriação pela lei de 1845, querendo o Olinda que não se fixe quantia para as despesas e regule para a compra a lei de 1853 que marcou o modo de vender a Câmara seus terrenos. Eu disse que a solidariedade era indispensável em certas medidas que eram a de que se tratava; mas que ambas as opiniões eram defensáveis tendo-me eu já inclinado aliás à do Albuquerque, quando o Paranhos me apresentou o projeto nesse sentido não só por causa da palavra desapropriar da lei de 1861 como por desejar acabar a questão relativamente à Câmara; porém que se pusessem de acordo. Albuquerque replicou que se fizesse o que entendia o Olinda; mas referendando este o decreto, e eu vendo que a questão podia tomar caráter desagradável perguntei ao Olinda se insistia na sua opinião e respondendo-me ele que não assinei o novo decreto em que Albuquerque não fixara a quantia de acordo com o Olinda. Recomendei-lhes que sempre que houvesse destas questões não as prolongassem; mas trouxessem-nas à minha presença; que eu na maior parte dos casos talvez as terminasse.

Entregando ao Abrantes os papéis relativos à convenção consular com a Espanha assenti de acordo com ele e os outros ministros que não se dessem condecorações por essa ocasião senão da Rosa e no maior grau de dignatário, ficando ele de prevenir disso o Blanco del Valle, que apressara em tocar nisso. Referiu que Sonnleithner ³⁵² que lhe falara em convenção consular lembrando logo a troca de condecorações respondendo-lhe ele – j'en ai déjà assez pour mon usage particulier.

Conversei com o Polidoro sobre a reforma da escola e vejo que ele inclina-se às idéias do regulamento do Coelho ³⁵³.

O Olinda apresentou o requerimento da viúva do tenente-general Câmara. Reconheço os serviços que ele prestou, e o Polidoro disse que as circunstâncias da viúva eram apertadas.

Ficaram os ministros de propor-me o que julgassem justo.

6 de Julho de 1862– Procurou-me o cônego Pinto de Campos. Deu-me para eu entregar ao Sinimbu uma exposição dos crimes de José Rodrigues de Moraes e Serafim que se indigitam para o comando superior de Flores. Perguntou-me se podia escrever minha biografia para um periódico literário que pretende fundar Faustino Xavier de Moraes ³⁵⁴. Respondi que era partidário da liberdade da imprensa e que não queria ver antes de publicada a minha biografia como me propunha o Pinto de Campos o qual se quisesse poderia consultar o Sapucaí que me conhecia de menino. Também me comunicou que tencionava tratar de fazer exéquias públicas no dia 24 de setembro ³⁵⁵ e desejava saber minha opinião a tal respeito. Respondi que consultasse seus amigos.

7 de Julho de 1862 – Passei uma noite cruel. A imperatriz que amanheceu ontem com sarampão apresentou sintomas nervosos que causaram susto. A idéia de perdê-la fez-me reconhecer ainda mais quanto a estimo, e ela mostrou-se tão minha amante!

8 de Julho de 1862 – A imperatriz vai melhor; porém ainda tenho receios e quando eles me assaltam custa-me a conter as lágrimas. Creio que minhas palavras de animação e os testemunhos de minha amizade tem auxiliado muito as melhoras da imperatriz. Têm vindo bastantes pessoas saber da saúde da imperatriz. Abrantes falou-me a favor de José Lúcio Correia.

9 de Julho de 1862 – Continuam as melhoras. Tem vindo bastante gente. De tarde estiveram cá Viana de Lima e Russel e aquele pediu a continuação de minha proteção para o regulamento preciso da empresa. Já começaram as obras e esperam terminar o ensaio dentro do tempo marcado. Viana de Lima já não é da empresa, sendo Russel o agente. Houve despacho. Restitui ao Polidoro o parecer sobre o compêndio de direito que está [a] escrever o J. J. da Rocha ³⁵⁶, e notei a pressa com que este o escrevia apontando graves faltas que devem ser emendadas pelo próprio autor, para que, depois de terminado o compêndio, e examinando o resto, possa o prêmio ser concedido. A comissão escola de aplicação nada tem [a] dizer no seu parecer! Observei isto mesmo ao ministro. Entregando ao Sinimbu diversas comunicações do chefe de polícia da Paraíba sobre a mulher que se apresenta como filha de Antônio de Albuquerque Maranhão Cavalcanti assim como os daguerreótipos dele e da mulher do Maranhão que tem achado semelhantes muitas pessoas a quem os mostrei, disse que cumpria recomendar prudência ao chefe de polícia que deve por bem a limpo este negócio. Lembrei a conveniência de mandar a suposta filha à província do Rio Grande do Norte; mas com as cautelas precisas para livrá-la de qualquer ato de vingança.

Tratou-se da decisão que tomou o conde de Áquila declarando que estaria de volta ao Rio de Janeiro dentro dos 4 meses ainda que minha mana viesse para morrer como ele disse ao Marques Lisboa, que referiu o que ouvira ao ex-ministro de Nápoles em Paris Canofari que o conde de Áquila esperava que chegando aqui, lhe estendessem uma ponte de ouro para regressar à Europa. Eu disse que ainda não cria na resolução do conde de Áquila, que parecia querer exercer pressão sobre o governo brasileiro por meio da ameaça da morte da mana se para cá viesse; mas que o governo devia mostrar-se firme, e que, se minha mana não melhorasse aqui de saúde, como eu espero, ninguém se oporia ao que fosse necessário à conservação dela. Achei todos os ministros de acordo e o Abrantes disse que receava que dado o dote, a mana não estivesse dentro em pouco de que viver. Eu respondi, para mesmo atalhar o que se pudesse depois dizer, que de tudo estava informado. Ao Sinimbu que mostrou desejos de saber a vontade da mana respondi que faziam bastante justiça a minha mana para pensar que ela a manifestaria.

O Abrantes queria que José Lúcio Correia ³⁵⁷ fosse declarado em disponibilidade. Eu mostrei que nem a lei nem o regulamento do corpo diplomático estabeleceram carreira consular, e que José Lúcio fora demitido embora Abrantes pretendesse alegar que o decreto exonera José Lúcio das funções de cônsul. Rematei que examinasse o negócio, e que estimava que a legislação fosse favorável a José Lúcio que me causava pena embora ele tivesse abusado da autorização de contratar colonos ainda que sem ser para locupletar-se. Disse que ele como negociante não gozou de conceito favorável, ao que replicou Abrantes que as justiças de França não reputaram a quebra fraudulenta, e o governo francês depois disso o nomeara cavaleiro da Legião de Honra, contestando eu este último argumento; porque cá e lá más fadas há.

10 de Julho de 1862 – Disse ao Paulo Barbosa que em vista das informações que colheira pelo Leopoldo da Câmara Lima ³⁵⁸, em cuja opinião aquele disse que confiava, a Casa Masset não pode continuar a ser fornecedora da Casa depois do contrabando de brilhantes que fizera. O Paulo respondeu que não faria mais encomendas por essa casa, esperando apenas agora uma de móveis. Dei-lhe uma lista de casas francesas entre as quais poderia escolher-se as de mais confiança para se encarregarem das encomendas da Casa para França. Há dias estive o ex-subdelegado de S. José, Silva Pinto, e queixou-se de que ia ser demitido injustamente – embora devera dar parte do contrabando de brilhantes que sabia – e que, não tendo o cunhado dele, despachante Matos, querido por seu conselho entrar em ajuste com Masset, este tratou de vingar-se alardeando a proteção do Paulo. A opinião do Sinimbu é que Silva Pinto foi cúmplice de Matos no furto do contrabando de Masset.

Houve Conselho de Estado sobre 3 pareceres da seção da Fazenda: o 1º sobre a representação do Banco do Brasil para que o governo seja autorizado a anuir às modificações que julgar convenientes nos estatutos desse estabelecimento, e para cometer-lhe certos ramos do serviço público; tem data de 23 de abril; o 2º sobre outra representação do mesmo banco pedindo que o governo seja habilitado para inovar de acordo com o banco, as disposições dos seus estatutos que se julgarem menos adequadas ao regular desenvolvimento das operações desse estabelecimento, e outrossim para consignar entre as novas estipulações que forem acordadas a garantia de não serem criados novos bancos de emissão, enquanto durar o privilégio do Banco do Brasil; tem data de 28 de maio; 3º sobre representação do Banco do Brasil pedindo ao governo aprovação para negociar com os bancos Agrícolas e Rural ³⁵⁹ a cessão da faculdade de emitir e que se dispense ao mesmo banco o ônus relativamente ao resgate adicional na importância da 3ª parte do aumento do capital primitivo; tem data de 14 de junho.

A respeito da primeira questão assim se declararam os diversos conselheiros: Abaeté adota o parecer da maioria da seção; Uruguai id.; Alvim id. Manuel Felizardo id. com poucas reflexões, Eusébio id.; Sapucaí id. e acrescenta que não sabe se o banco se acha em estado de encarregar-se dos serviços públicos mencionados; Jequitinhonha defende seu parecer em separado. Diz que a verdadeira questão é se o Banco do Brasil deve e pode continuar como está, não lhe parecendo suficiente o contrato atual. Manuel Felizardo disse que se desvirtuaria a lei existente se desse a autorização pedida; mas que ele não vê esse perigo; porque o governo sendo autorizado não destruiria certamente a lei de 1860, cujo espírito aliás é respeitar o contrato do Banco do Brasil. Analisa os diversos serviços públicos que o banco está pronto a fazer e mostra que não há inconveniente em que tal suceda; Pimenta Bueno mostra que não há inconveniente em aceitar a proposta dos serviços mencionados; João Paulo ³⁶⁰ diz que não se podem cometer ao banco esses serviços sem autorização do poder legislativo, e concorda inteiramente com a maioria da seção. Sousa Franco concorda com a maioria da seção porque a questão é inteiramente das atribuições do poder legislativo. Diz que permanece firme em suas idéias bancárias com as pequenas modificações que a experiência tem aconselhado. Combate a autorização tão ampla também pelo susto que iria causar. A Assembléia não deve senão fazer uma lei regulando o Banco do Brasil que não está organizado de modo a prestar os serviços públicos que se propõe fazer; Cândido Batista ³⁶¹ concorda com Pimenta Bueno. Convém em que autorização tão ampla não é discutível. Explica que à sua volta da Europa já o Banco tinha resolvido pedir essa autorização, e portanto sem anuência dele; contudo havia na diretoria do Banco opinião assentada sobre alguns pontos, por exemplo: redução dos diretores a 12, condições de emissão muito prejudiciais em certos casos ao Banco, que de 4 devem reduzir-se à de converter à vista as notas em outro ou alargar-se de modo ao Banco sempre ter direito a emitir o duplo do fundo disponível. Referiu que o Banco da Inglaterra recebia de antes compensação pelo depósito das rendas do Estado, e disse que o tesouro tiraria grandes vantagens de cometer ao Banco do Brasil o movimento de fundos pertencentes à Nação; Pimenta Bueno explicando seu pensamento diz que o Banco do Brasil não está bem organizado; Abaeté diz que não dá autorização tão ampla mesmo por bem do governo; Pimenta Bueno diz que não pode deixar de opor-se a um voto de confiança que seja abusivo; mas que a autorização pode não ser tão ampla e que o governo pode desde já fazer modificações nos estatutos em virtude da lei de 1853. Acrescenta que não confia no corpo legislativo; mas na ação do governo, e tem medo do patronato naquele; Uruguai lembra a palavra anuir que mostra o vago da autorização, e diz que o Banco do Brasil não pode continuar e que não sabe se o pedido de alterações se refere ou não às bases da lei; Cândido Batista diz que o ministro da Fazenda pode pedir ao Banco do Brasil declaração que ele deseja modificar; Pimenta Bueno torna a dizer que não quer autorização vaga. Quanto à 2ª consulta Abaeté diz que o pedido de alterações é o mesmo da anterior. Concorda com o voto separado do Jequitinhonha quanto à garantia relativa à emissão; Uruguai adota o parecer da maioria da seção; Alvim id.; Manuel Felizardo responde a uma reflexão do Jequitinhonha que lhe era relativa na discussão da outra consulta que a lei de 1860 não permite nova concessão de emissão, e entende que não há necessidade da garantia pedida porque não se organizará novo banco de emissão enquanto houver papel moeda; Eusébio concorda com a maioria da seção; Sapucaí adota o voto em separado do Jequitinhonha; Jequitinhonha entende que a autorização pedida é amplíssima; porém que só com ela é que o governo poderá organizar o Banco do Brasil convenientemente. Nas Câmaras nada se poderá fazer tornando-se a questão política. Não sabe quanto durará sua opinião unitária quanto a bancos de emissão; mas nas circunstâncias atuais não pode ter outro parecer. A emissão é de mais vantagem para o público do que para o Banco; Pimenta Bueno diz que o governo deve pedir autorização definida para as alterações. Entende que não se deve conceder a garantia pedida. João Paulo diz que a autorização como foi pedida não tem lugar, e que a respeito da garantia não há necessidade de restringir o que já a lei de 1860 dispôs quanto à concessão do direito de emitir, além do poder legislativo não ter direito de limitar suas atribuições; Sousa Franco entende que há necessidade de reforma na legislação bancária e que é preciso que o Banco do Brasil formule seus pedidos. Diz que o Banco quer aumentar a circulação fiduciária embora não seja senão para si. Quanto à garantia concorda com a opinião do Jequitinhonha pelas razões apresentadas por Manuel Felizardo. Diz que é indispensável criar bancos de emissão em certas províncias por exemplo o Pará. Lê seu parecer por escrito, no qual combate a lei de 1860; porque depois dela encareceram os gêneros e baixou o câmbio, e diz que as representações devem ir ao corpo legislativo perante o qual o governo deve sustentar a modificação da lei de 1860 no sentido de auxiliar o crédito; Cândido Batista diz que a garantia tem sido discutida fora de tempo; porque é relativa à fusão dos bancos, e que então dará sua opinião sobre ela. Tratando-se da 3ª consulta Abaeté concordou com a maioria da seção; Uruguai id.; Alvim quanto às 1ª e 2ª questões com o Jequitinhonha e quanto à 3ª com a maioria da seção; Manuel Felizardo, Eusébio e Sapucaí adotam o parecer da maioria da seção; Jequitinhonha mostra que o governo estava autorizado para permitir a fusão. Lê disposições da lei de 1860 para responder

a que disse Manuel Felizardo dando sua opinião sobre outro parecer e diz que tais disposições referem-se somente ao futuro pois que não vieram destruir o contrato bilateral do Banco do Brasil. Expõe o que também entendo quanto à posição do Banco do Brasil relativamente aos outros bancos de emissão, na presença da lei de 1860 entendendo que se deve fixar essa inteligência. Diz que o governo dentro da lei de 1853 pode alterar os estatutos do Banco do Brasil; Pimenta Bueno concorda com a maioria da seção sobre o direito de reformar. Entende que há vantagem para o Banco do Brasil na fusão, e que não é boa política impedir um ato que geralmente reclamado a ninguém prejudica. Quanto à ultima parte pensa como a maioria da seção, e que as circunstâncias levarão o governo a fazer o favor por causa da falta de meio circulante; pois que é do interesse do Banco suprimir as caixas filiais; João Paulo concorda com o parecer da maioria da seção, e diz que o Banco tende ao monopólio; Sousa Franco diz que a questão está prejudicada porque o Banco sem a garantia não faria um contrato lesivo para a fusão. Expõe a grande vantagem dos bancos de decreto por causa da concorrência. Diz que a carteira do Banco Agrícola pode servir de modelo. Combate a inteligência dada pelo Jequitinhonha à lei de 1860. Diz que tem havido colheitas por bom preço e contudo o ouro não aparece. Não concorda no favor da dispensa do resgate; Cândido Batista concorda com Pimenta Bueno, e diz que há 2 anos que o Banco Agrícola pede a fusão apesar dos elogios do Sousa Franco. Ainda falaram Pimenta Bueno, e João Paulo; mas eu estava caindo com sono. Depois que se retiraram os conselheiros ainda discuti com o Sinimbu, estando só presente os outros ministros, o da Fazenda, sobre os projetos de vencimentos para a magistratura e modificações da lei de 3 de dezembro. Fiz diversas reflexões das quais as importantes são as seguintes, ainda que me sentisse muito cansado das noites mal dormidas que tenho tido por causa da moléstia da imperatriz. Observei que a despesa devia crescer muito – calculam-se 1200 contos de aumento – que os juizes municipais deviam lavrar as sentenças ainda que sujeitas à confirmação dos juizes de direito, que não havia razão para não se criar o mesmo número de juizes de direito na capital do Pará, que os suplentes de juizes de direito na Corte e as outras capitais indicadas deviam como juizes municipais servir 4 anos para adquirirem direito a serem promovidos a juizes de direito, que não via necessidade de se criarem desde já relações no Pará, Ceará e Goiás, havendo razão nesse caso para também criar *[sic]* uma em S. Paulo, e que os juizes municipais ficassem avulsos tinham direito a receber os atuais vencimentos até o fim de seus respectivos quadriênios. Sinimbu concordou com esta última reflexão, inclinando-se também à que é relativo aos suplentes de juiz de direito, e quanto às relações suprime a de Goiás, e disse-me que pretende pedir autorização na mesma lei para alterar convenientemente os distritos das relações.

11 de Julho de 1862 – Conversei com o Capanema a respeito do Instituto Agrícola. Ele entende que a fazenda que esse estabelecimento montar, deve aproveitar os ensaios que previamente se tiverem feito por conta do Estado. Não me inclino a esta idéia, cuja conseqüência seria nada se fizer ao menos nesses anos mais próximos, sem contudo ser improficuo o que o Instituto pode ir fazendo desde já em ponto pequeno, no sentido da combinação das duas idéias dele que é a minha, podendo-se facilmente obter auxilios do Estado, sem o inconveniente da influência política, que tanto tem estorvado os melhores pensamentos, desde que virem que o Instituto faz alguma coisa.

12 de Julho de 1862 – No despacho pouco se tratou além da questão da Estrada de Ferro de Pedro 2º do que me ocuparei por fim. O Olinda apresentou um officio do bispo do Rio Grande ³⁶² em que apenas dá parte de que nomeou um professor para o seminário. O Olinda propôs que se reconhecesse esse officio como proposta para nomeação do governo, a fim de não suscitar alguma manifestação do episcopado contra a disposição respectiva dos decretos, criando os seminários; mas eu lembrei que seria conveniente sempre advertir confidencialmente o bispo de que não obra regularmente.

Falando sobre a visita do Polidoro ao Arquivo Militar disse-lhe que era preciso olhar para esse estabelecimento onde se deveriam fazer muitos trabalhos – senão todos – dos que se encomendam fora.

Expondo o Sinimbu o estado da questão da estrada de ferro ficou acordado que se reunissem amanhã aqui de tarde, os ministros com os conselheiros de Estado das seções consultadas, para depois em despacho se resolver a questão.

Antes do despacho recebi José de Vasconcelos ³⁶³. Mostrei a minha resposta ao Abrantes *[antes]* de proferi-la e ele achou-a boa.

Em audiência esteve comigo o Fletcher que me trouxe diversas obras dos Estados Unidos, e cartas de homens notáveis entre os quais uma de Agassiz ³⁶⁴, que logo me entregou. Pretende viajar pelo Brasil de que se mostra sempre apaixonado.

13 de Julho de 1862 – Depois dos ministros terem conferenciado com os conselheiros de Estado, eu apareci, e perguntando-me o Sinimbu se eu queria ouvir o parecer dos conselheiros, o Sapucaí leu o parecer assinado por ele, Manuel Felizardo e Cândido Batista, e os do Itaboraí e do Sousa Franco, dando-me Sinimbu para ler uma carta de Jequitinhonha. Ainda ouvi os conselheiros presentes Sapucaí, Manuel Felizardo, e Cândido Batista sobre a inteligência da palavra convocação dos estatutos da estrada de ferro sobre que o ministro quis ouvir os conselheiros das seções reunidas confidencialmente. Os que assinaram o parecer entendem que fundo social é o valor das ações emitidas, e quanto à outra questão o Sapucaí à vista do artigo 47 entende que a palavra convocação significa chamada, posto que julgue conveniente que se alterem os estatutos marcando o máximo de tempo que a convocação deva preceder à reunião.

Manuel Felizardo diverge dessa opinião fundado no artigo dos estatutos que diz que a assembléia será convocada por meio de anúncios com antecedência de 15 dias pelo menos, onde a palavra convocada é sinônimo de reunida, e na incoerência que haveria em poderem os mesmos acionistas não inscritos votarem na assembléia ordinária, votar na extraordinária que lhes poderia reconhecer o direito de voto na assembléia ordinária. Jequitinhonha está de acordo em ambos com o Ottoni ³⁶⁵, e diz na carta que embora não fosse essa sua opinião entenderia que a trica maior se responde – exprime-se pouco mais ou menos assim. Sousa Franco apóia Ottoni em ambos os pontos. Itaboraí entende fundo social como os três primeiros conselheiros. Cândido Batista sobre a palavra convocação segue a opinião do Manuel Felizardo dizendo que é questão bona fide.

Depois discuti com os ministros que foram todos como eu do parecer que a palavra convocação não pode significar senão chamada e que o fundo social é a importância das ações emitidas. Inclinei-me a que se fizesse quanto antes declaração da inteligência do segundo ponto para que não houvesse o menor prejuízo de direitos, aguardando o procedimento da Assembléia Geral quanto ao primeiro ponto para manifestar a opinião do governo. Os ministros parecem abraçar a opinião de que se aguarde o procedimento da Assembléia Geral antes de publicar qualquer das duas decisões; mas não de ainda conferenciar amanhã. Lembrei que era preciso examinar se havia direito para interpretar os estatutos em Assembléia Geral ordinária, pois que os estatutos só falam de modificação e em Assembléia Geral expressamente convocada para tal fim. Tenho manifestado sempre minha opinião de que seria imprudência perturbar a direção do Ottoni que confio levará avante a empresa.

14 de Julho de 1862 – Procurou-me Sinimbu com o aviso da resposta tal qual acordou o ministério. Lembrei alterações na redação que tirassem ao aviso qualquer vislumbre de decidir a questão da convocação. Sinimbu ficou ainda de ouvir o Olinda. Referiu-me que mandara chamar Ottoni, ainda que dissesse aos colegas, para não ferir melindres do Olinda que se mostra prevenido com o Ottoni, que este fora espontaneamente à casa dele, e Ottoni lhe dissera que estava desanimado por causa de tantos embaraços e talvez, não levasse a empresa senão até conclusão da parte mais difícil. Mostrou-se muito grato a mim que ele sabe sempre o sustentara. Por uma resenha dos votos dos acionistas poderão ser eleitos seus candidatos, e mesmo conta com isso; mas perguntando-lhe Sinimbu que impressão causaria a declaração do modo porque o governo entende as palavras fundo social confessou visivelmente contrariado que o enfraqueceria.

Às 6 estava no Museu para assistir à sessão da Assembléia Geral do Instituto de Agricultura. Além dos de costume só compareceram Neto dos Reis, Airoso ³⁶⁶, e barão de Itabapoana. Burlamaque leu o relatório, e a comissão encarregada de examinar terrenos para a fazenda-modelo seu relatório que é mais favorável ao oferecido pelo Mauá em Sapopemba. O barão de S. Gonçalo disse em sessão que o preferiria aos outros de Maxambomba mesmo que não fosse onerado apenas dum pequeno foro.

Levantada a sessão ouvi ao Nova Friburgo ³⁶⁷ que os terrenos só estrumados se prestarão à cultura do café sendo da mesa opinião do S. Gonçalo. Werneck parece estar de acordo; mas vê-se que não ficaria satisfeito com a escolha de qualquer destes terrenos. Abrantes e Nicolau ³⁶⁸ ficaram de ir domingo ver os terrenos. A escolha ficou cometida à diretoria ouvindo o Conselho Fiscal. Barbacena mostra empenho pelos terrenos do Maxambomba que ouvi serem alagadiços. Dei ao Abrantes um papel com minhas idéias capitais sobre a fazenda-modelo e outra que pode aproveitar muito a lavoura. Fletcher e outro americano que o acompanhou dos Estados Unidos chamado Lidgerwood assistiram à sessão. Conversei com ambos. Fletcher traz sementes de algodão sea-island, e milho do melhor dos estados meridionais da confederação norte-americana para a sociedade de agricultura segundo ele diz. Lidgerwood é neto do dono duma grande fábrica de instrumentos agrícolas e pede privilégio para a máquina de Walker de alimpar o grão de café a qual foi de grande proveito em Cuba. Animei o Itabapoana para que ele faça o mesmo aos fazendeiros de Campos, e soube do Airoso que o bicho do

café ataca mesmo os cafés novos com grande força, que os cafezeiros estão muito abotoados; mas ele que tem colhido 30 mil arrobas só espera este ano 4 mil.

15 de Julho de 1862 – Esteve comigo o Bispo de Goiás. Apresentou-me um cálculo de despesa de transporte feito pelo deputado Couto pelo qual responde um Bueno negociante de Goiás que se incumba de levar o bispo, na importância de 13 contos e tanto. Ele pedira ao Olinda só 12, e apresentou-lhe documentos dos gastos dos 16 que já recebeu e lhe restam 3:500\$000. Perguntei se as mulheres que levavam tinham voto ou pretendiam fazê-lo, como ouvi ao visconde de Albuquerque e o bispo *[disse]* que eram meramente pessoas que ele sempre considerou de sua família. Enfim disse-lhe que entendia que o ministro só podia fazer a despesa com autorização do poder legislativo; mas que se a maioria do ministério, expondo eu minha opinião, entendesse que não convinha pedir autorização ao poder legislativo para evitar as discussões desagradáveis, que ele bispo receava, que eu nada mais teria que dizer; portanto que tudo dependia agora do ministério.

O Sinimbu mandou-me dizer que tinham sido eleitos os candidatos do Ottoni o que estimei pelas razões que já expus. O aviso que havia de ter sido expedido tem uma redação entre a que eu lembrei e a do projeto primitivo para atender às observações do Olinda. O Sinimbu mostrou-mo durante a sessão do Instituto.

16 de Julho de 1862 – No despacho o Olinda trouxe a consulta do Conselho de Estado sobre os padres estrangeiros encomendados párocos *[sic]*. Por lembrança do Olinda e reflexão do Abrantes deliberou-se que os bispos pudessem encomendar esses padres sujeitando o ato, dentro de certo prazo, à aprovação do governo, contrariamente à minha opinião que sustentei de não poder realizar-se a encomendação sem aprovação do governo. O Abrantes queixou-se do oficial maior de sua secretaria que diz ele induziu o Taques ³⁶⁹ a escrever confidencialmente ao nosso encarregado de negócios em Copenhague ³⁷⁰ a respeito dos Direitos do Sund e Belt em sentido contrário ao parecer da seção que não admitiu a base das mercadorias; porém a da bandeira como se fez para o Stade. Disse que, em vista das pesquisas que fizera julga que foi Duarte Lima ³⁷¹ oficial da secretaria da Fazenda, quem mostrou a Prioux os pareceres de empregados do Tesouro favoráveis a sua pretensão; mas que ia cometer o exame deste negócio ao ministro da Fazenda, cumprindo reprimir semelhantes abusos no que concordei. O Sinimbu apresentou um parecer da seção sobre os estatutos das companhias de navegação de Mauá e do Parnaíba. Há um voto em separado do Olinda em que ele sustenta, com excelentes razões, que o decreto de dezembro de 1860, para execução da lei de agosto do mesmo ano, nas palavras – no que for aplicável – relativas a disposições da lei de agosto sobre bancos que estende a todas as sociedades anônimas, entende somente os casos de impossibilidade de aplicação por não se dar a hipótese ou haver absurdo.

Chamei a atenção do ministério para esta questão que influi sobre a da reeleição do Campos Porto diretor da Estrada de Ferro de Pedro 2º ³⁷², e por pedido de Sinimbu perguntando ao Olinda qual sua opinião definitiva ele respondeu que o queria era que as duas companhias fossem tratadas igualmente.

17 de Julho de 1862 – Nada de importante. Foi ontem para a cama com ameaças de sarampão também a Leopoldina. Felizmente gozo de saúde para cuidar de todas três.

18 de Julho de 1862 – Esteve cá o bispo de Goiás. Tem medo da discussão no Corpo Legislativo, e disse-me que precisava de demorar-se ainda um pouco para pedir emprestados 12 contos. Respondi-lhe que fizesse o que lhe parecesse melhor procurando o Olinda para a licença. Falei ao Sinimbu sobre o seu empregado que se apresentara com ações da estrada de Pedro 2º, sem que estivesse muito líquida sua qualidade de acionista. Ficou de ver.

19 de Julho de 1862 – O Olinda veio falar-me sobre a não reeleição do Sá e Albuquerque ³⁷³. Por cartas que recebeu de Pernambuco e pelo que lhe disse Sá e Albuquerque crê que o presidente não se mostrou neutral. Não vendo que conclusão ele tirava de sua exposição disse-lhe que estava pronto a aceitar o que o ministério me propusesse. Olinda lembrou Silveira e Sousa ³⁷⁴ para presidente de Pernambuco, o que aprovei, e falou em reparação feita a Sá e Albuquerque como nomeação para alguma presidência para que eu disse que ele muito prestaria. Olinda acrescentou que o visconde de Camaragibe assegurara que não hostilizaria Sá e Albuquerque; mas que procedeu de modo contrário, e eu que formava melhor conceito do caráter do Camaragibe ainda que concordava com o Olinda que ele se deixa dominar pelo Pinto de Campos, de que não formo o mesmo conceito, e que ainda hesitava em acreditar que o presidente ³⁷⁵, que afirmara ao

Olinda se conservaria neutral quisesse começar sua carreira administrativa em que por seu mérito tanto se pode avantajá-la, com um ato de deslealdade.

À tarde encontrei o Abrantes ainda mais estomagado com o Camaragibe por causa da não reeleição do Sá e Albuquerque. Disse-me que era preciso que o ministério mostrasse que se não deixava bigodear; mas evitando contudo qualquer ato de reação. Referiu que o Camaragibe lhe dissera ter escrito aos amigos que não lhes ficaria airosa patrocinar a candidatura de Sá e Albuquerque e que se conservassem neutrais; mas que está convencido de que Uchoa ³⁷⁶ não se apresentaria sem licença de Camaragibe. Mostrou-se muito contrário aos conservadores, chamados vermelhos, dizendo até que trabalha há muito para destruir o poder temporal do papa (assim chamam ao Eusébio), e disse que o procedimento de Camaragibe contribuiria muito para derrocar sua influência aliás legítima na província de Pernambuco. Manuel Felizardo disse-me que mudava seu parecer dado em Conselho de Estado no sentido de achar a operação da fusão dos bancos prejudicial aos interesses do Banco do Brasil; mas conveniente pelo lado político, aconselhando-a por isso.

No despacho o Sinimbu propôs que se respondesse ao superintendente da estrada de ferro de Pernambuco que o governo estava disposto a garantir os juros do excesso do capital já garantido que fosse gasto na construção da estrada contanto que não tivesse havido abusos nos gastos feitos, o que se veria dos exames a que procederam em Londres e em Pernambuco, e não fosse além do capital garantido para a estrada da Bahia. Eu mostrei pelo relatório da comissão de exame de Londres os abusos que já se provaram, e disse que me parecia dever redigir-se a resposta declarando que se fará o favor caso o resultado dos exames satisfaça o governo. Também propôs que se mandassem avaliar as obras da estrada União e Indústria e se promettesse pagar pela estrada o excesso sobre os 6 mil contos porque já está comprometido o governo. Ponderando o estado do tesouro público, lembrei que seria mais prudente só falar por ora da avaliação das obras para que o governo ficasse mais livre em sua ulterior resolução, e nisto se concordou.

Perguntei ao Sinimbu qual o procedimento da polícia sobre o contrabando de brilhante e ele disse-me que tratava de colher os dados precisos para a intervenção da justiça e de examinar qual o procedimento do promotor Ferreira Viana ³⁷⁷.

20 de Julho de 1862 – Nada de importante.

21 de Julho de 1862 – Esteve cá o Albuquerque que me disse que não pensava que o presidente houvesse favorecido a candidatura do Uchoa, e que não exigira como poderia tê-lo feito de Camaragibe que apoiasse a candidatura de Sá e Albuquerque ³⁷⁸. Referi-lhe o que se passara entre mim e Olinda e ele disse que não aceitaria o que Olinda propusesse. Mostrou-se satisfeito com os membros da Comissão do seu orçamento sobretudo com o Sales desconfiando de que o Paulino favorece o Adet ³⁷⁹ contra a criação da folha oficial.

22 de Julho de 1862 – Recebi os livros que me trouxe o Fletcher. É um presente de muito preço para mim. Fletcher disse-me que Everett ³⁸⁰ lhe pediu que a desculpasse comigo dum trecho sobre as colônias portuguesas antes da Independência do Brasil que eu leria num dos discursos seus que me enviou assim como seus outros trabalhos literários.

23 de Julho de 1862 – Conversando com o Pedreira indaguei de sua opinião sobre o procedimento do Instituto Agrícola que me disse Capanema ser contrária à minha, e achei-o inteiramente de acordo, julgando ambos que o Capanema não nos entendeu. Disse-me que os mineiros não estavam contentes com a resolução do governo a respeito da estrada União e Indústria. O despacho foi interessante. O Olinda apresentou a resolução da consulta sobre os estatutos da Comunidade Evangélica Alemã ³⁸¹ conforme as reflexões que em outro despacho eu fizera contrariamente à forma porque consultava a seção se resolvesse a questão, e também a da consulta do Conselho de Estado sobre os padres estrangeiros encomendados pelos bispos nas paróquias a qual creio que ficou boa com a alteração que o Olinda, de acordo com minha observação, fizera à primeira resolução proposta, declarando que os encomendados só venceriam cônica ³⁸² depois da aprovação de sua escolha pelo governo.

Opus-me à extração das 23 loterias que ainda há para construção do teatro lírico nacional a fim de manter a ópera nacional segundo uma proposta de Francisco Manuel; porque entendo em nossas circunstâncias só devem correr loterias para igrejas e estabelecimentos de caridade. O Olinda parece que estava empenhado pela extração das loterias. Perguntei se as irmãs de caridade saídas de Portugal vinham para cá, e Abrantes disse que elas só vinham por ordem dele e que nenhuma pedira além das que existem.

Abrantes tornou com o negócio Ravel. Eu insisti na minha opinião; mas ele e Sinimbu sem oposição dos outros ministros entenderam que convinha dar algum dinheiro ao homem para ir para França. Eu ainda observei que muito sentiria que esse socorro pudesse ser interpretado como confissão de atos cruéis que se dizem praticados por militares brasileiros, que poderiam estar inocentes, ao que Abrantes replicou que daria ao ato do governo toda a natureza de caritativo, retorquindo eu que o estado não podia dar esmolas.

Abrantes propôs a exoneração do cônsul nomeado para Haiti porque não julgava preciso evitando também o reconhecimento dessa república que era exigida ainda que indiretamente pelo ministro dos Negócios Estrangeiros dessa nação para que pudesse conceder o exaqueratur ao cônsul. Eu disse que se o consulado não é necessário não me opunha à demissão do cônsul e que não tinha nenhuma dúvida em reconhecer a república do Haiti. Polidoro perguntou se não se poderia demorar ao menos a publicação desse ato para evitar qualquer interpelação nas câmaras sobre os motivos que o aconselharam, e Abrantes ficou de ver melhor se há ou não vantagem nesse consulado que foi há pouco criado.

O Albuquerque trouxe a consulta sobre a pretensão da Companhia de Seguros Feliz Lembrança, e parecendo antes favorável à companhia, de acordo com o Abrantes a quem dei os papéis para examinar, depois de eu tê-los visto, agora de acordo comigo adota o parecer da seção. Restitui a consulta sobre a decisão do tesouro relativa a um contrabando de vinho da Casa Aranaga ³⁸³, cujo culpado foi seu despachante José Carlos Marinho. Expus o que coligi dos pareceres de Sampaio Viana, que é o mais bem feito, Henriques de acordo com o procurador fiscal Cardoso de Meneses ³⁸⁴ e Viana para fundamentar minha opinião que é a do Jequitinhonha. Os ministros ficaram ainda de examinar a questão. Falei do orçamento cujo déficit calculado pela comissão me parece exagerado; – pois que inclui nele o capital de apólices que forma a dívida fundada – pensando eu que não passará de 3 mil contos mesmo incluindo o juro das apólices para pagamento do dote da mana Januária, e o Albuquerque disse que concordava comigo, entendendo que seria até prejudicial o resgate dos 2 mil contos de papel moeda visto ir o Banco do Brasil liquidar suas caixas filiais da Bahia e Pernambuco. Referiu que para a não apresentação da emenda dando o dinheiro preciso para a folha oficial alegou a comissão não ter considerado como receita o que nessa emenda se aplica como tal para despesas da folha. Declarou-se contra a idéia da revisão dos orçamentos pelas comissões reunidas, e Abrantes disse que era claro o fim de tal proposta o de procrastinar a discussão dos orçamentos extremar as opiniões na Câmara. O Lamare apresentou uma consulta do Conselho contrária a pretensão do 2º cirurgião reformado da armada Ambrósio Machado de Assunção que eu vi no hospital da Marinha; mas reconhece que houve injusta desigualdade no modo porque na ocasião da nova organização do corpo de saúde da armada foram os cirurgiões desta reformados em relação ao que em idêntica circunstância se praticou no exército. O Sinimbu apresentou a resposta relativa à estrada de ferro de Pernambuco de acordo com o vencido; mas quanto à estrada União e Indústria além da avaliação das obras já vai pedir ao Corpo Legislativo autorização para emitir em apólices até o valor de 4 mil contos para compra da estrada. Disse que assim procedia porque a companhia não poderá subsistir além deste ano e que o Estado sempre compraria a estrada. Como já tinha manifestado minha opinião no despacho passado, e é bem conhecido o déficit do orçamento não me opus mais a esta resolução que não foi combatida por nenhum dos ministros.

Sinimbu entregando-me uma exposição de Ottoni sobre os negócios da estrada de ferro, disse-me que os acionistas pretendem numa nova assembléia invalidar tudo o que se fez. A isto disse eu que o governo havia de persistir em sua opinião sobre a palavra convocação, e que só havia a dúvida a respeito da reeleição do Campos Porto, ao que observou Sinimbu que embora se entendesse em Conselho que ele não fora legal não teria essa decisão efeito retroativo, havendo já Drummond ³⁸⁵ sido reeleito nas mesmas circunstâncias de Campos Porto, procedendo também do mesmo modo outras sociedades anônimas sem a menor objeção. Ia me esquecendo falar do projeto de divisão da província de Minas assinado por 40 deputados. O Olinda deu-mo para examinar. Disse que julgava mais útil a criação duma nova província cuja capital seria Paracatu no território compreendido entre o rio de S. Francisco, Carinhanha e serra que divide as águas daquele das do Parnaíba, e que a proposta parece ter principalmente fim político como indicava a diminuição dum deputado no 3º distrito, o qual bem como o que se tira ao 4º deveriam reunir-se aos dos 5º e 6º que são 6 dando assim à nova província 8 deputados e 4 senadores e não 6 deputados e 3 senadores como está no projeto segundo o qual ficariam a atual província de Minas e a nova com 18 deputados em lugar de 20. Os ministros parece que preferem a minha idéia ainda que o Sinimbu e Abrantes queiram reunir à projetada província de S. Francisco o território do da Bahia, segundo desejam também deputados desta província, para que a ação da autoridade se faça mais sentir no sertão delas. Também se tratou da navegação do S. Francisco, e eu defendi a vantagem da navegação por vapor da parte inferior preceder a da superior e Sinimbu a opinião inversa; porque os barcos de vela não encontram tanta dificuldade em subir a parte inferior, tendo eu mostrado a grande facilidade de navegarem vapores a parte inferior logo que haja subvenção; o que não sucederá

com a da parte superior, cujo estabelecimento os interesses criados pela outra muito auxiliariam. Chamei a atenção do Sinimbu para a emenda apresentada que até parece tornar dependente a concessão da subvenção da navegação do rio das Velhas, que ainda exige trabalhos par sua navegação franca.

No fim do despacho falou Sinimbu da navegação do Amazonas, e eu disse que a não abertura dele às outras nações só se podia explicar pela necessidade de criar ali antes interesses brasileiros que contrabalancem pelo menos os estrangeiros, e por isso convinha cuidar com zelo do Amazonas, promovendo sobretudo a povoação de suas margens. Sinimbu replicou que isso se conseguiria com a abertura do rio, embora muito respeitasse os escrúpulos que alguns têm relativamente às conseqüências desse ato.

24 de Julho de 1862 – O chefe de policia do Rio Grande do Norte Severino Alves de Carvalho veio pedir-me sua remoção para qualquer outro lugar porque receia que o presidente da província, genro do Dr. Autran, possa estar prevenido dele quando estudante com o Autran. Despersuadi-o disso e ele reconheceu o bom caráter do presidente Pedro Leão Veloso, ainda que disse recear-se de sua flexibilidade, talvez que para fazer contraste com o do Sousa Gaioso ³⁸⁶ ex-presidente do Piauí que Severino pinta como quase louco, como se ele mesmo pelo modo porque fala não mostrasse que não é dos mais prudentes, estando eu em dúvida sobre quem teve menos falta de siso na questão entre Gaioso e Severino.

O Dr. Pacheco veio queixar-se do professor Malheiros que diz ser o autor duma correspondência no Mercantil contra ele porque procura coibi-lo em seu mau procedimento, acusando-o sobretudo de meter à bulha a biblia na aula. Referiu-me que o Macedo chamou ao Malheiros, em conversa com ele Pacheco, um miserável ³⁸⁷. Noto já de há tempos rivalidade e agora intriga entre os reitores do internato e externato do Colégio de Pedro 2º. Pacheco diz que há de propor as medidas indispensáveis – creio que alguma contra o Malheiros – ao ministro do Império, com quem eu respondi que se entendesse. O Cristiano Ottoni trouxe-me o seu discurso impresso, dizendo que o fazia pelo modo porque eu sempre o tratara. Disse-lhe que o ministro me havia entregue ontem um officio dele sobre a companhia da estrada de ferro, mas que, não o tendo por ora devidamente examinado, só lhe podia dizer que julgava não haveria embaraços; o que ele agradeceu-me retirando-se.

25 de Julho de 1862 – O Tamandaré trouxe o Desmouly [*sic*] que tem estudado o terreno para um canal entre a Lagoa dos Patos e o Porto da Laguna. Não aprova a idéia do porto mas Torres preferindo o melhoramento do Porto da Laguna, que aliás ele ainda não estudou, diz que o canal (aproveitando as lagoas, que diz conservarão a água precisa) tem de ser aberto na extensão de 9 léguas entre a Lagoa dos Patos e o Mambituba, e 4 entre esta e a Laguna; pouco explorou desta segunda parte. Calcula a despesa com os estudos deste último trecho em 2 contos de réis. Respondi-lhe que procurasse o Sinimbu. Desmouly [*sic*] pertenceu à Marinha de Guerra francesa e depois à Mercante.

26 de Julho de 1862 – No despacho decidiu-se a escolha do Dr. Duarte de Azevedo para lente substituto de S. Paulo ³⁸⁸. O Olinda inclinava-se ao padre Mamede; porque achou a dissertação da prova escrita daquele metafisica demais embora o ponto fosse sobre o direito de propriedade racionalmente considerado. Entende ele que o professor para ser bom não deve ser metafisico; contudo reconheceu que o Duarte de Azevedo tem inteligência mais vasta do que o outro e pode vir a ser melhor lente não se opondo, portanto. à minha preferência que se funda em ter Azevedo melhor desenvolvido o ponto da dissertação da prova escrita, e haver na dissertação impressa de Mamede opiniões, que não me parecem exatas; mas que aliás poderiam ter sido sustentadas para brilhar; sendo-o todavia às vezes, com pouca clareza.

Dei ao Olinda uma nota por escrito lembrando-lhe os apontamentos que ele lá tem e sobre que nada me tem dito, e ao mesmo tempo prevenindo-o de que o Capanema o procurará para fazer no seu relatório da Comissão Científica as alterações, que o Olinda julgasse precisas. Também lhe ponderei que se a verba da Comissão Científica votada para o exercício futuro se aplicar ao corrente pouco se poderá publicar dos trabalhos, que eu não me descuido de ativar. O Abrantes disse que tencionava não prover os lugares vagos de sua secretaria. Trouxe de novo o negócio de José Lúcio Correia mostrando que depois do regulamento de 1852 já se passaram para disponibilidade cónsules exonerados. Eu respondi que a lei não tornava o lugar de cónsul, depois de certo número de anos de serviço, perdível só por sentença, e que a passagem para disponibilidade só pode ter lugar quando não tenha havido demissão como se deu com José Lúcio Correia tanto que foi nomeado para outro lugar; mas que Abrantes fizesse o que entendesse. O ministro da Marinha propôs a nomeação de Mariano de Azevedo para Itapura, e eu anuí; porque me parece que houve intriga contra ele. O Sinimbu e o ministro da Guerra expuseram o estado melindroso de Tacaratu por causa do delegado tenente coronel

Sanches Pedra. O presidente enviando um ofício do juiz de direito Gonçalves da Rocha pede a retirada desse oficial. Concordou-se em retirar o destacamento recomendando ao presidente que mande outro. Eu disse que formava bom conceito do Sanches Pedra, e que andava nesse negócio grande intriga entre o partido do Brandão ³⁸⁹ deputado e do Pinto de Campos também deputado por esse mesmo distrito. O Polidoro não confiando muito no Brandão disse que o cônego Pinto de Campos tinha inclinações perversas acrescentando Sinimbu que ele há de anarquizar Tacaratu. Sinimbu apresentou um ofício do chefe de polícia do Rio Grande do Norte pedindo que seja removida para a Corte a suposta filha do Albuquerque Maranhão para que não tentem novamente contra sua existência. Sinimbu estava inclinado a mandá-la antes para o Rio Grande do Norte a fim de melhor se descobrir a verdade; mas por fim achou que eu tinha razão no que observei ponderando que se ela vier para a Corte julgando-se inteiramente segura de qualquer vingança é provável que desmascare toda a impostura se com efeito esta existe como tendo a acreditá-lo principalmente depois do discurso do Bezerra Cavacanti *[sic]*, ainda que o chefe de polícia fale como quem crê ponto de fé o contrário. Sinimbu queixou-se de apartes do Cruz Machado ³⁹⁰ e disse que receava algum desaguizado, e eu lembrei-lhe que devia lembrar-se de sua posição prevenir-se contra seu gênio um pouco assomado.

Na audiência estive o chefe de polícia ³⁹¹ que me disse que continuavam as indagações a respeito do contrabando de brilhantes do Masset, e que o Silva Pinto, que tem faltado à verdade em suas correspondências acha-se claramente comprometido, tencionando pedir licença ao ministro para publicar o resultado das indagações policiais. O documento que mais comprometeria Masset e devia existir no arquivo da Alfândega não aparece!

27 de Julho de 1862 – Esteve cá o Albuquerque não tendo podido por incômodo vir ao despacho ontem. Conversamos sobre o estado da Alfândega e ele pretende nomear uma comissão de inquérito composta de empregados do Tesouro e de dois deputados um de cada lado da Câmara. Não se lembrou do Saldanha Marinho por ter sido o que divulgou na Câmara os abusos. Propunha o Martinho ³⁹²; porém eu observei-lhe que Martinho era muito espalha-brasas como se diz, e me parecia melhor Teófilo Ottoni convindo ir chamando sem parecer cortejo de medo a essa pessoa que merece não ser desprezada. Também lembraria Cristiano Ottoni se não fossem suas ocupações da estrada de ferro, e repugnou-lhe o Teófilo por causa de suas relações com o comércio. Do lado oposto lembrou-se Albuquerque de Saião e Sales Torres Homem parecendo preferir a este que eu também indiquei por ter sido aquele inspetor da alfândega. Depois falamos sobre o contrabando de vinhos do Aranaga estando parada a resolução da consulta por causa de dúvidas do Olinda sobre a natureza da consulta da Seção à vista dos precedentes, sustentando que é meramente consultiva só podendo ser litigioso se o governo tem ou não direito além do de adotar ou rejeitar simplesmente a consulta não podendo seguir um terceiro alvitre. Albuquerque adota o parecer da maioria da Seção. Mostrou-se muito aflito com as demoras na discussão e falta de trabalho nas Câmaras dizendo que trabalhavam assim para o governo absoluto; ao que retorqui que não tivesse medo disso e que o próprio mal havia de trazer o remédio não havendo razão para desesperar do juízo dos brasileiros. Achei o Albuquerque muito doente e receio que dure pouco o que muito me penalizará pois ninguém possui melhores intenções do que ele ³⁹³.

28 de Julho de 1862 – Nada de importante.

29 de Julho de 1862 – O Sinimbu disse-me que esteve com o Maranguape ³⁹⁴, e tendo ele mostrado que não ofenderia com os atos que fosse necessário praticar pela repartição da Justiça e talvez estivessem adiados por causa da interinidade, pretendia tratar do estado das comarcas de Porto Calvo e Maceió. Eu disse-lhe que não falara nessa necessidade pelo próprio melindre que ele tivera; mas que estava informado de todas as queixas, e cumpria antes de decidir examinar o fundamento delas, fazendo justiça a ambos os lados. Perguntou-me porque eu falara no despacho de seu gênio assomado, e eu disse que me referia à ocasião em que ele na Câmara dos Deputados chamou o João Saião de doido. Pediu-me que o ouvisse sempre que me chegasse qualquer queixa a respeito dele porque desejava defender-se e eu prometi tratá-lo com a franqueza que ele de certo modo merece por seu caráter.

O Abrantes disse-me que era preciso separar do orçamento todos os aditivos que não fossem os de reclamações e folha oficial, e depois lembrou-se do dote da mana Januária vacilando na resolução tomada por causa duma carta escrita a D. Joaquina em que a mana diz que precisa de banhos minerais. Eu expus de novo as razões em que me fundei para apoiar a resolução tomada, e ele acrescentou que nesse caso era preciso que o orçamento autorizasse a despesa da atualidade feita com a mana e os filhos, e o dote.

O Lamare lembrou como indispensável o aditivo autorizando a despesa com a porta do dique, e disse-me que tinha estudado tudo o que há respeito das obras da repartição, e era preciso tornar as estações ativas reduzindo-as a navios que possam prestar todo o serviço, tencionando ele visitar os navios aqui até de noite.

30 de Julho de 1862 – Pouco houve no despacho. O Olinda deu-me parte de que parece houve um caso de cólera-morbo na Rua dos Cajueiros contestado pelo Félix Martins provedor da Saúde ³⁹⁵. Lembrando-lhe o estado imundo do matadouro disse-me que se entendera com o presidente da Câmara Municipal ³⁹⁶ para a remoção do matadouro para a extremidade da estrada de ferro na raiz da serra.

Entreguei a Sinimbu o complemento da reforma judiciária, o qual dispõe sobre a fiança provisória, e dizendo-lhe que nada se providenciava a respeito da prisão preventiva ele respondeu-me que tendo pensado julga que o melhor é o que já está em lei e só falta executar.

31 de Julho de 1862 – Nada de importante.

1 de agosto de 1862 – Fui visitar diversos estabelecimentos. A secretaria das Obras Públicas pareceu-me em bom arranjo. O arquivista agradou-me com suas explicações e a classificação pareceu-me boa faltando ainda muitos papéis da secretaria do Império. Os empregados bacharel Azevedo e Camilo Liberali apareceram depois das 10, e não vi o Moreira Guimarães. Há bastante terreno até a Rua do Senado para acrescentar o edifício. A repartição da Inspeção das Obras Públicas está em muito mau pé. Procurei uma planta do aqueduto da carioca e não existe completa; indaguei a respeito do número e qualidade dos tubos de encanamento de ferro existentes, e não obtive do inspetor ³⁹⁷ notícia exata. A enfermaria dos africanos livres é uma vergonha, e a maior parte deles já deviam estar emancipados; alguns servem há 20 anos. Os bombeiros não fazem exercício. A melhor bomba não pode servir sem animais, que não há, que a puxem; as outras duas são pequenas. Os aparelhos de socorro são deficientes, e a escada não chegará a um terceiro andar. Recomendei ao inspetor a conservação das estradas e sobretudo as ruas que comunicam a cidade com o bairro de Sta. Teresa, assim como o fornecimento de água de cuja falta queixam-se os habitantes da cidade nova, e ele respondeu-me que há muitos meses representara sobre o estado das ruas para Sta. Teresa, e advertira do que sucederia quando se entregou a conservação da Rua de Montalegre à Câmara Municipal, e que relativamente à água qualquer palha obstruía os registros! Ao que repliquei que para revistá-los havia guardas, observando o inspetor que os registros eram muitíssimos, e eu retorquindo que o exame basta que seja periódico. Enfim julgo que há pouco zelo nesta repartição.

Na secretaria de Estrangeiros notei somente que os mapas não estão em tão bom arranjo como na outra secretaria, e que havia luxo na encadernação dos documentos de que um grande número ainda está por arranjar.

Daí fui ver as obras da Casa da Moeda que vão adiantadas e bem feitas devendo ficar coberta toda a frente menos o frontão até 15 deste, e toda a obra acabada em março do ano seguinte. As abóbedas pareceram solidamente construídas notando eu nas paredes soda cristalizada em abundância. O chão ainda não está ladrilhado e no lugar das máquinas parece que esperam o assentamento delas para fazê-lo. Só encontrarei *[sic]* lá o Boldt, e depois apareceu o Hoxe.

Nada notei na Secretaria e na Contadoria, e repartições militares grande número de empregados *[sic]*. Os arquivos em geral estão bem arrançados, convindo que os documentos de pouco ou nenhum uso sejam encadernados.

No do Conselho Supremo ³⁹⁸ porém é difícil achar qualquer consulta que não seja sobre pretensão individual. Corri os quartéis. Os fuzileiros ³⁹⁹ estão mal, por causa da imunda casa de despejos. Os gêneros são bons; mas a carne seca pareceu-me melhor na cavalaria ⁴⁰⁰, ainda que o café não seja do melhor. O estado do armamento e equipamento está melhor nos fuzileiros. A fazenda dos capotes de ambos os corpos não é boa assim como a das calças dos fuzileiros. As obras novas tiraram bastantes acomodações às companhias de fuzileiros. O largo dos quartéis quando chove fica todo empoçado. O ex-comandante de fuzileiros parece que talvez por causa de moléstias era pouco zeloso.

À tarde fui ao Instituto Agrícola. O que disse foi no sentido do que já expendi, e consta o que se fez na ata publicada nos jornais. Conversando com o Abrantes sobre o comércio de cabotagem ele ficou de acordo com meu modo de pensar de modificar o aditivo ao orçamento no sentido de ser um ensaio por 4 ou mais anos.

2 de agosto de 1862 – Por não ter havido conferência apenas conversei com os ministros depois do jantar sobre diversos negócios. Disse-lhes o que observara na minha visita de ontem, e lembrei ao Sinimbu a demora da abertura do Passeio Público, chamando também sua atenção sobre as queixas que têm aparecido contra os juizes municipais de

Rezende e de S. João do Príncipe ⁴⁰¹, e do presidente do Espírito Santo ⁴⁰², de quem aliás faço excelente conceito. Entreguei ao Olinda ofício do presidente do Ceará ⁴⁰³ em que ele explica suas providências por causa da cólera e demissão do inspetor da tesouraria provincial, observando eu que o presidente não procedera acertadamente esperando os estragos da epidemia para mandar socorros a certas localidades, ainda que assim fizesse com receito de gastar inutilmente. Quanto à demissão nada opus à opinião do Olinda que julga ter o presidente defendido cabalmente o seu ato. Não sabendo se o Abrantes viria, como veio, repetindo-lhe eu o mesmo, disse ao Olinda, restituindo o projeto da resposta do Abrantes ao Christie ⁴⁰⁴ sobre o negócio do naufrágio do Prince of Wales que era preciso lembrar-se de fora aprovado o procedimento do presidente da província ⁴⁰⁵, e que não se sabia pela nota de Christie em que qualidade pretende o governo inglês que assista a novas inquirições um oficial da marinha britânica; que devíamos até onde o permitisse nossa honra evitar questões com outras potências sobretudo poderosas, e que a demora das inquirições sem explicar o motivo disso ao cônsul inglês não podia deixar de causar reparo ao governo inglês.

Também falei do Ravel que não se contenta com 4 contos, e ameaça com o apelo para Mr. Thouvenel ⁴⁰⁶, a quem vai mandar daguerreótipos feitos agora aqui figurando suas torturas. Olinda inclina-se a que se peça a Ravel que abra preço; mas até onde chegará ele? Isto mesmo observei ao Abrantes.

3 de agosto de 1862 – Nada de importante. Li hoje a Atualidade onde se principia a traduzir a apreciação que Brougham ⁴⁰⁷ faz do reinado e pessoa de Jorge 3º, para compará-la ao estado político do Brasil. Quando tiver tempo me defenderei neste livro já que não o posso fazer de outro modo.

O Olinda disse-me ontem que não falara mais a respeito da não reeleição do Sá e Albuquerque por causa da moléstia do Albuquerque, e que pedira novas informações ao presidente de S. Paulo sobre as obras feitas por José Vergueiro na estrada da Maioridade.

4 de agosto de 1862 – Esteve cá o Mariano de Azevedo que me representou sobre certos pedidos para Itapura dizendo-me que o ministro lhe está sempre recomendando economia. Respondi que pedisse por escrito ao ministro o que precisasse e que eu veria seus pedidos para auxiliá-lo no que me parecesse justo.

O Diário de hoje, elogiando o discurso de encerramento das Cortes portuguesas, censura o não ter a Fala do Trono daqui agradecido aos brasileiros a ereção da estátua de meu pai. Não me esqueci deste fato quando se tratou da Fala; mas lembrei-lhe de que a subscrição não tinha sido feita agora, e não quis que nas câmaras houvesse alguma discussão desagradável por causa da estátua de meu pai; por isso, nada disse a tal respeito aos ministros.

5 de agosto de 1862 – Lendo a Atualidade deparei com este trecho da apreciação do reinado de Jorge 3º por Brougham: “Certamente querer ter um soberano é querer que sua voz seja ouvida e sua influência sentida na administração dos negócios públicos”. Assim o entendo e creio que não tenha excedido os limites que me escreve o sistema de governo que nos rege – apelo para a lealdade dos ministros que não podem deixar de confessar que eu capricho cada vez mais em ser constitucional segundo nossa constituição.

Esteve cá de tarde o ministro da Marinha que trouxe o projeto de lei e regulamento para a promoção da Marinha, trabalho que ele organizara com o Sabino Elói Pessoa e discutira com este e o capitão de mar e guerra Alvim ⁴⁰⁸. Falamos sobre Itapura. É de opinião que a estrada de Avanhadava se faça por empreitada fiscalizada pelo diretor da colônia, e lembrando que não havendo verba no seu orçamento e não podendo obter fundos para essa obra do Ministério das Obras Públicas tiraria das eventuais, concordou comigo em que é melhor esperar do que praticar uma ilegalidade. Lembrou a necessidade de dar salário aos africanos livres que trabalham em Itapura. Propõe mandar Level ⁴⁰⁹ estudar os aperfeiçoamentos modernos na construção dos navios de guerra. Achei boa a idéia e disse que apenas hesitaria por causa da despesa; o ministério ficou de pensar ainda nesta idéia. Disse-me que entendia não dever encomendar a porta do dique sem que estivesse a autorização para a despesa; aprovei completamente seu escrúpulo.

6 de agosto de 1862– Houve despacho. O Olinda deu-me para examinar o seu projeto de reforma municipal. Propôs diversas pensões, das quais eu lembrara as da viúva do tenente-general Câmara e o major Oliveira ⁴¹⁰, que foi lente de física na Escola Central. A respeito da pensão pedida pela viúva do senador Machado ⁴¹¹ disse que, reconhecendo as qualidades do finado, não entendia que seus serviços tivessem sido dignos duma pensão, convindo ter em lembrança o que disse o Abrantes, quando se tratava de outra, que a verba dos pensionistas e classes inativas já monta em mil e tantos

contos. Apesar disto o Abrantes ainda observou, quando eu disse que me parecia que a viúva do Machado não ficara necessitada de meios, que ela desejava a pensão para os filhos, ao que repliquei que ainda menos seria de opinião que se lhes desse a pensão, atentas às circunstâncias do Tesouro Nacional.

Lembrei ao Lamare a vantagem de mandar colonos nacionais e sobretudo militares para Itapura, e não alemães como ele me disse que pretendia fazê-lo nem portugueses conforme sugeriu o Abrantes. O Sinimbu tratou do negócio da União e Indústria e disse que havia de descontar do preço da avaliação da estrada a importância dos juros que tem pago o governo geral e os do Rio e Minas. Eu observei que, a fazer-se o favor, que autoriza um dos aditivos propostos à lei do orçamento, de quem com razão se separara, para que a lei passe este ano, devia isto realizar-se de modo a ser tido como favor pela companhia. Tratando da alteração do contrato do gás disse que não me parecia justa a oposição que se fazia a este ato do ministério de 2 de março e disse como entendo alguns artigos do contrato primitivo, que aliás reconheço como imperfeito, visto ser o primeiro desta natureza que fazia o governo. Como no próximo despacho ainda se tratará este negócio exporei depois minhas opiniões relativas aos artigos.

O Sinimbu apresentou os decretos nomeando o irmão do Nabuco para juiz municipal de Niterói e o filho do Eusébio para Macaé ⁴¹², esperando que este aceitaria, o que foi posto em dúvida pelo Polidoro, posto que também assim espere pelo que ouviu ao Almeida Pereira, reprovando muito se ele fizer o contrário, tendo Eusébio dito que Sinimbu atendera de preferência o Nabuco por ser senador que fala. Sinimbu disse que apenas atendera ao estado de pobreza da mãe do proposto para Niterói, e eu terminei acrescentando que tinha quase certeza de que Eusébio faria justiça ao Sinimbu e que é preciso que os bons lugares toquem a todos, conforme a razão que houver para a justa preferência. Perguntei ao Sinimbu como ia o processo dos diamantes que se demorava inconvenientemente e ele respondeu que os papéis estavam para ir para o promotor e que o Massé assim como o Silva Pinto se acham comprometidos no contrabando. Apresentou diversos documentos que fazem suspeitar da honradez do Dr. Sousa subdelegado de Sta. Rita; mas eu ainda creio que ele não está criminoso.

Pedindo-lhe eu informações sobre o ato praticado pelos menores artesãos da Casa de Correção, a respeito do qual o Cruz me viera falar antes do despacho, atribuindo-o a manejos da clientela de seu antecessor, mostrando-me até uma fêria falsa que o fizeram fazer assinada, disse-me Sinimbu que pretendia como já eu julgava necessário julgar uma comissão de exame da Casa de Correção, pretendendo escolher o Zacarias presidente dela, ao que anuí.

O Abrantes disse-me que na resposta ao Christie não insistira muito sobre a defesa da falta de cortesia para com o cônsul inglês e o capitão Saumarey conforme o que eu observara, e referiu que Ravel já quer 12 contos e que ele dissera ao Taunay ⁴¹³ que só por ato de compaixão o governo daria dinheiro a Ravel, tendo anuído a 6 contos, como Taunay, antes de tornar a falar com Ravel, propusera. Abrantes acrescentou que agora essa questão é com o St. Georges ⁴¹⁴, e que mesmo, no jantar de 15 se fosse preciso, se queixaria dele, que, tendo prometido não mandar logo para a Bahia, conservando-o a bordo dum navio de guerra o recrutado José Eugênio, para que este ato de deferência para com as reclamações da legação francesa não fosse tomar na Bahia caráter de vitória da oposição ao presidente e chefe de polícia, não cumprira sua palavra. Quando se tratou desta questão tinha se reconhecido não haver razão da parte da legação francesa, e não pude portanto deixar de manifestar que me lembrava do que se tinha passado.

Antes do despacho, falei ao Polidoro da minha visita de manhã à Escola dizendo-lhe que tinha visto estragos de cupim, que a biblioteca estava mal acomodada, e que por falta de instrumentos não concluiu o lente de física – serve agora o Primo de Aguiar ⁴¹⁵ – a sua hora de exercícios práticos. O gabinete de física já há tempo que não está bom. Achei a aula de química em melhor arranjo que dantes, e o gabinete de geologia carece de ser mais bem cuidado. Em desenho não vi grandes coisas. Um rapaz paisano, de apelidos Barbosa Horta, pareceu-me ter muito jeito para o desenho, é do 2º ano. Vi na Escola Central trabalhar a máquina contínua de fazer gelo pelo sistema Caré, o mesmo da portátil que trabalhou no Museu.

7 de agosto de 1862 – Nada de importante.

8 de Agosto de 1862 – Li officios e uma carta de Grenfell ⁴¹⁶, em que este propõe que se construa para a nossa marinha uma corveta de 1/3 de tamanho e do sistema da fragata Warrior, e que importaria em 2 mil contos tendo a Warrior custado 500.000 £. Lembra a conveniência de se gastar mil contos por ano com a construção de navios de guerra de ferro. Diz que a utilidade da Warrior e Black-Prince como béliers ainda não está fora de dúvida. Acho a Caledônia, Royal-Alfred e Royal-Oak do sistema encouraçado superiores às outras duas como navios de guerra. Acrescenta que a

chapa de 2 polegadas resiste a qualquer projétil e desvia qualquer bala que não bata em ângulo reto, devendo por isso ter as bordas bem curvas para dentro, e é esta a construção que lhe parece melhor para a nossa marinha de guerra. Nenhuma das canhoneiras de cúpula estava pronta; mas aplicaram a cúpula à Trusty. Acho este sistema mau para nós, por expor o navio a ir a pique mesmo no ancoradouro e estava a guarnição sofrendo principalmente em país quente. Entende mesmo pelo que ouvira a Armstrong, que o principal armamento de nossos navios deve ser de peças de 68 lisas, pesando 96 quintais de bala sólida e carga de 16 libras carregando-se pela boca. Recomenda contudo a compra de algumas peças de 100 de Armstrong, raiadas de carregar pela culatra notáveis pelo alcance de 5 milhas e certeza do tiro. Diz que a primeira qualidade de nossos navios de guerra é o pequeno calado que não deve exceder a 12 pés desmandando as canhoneiras só 4.

9 de agosto de 1862 – No despacho restitui ao Olinda o projeto da reforma das Câmaras Municipais, com diversas reflexões, de que foram principais as que fiz sobre a diminuição do número de vereadores da maior parte das cidades de 9 a 7, que o Olinda disse que fora esquecimento, e a respeito de atribuições do administrador municipal que julgo que devem ser do presidente, como a de expedir as ordens necessárias para eleições e da falta de recurso quando o presidente não anuir ao pedido da sessão extraordinária – a pedido do administrador. Apresentei uma redação que julgo enuncia melhor o pensamento do artigo final, que figura a hipótese da passagem de certas rendas para o cofre da Câmara Municipal da Corte.

Assentei com o Olinda, em que, sob as vistas do presidente do Ceará, e por meio das pessoas já dispostas pelo Capanema, se empregue em escavação de fosséis um conto e tanto, que destinara Capanema para tal fim, e não se gastaram por causa da retirada dele. Lembrei mais uma vez o que é preciso para os trabalhos da Comissão Científica; mas o Olinda só se quer entender com o Freire, que segundo disse Olinda, foge de se comprometer com os outros membros da comissão; parece jogo de empurra e o tempo voa! A utilidade de certos trabalhos raros a entender por ora entre nós; paciência; lá chegaremos.

O Abrantes propôs que se encarregasse Marques Lisboa ⁴¹⁷ de se entender com os comissários das outras potências interessadas no projeto de telégrafo-elétrico-submarino de Balastrini, autorizando a dizer que permitimos a passagem pelos pontos marcados entre o cabo de S. Roque e a Guiana Francesa; mas que não podemos concorrer com dinheiro algum por causa do estado do tesouro, cumprindo a Marques Lisboa informar o governo brasileiro de tudo o que houver a tal respeito. Eu apenas disse que a permissão por território brasileiro devia determinar os lugares para não prejudicar a decisão do governo relativamente às propostas para estabelecer o telégrafo elétrico ao longo da costa do Brasil. No despacho passado tratou-se deste assunto e o Sinimbu ficou de consultar por meio do Carvalho Moreira ⁴¹⁸ pessoas entendidas sobre a proposta do Web que é agora também do Jones para o estabelecimento submarino dessa linha telegráfica. Eu inclino-me antes à linha terrestre ainda que esta ofereça maiores obstáculos para seu estabelecimento e esteja exposto a muitas causas de dano por tão grandes extensões desertas; mas as dificuldades da conservação do cabo submarino *[sic]* junto à costa.

Restitui ao Lamare os dois projetos de lei e o regulamento para promoção na armada. Fiz diversas reflexões, sobretudo para harmonizar a lei com o regulamento e a mais importante foi contra o arbitrio proposto de promover por antiguidade ou por esta o merecimento da classe dos 2^{os} tenentes para os de 1^{os}. O ministro adotou de acordo comigo que só fosse do segundo modo. Também lembrei que bastava a autorização para promover por antiguidade, sem os prazos, em tempo de guerra e quando haja falta de oficiais sem os prazos.

O Sinimbu parece descontente com o Cruz da Casa de Correção. Falando a respeito do contrato do gás, mostrei que já em 1854, o Nabuco tinha entendido o artigo a respeito dos gasômetros relativamente ao primeiro perimetro, e que só havia segundo minha opinião a preferir a vantagem da diminuição desde já de 82 contos anuais ou menor preço que pelo gás se pagaria desde que terminasse o antigo contrato prorrogado há pouco por mais 15, Sinimbu disse que o Cândido Ferreira ⁴¹⁹ oferecia pé cúbico de gás por 25 rs. quando se pagam agora 27. Também interpretei o artigo do contrato sobre o direito que tem de marcar as horas de iluminação como apenas prevenindo a diferença que há entre os dias naturais segundo as estações. Para reforçar a inteligência do artigo de que primeiro observei que dando o contrato ao governo sem exigir acordo da companhia, direito de marcar o número de combustores, poderia esta não compensar a despesa feita com os gasômetros precisos para maior extensão de iluminação. Antes do despacho o Abrantes tornou a falar-me do embaraço da moléstia do Maranguape ⁴²⁰, e eu respondi que se devia esperar mais tempo como o Olinda já fizera por ocasião da moléstia do Jerônimo Coelho ⁴²¹, e que a igreja devia ir como fora armada. Sinimbu também me disse nessa ocasião,

que por conselho do Nabuco não suprime os juizes municipais dos termos cabeças de comarca, para não estreitar o círculo dos habilitados para juizes de direito; o que vai aumentar a despesa com a reforma, e aumenta desde logo os vencimentos dos juizes de direito porque havendo poucos que não estariam nas condições do projeto para tê-lo pouco crescerá a despesa prolongando por outro os prazos para o ulterior aumento dos vencimentos.

Esqueci-me dizer que no despacho de 6 restitui ao Polidoro uns apontamentos de regulamento para a ilha de Fernando. Fiz algumas reflexões sendo a principal sobre a vantagem de estabelecer aí uma colônia agrícola penal. O Polidoro propôs o coronel Beaurepaire ⁴²² para ir inspecionar a ilha, e depois propor à vista dos apontamentos o que julgasse mais útil.

Li ao Abrantes um cálculo sobre o fundo, que em 5 a 10 anos se poderia dum módico aumento do direito de exportação sobre seus 10 principais artigos entre nós, com o fim único de auxiliar a nossa lavoura, sobretudo com a fundação de bancos agrícolas. Este aumento deve ser voluntário da parte dos lavradores cujos espíritos cumpre que sejam sempre convenientemente preparados para isso tendo garantias de que não se dará aos fundos senão o destino indicado. Espero a opinião do Abrantes e de outras pessoas que tenham pensado sobre estes assuntos.

10 de agosto de 1862 – Nada de importante.

11 de agosto de 1862 – Casanova trouxe-me uma saca de café preparado na estufa de sua invenção. Diz que seca o café mesmo verde em 60 horas depois de colhido. O calor que mantém é de 50° cent. e diz que o café em diferentes estados secam do mesmo modo misturados. Pode secar até 1.000 arrobas duma vez e por 1 conto, que o Nicolau ⁴²³ que é fazendeiro de café acha muito caro. Provei do café, que apresenta a melhor cor e cheiro em grão, e gostei ainda que outros o acharam queimado, o que julgo foi do preparo para bebê-lo.

12 de agosto de 1862 – Conversei com o Capanema. Ele rejeita inteiramente o cabo submarino, e eu apenas inclino-me por ora mais ao terrestre. Lembrei a conveniência quando preferido o sistema de se abrir concorrência depois de publicadas as condições do contrato. O Capanema achou boa a lembrança. Pediu-me para ser publicado o seu parecer confrontando as diversas propostas, e disse-me que o Jones anda mostrando pedaços de cabo submarino para mostrar que o bicho não pode atacá-lo, e contudo a armadura de arame de ferro estragou-se pela oxigenação, e um phobs *[sic]* ou xilófago que introduziu-se por entre os fios de linho alcatroados e furou a guta perca *[sic]* deixando à vista os fios de cobre como examinei 4ª feira na Escola Central. O negócio é de centenas de contos e cumpre ter todo o escrúpulo.

13 de agosto de 1862 – Em uma exposição feita pelo Pena ⁴²⁴ ao Caxias em data de 30 de junho sobre o que fez, entendendo-se com os influentes do partido liberal, para não ser votado o Ottoni, o que se procuraria impedir se eu tivesse podido saber a tempo, havendo dito ao Caxias quando me deu os papéis, que me é indiferente a vinda do Ottoni na lista onde tinha direito para entrar como qualquer outro brasileiro leio o seguinte: “O bispo diocesano ⁴²⁵ não figura de modo algum como homem político. Cuida com muito zelo do cumprimento de seus deveres pastorais, mostra todo o desejo de viver sempre na melhor harmonia com o presidente da provincia e goza aqui muito estima e respeito”. Lembro-me agora do que o Abrantes propôs no despacho passado o Sauvan Viana de Lima para Montevidéu no caráter de ministro residente, o Borges para o Chile e o Leal para Turim ⁴²⁶. Tendo o Sinimbu falado a favor da elevação de caráter diplomático do Viana de Lima sem se fazer o mesmo ao Leal; o Abrantes disse que poderia aquele ir mesmo como encarregado de negócios e eu observei que é melhor assim para maior economia.

No despacho falei a respeito dos negócios apontados no papel junto. O Abrantes propôs que se entregasse um recruta súbito oriental. Convim; porém lembrei que cumpria não esquecer a satisfação devia pela morte do marinheiro brasileiro feita por oficial oriental. Restitui-lhe diversos officios chamando sua atenção para um officio dirigido ao ministro residente da Prússia pelo presidente do Conselho Supremo evangélico desse reino sobre a lei dos casamentos acatólicos e fiz a tal respeito as reflexões que já expusera ao Paranaguá ⁴²⁷, quando se discutiu a lei que não tratou de casamentos mistos nem evitou a repetição de casos semelhantes ao do Kerst, segundo a inteligência em que ela foi votada pela Câmara dos Deputados. Tudo o que não for o projeto de lei primitivo não me satisfará atendendo até onde é justo às reclamações dos que não seguem nossa religião. O Abrantes disse que aprovava inteiramente a idéia que apresentei nos dois papéis que lhe confiei relativa à criação dum fundo para bancos agrícolas, e que ia dar andamento a esse negócio pelo modo que eu indiquei tendo já tratado disto com membros da directoria do Instituto Agrícola.

O Albuquerque trouxe a consulta sobre o negócio Aranaga a qual se resolveu de acordo com o voto da maioria tendo eu sustentado o do Jequitinhonha, conforme já escrevi há dias. Falou da gazeta oficial sendo de opinião que cada ministro exponha e defenda os atos de sua repartição; mas eu observei que é preciso um centro e recomendei toda a economia, que não prejudicasse o fim que se pretende, e a maior circunspeção no modo de dirigir a folha. Disse que o câmbio vai alteando e mostrou querer aceitar uma proposta do Tupper a 26 e $\frac{1}{4}$; porém que ainda tinha dinheiro em Londres até dezembro. O Abrantes acautelou-o a respeito do Tupper, aconselhando-o que esperasse a chegada do paquete podendo o câmbio ainda subir. O Albuquerque receia que o preço do café não se mantenha por muito elevado, e só pela falta de produção sustentar assim a concorrência com outros melhores, o que deve influir sobre o câmbio.

O Lamare apresentou a representação do Law para que se lhe pagasse a última prestação. O engenheiro fiscal Alvim ⁴²⁸ aponta 6 cláusulas não cumpridas do contrato, das quais a importante, é a falta de rebaixamento na entrada do dique; Law responde e Alvim replica. O Lamare disse que seus colegas eram de opinião que se pagasse; mas que ele queria ouvir minha opinião, porque a sua era contrária ao pagamento. Respondi que o contrato era claro e não podia ser de opinião se pagasse antes de Law ter cumprido a cláusula importante das 6 indicadas. Abrantes sustentou a opinião contrária sobretudo com o fim de evitar reclamação inglesa, e Polidoro disse que tendo a princípio pensado como eu por fim cedera. Eu repliquei que não mudava de opinião; mas que o ministério deliberasse como entendesse. Lamare um pouco irritado, acrescentou que visto ser esta minha opinião ele não queria ser bigorna e não estava disposto a pagar a prestação. Parece que houve discussão algum tanto renhida em conferência pelo modo porque falou o Lamare.

O Sinimbu veio com outro aperfeiçoamento do projeto de reforma eleitoral para dividir o Supremo Tribunal de Justiça, em dois um para o crime, outro para o cível, sobretudo com fim de escolher para este os melhores magistrados. Também aumentou o número de relações com mais uma para S. Paulo. Eu ainda fiz as mesmas reflexões sobre o número das relações, e o aumento que há de o projeto trazer à despesa. Disse que a primeira necessidade da magistratura é a responsabilidade é eficaz *[sic]*, e que enquanto alguns magistrados não forem para a cadeia, como por exemplo certos prevaricadores muito conhecidos do Supremo Tribunal de Justiça, não se conseguiria este fim. Sinimbu replicou que o governo não tem autoridade para isto e que o corpo legislativo tem destruído o efeito das aposentadorias impostas pelo governo, concordando todavia comigo, que o remédio do tempo é muitíssimo lento, e além disto muito contrariado; mas isto não disse ele; pelo procedimento menos zeloso dos ministros nas nomeações que me propõe. Nada observei sobre a ocasião em que o Sinimbu me apresentava novos acrescentamentos ao projeto; porque não quis desgostá-lo tendo-o na conta dum dos melhores servidores do Estado; todavia ainda lhe direi particularmente que em tais casos, para aproveitar tempo, não é preciso que guarde para o despacho a apresentação de semelhantes assuntos podendo mesmo comunicar-nos por escrito. Lembrando-lhe eu as providências precisas a respeito do processo eleitoral, disse-me que instaria ainda com a comissão para dar parecer sobre o projeto que rejeita a qualificação. Também falei da navegação do S. Francisco e respondeu-me que o aditivo passaria.

Notei que falando ao Olinda sobre o que se tem dado com a Assembléia Provincial de Goiás, ele se mostrasse ignorante do que têm publicado os jornais. Tenho observado de há muito que os ministros lêem poucos periódicos mesmo estando fechadas as câmaras, e todavia quando elas se abrem que trabalhos há prontos?

Recomendei ao Sinimbu o padre Antônio Caetano da Fonseca de Muriaé, entregando-lhe a exposição que ele me fez relativa a bancos agrícolas, e plantação de algodão herbáceo, de que promete 100 arrobas para plantio. É irmão do célebre Botica a cujo respeito me falou há tempos, dizendo que era inocente, e respondendo-lhe eu que me podia expor mesmo por escrito e em carta fechada tudo o que julgasse favorável à justiça de seu irmão. Parece-me inteligente e trabalhador, ainda que não muito bem encarado.

14 de agosto de 1862 – Nada de importante.

15 de agosto de 1862 – Procurou-me Nicolau Tolentino para perguntar-me se podia requerer perdão se fosse condenado no processo de injúria que intentara contra ele o Ferraz ⁴²⁹. Disse que não esquivava a cumprir a pena; mas que por meio do perdão queria evitar a desistência do Ferraz, que lhe constava teria lugar logo que ele fosse condenado. Eu respondi que o direito de pedir perdão é de qualquer cidadão, e que a desistência podia ter lugar em qualquer ocasião e o perdão só depois da condenação, não lhe podendo acrescentar mais nada.

Também veio o Dr. Sousa ⁴³⁰ subdelegado do 2º distrito da Sta. Rita queixar-se de acusações que lhe faziam desejando apenas que eu não *[o]* conceituasse mal. Respondi que eu não formava mau conceito de ninguém sem provas ficando

apenas na dúvida e que até estas acusações nada me constara contra ele. Referiu-me que perguntando ao Saldanha Marinho porque o agredia a sua folha que antes o elogiara apenas respondera que ele era um homem impossível na subdelegacia do 2º distrito de Sta. Rita ⁴³¹.

O Dr. Tomás Gomes dos Santos deu-me para examinar o seu relatório da instrução pública da província ⁴³², que achei bom e lhe restitui esta tarde.

16 de agosto de 1862 – Esteve cá Barbacena ⁴³³ que me trouxe o plano da estrada de ferro entre Porto das Caixas e Niterói. Custará 1800 e tantos contos indo até o Asilo de Sta. Leopoldina e 200 contos menos pela Rua do Imperador. Os maiores trabalhos são de aterro, e apenas há um corte de alguma importância. Tem 5 léguas e tanto de extensão. Está bem desenhada e perfeita segundo diz o Barbacena que ajuntou terem-se gasto 5 contos e 5 meses em tirá-la quando a que fez o Capanema de Niterói até Itaboraí quase que pelo mesmo terreno custou 45 contos e muito mais tempo. Não tive tempo de examiná-la com cuidado porque estes trabalhos são precisos para o relatório da província. Barbacena disse-me que de Londres lhe tinham escrito que o carvão de pedra da mina que pretende explorar tem muito piritas, e que enviasse amostras mais centrais. Johnson partiu de novo para o local da mina para tirar as amostras, e o Barbacena disse-me que talvez fosse também a Sta. Catarina.

No despacho apresentou o Olinda os decretos diversos de pensões; mas sobre o quantitativo não me pude entender com o Olinda e os ministros da Guerra e da Marinha, e por isso escrevi num papel que dei ao Olinda que se ele assim o entendia como seus colegas se desse pensão só por serviços mais que ordinários e que fosse de metade do soldo, quando dos finados fossem militares, caso as agraciadas não gozassem de meio soldo ou montepio, e nisso convieram. À vista das informações muito favoráveis do presidente de S. Paulo ⁴³⁴ disse ao Olinda que propusesse uma justa condecoração para José Vergueiro lembrando ele que os que despenderam com a prontificação da matriz de Campos.

Entregando os papéis ao Abrantes mostrei que a lei sobre casamentos acatólicos não falava dos mistos, e o modo ambíguo porque se exprimia relativamente aos impedimentos, ponto essencial, tendo sido a maioria que votou a lei dependente da inteligência conforme aos cânones, haveria de dar lugar a sérios embaraços, não se podendo na minha opinião colher senão muito pequeno benefício da tal lei.

Sobre as instruções ao Marques Lisboa para assistir ao congresso telégrafo-elétrico transatlântico proposto pela França à vista do projeto Balestrini disse que era conveniente pedir como compensação da licença para o fio seguir a nossa costa do cabo de S. Roque para o Norte a concessão do uso dessa parte da linha para comunicarmo-nos com esses pontos de nossa costa.

O Abrantes apresentou um projeto de resposta à última nota de Christie sobre o negócio do Prince of Wales. Está bem feito; mas ele vai mudar algumas expressões irônicas que não me pareceram assim como ao Sinimbu ser convenientes.

O Albuquerque disse que o Tupper lhe oferecera da parte do novo banco inglês dinheiro a 7 ½ por cento e que os diretores do banco que o procuraram tratando-o excelentemente se referiram a uma proposta feita em seu nome pelo Tupper; mas sem indicar o juro. Pediu-me para inutilizar o decreto nomeando o Dr. Filipe Joaquim Gomes de Macedo tesoureiro da Alfândega do Maranhão. É parente do Viriato deputado e senador Dias Vieira ⁴³⁵ que o indicara ao Albuquerque tendo este depois sabido de péssimas notas na secretaria da Justiça – foi juiz municipal – gozando da fama de ladrão. Tem prestado serviços ao partido de Dias Vieira. Restitui a consulta da seção da Fazenda sobre a execução da resolução da Assembléia perdoando a terceira prestação duma dívida de Corte Real de arrendamento de Saicã. Mostrei que a seção mandava pagar menos do que era devido à vista letra *[sic]* da resolução e que se mandasse fazer a conta exata no Tesouro. Acrescentei que o relator foi Cândido Batista naturalmente inclinado a favorecer a família de Corte Real. O Albuquerque mostrando-se a princípio disposto a conformar-se com o parecer da seção afinal concordou com a minha opinião. O Lamare disse que reconhecendo maior inteligência e prática de administração nos seus colegas propunha que se pagasse com a fiança a última prestação ao Law. Eu insisti na minha opinião e disse que me conformava. Lamare propôs a empreitada da estrada do Avanhandava segundo as condições apresentadas pelo empreiteiro, a 2 contos por légua; o que me parece muito pouco apesar de já haver parte da picada aberta e ter o auxílio dos africanos da colônia de Itapura.

Sinimbu informou-me de que rejeitara logo uma proposta do superintendente da estrada de ferro de Pernambuco, Mr. Brahanç *[sic]* para trazer a estrada das 5 Pontas até o centro da cidade do Recife, garantindo o Estado por toda a estrada o juro de 7% de 2 milhões de £, o que seria um modo encoberto de decidir favoravelmente o pedido de aumento de capital garantido além do que se concedeu – um milhão e 800 mil – à estrada da Bahia. Propôs 4 ajudantes para seguirem os

trabalhos da companhia de esgotos. Achei o número grande visto irem ter gratificação, e dos nomeados apenas conheço o Januário filho de Cândido Batista, que apesar de ser meu afilhado de batismo não pude deixar de dizer que não tinha passado por bom estudante quanto à inteligência, ainda que não lhe faltasse, na Escola Central, e que foi confirmado pelo Polidoro, que se mostrou desgostoso por acabar de suprimir uma gratificação, que, sem fundamento em lei ou regulamento, recebia o Januário no Observatório. O Polidoro apresentou-me uma lisa pela qual se vê que ele suprimiu gratificações no caso da mencionada, na importância de 22 contos e tanto por ano.

Fiz algumas reflexões mais sobre a reforma judiciária no sentido da duvidosa constitucionalidade da divisão do Supremo Tribunal de Justiça em dois, e lembrando que não se marca o tempo de serviço dos substitutos dos juizes de direito, nas comarcas, em que há relação, nomeados pelo governo. Sinimbu disse que tencionava marcá-lo no regulamento; mas parece que reconheceu dever tê-lo feito no projeto de lei. Abrantes não falou ontem ao St. Georges a respeito de José Eugênio.

17 de agosto de 1862 – Mauá trouxe-me a exposição, que pretende fazer ao Senado sobre o contrato do gás. Disse-lhe o que pensava a tal respeito, e que a prorrogação do privilégio era o único ponto digno de controvérsia. Referiu-me que já entrara em negociações para a Europa sobre o contrato do gás.

18 de agosto de 1862 – Nada de importante.

19 de agosto de 1862 – Id.

20 de agosto de 1862 – Expendi minhas idéias sobre o aditivo sobre cabotagem porque apresentou-se oportunidade de fazê-lo em despacho. Olinda disse que o ministério tinha assentado em esperar novas informações que prometera o presidente de S. Paulo antes de propor a graça para José Vergueiro.

Entreguei ao Abrantes com pequenas reflexões duas circulares para as legações e consulados a fim de mandar regularmente artigos noticiosos para a Gazeta Oficial, empregando aquelas nesses trabalhos os adidos tanto de 1ª como de 2ª classe. O Abrantes propôs cotizarem-se os diversos ministérios pelos eventuais até a soma de 8 mil francos para o senador Paula Albuquerque ⁴³⁶ poder voltar ao Brasil. Eu respondi que me conformava se tomasse as necessárias providências para que o dinheiro só tivesse o fim indicado.

Apresentou uma consulta sobre representações dos cônsules-gerais de Inglaterra, Portugal e Estados Unidos contra o decreto do ano passado que dá aos vice-cônsules $\frac{3}{4}$ dos emolumentos dos vice-consulados. Concordei com a revogação do decreto pelas razões dadas; mas disse que o motivo fora evitar em certos casos a grande desigualdade que há o que vencem os cônsules-gerais e vices-cônsules que davam metade dos emolumentos aos primeiros. Contudo vejo pelo parecer que a desigualdade entre os vencimentos do cônsul-geral de Portugal e o vice-cônsul do Porto não era muito grande e além disto suprimira-se o ordenado dos cônsules-gerais de Inglaterra e de Portugal, por causa da importância de seus vencimentos antes do último decreto.

Restitui muitos officios das províncias do Norte a Sinimbu e chamei sua atenção sobre diversos pontos principalmente para a aceitação que desejam tornar definitiva sem satisfazerem todas as condições, julgadas necessárias pelo engenheiro fiscal da 1ª seção da estrada de ferro do Recife. O Sinimbu lendo uma carta do desembargador Dr. Baltasar da Silveira ⁴³⁷ ao Policarpo Leão e pelo que ouviu a deputados da Paraíba, queria demitir já o chefe de polícia ⁴³⁸, apesar do presidente ⁴³⁹ estar convencido da identidade da filha do Albuquerque Maranhão, e elogiar muito o chefe de polícia. Eu disse que me parecia mais prudente esperar que chegasse a suposta filha. Lembrei-lhe as informações sobre os presos da Casa de Correção que me falaram, e ele respondeu que as não apresentara por haver alguns cuja petição de graça estava sendo examinada pela seção do Conselho de Estado. Observei que esses pareceres não viriam tão cedo e que era conveniente vir apresentando as outras petições informadas. Disse que era acertado permitir a remoção de alguns presos da Casa de Correção, onde estão amontoados, para a da Corte; o que penso ordenará o ministro. Refleti que era bom publicar certos dados dos relatórios dos engenheiros fiscais das estradas de ferro, assim como responder alguns trechos das correspondências para as províncias. Indiquei-lhe as queixas que as folhas faziam aos juizes municipais de Iguape, sobretudo, de S. Sebastião e de Paranaguá. Disse ao Abrantes que se ele não achava inconveniente seria bom mandar litografar no arquivo o mapa com as indicações feitas por Duarte da Ponte Ribeiro de nossa fronteira com a Guiana Inglesa. O Albuquerque disse que os banqueiros já lhe tinham oferecido dinheiro a 7 $\frac{1}{2}$ %. Disse que o Tesouro não sentia

por ora falta de dinheiro e podia emprestar à província até 300 contos para pagar à estrada de ferro por conta do que esta lhe emprestou. Ainda não sabe o que há de fazer a respeito do assentamento das máquinas na nova Casa da Moeda, e vai encarregar o Braconnot de examinar esta questão. O Polidoro mostrou-me o aviso que vai expedir ao presidente de S. Paulo a respeito da estrada para o Juquiá e comunicação entre S. João de Ipanema e o mar.

21 de agosto de 1862 – Veio oferecer-me vinho de sua chácara na freguesia do Brás em S. Paulo o comendador Araújo. Disse-me que o bacelo dava uva, a americana, cujo gosto confessa ele que fica no vinho, logo no primeiro mês, porém para colher em 5, e que tem terreno para 80 pipas. Ainda espreme a uva e fermenta numa pipa serrada. Bota entre 5 e 6% de aguardente no vinho. Um cacho diz ele que dará uma garrafa de vinho, e a uva tem pouco bagaço. A americana é a que produz melhor. A cor do vinho não é bonita e os que entendem de vinho acham-no vinagre.

22 de agosto de 1862 – Fui à secretaria da Justiça. Está bem acomodada de casa, e o Josino ⁴⁴⁰ que chegou algum tempo depois de mim disse-me que o número de empregados bastaria se fossem inteligentes, creio que na maior parte. Disse-me que havia falta de papéis antigos como os relativos à Revolução de 1824 que o regente Lima não restituiu. Queixou-se e com razão do modo porque se fazem os extratos de jornais das províncias mostrando compreender bem o meu desejo quando lembrei este serviço que era saber o estado da opinião pública nas províncias e qual o procedimento das autoridades. Observou o inconveniente do ministro querer fazer tudo e a grande papelada que é preciso para a solução de qualquer negócio. Mostrou-me muitos papéis amontoados já prontos para o ministro levar a despacho e lembrou que o ministro Francisco Diogo de Vasconcelos ⁴⁴¹ tinha um dia especial na semana para despachar os pedidos de perdão que avultam sem solução, dizendo os ministros que não querem fatigar-me com tão pequenas cousas. Eu respondi que estava sempre pronto para o trabalho, e que isso era desculpa dos ministros muitas vezes para fugir a compromettimentos, sendo assim, muitas vezes preciso que haja procuradores que instiguem os ministros o que é justa razão de queixa nas províncias, e que só do ministro depende haver dia especial para despacho de pedidos de perdão. O arquivo está bem arranjado; mas daqui a anos não haverá espaço se não se der consumo a alguns papéis. A biblioteca está incompleta das obras mais preciosas, não tem por exemplo a coleção dos atos do Conselho de Estado. Tinham faltado ao ponto, que já estava encerrado quando eu cheguei, segundo disse o João Caetano da Silva, que servia de diretor geral os empregados Costa Carvalho e Azeredo Coutinho ⁴⁴²; contudo quando eu ia para lá encontrei na rua o Gesteira ⁴⁴³, conforme me disse o Manuel Antônio ⁴⁴⁴ que me acompanhava, e talvez faltassem outros porque João Caetano não estava muito lembrado do momento dos que faltavam na lista do ponto.

Depois visitei o Quartel de Permanentes ⁴⁴⁵. Estava limpo sobretudo, a 4ª companhia. As acomodações superiores à exceção da 1ª de cavalaria são muito ruins, e o espaço tão insuficiente que as mesmas camas servem a 2 soldados. O armamento é de 2 adarmes 12 e 14, convindo que fosse todo de 12 com os sabres em lugar das baionetas como usam os cabos. Não tem pistolas e revólveres e as clavinas são más. Fardamento é bom, e o pano das calças até me pareceu fino demais. Faz-se o fardamento por empreitada no quartel, e não são soldados que estão encarregados disso mais barato porque há tanta falta deles que nem folgam um dia; por isso também não há aula de 1as letras. Os gêneros são bons à exceção do café e do azeite. Há 20 e tantos africanos que limpam o quartel e fazem outros serviços que pertencem aos soldados sendo além disso inconveniente a morada daqueles no quartel. Vi alvo; mas não fazem exercício de tiro; tem-no de manejo porém muito mal estava na forma os soldados da guarda do quartel. As latrinas são no [ilegível]; o que é muito inconveniente. As cavalariças e os cavalos não me desagradaram. A cozinha do quartel está mal arranjada e pessimamente colocada a arrecadação dos gêneros. O hospital está bem ainda que precise de outra enfermaria para certas moléstias. O comandante ⁴⁴⁶ pareceu-me não gostar de algumas reflexões minhas sobretudo a respeito da acumulação de dinheiro em cofre. Instou porque eu visse a escrituração e eu respondi que tal exame demandava muito tempo para valer alguma coisa. O preso Antônio Gonçalves Morais está no Estado ⁴⁴⁷ e o comandante do Corpo Drago mostra-se receoso que ele fuja. O quartel está muito mal colocado, e se comprassem as pequenas casas fronteiras até seus fundos podiam se fazer uma praça, e cômodos para as praças do Corpo.

Por fim estive na fábrica do Ezequiel ⁴⁴⁸ que me parece bem montada; contudo, falta-lhe uma câmara ao menos para o fabrico do ácido sulfúrico. O Ezequiel disse-me que o terreno que possui não lhe chega para o estabelecimento do que é necessário para tal fabrico. Estava muito ufano com a medalha de Londres. Vi 2 aparelhos engenhosos; um para preparações no vácuo com o emprego do calor, e outro para ter uma corrente contínua e a mesma porção duma matéria volátil, como o éter, a fim de obter certas preparações. Há uma máquina de força de 4 cavalos, cujo vapor também aquece

uma estufa. A máquina de fazer águas gasosas, e encher e arrolhar as garrafas que as contém pode aprontar até mil por dia. Também fabricam águas sulfurosas como a de Baréges.

No Instituto ⁴⁴⁹ falei com o cônego Pinto de Campos que me referiu que o Abrantes ameaçou o deputado Gasparino ⁴⁵⁰ com a demissão do major de Guardas Nacionais Antão, e ao fiel José de Carvalho ⁴⁵¹ com a não obtenção do lugar de ajudante do inspetor da Alfândega da Bahia se votassem pelo reconhecimento do Álvaro Barbalho como deputado e contra o Sá e Albuquerque ⁴⁵², tendo o Maranguape mandado chamar outro deputado com quem se empenhara. Eu disse que era preciso ouvir ambas as partes; mas que se o Sá e Albuquerque tem razões de queixa do modo porque o trataram não se deveria por isso deixar de fazer à parte contrária a justiça que a não haver mais nada além do que eu li no parecer da comissão tinha incontestavelmente. Ainda acrescentei que a minha política tem sido sempre a da justiça, e que ambos os partidos têm praticado atos de flagrante injustiça.

O Pinto de Campos falou-me da biografia minha que ele pretende escrever. Recomendai-lhe que a reduzisse quanto pudesse, e que recorresse para as informações ao Sapucaí em quem eu confiava inteiramente, e estou certo de que evitará qualquer inconveniência da parte do cônego. Dei-lhe algumas notícias de meus primeiros estudos, e dos que mais me agradam agora, e de como se passou o quero já da maioridade, que não foi decerto pronunciado por mim; pois eu fiz um verdadeiro sacrificio tomando as rédeas do governo 3 anos e antes da idade legal, exprimindo eu, portanto, apenas a opinião de ser necessária desde logo a declaração da minha maioridade para evitar as desordens que se receavam, e isto depois de ouvir o que diziam as pessoas, que me cercavam, uma das quais julgo que era o Sapucaí.

23 de agosto de 1862 – No despacho o Olinda apresentou a proposta do arcebispo da Bahia para a paróquia de S. Gonçalo dos Campos; em 1º lugar o padre Tito Lívio dos Santos, em 2º José Cupertino de tal e em 3º o que serve de encomendado Galdino de tal. Foi escolhido o 3º porque o Sinimbu disse que o 1º se embriaga como confessa o próprio cunhado, o 2º apesar de talentoso entrou um dia pela Feira de Sta. Ana com uma mulher de má vida na garupa do cavalo e tido por devasso. O 3º o próprio Sinimbu disse que era irmão de Leonardo José Borges da Feira de Sta. Ana, cunhado do deputado Pinto Lima ⁴⁵³.

Restitui ao Olinda a consulta sobre a nova eleição municipal da Vila do Socorro em S. Paulo e fui pela anulação proposta pela maioria da seção porque houve ilegalidade na formação da mesa, e eu entendo, que é preciso acostumar o povo a fazer as eleições segundo a lei.

O Abrantes apresentou uma nota ao Web ⁴⁵⁴ reclamando contra a venda judiciária de navios mercantes dos estados confederados, e viu-se que o decreto que regula esta matéria só trata das vendas voluntárias devendo portanto o cônsul recorrer às justiças do país. Disse que declarara a Ravel que não lhe daria mais de 6 contos, e eu referi-lhe que explicara a Ravel que nada tinha mais que pedir-me. Perguntando-lhe eu, se o José Maria do Amaral ia para o Peru, Abrantes pediu-me licença para, no caso do Amaral responder que não segue para o Peru, trazer o decreto pondo-o em disponibilidade. Respondi-lhe que sim ⁴⁵⁵.

Falando a respeito da votação de ontem sobre o diploma de Álvaro Barbalho disse que prescindindo do procedimento que houvesse para com Sá e Albuquerque julgava pelo que sabia que a votação fora justa. O Sinimbu replicou que o voto do eleitor, que se suspeita ausente, contado no Colégio da Escada vicia todo este. Eu respondi que tal não tem sido o procedimento da Câmara em outras eleições, e que se pudesse a Câmara nas nossas circunstâncias decidir em tais casos com a mais rigorosa justiça deveria ter não só anulado o Colégio da Escada, como mandado proceder a nova em todo o distrito pois os votos da Escada influíram sobre o individuo eleito. Sinimbu retorquiu que a pena dos eleitores que tinham consentido deveria ser a perda só para eles dos votos que dera; ao que opus que a pena deve ser a imposta aos que a infringem, segundo o modo que ela prescreveu.

Depois falamos ao Sinimbu e Albuquerque sobre a necessidade de justiça e contrariamente à opinião deste, sustentei que a justiça deve ser a norma dos verdadeiros partidos sem os quais não pode existir realmente o sistema de governo que temos. Apresentando Polidoro diversos pedidos de reforma, eu lembrei a necessidade de tornar exequível sem prejuízo do serviço público a lei que marca condição precisa para a reforma. O Lamare trouxe uma consulta da seção sobre a reclamação do Melchior, cônsul nosso no Estado Oriental, de mais de 1% de comissão por uma venda que fez de carvão da Armada Nacional ⁴⁵⁶. O Conselho Naval e seção foram favoráveis; mas eu fiz examinar o regulamento consultar e mostrei que os 2% são unicamente de vendas requeridas e portanto de particulares, inteligência que o Olinda que referendou o regulamento declarou ser a verdadeira; contudo disse ao Lamare que examinasse ainda a questão com os colégios. Restitui o processo feito por motivo de aparecimento da suposta filha de Antônio Albuquerque Maranhão, e mostrei que há razão

para hesitar tendo aliás o chefe de polícia procedido quase sem fundamento pois não há senão mera conjectura de tentativa de assassinato. O depoimento de Lucas Rangel, advogado da Paraíba, e homem de conceito, que fora por espírito de compaixão, visitar a suposta filha, tendo-lhe esta referido com exatidão o que se passara com ele por ocasião dum inventário que ele fora fazer no engenho de Albuquerque Maranhão, causou-me grande impressão, depondo Rangel que acredita ser essa mulher a filha de Maranhão, apesar de não a ter reconhecido pelas feições. Lembrei que caminha o contrato da publicação das discussões do Senado cuja autorização à mesa se trata agora, com a folha oficial.

24 de agosto de 1862 – O Cunha Figueiredo perguntou-se devia ir outra vez para Minas. Respondi-lhe que se entendesse com os ministros e mostrando ele desejar *[sic]* saber qual minha opinião sobre as acusações que se lhe tem feito disse que algumas nomeações talvez mal feitas se deviam antes atribuir a quem informou e que por minha opinião nada embaraçava que ele voltasse. Acrescentou que desejava saber claramente qual o pensamento do governo para segui-lo com toda a lealdade ou pedir sua demissão; o que aprovei muito ⁴⁵⁷.

Veio cá também o Camaragibe ⁴⁵⁸ trazer os Anais da Câmara e conversando eu sobre os trabalhos desta queixei-me de que nem ao menos se desse parecer sobre a proposta da reforma judiciária, e respondendo ele que o ministro não mostrava empenho contrariei esta asserção pelo que eu tenho ouvido a Cansação.

Também falei sobre o projeto de lei regulando a qualificação eleitoral, e perguntando-me ele como se poderia obter mais trabalho da Câmara respondi que trabalhasse como outros faziam 8 e mais horas por dia, de manhã e à tarde, ainda que a verdadeira reforma seria a do modo porque fazem as eleições entre nós, o que só se conseguirá por meio da adequada reforma do processo eleitoral e, sobretudo, do procedimento dos que estão à testa dos partidos, porque nobreza obriga como diz o rifão. A estes diretores dos partidos pode-se aplicar o que Fr. Bartolomeu dos Mártires dizia dos cardeais.

25 de agosto de 1862 – Tornou o bispo de Goiás que não acha dinheiro para ir com sua caravana para a sua diocese. Disse-lhe que no seu caso já estaria em Goiás; que ele não devia se demorar, e que procurasse o ministro da Fazenda que talvez pudesse facilitar um empréstimo do Banco do Brasil, e o deputado e senador de Goiás que deviam ter interesse que a diocese não ficasse privada por mais tempo da presença de seu bispo ⁴⁵⁹.

Esteve cá o ex-presidente de Goiás José Pereira de Alencastro. Trouxe-me o seu último relatório. Pedi-lhe diversas informações e ele disse-me que cumpria muito prover as comarcas de juizes de direito efetivos, sobretudo a da Boa vista, que pelo sertão de Amaro Leite se pode abrir uma estrada muito mais curta entre Santa Maria do Araguaia e São Pedro de Alcântara do Tocantins, que a navegação deste já é feita por 60 barcas grandes, e que muito convém promover a do Parnaíba e do Corumbá. Expôs os inconvenientes de serem os presídios militares compostos de praças tiradas de corpos arregimentados, e dirigidos por paisanos. Deu-me excelentes informações do missionário Fr. Francisco de S. Vito, que foi o fundador da Boa Vista.

O marquês de Olinda veio falar-me sobre negócios políticos. Queixou-se da votação a favor do Álvaro Barbalho que apresentavam como choque ao ministério, mostrando Camaragibe que a pretensão de Álvaro era apreciada pelo Albuquerque. Observou que Camaragibe não pode ser para o ano presidente sem desar ⁴⁶⁰ para o ministério, e que receando nesse caso ser preciso a dissolução da Câmara cumpria cuidar de prover as províncias de presidentes que fossem fiéis intérpretes da política do ministério, convindo por isso mudar os da Bahia e de S. Paulo ⁴⁶¹, pois o primeiro revelava comunicações confidenciais do governo, e o segundo tinha, segundo dizia o chefe de polícia do Rio Grande do Sul ⁴⁶², escrito para lá que lhe impunham a candidatura na vaga deixada pelo barão de Porto-Alegre. Também me falou dos embaraços que lhe poderia por o Albuquerque por causa do Camaragibe, e perguntou-me que pensava eu a respeito da substituição do Maranguape que ele julga não poderá ainda tornar-se apto para o trabalho do ministério, ao menos sem risco de novo ataque. Respondi que, embora sentisse que Sá e Albuquerque não fosse reeleito, à vista do que me consta por ora eu teria votado pelo Álvaro, e acrescentei o que já disse no último despacho; que a respeito do Camaragibe o ministério obrasse como entendesse crendo eu que o Albuquerque consentirá nisso se lhe alegarem os motivos que há para tal procedimento, que até o livra a ele de acusações injustas, só por causa de ser irmão de Camaragibe, e que relativamente aos presidentes o mais importante era a escolha dos substitutos, devendo-se também examinar a veracidade do que se dizia dos dois presidentes, dizendo então Olinda, que pretendia propor conservadores moderados; porque reconhecia a grande força desse partido, e não queria que se explicassem as mudanças pelo desejo de dar vitória aos liberais, de que aliás não duvidaria aproveitar alguns; convenientemente o que aprovei. Sobre a substituição do

Maranguape lembrei-lhe o que sucedera com Jerônimo Francisco Coelho, e aconselhei que fossem como até agora até quando pudessem, deixando a ele Olinda e ao próprio Maranguape o reconhecimento da necessidade do pedido de demissão deste último. O Olinda disse-me que ia responder aos ex-diretores do teatro lírico que não tinha lugar a sua pretensão das loterias, e acrescentou que eles tinham entendido mal o aviso que ele expedira no seu passado ministério; pois que não prometera as loterias senão caso elas pudessem ser extraídas. Também disse que ia responder de modo a não aprovar a criação da nova freguesia de Mata-Porcos.

26 de agosto de 1862 – Nada de importante.

27 de agosto de 1862 – No despacho, a que não assistiu o Olinda por incomodado, lembrei que convinha responder ao artigo do Diário do Rio de 25 sobre os quadros de Lanciani; e disse que só me constava que o Almeida Pereira ⁴⁶³ de acordo com seus colegas tinham convindo em comprar os quadros se fossem bons, por prestações anuais, e que Sousa Ramos nenhum vestígio achara disso na secretaria e que não se havia oficiado ao nosso encarregado de negócios em Roma para atestar o merecimento dos quadros. O Polidoro disse que em conferência tinham duvidado do valor do atestado da Academia de S. Lucas em relação da originalidade dos quadros e eu acrescentei o que me constava e que era preciso cautela com o Lanciani; pois que já tinha vendido quadros como originais não o sendo, e um indivíduo que lhe emprestara dinheiro para trazer agora os quadros se queixa em carta que eu vi de ele lhe ter dito haver contato, que não existe, para a compra dos quadros. O Abrantes ficou de falar ao Olinda para mandar explicar pela imprensa o que há com o Lanciani.

Abrantes mostrou o ajuste com o Ravel por 6 contos desistindo ele de qualquer ulterior reclamação. Disse que não era 1 conto (frete) mas 2 que se tinham dado ao Itamaracá ⁴⁶⁴ para as festas do casamento de D. Pedro 5º, e que lhe mandara abonar esta gratificação, não as dando aos outros da legação, que também as tiveram na mesma ocasião; porque não têm que fazer despesas extraordinárias como o ministro.

Restitui o projeto de reforma do regulamento do selo com diversas observações sendo as principais sobre algumas disposições relativas – ao selo proporcional dos contratos de sociedade de comércio e de locação a prazo certo ou incerto, que considera contrato de arrendamento, por excederem à autorização dada ao governo – e fixe sobre os requerimentos e documentos que os instruem que entendo dever ser aliviados do selo, incomodando-me sempre que o vejo em petições que me dirigem.

O Albuquerque disse que tem tido muitos oferecimentos de dinheiro e de saques não sendo exato o anúncio que se fez de saques de 700 contos tomado pelo Tesouro. O novo banco inglês oferece dinheiro a 7 ½ e o Albuquerque pretende pagar as letras do Banco do Brasil. Tupper continua a procurá-lo; mas ele parece prevenido.

Com o Sinimbu tratei da nova proposta de Ferreira Lajes [*sic*] que só pede 2.500 contos em apólices ao par; mas ficando a estrada para a companhia obrigada à conservação para o que de acordo com o governo poderá elevar as taxas das barreiras ao dobro, o que eu e os ministros achamos inaceitável devendo manter-se o aditivo à lei do orçamento já aprovado pelo governo, e da Companhia Anil cujos papéis manda o Campos Melo ⁴⁶⁵, parecendo-me que a Companhia calculou com uma renda baseada na inteligência do exclusivo do comércio da água diferente da que deu o presidente, ainda que fundado na Constituição e plausivelmente à vista do artigo do contrato. Quanto à garantia de juros dá-se a mesma questão que com as estradas de ferro creio que do Recife, e eu acho baseada na letra da lei da lei a inteligência abraçada pelo presidente, que tendo de resistir a interesses pecuniários deve sofrer crua guerra.

Disse ao Polidoro o que ouvi ao ex-presidente de Goiás ⁴⁶⁶ sobre os inconvenientes da organização dos presídios militares. O Polidoro disse-me que falando ao Frederico Carneiro de Campos ⁴⁶⁷ para ir inspecionar o presídio de Fernando iria consultar o Beaurepaire, tendo-me novamente pedido explicações sobre observações que eu fizera a respeito dos apontamentos para melhor organização desse presídio. O Sinimbu disse-me que o Pareto tinha obtido licença para residir no Brasil por aviso de 24 de fevereiro deste ano, e acrescentando eu que examinaria se tinha tratado de tal negócio em despacho perguntou-me se tinha registro do que se passava em despacho respondendo eu que não pois que este trabalho não é um registro.

O Gaioso ex-presidente do Piauí procurou-me hoje e indagando eu do que se passara entre ele e o chefe de polícia ⁴⁶⁸, confessou depois de eu ter instado porque me respondesse sobre esse ponto que chegara a janela; mas para chamar alguém que levasse ao chefe de polícia ordem de lhe vir falar a serviço. Queixou-se do gênio do Dr. Severino parecendo não ter também gênio muito moderado, e disse-me que o Severino mandava prender por não lhe tirarem o chapéu, e que até um seu amigo chamado à sua presença por causa duma queixa começara por chamá-lo ladrão. A disputa entre Gaioso e

Severino teve lugar por querer este que o presidente demitisse um delegado com a declaração de o fazer a bem do serviço, só porque dizia que o delegado o desacatará, embora o presidente, apesar de reputar o delegado como muito bom empregado, tivesse anuído a demiti-lo mas sem nenhuma declaração de motivo. Ambos não são moderados; porém o Severino creio que não pode servir bem o lugar de chefe de polícia.

O Cruz diretor da Casa de Correção veio queixar-se da insubordinação dos menores artesãos que julga não foram castigados devidamente e parece reear falta de confiança da parte do ministro.

28 de agosto de 1862 – Nada de importante.

29 de agosto de 1862 – Idem.

30 de agosto de 1862 – O Olinda trouxe o projeto da resposta ao nosso encarregado em Roma ⁴⁶⁹ sobre os capuchinhos. Insisti sobre que devia ficar bem claro que o governo tinha direito de fazer sair do Brasil um missionário desde que assim exigisse a ordem pública ainda que ele não fosse suspeito de ter tentado contra ela, e recomendei que mandasse ao Figueiredo a resposta já redigida que ele devia entregar ao Antonelli ⁴⁷⁰.

O Abrantes apresentou um cálculo da despesa que se pode fazer com a litografia do Rensburg ⁴⁷¹ do mapa da fronteira com a Guiana Inglesa organizado pelo Duarte ⁴⁷², o qual prova o mau estado do arquivo militar chamando eu a atenção do ministro sobre esta repartição de que cumpria exigir um cálculo da despesa sobre dita litografia, a fim de decidir melhor onde convém fazê-la. O Abrantes propôs a impressão na Europa, da obra de D. Pascoal ⁴⁷³ sobre as repúblicas do Prata, dando cada ministério 600 mil réis pelos eventuais. Observei que semelhante despesa devia ser adiada e que se apenas me conformava com ela era por ser negócio de pouca importância para que devesse fazer prevalecer minha opinião contra a do ministério.

O Sinimbu disse-me que o juiz municipal novamente despachado para Pirai não encontrava casa para morar; pois que desejavam assim embarçar a ação da justiça por causa dum inventário.

O Ferreira Laje ⁴⁷⁴ propôs nova emenda que parecesse ainda menos favorável que a 1ª ao aditivo; pois que obrigava o governo a dar à companhia o excesso do valor da estrada além do do empréstimo, ficando para aquela o tráfico. Falei sobre a votação da Câmara sobre o diploma do Álvaro dizendo que me inclinava a pensar que o Ageu não votou no colégio; mas que devendo ser anulado o colégio da Escada e influindo os votos deste no individuo votado, entendia que a medida justa era nova eleição em todo o distrito.

A respeito do Pareto disse que me parecia ter-se tratado tal negócio em conselho, segundo minha lembrança que não [está] aliás muito certa sobre tal fato.

Disse o que pensava relativamente ao gênio do Dr. Severino pouco próprio para chefe de polícia.

31 de agosto de 1862 – Veio visitar-me Sinimbu com a família. Falei-lhe sobre mudanças de presidentes. Disse-lhe que não opunha à medida; porém que me parecia que era cedo; pois que no caso de deverem presidir para o ano a eleição já não gozariam do conceito de inteira imparcialidade pois que haviam de já ter praticado atos mais favoráveis a um lado que ao outro. Observando eu que seria político que os presidentes mudados o fossem a pedido seu, disse-me que o Antão ⁴⁷⁵ o autorizara por certo a isso como o Jacinto de Mendonça, cuja demissão mostrou Sinimbu ser-lhe penosa.

Conversamos sobre política, e manifestei novamente meu pensamento a respeito do atual ministério que teve por fim preparar a melhor solução da crise, que será por fim um apelo à nação feito com toda a liberdade para ela, acrescentando eu que não era de nenhum partido nem isso me convinha; porque só assim todos poderiam ser meus. Também lhe referi o que se passara entre mim e o Olinda a respeito do Maranguape, parecendo-me estar o Sinimbu nas mesmas idéias que eu.

1 de setembro de 1862– Fui ao Instituto Agrícola. Consta da ata o que se fez. Há um orçamento para edificios que já monta em 21 contos! Por ora prepara-se o terreno, que será obra talvez para mais de 2 meses, a fim de demarcá-lo e lavar-se a escritura de doação. Trabalham 16 pessoas, tendo se ajustado mais 4. Não se achou empreiteiro.

A sessão da Sociedade Auxiliadora ⁴⁷⁶ esteve interessante sendo mais uma prova do cuidado que deve presidir à concessão de privilégios à indústria. Creio que o Pedro de Alcântara Lisboa foi novamente embaído pelo Rantenfels embora defendesse a identidade que não existe evidentemente entre a invenção do Harrison e a de Caré.

2 de setembro de 1862 – O Olinda veio falar-me a respeito dos presidentes. Fiz-lhe as mesmas considerações que ao Sinimbu acrescentando que haviam de reparar em que apenas se esperou o encerramento das Câmaras para fazer as mudanças. Propôs o Vicente Pires da Mota para S. Paulo, o Sá e Albuquerque para a Bahia, assim como o José Vieira do Couto Magalhães para a Paraíba, cujo presidente me disse que a nenhum dos lados agradava ou para o Amazonas cujo presidente pede demissão. Também indicou o nome do Marcelino Nunes Gonçalves, e o do José Caetano de Andrade Pinto. Apenas fiz algumas reflexões sobre a inconveniência de mandar Pires da Mota para S. Paulo, por causa de sua vida particular e relações com outros padres de maus costumes, embora o Olinda replicasse que desaparecera a causa do escândalo e a vantagem de não saírem os presidentes das Câmaras a fim de poderem ter permanência no cargo. Lembrei o Pires da Mota para a Bahia e o Sá e Albuquerque para S. Paulo ⁴⁷⁷. O Olinda observou que convinha à política tirar algum presidente da Câmara para atender a certas aspirações, e disse que o Cunha Figueiredo por fraco não deveria continuar, podendo ser transferido para Sta. Catarina, e o Belo tendo se mostrado em oposição na Câmara a medias que o ministério promovia não ficava bem ao governo conservá-lo ⁴⁷⁸. Eu respondi que não me parecia que o Cunha Figueiredo merecesse por seus atos ser retirado de Minas, confessando o próprio Olinda que ele se defendera na Câmara das acusações que lhe fizeram; mas referindo que perguntando-lhe ele porque não propunha para comandante superior um recomendado de Melchior ⁴⁷⁹, deputado respondera que, apesar de reconhecer essa pessoa como a mais digna da proposta, não o fazia; porque não se queria indispor com Luís Carlos e Cruz Machado ⁴⁸⁰, não carecendo o governo da proposta para fazer a nomeação. Com efeito isto denota fraqueza de caráter; mas se Cunha Figueiredo não tem procedido mal; porque não o faz o governo a nomeação e quer dividir as queixas de Luís Carlos e Cruz Machado com o presidente? Creio que seria mais prudente guardar estas mudanças para mais tarde, e o Olinda e Sinimbu, reconhecendo a justeza de minhas razões alegam somente em contrário que é necessário não desanimar aqueles em cujo apoio confiam, cumprindo além disto que o ministério dê sinal de vida.

3 de setembro de 1862 – Voltou Olinda para falar de novo sobre os presidentes. Lembrei a nomeação do Pires da Mota para Minas, e do José Caetano para Sta. Catarina caso não queira ir para lá o Cunha Figueiredo. Houve despacho. Restitui ao Abrantes os apontamentos relativos às reclamações americanas sobre os navios Edna, Nebo e Carolina. Concorro inteiramente com o que se tem feito cumprindo tratar já das compensações pecuniárias eqüitativas prometidas, e notando a linguagem de Mr. Web, ministro americano, e o procedimento do inspetor da alfândega do Rio Grande, que deu lugar à reclamação a respeito do Edna. O Albuquerque deu notícia da quebra da Casa Rosthon e que o Tesouro tinha perdido 30 mil libras sacadas da Bahia e outros lugares que existia agora uma falta de 59 mil libras em Londres até dezembro. Continua a falar dos oferecimentos de dinheiro e tomou-o por intermédio de Tupper a quem mandou dar em lugar de 600\$000 a que se julgava com direito pela corretagem de 700 e tantos contos, 400\$000.

Falou-me da Gazeta Oficial, que parece quer dirigir o Olinda como presidente do Conselho, com que o Albuquerque se incomodou dizendo que na Tipografia Nacional mandava o ministro da Fazenda. Recomendei a nomeação dum diretor da Gazeta, e disse que lembraria a urgência dessa medida ao Olinda, que já se tinha retirado do despacho; porque, segundo disse, ia cuidar da impressão da fala para amanhã. O Sinimbu tratou do provimento do lugar de escrivão de ausentes da capital da Bahia que penso recair justamente no que já serve ainda que o Sinimbu mostrasse propô-lo principalmente por ser recomendado do Fernandes da Cunha deputado ⁴⁸¹, e do tabelião de Sto. Amaro propondo para ele, Egas José Guedes, seu conhecido da Bahia e mesmo nomeado por ele para um lugar de polícia, ainda que pareça dever ser preferido pelos serviços já prestados o ex-juiz municipal de Propriá, Francisco Manuel Xavier de Meneses. Ficou de examinar porque não continuou esse juiz na carreira da magistratura apesar de já ter 3 quatriênios.

4 de setembro de 1862 – O Olinda disse-me que traria decretos nomeando Vicente Pires da Mota para Minas, e Sá e Albuquerque para S. Paulo. Lembrou o deputado Pádua Fleury ⁴⁸² para alguma presidência e eu fiz a reflexão geral sobre membros do Corpo Legislativo para presidentes, e o Olinda replicou do modo porque já o fizera. Sinimbu mostrou-me uma nota da secretaria sobre o Xavier de Meneses do qual consta que era mandrião. As informações eram de 1857 e o Sinimbu ficou de examinar mais modernas.

5 de setembro de 1862 – Fui à Casa de Correção ver a repartição dos menores artesãos. As oficinas trabalham pouco, e a de encadernação que chegou a render 17 contos por ano carece agora das máquinas mais precisas, tendo devido a sua prosperidade ao preso Didiot. A casa dos africanos está a cair. Na lavanderia um empregado que cuida da padaria fez-me

graves queixas e em tom muito exaltado da direção. Consistindo as principais acusações em castigos corporais aos artesãos, e no consentimento em morar um empregado com sua amásia dentro do estabelecimento. Fui logo à enfermaria onde ele disse que estava um menor que levava com palmatória nas costas por ordem do padre que dirige os menores procurando atribuir a doença às pancadas; mas o menino marasmático disse que levava uma palmatoada nas costas muito antes de entrar para a enfermaria e o Dr. Vale ⁴⁸³ disse que já se opusera à admissão do menor por causa de sua constituição física. Ouvi a todos os menores – 11 – presos desde que fugiram para queixar-se do padre, que é português, e contra este por mandar castigar de palmatória e correia é que se queixam. Interroguei-os sobre 4 dúzias de palmatoadas que o padre mandara dar num menor que está agora fugido, e todos confirmaram, dizendo todavia um que as mãos do palmatoado não ficaram inchadas. Verifiquei que na oficina de canteiros têm levado de correia, apesar do diretor dizer que proibira semelhante castigo desde sua entrada para o estabelecimento. O Dr. Vale disse que há tempos vira sinais de correadas nas costas dum artesão, apesar dele mostrar-se receoso de ofender qualquer dos partidos que existem na Casa de Correção, do ex-diretor e do atual ⁴⁸⁴. Parece que lavra muita insubordinação e é necessário tomar providências com urgência. O Cruz mostrou uma carta anunciando plano de insurreição. Vi uma modificação vantajosa feita na bomba para incêndios a fim de poder receber água de qualquer depósito pelo Eliot. O dormitório do calabouço tem pouca luz e ar.

6 de setembro de 1862 – Pouco houve no despacho, por não terem tido os ministros conferência. Tratei dos negócios da Casa de Correção e o Polidoro lembrou o major Thompson ⁴⁸⁵ para diretor ficando o Sinimbu de pensar em tal proposta que me parece boa.

O Sinimbu disse que o encarregado da padaria fora demitido pelo Cruz – estava em suas atribuições – e que respondera às suas queixas que não devia esperar outro procedimento da parte do diretor depois do que ele teve. O Sinimbu parece inclinado ao Falcão ⁴⁸⁶; mas eu creio que este não foi muito escrupuloso em despesas, e assim tendo dito ao Sinimbu que me referiu haver autorizado o Cruz a propor-lhe o que julgasse a bem da direção do estabelecimento.

O Olinda trouxe o decreto de demissão do Filgueiras presidente de Goiás e nomeação de José Vieira Couto de Magalhães para substituí-lo. O Olinda já me tinha proposto quando conferenciei comigo duma das vezes passadas a demissão do Filgueiras por seu procedimento particular e público para com a assembleia provincial. Propusera também a demissão de Santa Cruz 1º vice-presidente e promoção do presidente da assembleia a esse lugar na lista dos vice-presidentes; mas eu lembrei de preferência o Dr. João Bonifácio, juiz de direito, por ter o presidente da assembleia provincial tomado a principal parte na questão com o Filgueiras.

O Sinimbu disse que é verdadeira a acusação da moradia do empregado com a amásia, dentro da Casa de Correção.

7 de setembro de 1862 – Sinimbu disse-me no teatro que o Tolentino lhe falara no mesmo sentido que a mim e ele como comigo lhe aconselhara que não interpusse recurso para não me pôr em embarços, e que se ele o fizesse ainda procuraria evitar-me essa colisão. Eu referi tudo o que passara com Tolentino e disse que se perdoasse a Tolentino perdoaria a um réu confesso, e se não ficaria Ferraz sem nenhuma demonstração pública da minha parte por seu procedimento muito repreensível a causa do crime e de Tolentino. Acrescentei que o meio de salvar pontos de honra com injúrias ia se generalizando, e que por isto teria de pensar muito antes de tomar uma decisão interposto o recurso. Sinimbu disse-me que não saberia também como aconselhar-me, que reconhecia o mau procedimento do Ferraz; mas que tinha, como amigo de estudante, fraqueza para seus defeitos, e apontando-lhe eu a acusação de deslealdade disse que reconhecera sua justiça pelo que dissera no senado Caxias. Nada reparei logo sobre o modo porque Sinimbu me evitara o embaraço da decisão, caso seja interposto o recurso; porque o que ele me referiu e fez talvez bem poucos referissem e fizessem.

Admira a frieza com que este ano se festejou este dia atendo o entusiasmo de há poucos anos; mas entre nós tudo é assim felizmente.

Até o Dr. Macedo orador do Instituto ⁴⁸⁷ esqueceu-se segundo parece de participar sua falta, e não houve deputação do Instituto o que logo muito estranhei ao presidente, que não pode arranjar uma deputação e dirigir-me quaisquer palavras de congratulação reunindo os membros do Instituto presentes; porque serviu de mordomo-mor ⁴⁸⁸.

8 de setembro de 1862 - Nada de importante.

9 de setembro de 1862 – Esteve cá o Olinda para dizer-me que o Pires da Mota não irá para Minas por causa do Cruz Machado que lhe movera crua guerra, e propor sua nomeação para S. Paulo, e de Sá e Albuquerque para a Bahia, Marcelino Nunes Gonçalves para Minas, e José Caetano de Andrade para Sta. Catarina ⁴⁸⁹. Eu lembrei as reflexões que já fizera; mas que me conformava com essa distribuição de presidentes, por não desejar pôr estorvos ao ministério.

O Cruz trouxe-me seu pedido de demissão, e referiu-me que o Falcão concedia ao vedor ⁴⁹⁰ uma gratificação de 50 mil réis por mês, 4 africanos para trabalharem em sua casa e roupa lavada queixando-se por isso o vedor que o Cruz o prejudicava visto terem cessado tais favores. O Sinimbu não queria ofender o Cruz com uma demissão atendendo a seu zelo fiscal e a tantos anos de bons serviços como empregado de fazenda, e agora está com as mãos livres para retirá-lo da Casa de Correção onde parece que servirá melhor outro que não se ocupa quase que exclusivamente da parte econômica do Cruz, e trate de fazer uma limpa quase geral de empregados para começar vida nova com todo o justo rigor que reclama tal estabelecimento.

Veio visitar-me Caxias. Disse-me que receavam reação ao que observei que era preciso saber o que chamam reação acrescentando Caxias que o ministério não podia com efeito marchar sem presidentes de inteira confiança. Referiu-me que o Mendonça de S. Paulo pedira demissão por queixas do apoio que o Sinimbu prestou à candidatura do Porto Alegre ⁴⁹¹, e que ele lhe respondera que esta questão não devia sê-lo entre presidente e ministro; mas entre amigos antigos. Falei sobre a situação no sentido de minhas idéias, e disse que receava ser preciso dissolver a Câmara para o ano. Lamentei que ambos os partidos sobretudo o progressista não tendo programa definido brigassem tanto pelo poder, e observando Caxias que a falta de partidos organizados me era favorável repliquei enganar-se muito porque as acusações recairiam assim sobre mim porque geralmente sempre se procura alguém sobre quem descarregar a própria responsabilidade sobretudo quando a falta do juízo é muita. O Caxias pareceu admirar-se de que eu não soubesse mais do que ele sobre o programa, que por ora é tentativa, do partido progressista, e perguntou-me como ia o Maranguape, ao que respondi que melhor e dando ainda esperanças de retomar a pasta, posto que arriscado a novo ataque. Também disse, ao observar Caxias que é pena não terem os ministros menos idade, que não podiam ser taxados de imprudentes, mas haviam de dizê-los iludidos os que não gostassem de seus atos. Caxias contou-me que José Bento deseja uma solução a respeito de sua volta ou não para Minas.

10 de setembro de 1862 – No despacho restitui as provas dos concorrentes, a um lugar de substituto da Faculdade do Recife. Perguntei ao Olinda qual sua opinião. Ele logo me lembrou que praticou há anos Drummond ⁴⁹², dizendo eu que não o escolheria decerto para lente depois do fato de Serinhaém ⁴⁹³, e achando o Barroso menos claro em sua exposição preferiu o Sales. Eu fi-lo confessar que o Barroso tinha mais talento que os outros seguindo-se-lhe Drummond e Barroso será o escolhido. O Olinda não prefere para professores os de mais talento por isso que ainda não tendo prática parecem não saber acomodá-lo à capacidade dos discípulos em geral. Creio que seguindo a norma contrária para escolha acerta-se mais.

Perguntei-lhe se já tinha recebido o último ofício do presidente da Comissão Científica, pelo qual já indagara eu ontem; respondeu que ainda não fora entregue na secretaria nem a ele.

Houve uma discussão importante a respeito das mudanças; porém como amanhã ou depois escreverei a tal respeito ao Olinda pela transcrição da carta evitarei uma repetição.

11 de setembro de 1862– Esteve cá de tarde o Albuquerque. Queixou-se de que não soubera das resoluções a respeito dos presidentes senão ontem no despacho. Disse que lhe referiu alguém, cujo nome não quis me dizer, que ouvira a Cansanção e Abrantes dizer em voz mais alta ao Olinda ⁴⁹⁴ que haviam de reduzir a ele Albuquerque ao expediente. Queixou-se de que nas conferências evitam tratar as questões mais sérias perante ele e que Abrantes o convida sempre a que vá descansar e dormir. Parece que ele julga ao Cansanção como o diretor da política, e disse que o Olinda nunca procedeu com franqueza, tanto que não quisera entender-se com o Camaragibe a respeito da reeleição do Sá e Albuquerque. Eu neguei isso pelo que ouvira ao Olinda, e acrescentei que este nunca me faltou à verdade. Albuquerque perguntou-me o que queria que fizesse, eu respondi que continuasse a assistir às conferências, a que pretendia não assistir mais, que não desconfiasse tanto de seus colegas, deixando de atender à maior parte do que se mexerica. Disse-lhe mais que o procedimento dos novos devia ser muito vigiado e que se reagissem não seria ele porém eu que logo me queixaria de falta de lealdade, que não receava, no procedimento do ministério se não propusesse a demissão dos presidentes reatores. Aconselhei-lhe que escrevesse para Pernambuco que não recebessem logo Silveira e Sousa ⁴⁹⁵ com

prevenção, ao que ele atalhou dizendo que já era esta sua intenção quando se correspondesse com seu irmão Camaragibe, em cujo caráter muito confia.

Albuquerque preveniu-me a respeito de Pinto de Campos que faz garbo do modo porque o trato, e eu lhe respondi que me constava ser ele intrigante e que sempre lhe falava com cautela.

12 de setembro de 1862– Escrevi o papel que ficará junto para o Olinda, e que lhe entregarei amanhã, donde se conhece o que de mais importante houve no despacho passado.

13 de setembro de 1862 – O Zacarias trouxe-me o seu folheto a respeito do Poder Moderador ⁴⁹⁶. Tratou-se no despacho da Gazeta Oficial. O Sinimbu disse que o Josino ⁴⁹⁷ se encarregara em maiores vencimentos da direção da Gazeta, e propôs o Antonino de Miranda Falcão para a administração da Gazeta. Eu aprovei muito a escolha do Josino, caso ele pudesse, embora muito onerado de trabalho, desempenhar esta tarefa e quanto ao Antonino opus-me, enquanto, um inquérito de que já tenho falado não o justifique das acusações que sobre ele pesam como administrador da Casa de Correção.

No despacho anterior o Albuquerque tinha se mostrado cioso das atribuições de seu ministério porque o presidente do Conselho de ministro seria o supremo diretor da Gazeta Oficial e iria assim mandar na tipografia. Observei que o presidente do Conselho era o competente e que não haveria nenhum conflito com a Tipografia Nacional. O Albuquerque também naquele despacho revelou o mesmo ciúme porque seus colegas queriam regular por decreto de sua repartição respectiva as concessões atuais de loterias quando a lei fala do Ministério da Fazenda a respeito das novas concessões, sendo omissa no outro ponto. Eu mostrei-lhe à vista da lei que se poderiam seguir as duas inteligências, sendo todavia, os diversos ministros mais competentes para julgar das circunstâncias dos atuais concessionários que entendam com o respectivo ministério, e quando ele cá veio antes de ontem aconselhei-lhe que não insistisse mais nestes dois pontos.

O Albuquerque referiu o que se passou entre ele e o Tolentino por causa do processo, e que precisava dele na Alfândega aconselhando-lhe que pedisse perdão, não devendo ele ter largado a repartição antes da repartição *[sic]*. Lembrou Sinimbu, que contou o que já está escrito neste livro, que sendo Tolentino oficial da Rosa, podia premonir-se de qualquer insulto participando ao juiz quais as suas regalias, e que entendia dever ele cumprir a prisão. Eu referi tudo o que se passara entre mim e Tolentino, e concluí que o ministério procedesse como entendesse estando eu pronto a aceitar como devo qualquer petição de graça que o Tolentino me dirigisse. Expus minha opinião sobre o procedimento de Ferraz culpado do Tolentino. Albuquerque não queria perdão mas comutações em dinheiro da pena do Tolentino. Falou na vantagem da passagem de fundos para Londres por meio de qualquer banco, tendo se entendido com o do Brasil para evitar o protesto das letras como sucedeu com as da Casa Rostron, etc. Sinimbu confirmou a informação sobre o Xavier de Meneses, ex-juiz municipal de Propriá e propôs Egas José Guedes que será o despachado.

Resolveu-se a consulta por meio de decreto a respeito dos estatutos da companhia de navegação do Parnaíba – negócio de anos! – e restitui ao Lamare para passá-la ao Lamare *[sic]* a exposição do Mariano de Azevedo sobre a estrada entre Itaperuna e Avanhandava. Manifestei dúvidas sobre a preferência da estrada por cima, e importância de alguns vencimentos. Entreguei o papel escrito a 12 ao Olinda.

14 de setembro de 1862 – Nada de importante, além do original do papel junto, o qual recebi do Correio Mercantil. Escrevi ao Olinda dizendo-lhe que seria prudente suspender a publicação oficial das nomeações de presidentes até ver se aparecia o programa, que poderiam ter assinado alguns dos nomeados; porque talvez estes assim se tornassem inaptos para esse cargo.

15 de setembro de 1862 – Veio cá o Olinda. Disse-me que falando no programa a Pais Barreto ⁴⁹⁸ este lhe respondera que nada havia assentado, e que estando as câmaras fechadas julgavam não ser precisa sua publicação. Então lhe li a cópia do programa pedindo-lhe completo segredo; o que ele me prometeu. Falando-lhe no papel que lhe dei no despacho passado ficou de mo restituir depois de amanhã, e disse-me que tencionava recomendar verbalmente aos presidentes que estivessem aqui, e escreveria particularmente aos outros no sentido da moderação. Adverti-o relativamente a Pais Barreto que está despeitado, e o Olinda concordou nisso, dizendo contudo, que Silveira e Sousa não se deixará governar. Referiu-me que sabiam do que Albuquerque lhe dissera de áspero numa conferência e que ele fingira não perceber, e observando eu que talvez isto sabido por alguma leviandade do Abrantes, ou por ser preciso falar-lhes alto, respondeu que

o Abrantes está agora muito circunspecto no que diz e que a sala das conferências no Ministério da Agricultura, está bem separada durante as conferências da gente da casa, tendo certeza de que fora Albuquerque que o referira. Eu não tinha mais nenhuma reflexão que fazer e ele retirou-se perguntando-me se podia mandar publicar oficialmente as nomeações, e eu não podia deixar de responder que sim. O Olinda estranhou que se soubesse com antecedência das nomeações; mas que admira se a iniciativa não partiu do ministério e sim dos mais ativos progressistas, sobretudo do Pais Barreto que é todo do Olinda! Nada me disse a respeito de não ter sido ouvido o Albuquerque sobre as mudanças, e apenas que o Polidoro lhe fala da mudança dos presidentes do Ceará e da Paraíba, o qual o Olinda julga indispensável mudar ⁴⁹⁹. Disse que as mudanças eram mais de iniciativa dos colegas que sua.

Esqueci dizer que ao tratar Albuquerque no despacho atrasado da Gazeta Oficial disse que o lugar de diretor já tinha pessoa indigitada – o Tavares Bastos ⁵⁰⁰. Eu disse que me oporia à escolha por ter Tavares Bastos ainda pouco juízo prudencial, e Sinimbu replicou que nem se tratara de tal, devendo Tavares Bastos retirar-se brevemente para Vassouras.

16 de setembro de 1862 – Procurou-me o Cruz. Diz que lavra a insubordinação com mais força tendo receado um levante, e por isso pede quanto antes que resolvam o seu pedido de demissão. Disse que o Antonino passara ontem pela Casa de Correção e atirara cobres aos africanos livres. É preciso não demorar as medidas.

17 de setembro de 1862 – Antes do despacho veio o Sá e Albuquerque agradecer a sua nomeação de presidente da Bahia. Disse-lhe que ele sabia bem qual o pensamento político que tinha presidido à organização do atual ministério e que ele devia premunir-se contra suas inclinações naturais; mas que o Olinda lhe explicaria desenvolvidamente a política do governo, guardando-me para lhe falar sobre as diversas necessidades da província da Bahia quando ele viesse se despedir tendo até então tido tempo de examinar os últimos relatórios da província. Ao Nunes Gonçalves quando veio cá apenas disse que o Olinda lhe explicaria a política do governo, falando-lhe eu talvez das necessidades da província quando viesse despedir-se; não o conheço como o Sá e Albuquerque.

O Olinda apresentou no despacho uma declaração à do José Bento [*sic*] a respeito de seu pedido de demissão. Não punha a questão mais clara e podia provocar talvez José Bento a não aceitar o decreto de demissão como está redigido. Fiz reflexões neste sentido e Olinda ficou de pensar mais. Apresentou uma carta de Almeida Pereira, em que diz que nada prometeu a Lanciani, nem este procurara seu testemunho agora. Eu referi novamente de acordo com Sinimbu o que se tratou em despacho no ministério de Almeida Pereira; mas não sei o que este fez e portanto entendi que não se deviam comprar os quadros.

O Albuquerque apresentou um pedido para permissão a que corram bilhetes duma loteria para o Papa, e julgava o negócio líquido. Mostrei com a lei de 1860 e regulamento para sua execução que só se podem conceder loterias para estabelecimentos pios etc. do Império e creio que a maioria do ministério abraçou a minha opinião. O Olinda insistiu querendo considerar o fim pio da loteria para o Papa como estabelecimento pio e disse que declarara ao Internúncio que não haveria dúvida na permissão. Eu tornei a alegar que era contra a lei e acrescentei que só me conformaria se o parecer do ministério fosse contra o meu.

O ministro da Marinha disse que o exame dos planos de melhoramentos do porto do Recife tinha sido cometido a Mr. Harokschaw presidente dos engenheiros civis da Inglaterra e diretor das obras do porto de Holyhead. Apresentou o projeto de contrato para a construção da nova parte do dique. Fiz algumas reflexões para maior segurança da nação, e no sentido de declararem os peritos do arsenal que não se poderia fazer a porta ao menos por igual preço ao proposto pelo Maylor ⁵⁰¹, adota qualquer dos outros projetos.

O Sinimbu expôs o que havia a respeito do Tolentino cuja pena cessaria desde que se tomasse por termo o perdão já concedido pelo autor, não tencionando Tolentino dar nenhum passo para evitar esse desenlace da questão. Propôs João Caetano Lisboa para uma comarca do Maranhão, e eu opus-me como ato que irei desfazer o da remoção exigida não só por conveniência do serviço como também para sinal de desagrado do governo desídia desse magistrado. Também propôs João Paulo de Andrade para Goiana, e igualmente me opus por quase certeza de que ele iria ser juiz político, devendo haver, como disse todo o cuidado nas nomeações para Pernambuco.

18 de setembro de 1862 - Nada de importante.

19 de setembro de 1862 – Escrevi a carta ao marquês de Olinda. Fui visitar o Tesouro. A repartição está mal acomodada, havendo até papéis por baixo da mesa do sub-diretor da tomada de contas Arnisaut ⁵⁰². Informei do estado das contas de exercícios findos e o José Maria Chaves ⁵⁰³ disse-me que o que é relativo a militares e viúvas destes está quase em dia. O cartório está mal colocado no 1º andar, e há muitos documentos de valor meramente histórico pretendo falar sobre isto ao ministro. Também há muitos papéis das loterias que talvez devam ser queimados.

O Sampaio Viana ⁵⁰⁴ disse-me que estão tomando as contas da Casa de Correção e que já acharam um pedido que glosam de 30 gravatas de seda para os africanos. Queixou-se da falta de empregados para tomada de contas que anda em muito atraso; contudo o Tesouro parece um quartel, e o Soares disse-me que a sua seção tinha gente de sobra. Percorri a Casa da Moeda onde examinei um tiroir para uma máquina de vapor que na verdade depõe contra a proficiência do Prevot. O Braconnot ⁵⁰⁵ que trabalhava na planta para assentamento de máquinas na nova Casa da Moeda disse que estaria pronta no princípio do futuro mês, e as máquinas poderiam ficar assentes dentro de 3 a 4 meses. Fui à estamperia e notei que houvesse guardado papel de selo no valor de 5 mil contos; talvez para mais de 2 anos. O administrador pede mais duas máquinas como uma que já existe para os selos. A casa é muito acanhada. Do Tesouro fui ao Quartel de Artilheria. Muito mau, e algumas companhias sujíssimas. As camas ainda têm tábuas e a roupa delas em muito mau estado. O rancho bom, menos o café em grão. A fazenda dos capotes e calças de pano de brim ruim. É preciso mudar o quartel donde está.

Vim de lá para o Correio e Caixa de Amortização ⁵⁰⁶. Esta também está mal colocada porque trabalhando o Correio à noite há risco de incêndio, e se lava parte do assoalho vai molhar fardos na Alfândega. O serviço é muito bem feito. Notei que se guardassem os pedidos de transferência, e talões das notas fora da circulação sem necessidade, e que haja tantas notas acumuladas, 6 mil e tantos contos assinados e 12 por assinar. Nem todas as notas estão guardadas na casa forte de abóboda. No Correio notei o acanhamento do lugar da distribuição das cartas. Os empregados são poucos para o serviço em certas ocasiões, e mal pagos. Esqueci-me dizer que achei poucas pessoas – 8, não contando com o Luster – na aula de gravura ⁵⁰⁷. Havia uns dois, cujos trabalhos em cera pareceram-me bem feitos.

Saindo da Caixa de Amortização visitei a Praça do Comércio. Estiveram comigo os engenheiros encarregados da exploração do rio Paraíba entre Campo Belo e ponte do Ipiranga. Trouxeram-me parte dos planos, e um resumo do relatório. A navegação por vapor é que dará frete mais baixo amortizando-se a despesa de 1.500 contos em pouco tempo, a navegação à sirga demanda uma despesa para torná-la possível de 600 contos. Hei de entregar amanhã o resumo do relatório ao Sinimbu recomendando-lhe este projeto como de muita utilidade para as províncias do Rio e de S. Paulo e para a estrada de ferro de D. Pedro 2º.

20 de setembro de 1862 – No despacho tratou-se do assunto da carta que escrevi ao Olinda. O ministério assentou por ora tencionando mandar instruções pelo próximo pacote inglês em anuir aos pedidos do conde d'Áquila dando o dote segundo o padrão monetário de 4\$000 a 8ª de ouro, e o que se suponha poderem ter rendido as terras dos nos 3, 4 e 5 do artigo 7º do contrato de casamento desde a época em que elas haveriam de ser entregues depois de medidas, o que talvez não excedesse de 100 contos, que se pediriam ao Corpo Legislativo. Concordei inteiramente com o ministério, que entende que as apólices devem ficar depositadas como hipoteca, em lugar do morgado, no Tesouro da Caixa de Amortização, e fiquei simplesmente de responder a meu cunhado que o que lhe poderia escrever saberá pelo Marques Lisboa ⁵⁰⁸, a quem o governo mandará instruções de acordo com o contrato matrimonial.

O Sinimbu falou da Gazeta Oficial. Observei que seria mais português Diário Oficial; mas que não fazia questão disto. Concordeu-se que o formato fosse o que apesar de menor que o outro todavia exigiria menor despesa diária que montará no ano a 42 contos. Os ajudantes de Josino será *[sic]* o Joaquim Bento da secretaria da Guerra ⁵⁰⁹, e outro em lugar do João Carlos de Sousa Ferreira da secretaria da Fazenda ⁵¹⁰ que por suas relações com o Mercantil talvez não pudesse sempre proceder como convirá a estes subdiretores da Gazeta Oficial. A Gazeta deve só explicar e defender os atos do governo. Admitirá correspondências assinadas dos empregados públicos em defesa dos atos de seus cargos e depois de examinadas pelo diretor da Gazeta, e anúncios que tenham simplesmente tal caráter, sem a menor ofensa de qualquer indivíduo.

Propus Ambrósio Leitão da Cunha para chefe de policia do Pará ⁵¹¹. Observei que embora fizesse o melhor conceito do proposto, contudo, receava que não se conservasse sempre imparcial. Sinimbu insistiu e eu nada mais disse. Entreguei-lhe o resumo do relatório a respeito da navegação do Paraíba. Falei ao Abrantes sobre gratificações dadas por ele, e repeti meu modo de pensar a respeito de semelhantes favores, e o Abrantes disse que Sodré depois que recebeu 800

mil réis por ano de gratificação para extratar jornais estrangeiros e do Brasil, trabalho que já fazia Pascoal ⁵¹², e a secretaria da Justiça começou a falar mal do Taques ⁵¹³. Eu acrescentei que talvez dentro em pouco falasse mal dele, e que eu apesar de ter pena de quem sofre, entendia que só do dinheiro próprio é que se podem dar esmolas. Abrantes reconheceu que eu tinha razão e jurou mais un peu tard, Qu'on ne l'y prendrait plus.

O Lamare trouxe o parecer dos peritos a favor do preço da proposta do Maylor, que admiram se quisesse sujeitar a uma fiscalização além da comum. Restitui ao Sinimbu o projeto de regulamento para os telégrafos aéreos que parece ter sido lembrança dos empregados para o diretor e ajudante terem vencimentos de comissão ativa além de 1 conto e tanto por ano ao 1º, e gratificação proporcional ao 2º. Observei que os vencimentos me pareciam exagerados para o trabalho, e o Sinimbu ficou de examinar melhor o trabalho.

21 de setembro de 1862 – Nada de importante.

22 de setembro de 1862 – Fui à Escola Central e à fortaleza de S. João. É preciso construir um edifício do lado direito do portão, entrando eu [pelo] que se fez do esquerdo. Achei tudo em muita ordem. O fardamento dos soldados do batalhão de engenheiros é melhor que o de artilharia. Viveres bons, notando apenas a diferença da farinha para os soldados são e enfermos. Os examinandos eram fracos e o lente Bezerra ⁵¹⁴ quis brilhar na parte da mecânica relativa à balística e assim mesmo com pouca clareza na exposição. As camas ainda têm tábuas. O ministro da Guerra disse-me que ia substituir as espadas dos fuzis por outras com serra nas costas como convém ao batalhão de engenheiros. S. João está em mísero estado e não sei como ainda se acomoda o batalhão de artilharia que o ministro disse estragara muito o quartel arrancando até portas. Os inválidos passam para o andar térreo da casa destinada aos convalescentes. Não admira que os inválidos não gostem do seu hospício. Há peças que se estão estragando e podem servir para fundição.

23 de setembro de 1862 – Vieram despedir-se Pais Barreto e Sá e Albuquerque. Recomendei a ambos moderação dizendo-lhes como eu considerava a situação. Com o Sá e Albuquerque conversei longamente, e à vista do último relatório do presidente da Bahia falei-lhe dos diversos negócios da Bahia recomendando-lhe justiça como política e economia para empregar as sobras em estradas procurando o auxílio dos fazendeiros, que deveria chamar a si apontando-lhe como muito dignos da atenção os barões de S. Francisco, Paraguaçu, Cajaíba e Rio de Contas. Disse-lhe que é preciso fazer aparecer o Instituto Agrícola ao menos como propagador dos conhecimentos úteis à lavoura. Recomendei o melhoramento da navegação do Paraguaçu de preferência à estrada, nas circunstâncias atuais, devendo cuidar sobretudo das estradas que venham entroncar na de ferro. Falei na remoção da pólvora do Forte do Mar, da tulha do Arsenal de Marinha, e melhor acomodação do Correio; no que cuidei desde que estive na Bahia. Disse-lhe que pedisse aos inimigos do major Antão Branco provas que ao menos o convençam de que ele praticou o atentado de que o acusam. Ouvi-lhe que confiava no comandante das armas, e não julgaria conveniente a ida para lá do Fontes, e que não mudaria empregados sem todo o exame necessário de seu procedimento. Parece ir com excelentes intenções e bem prevenido sobretudo com os amigos imprudentes que não compreendem amizade sem favores, isto é, injustiças. Também chamei sua atenção para melhor aproveitamento do Colégio dos Órfãos de S. Joaquim. Falou-me favoravelmente do diretor dos estudos, Dr. Barbosa ⁵¹⁵, e disse-lhe que é homem de talento, honesto e o mais entendido no ramo da instrução pública, mas amigo de arbitrio como o provara no regulamento expedido pelo Costa Pinto ⁵¹⁶.

24 de setembro de 1862 – O Olinda não veio por doente. O Sinimbu propôs a nomeação do juiz de direito Sebastião Lacerda Cavalcanti para chefe de polícia da Bahia dizendo que o Sá e Albuquerque não queria ver-se obrigado a propor da Bahia a exoneração do chefe atual de polícia ⁵¹⁷. Eu observei que o desejo do Sá e Albuquerque não estava de acordo com o que lhe ouvira ontem, não gostando de que me falem com pouca clareza; mas que anuí à proposta, sendo o nomeado bom magistrado, ainda que não estivesse convencido da necessidade da retirada do atual, embora Sinimbu dissesse que era ele o culpado dos atos dignos da censura do presidente.

Decidiu-se o provimento do lugar de escrivão de defuntos e ausentes da Corte. Eu inclinava-me ao escolhido, como o declarara já; mas que desejava ver se não havia alguém que lhe devesse preferir. O que serve o lugar inteiramente, entrou em transação pecuniária com ex-escrivão Getúlio ⁵¹⁸, o Luz tem péssimas informações do Castrioto de quando foi secretário do Corpo Policial de Niterói, tendo pedido demissão antes que lhe dessem, e outro que alegava serviços militares

não os provava devidamente. Portanto anuí de muito bom grado à proposta do genro do Valdetaro feita pelo Sinimbu a quem pedi que se regulasse só pela justiça não desejando ser acusado de patronato que odeio.

Lembrei ao ministro da Guerra, o que me causou reparo na minha visita à Praia Vermelha, a necessidade de cuidar já do estabelecimento da enfermaria para os convalescentes. O Sinimbu propôs para comandante superior da bagagem um fulano Botelho mostrando uma carta do Abaeté, e dizendo que é este o indivíduo que o José Bento não quisera propor. Eu observei que me parecia por publicações que lera que esse Botelho era acusado por atos como suplente do juiz municipal, e que o Abaeté se empenha por causa do cunhados, Ficou de examinar o que consta na secretaria.

O Abrantes disse que o senador Albuquerque ⁵¹⁹ recebera 2 mil e tantos francos sem vir para o Brasil e que tinham resolvido autorizar o Marques Lisboa para lhe dar o que fosse preciso para seu regresso ao Rio; mas de modo a ele não ficar com o dinheiro sem vir. Eu referi-me ao que já dissera em despacho. Tendo restituído ao Abrantes um ofício do novo ministro em Turim ⁵²⁰, pelo qual, fiquei fazendo idéia mais clara do negócio da herança Bianchi, chamei a atenção para diversos artigos a tal respeito no Constitucional, porque não poderia aprovar que se fizesse concessões além do que permite a lei, que só manda aplicar em caso de reciprocidade a legislação do país do pai ao menor nascido no Brasil. Abrantes respondeu que os artigos eram inspirados pelo Muritiba ⁵²¹ a fim de defender o filho que interveio como juiz no negócio Bianchi, e que o aviso que expedira tinha sido de acordo com a lei, que eu disse carecia de ser inteiramente explicada.

Tratando-se da estrada entre o Itapura e Avanhanda, eu disse, que sem reconhecimento da nova direção em linha reta preferia que se abrisse a estrada na direção da antiga porque se dependeria menos mesmo segundo o cálculo feito por Mariano de Azevedo e o Peixoto que se apresenta como empreiteiro.

Nada de importante.

26 de setembro de 1862 – Nada de importante.

27 de setembro de 1862 – O Olinda não veio por doente ao despacho. Escrevi diversas lembranças para ele entre as quais a da remoção do Matadouro para os terrenos que tem a Câmara para cá dos pontos em que as chuvas interceptam às vezes o trânsito. Falei ao Abrantes a respeito do procedimento do Peru com a companhia de navegação do Amazonas que merece toda a proteção do governo brasileiro ⁵²².

O Abrantes deu parte de que o novo encarregado de negócios em Montevidéu pedira a extradição dum criminoso de terceira potência, fundando-se no tratado que há entre o Brasil e o Estado Oriental. Abrantes lembrou o caso Lefèvre, e disse que o direito da extradição não se podia entender com os súditos de terceira potência. Eu combati esta inteligência à vista da letra do tratado e pensamento dos negociadores, embora, fosse adotado nos tratados modernos o princípio sustentado pelo Abrantes, e disse que já assim pensara no caso Lefèvre. Vai o negócio à seção de Estrangeiros e entretanto oficia-se ao nosso encarregado de negócios que não inste pela extradição.

Levei a consulta sobre os estatutos do novo banco inglês. Disse que não estavam no caso de ser aprovados por faltarem os documentos exigidos pelo decreto de 1860 mas que anuirei ao que entendesse à maioria do ministério. Insisti com Albuquerque a respeito da resolução que se lavrou na parte em que se refere às leis e regulamentos futuros, convencendo-o com a leitura do que os mesmos estatutos dizem relativamente à futura legislação inglesa.

O Beaurepaire tornou a ser proposto para Sta. Catarina; mas eu ainda ofereci as mesmas considerações que pareceram justas, tratando-se da escolha do novo comandante de Tabatinga, que é apenas [uma] fortaleza, tradicional conforme oficia Costa e Azevedo ⁵²³, eu fiz diversas considerações sobre o modo porque os oficiais se escusam às comissões, sendo necessário proceder com todo o rigor sem jamais fraquear como o fez Sebastião do Rego Barros ⁵²⁴ na questão do Couto que devia ser forçado a embarcar.

O Sinimbu propôs o Japiáçu para juiz de direito e eu fiquei de examinar o que me constou a respeito dele na Feira de Sant'Ana.

Antes do despacho, eu falei com Sinimbu no sentido porque já tinha escrito sobre a política da atualidade neste livro e ele afiançou-me que a seguiria.

O Abrantes disse que ia encarregar José Maria do Amaral do exame das questões que se prendem à execução da lei sobre os filhos de estrangeiro nascidos no Brasil, e perguntando-lhe se receberia por tal trabalho gratificação respondeu-me que estando Amaral em disponibilidade ativa era obrigado a trabalhar, contudo deu gratificação ao Sodré, que julgo se acha no mesmo caso.

Lembrei a necessidade de cuidar da nomeação da diretoria do Conselho Fiscal do Instituto Agrícola que já findaram seu tempo.

Esteve cá de tarde o Caxias. Falamos sobre política achando-o muito moderado. Eu expendi as minhas idéias já ditas, e ele disse que não se envolvia na política militante porque era soldado e estava sempre livre para servir quando fosse preciso. O Caxias procura-me agora mais vezes, talvez para ouvir-me.

28 de setembro de 1862 – Achei o Dr. Borges ⁵²⁵ com idéias muito moderadas em política, e disse-me que o Paranhos pensa como ele, para o que talvez influa a futura escolha do senador por Mato Grosso, ainda que os antigos chefes conservadores vão se sentindo fracos e reconhecendo a necessidade de serem substituídos e suas idéias modificadas segundo as exigências da época ⁵²⁶.

29 de setembro de 1862 – Li a correspondência do José Bento. Tem razão para queixar-se do modo porque o tratou o Olinda, a que aliás, seria melhor que poupasse certas expressões da sua correspondência.

Fui ao Internato de Pedro 2º. Os alunos brincavam às 8 ½ quando cheguei. As aulas principiaram às 9 e assisti a elas até 1 que foram jantar. Urge fazer as obras projetadas. A cozinha está a desabar e chove-lhe como na rua. Os meninos em geral com as calças de fivela quase caídas e muitos sujos. Algumas das aulas com o assoalho sujo. Os viveres são dos melhores, e apenas notei que se comprasse torrado o café. As camas limpas. A maior parte dos alunos são maus estudantes e é preciso marcar um prazo, além do qual, não possam continuar no internato. Ontem foi despedido um aluno Lima e Silva (não da família do Caxias) por imoral. A fisionomia dos meninos é de saúde. Não tem esgrima e sabre; o que seria muito bom exercício.

Veio cá segunda vez o Luz que pretendia o lugar de escrivão de defuntos e ausentes da Corte. Da primeira vez vendo um atestado favorável do Castrioto não pude deixar de lhe dizer que foi por uma informação do Castrioto inteiramente desfavorável que ele não podia ser despacho *[sic]*. Pensando que fora ao Josino ⁵²⁷ que o Castrioto dera a má informação, pede a este novo atestado e ele declara que nada lhe dissera a Josino, o que não me admirava, lhe disse eu porque foi ao Belo que deu Castrioto a má informação ⁵²⁸. Luz respondeu que o Castrioto só tinha contra ele o não lhe haver pago os aluguéis duma casa, e isto há 20 e tantos anos. Mostrou-se muito aflito por não se poder justificar, e eu rematei a audiência aconselhando-o para que procurasse o Sinimbu tendo o direito de justificar-se e podendo ficar certo de que eu não condeno sem provas, mas que na dúvida dever-se-ia escolher quem não tivesse más informações. Luz disse-me que se empenhara com o Maranguape e família, e que o Sinimbu prometera àquele despachar Luz que atribui o seu malogro ao Josino, ao que repliquei que não fora escolhido o que ele dizia ser afilhado do Josino. O Luz pareceu-me perturbado como quem se acha culpado; mas eu não posso condená-lo sem provas convincentes. O Polidoro em despacho disse que lhe constava que o Marin ⁵²⁹ podia dizer alguma coisa de calotes ou falcatruas do Luz. E quantas intrigas e empenhos por causa dum lugar! O procedimento do Castrioto indignou-me se não tinha coragem para negar atestado favorável ao Luz escusasse-se de qualquer modo.

30 de setembro de 1862 – O Abrantes veio mostrar-me o programa do Diário Oficial. Achei-o bom, e apenas aconselhei um período em que sem necessidade se fala dos epigramas e sarcasmos tolerados em outros periódicos de polêmica partidária.

1 de outubro de 1862 – No despacho soube que o Pedro Leitão da Cunha, proposto no despacho passado para presidente do Amazonas, certo que ficaria muito bem preenchido, não aceitara. O presidente atual pediu demissão ⁵³⁰.

O Polidoro deu parte de malversações nas férias do Arsenal de Guerra de Pernambuco, praticadas pelo diretor e ajudante, que vão ser demitidos. Não há base para processo que surta o desejado efeito.

O Albuquerque trouxe o decreto aprovando o banco inglês. Pelo modo por que ele está redigido vê-se que ele entendeu a resolução da consulta de modo a conter esta um verdadeiro pleonasmo. Falando-me o Sinimbu na estrada de Itapura, disse o que eu conversei com o Mariano de Azevedo 6ª feira passada, no sentido de se contratar desde já a parte da estrada comum às duas direções, ficando o resto para depois da exploração da direção em linha reta. Lembrei a conveniência da conservação sem aumento do preço proposto pelo Peixoto durante um ano depois da estrada toda feita, ficando bem claro no contrato que na ocasião da aceitação do último lanço, toda a estrada esteja como no momento da aceitação dos diversos lanços.

À tarde tive sessão da diretoria do Instituto Agrícola. Constará da ata o que houve.

2 de outubro de 1862 – Fui ao concurso da cadeira de História do Colégio de Pedro 2°. Ambos os concorrentes Tomás Alves Nogueira ⁵³¹ e Braga argüiram-se por perguntas destacadas de datas e fatos mostrando o 1º muito mais memória. No fim os examinadores quiseram ouvir os concorrentes cada um sobre um ponto diverso da história e só o 1º é que disse alguma coisa tolerável.

3 de outubro de 1862 – Nada de novo.

4 de outubro de 1862 – Nem o Olinda que ainda está doente, nem o Abrantes cuja mulher está com risco de vida, assistiram ao despacho. O que houve de mais importante foram as propostas para lugares de juizes de direito.

Opus-me ao despacho de João Caetano Lisboa para a capital do Pará por não merecer o acesso; mas o Sinimbu insistiu e eu conformei-me.

Opus-me a que o Buarque juiz municipal de Alagoas fosse despachado juiz de direito para Pernambuco, por causa do seu procedimento, que me constou em Sto. Antão onde ele serviu de juiz municipal quando eu lá estive, por ter sido durante a revolução de 1848 desleal com ambos os partidos. O Sinimbu apresentou os seguintes nomes para escolher um juiz de direito de Porto Calvo – Caetano José de Andrade Pinto, Belarmino ⁵³² que foi juiz municipal de Valença e Soares de Gouveia promotor do Rio Bonito ⁵³³. Escolhi o 3º porque o primeiro tem tendências para os Mendonças e o 2º para o lado oposto. O Sinimbu propôs a remoção do Mendonça para a comarca da Vitória no Espírito Santo, e eu disse que bastava removê-lo para outra comarca das Alagoas, que ficará vaga com a remoção do Casado de Araújo Lima que pende de consulta do Conselho de Estado. Sinimbu mostrou-se muito contrariado dizendo que assim iria Mendonça para a comarca onde residem os parentes dele Sinimbu; ao que repliquei anuiria eu à remoção para fora da província se ele abusasse do seu cargo na comarca para que fosse removido agora. Disse que a respeito do Casado de Araújo Lima nada diria mesmo que fosse removido para Mato Grosso, por causa do mau conceito de venal que goza, acrescentando Sinimbu que fazia justiça à honradez e seriedade do Mendonça muito diferente do irmão Jacinto, que aliás, disse eu ser simpático em seu trato ⁵³⁴. O Sinimbu diz que pretende remover o Araújo Lima para a vara de Porto Alegre para onde ele não irá atento a seus negócios nas Alagoas. Lembrei a Sinimbu as acusações feitas ao subdelegado Dr. Sousa, e o processo de contrabando do Massé para que não continuem a dizer que até de perseguir o crime se esquece com o tempo nossa desídia e bondade mal entendida, como a que me comunicou o Polidoro ter sido a do Belegarde ⁵³⁵ que só particularmente, embora se exigisse informação oficial, que nada adiantou, referiu que um oficial da comissão de limites com o Estado Oriental devia despir a farda por suas malversações!

O Albuquerque trouxe um decreto de confirmação de loterias e disse que o Olinda entendia que não era necessária confirmação, talvez pensando que não basta a designação anual para a extração, mas à vista do regulamento, pareceu-me assim como ao ministério melhor a opinião contrária.

Lembrei que era preciso dar mais interesse ao Diário Oficial publicando nele tantos trabalhos importantes que dormem nas repartições públicas.

O Sinimbu pretende mandar explorar o Paraguaçu pelos mesmos engenheiros que fizeram há pouco trabalho análogo no Paraíba. Já há muito que o lembrara e parece-me a medida até política. O Lamare disse-me que nada tinha feito até agora a comissão nomeada para apresentar um projeto de regimento dos navios mercantes.

Tratando do estado dos caminhos para o Morro de Sta. Teresa e encanamento do Carioca o Sinimbu disse que só ontem abrira duas propostas para conserto dos caminhos para Sta. Teresa, e contudo as propostas foram apresentadas em maio!

5 de outubro de 1862 – Nada de importante.

6 de outubro de 1862 – Idem.

7 de outubro de 1862 – Veio cá o Pinto de Campos. Observei-lhe as inexatidões que há na biografia que ele escreve, sobretudo imaginando discursos meus a modo de Tito Lívio, e a respeito de política apenas lhe disse que a minha é a da justiça, e que se tivessem queixas as expusessem pela imprensa que elas chegariam a meu conhecimento e eu sempre

advogaria a causa da justiça. Referi-lhe minha opinião sobre a decisão a respeito do diploma de Sá e Albuquerque depois que li a discussão. Creio que não foi contente porque a minha política – a justiça – não é a dos partidos.

Procurou-me o ex-presidente de S. Paulo ⁵³⁶. Disse-me que pensava que pelo novo ajuste só se apressaria conclusão da estrada de ferro 6 meses. Que há muito que fazer, sendo o feito é bom. Providenciou convenientemente sobre a passagem pelo aterro do Cubatão para os veículos ordinários. Referiu que a assembléia suprimiu os vencimentos dos vacinadores embora haja tal repugnância aos bexigentos que o presidente apenas com o delegado do cirurgião-mor do exército, entraram onde estavam 2 bexigentos. A casa dos Lázarus está ainda pior do que eu a vi. Esteve em S. João de Ipanema. Os escravos que lá estão são quase todos velhos e estropiados. Houve tal desordem na remessa das máquinas para Mato Grosso que algumas peças ficaram em Ipanema. Os trabalhos para condução d'água em bom estado; mas não assim os edifícios. Um engenheiro está encarregado de explorar a estrada de Ipanema para a ribeira de Iguape.

Conversei com o Cândido Borges. O Sales ⁵³⁷ está muito despeitado e disse que para o ano se houver dissolução, retirar-se-á para a Europa onde escreverá a história constitucional do Brasil em que não pode ser agradável. Mostra apontamentos no sentido de censurar o meu procedimento político, e quando o Borges nos mostrar como me prometeu, eu explicarei os meus atos em toda a verdade também por escrito e mostrá-lo-ei ao Borges. As acusações que me referiu o Borges são de fácil resposta, e até revelam contradição consigo mesmo da parte do Sales. Agora lamenta como um erro a política de conciliação, que aliás o elevou à posição que ocupa. Apresenta como seu discurso modelo o que proferiu contra a política de tolerância do Macaé ⁵³⁸. Diz o Borges que o Sales faz justiça a minhas intenções, e que lhe vieram as lágrimas aos olhos quando disse que me havia de censurar na sua projetada obra. O Paranhos segundo o Borges só varia na forma, como se essa é que poderá influir na sua escolha de senador por Mato Grosso. Eu expendi meu modo de pensar sobre os partidos e disse ao Borges, que julga perigo o estado do país, que ele só assim me parecia poder ser para os conservadores. Quando tiver a cópia prometida dos apontamentos do Sales eu lhes responderei desenvolvendo mais minhas idéias políticas.

8 de outubro de 1862 – O Abrantes disse que o Olinda desejava que se tomasse agora alguma decisão a respeito da interinidade da pasta da Justiça. Eu referi o que tinha conversado com o Olinda e observei que sendo ele o mais próprio para se entender com o Maranguape a tal respeito não podia deixar de esperar que ele pudesse falar comigo sobre tal assunto. Parece que o Olinda quis que eu carregasse com qualquer odioso da medida receando desagradados da família do Maranguape. Declarei que se fosse preciso intervir eu o faria. Entreguei os projetos de instruções ao Marques Lisboa sobre a entrega do dote da mana Januária sem ter de fazer nenhuma observação quanto à matéria. Ao assinar os decretos nomeando juizes municipais e juizes de direito, notei a irregularidade, aliás, confessada pelo Sinimbu de não irem eles para suas comarcas cujos lugares ficam preenchendo nominalmente até serem removidos para outras que lhe façam conta. O Sinimbu não propôs o Seixas para juiz municipal de Sto. Amaro por ser aposentado. Tomo nota para ver se há coerência no futuro. O Sinimbu disse-me que o novo ajuste para conclusão da estrada de ferro de S. Paulo em nada prejudica o que dantes estava contratado.

9 de outubro de 1862 – Nada de importante.

10 de outubro de 1862 – O Dr. Bonifácio de Abreu ⁵³⁹ em conversa provocada por mim referiu todos os embaraços que encontra o serviço de sua repartição provenientes da indisposição do oficial de secretaria Tobias ⁵⁴⁰, e parece que tem razão.

Estive com o Antão ⁵⁴¹. Disse-me a respeito do estado do espírito público da Bahia o que eu já sabia. Informou-me que está a concluir a estrada do Pé Leve até o alto da chapada que segue para Feira de Sant'Ana, que estudava o modo de estabelecer os trabalhadores da estrada de ferro como colonos à margem do Joanes, dependendo isto dum litígio com a Câmara Municipal, que reunira a diretoria do Instituto e havia intenção de fazer trabalhar alguns individuos no estabelecimento agrícola no Tororó do filho do Lacerda que dirigia a Fábrica de Todos os Santos. Pretendia mudar os presos do Barbalho para a cadeia da Conceição, e o celeiro para o Barbalho. Disse-me que a estrada Sinimbu está quase de todo inutilizada. Lembrou o serviço dum barca de escavação nos rios como uma das primeiras necessidades. Referiu que as informações de adversários políticos do major Antão como o vigário de Macaúbas e sua família, amigos de Espínola, eram favoráveis ao major supondo ele que a guerra feita pelo Espínola ⁵⁴² ao major Antão é por ser este influência adversa em eleições. Contou-me que propusera a retirada do coronel Fontes porque foi preciso ordenar-lhe por diversas vezes que

retirasse um destacamento militar da Jacobina alegando ele, Fontes, que essa retirara poderia ser tomada como medida favorável a um partido. Além disto o batalhão do Fontes não estava disciplinado brigando continuamente os soldados dele com os da polícia, cujo comandante abonou como homem sem partido e só do governo. Falando-lhe eu sobre a entrada do Barbosa para a diretoria da instrução ele referiu-me que Barbosa estava no gozo dum ano de licença por moléstia concedida pela Assembléa Provincial, que Sá e Albuquerque desculpava seu ato, que não aprovo com o que sucedera relativamente ao Je. Bento da Cunha Figueiredo, que aliás, não estava em idênticas circunstâncias. Pelo que ouvi ao Antão, creio que procedeu com toda a possível imparcialidade na sua presidência, e fiz-lhe sentir esta minha opinião que também se refere ao chefe de polícia ⁵⁴³ de quem ele faz ótimo conceito. Disse-me que o edifício da ilha do Medo poderia servir para a companhia de aprendizes marinheiros; idéia que me parece aceitável.

Pouco depois veio o Sinimbu trazer o decreto da nomeação interina do Abrantes para os lugares que deixou o Olinda. Falei-lhe mais claramente sobre a proposta dos juizes municipais para juizes de direito. Ele ainda se queixou de que o Mendonça fosse removido para a comarca das Alagoas; mas eu lhe disse que este ato lhe ficaria muito bem, mostrando que só o praticara por ser absolutamente necessário que o Mendonça saísse de Porto Calvo.

Tornou a falar da interinidade da pasta da Justiça e que terminaria por si a questão ao que respondi que esperasse o restabelecimento do Olinda ⁵⁴⁴ que era mais competente para insinuar ao Maranguape que pedisse sua demissão.

Por ora ainda não me falaram no novo ministro da Justiça e contudo é o ponto difícil! Tenho notado no Sinimbu espírito de Justiça; mas ao mesmo demasiada queda para os seus amigos parecendo deixar-se arrastar pelo que se desculpa chamando impulso do coração.

Veio o ex-presidente de Pernambuco Dr. Manuel Francisco Correia. Parece moço sincero e alheio inteiramente a partidos. Disse-me que nunca recebera nomeação do presidente do Instituto Agrícola e por isso a diretoria não se reunira, pois que o Boa Vista vice-presidente, não sai da fazenda. Segundo ele o Ageu só compareceria no Colégio da Escada para assinar a ata não tendo votado, e entende que o Sá e Albuquerque não foi deputado por faltarem às promessas feitas em Sto. Antão a um irmão do Sá e Albuquerque. Creio que o Correia procedeu com imparcialidade na eleição. Disse-me bem do espírito de ordem dos estudantes do curso do Recife que se pecam é por beatismo. Entende que o juiz de direito de Tacaratu apesar de bom juiz procedia mal na questão com o major Pedra *[sic]* de quem o Correia forma bom conceito asseverando Pedra que nunca pretendia desaposar do lugar o juiz de direito.

11 de outubro de 1862 – No despacho assinando os plenos poderes ao Abrantes para a convenção literária disse que a não ratificaria senão acompanhada da convenção sobre os colonos ⁵⁴⁵.

O bispo do Rio Grande ⁵⁴⁶ representou contra o abuso de pessoas residentes na província irem sem as dispensas precisas casar no Estado Oriental voltando para o província. Havia idéia do bispo declarar nulos perante a nossa lei semelhantes casamentos, mas eu observei que poderiam sê-lo perante a lei oriental, e que neste caso o bispo só poderia falar aos seus diocesanos no sentido dos cânones. Assentou-se em responder assim ao bispo, pedindo esclarecimentos ao nosso encarregado de negócios em Montevidéu.

O Lamare propôs uma medida a respeito dos pilotos dos navios mercantes e eu apenas como mera observação disse que me parecia mais prudente exigir dos pilotos para o Rio da Prata a carta dada pela Academia da Marinha. O mesmo ministro apresentou uma proposta de Miers para construírem por 25 contos um vapor para o alto Uruguai, e ao mesmo os riscos para dois vapores de guerra que poderão servir de transportes conduzindo em mar alto de 500 praças além da tripulação e 1500 em rio pelo preço de 500 contos cada um, devendo construir-se um aqui e outro em Pernambuco. Aprovaram-se estas propostas. Creio que se vai cuidar da barca de escavação para os rios do recôncavo da Bahia de Todos os Santos.

O Sinimbu insistiu na última correição do juiz de direito, por causa das informações do presidente despachado para Goiás ⁵⁴⁷, que embora de excelente caráter tem pendor decidido para o partido liberal a que julgo pertencer o juiz Aurélio.

O Abaeté veio à audiência com o Botelho despachado comandante superior da Bagagem dizendo que fora o agraciado que espontaneamente vinha agradecer. Não me agradou a sua fisionomia. Recomendéi aos 3 juizes de direito, novamente despachados, que fossem exercer os lugares. O Andrade Pinto está decidido a ir; Japiaçu falou-me de modo que julgo produziram efeito minhas palavras. O Buarque duvido muito que vá ainda que se mostrasse disposto; pois que não se esqueceu de alegar o peso da família. Procurou-me o Caxias e eu falei-lhe no sentido das outras vezes, e ele falou-me no sentido da política imparcial; contudo não deixo de reparar em suas visitas amiúde, embora é justo que seja grato ao modo

porque tratei sobretudo quando se retirou do ministério. O Borges disse-me que o senador Vasconcelos ⁵⁴⁸ acusava o procedimento do Olinda na demissão dos presidentes de reacionário.

12 de outubro de 1862 – Nada de importante.

13 de outubro de 1862 – Fui ao externato do Colégio de Pedro 2º. Acho pouco adiantamento nos alunos, não me tendo agradado senão o estudante do 2º ano, filho do Dr. José Bento da Rosa. O Pacheco ⁵⁴⁹ insta pela nomeação de repetidores ainda que me diga que o vice-reitor do internato os julga inúteis, e reclama com razão contra 3 horas seguidas de lição para os alunos do 1º ano nas 2^{as}, 4^{as} e 6^{as} e 4 nos outros dias da semana. Estão muito atrasados em doutrina cristã e o Pacheco deseja que se ocupem com ela aos sábados exclusivamente. Faltaram os professores Homem de Melo e Sá Benevides ⁵⁵⁰, que são assíduos. A comida muito boa e suficiente.

Estive de tarde com Mr. Bliss, que se tem ocupado com o estudo das línguas dos indígenas dos Estados Unidos, e quer fazer trabalhos etnográficos a respeito de toda a América. O pai foi missionário muitos anos entre os sênecas companheiros da meninice de Mr. Bliss. Tem lido muito e parece bastante inteligente. Disse-me que haveria ainda 300.000 índios nos Estados Unidos, e 200 a 300 moicanos – contestando a exatidão do Cooper no que não diz respeito à pintura dos índios física e moralmente falando – e que as línguas deles tinham pontos de contato na gramática com a Guarani.

14 de outubro de 1862 – Por causa do cortejo de amanhã houve despacho hoje ⁵⁵¹.

O Abrantes propôs da parte do ministério alguma medida a respeito do vice-presidente de Minas ⁵⁵² que tem feito reação constando além disso ter sancionado leis inconvenientes como as da criação de 9 comarcas segundo disse o Sinimbu. O Abrantes disse que Teixeira e Sousa ⁵⁵³ prometera ao Olinda tomar conta da presidência; mas que não cumprira a palavra, confessando todavia o Abrantes que depois da promessa se realizara a demissão de José Bento. Acrescentou que o Teixeira e Sousa reprovava os atos da Assembléia Provincial que o vice-presidente sancionara quase todos. Cartas de Paula Santos a quem o vice-presidente dissera que passava o governo não o tendo feito, retirando-se aliás para sua fazenda por 8 dias; mas por causa, como ele participou, de doença dum filho, e sem prejuízo do expediente parecem ter provocado a proposta do ministério. Eu respondi que me constava pela imprensa que o vice-presidente não procedera bem sancionado certas leis, e que, como sempre dizia, a dificuldade era a de achar substituto que executasse a política que julgava dever seguir o ministério. Propôs o Abrantes, barão de Prados e o Albuquerque o juiz de direito de Mariana Elias Pinto de Carvalho para 1º vice-presidente; mas eu observei que sua nomeação, seria ao menos, considerada logo como reação no sentido progressista. Lembraram também convidar o Teixeira e Sousa e o Joaquim Delfino ⁵⁵⁴ para tomar conta da presidência; mas alegaram a falta de cumprimento da promessa do primeiro, e o domicílio do segundo 40 léguas de Outubro [*Ouro Preto?*]. Por fim propuseram o Fernandes Torres ⁵⁵⁵, sobre cuja nomeação recordei o seu procedimento particular em S. Paulo e o ser sogro de Silveira Lobo. Depois de outras reflexões, convieram assim como eu, em que se escrevesse ao Fernandes Torres para aceitar a 1ª vice-presidência, caso o Nunes Gonçalves poder ir breve porque se isto não for possível seria mais acertado removê-lo para outra província e nomear novo presidente para Minas. Nesta discussão reconheci ainda mais a tendência da maioria do ministério, sobretudo do Sinimbu, para abraçar o partido progressista. Também propôs o Abrantes a demissão do presidente do Rio Grande do Sul ⁵⁵⁶ por causa de sua desinteligência e falta de tino administrativo. Refleti que todos pareciam contentes com ele na província que só notava o ter escolhido o Saião ⁵⁵⁷ para servir interinamente o cargo de chefe de polícia.

Tornei a manifestar a minha opinião sobre a marcha que o ministério deve seguir, cumprindo proceder com a maior prudência. Não houve insistência da parte do ministério, e apenas em resposta ao que disse o Polidoro sobre convir esperar o Dario ⁵⁵⁸ antes de se tomar qualquer providência, observou o Sinimbu que antes do Dario chegar partiria um vapor para o Rio Grande e que ele não podia deixar de retirar já ao Saião a comissão de chefe de polícia.

À vista dum officio do Dr. Freire lembrei ao Abrantes o que urgia providenciar para progredirem os trabalhos da comissão científica. Trouxe uma consulta da Seção do Império sobre a chamada dos suplentes da Câmara Municipal da Corte, e eu fui de opinião que os 15 dias da lei de 1º de outubro, se deviam entender como de sessão e que se havia defeito na lei não o podia corrigir o executor. Lembrei as obras precisas do internato, que o Abrantes disse não estar ainda desapropriado; questão desde o ministério de Almeida Pereira resolvida; mas que ainda não foi na prática, ficando Abrantes de cuidar dela.

O Lamare leu o contrato que se deve fazer com o Pierce para aprofundar a barra do Rio Grande. Nem Lamare nem eu acreditamos em tal melhoramento; mas ele julga que se deve atender às solicitações da Praça do Rio Grande e anuí. O Sinimbu leu o projeto de contrato para abertura da estrada entre Itapura e Avanhandava. Está de acordo com o que se assentara, e eu apenas lembrei, a conveniência de obrigar o empreiteiro a entregar toda a estrada em perfeito estado de conservação, conservando a última seção durante um ano depois de entregue. Suscitou-se uma questão entre Sinimbu e Polidoro a respeito de oficiais engenheiros que o primeiro queria que percebessem vencimentos de comissão ativa. Polidoro disse que havia nesse negócio patronato. Eu observei que se os engenheiros fossem bem escolhidos, o ministro da Guerra deveria pagar os vencimentos de comissão ativa, no que Polidoro pareceu concordar contando que lhe pertença a escolha dos oficiais engenheiros. Tenho observado que o Sinimbu gosta de servir aos amigos embora procure ser justo, o que é difícil, quando aquele gosto domina. Por ora ainda não posso chamar patronateiro *[sic]*.

Dizendo Sinimbu que não havia impedimento na concessão do terreno para o depósito da companhia de esgotos na Glória, obrigando-se eles a abrir as duas ruas projetadas com 30 palmos, tendo eu aliás lembrado 40 num dos despachos passados, o Polidoro manifestou quase certeza de que o governo ver-se-á obrigado a comprar à companhia a empresa porque a parte central da cidade é falta de água e de conveniente declive. Sinimbu disse que para não reduzir o tempo do ensaio deve-se apressar do tempo da redução proposta à época do princípio de pagamento de cada casa, na forma do contrato.

15 de outubro de 1862 – Nunes Gonçalves não pode ir para Minas senão para meados de novembro. Lembrei a conveniência de removê-lo para outra província conforme já lhe dissera o Abrantes, e indiquei o desembargador Costa Pinto para presidente da Minas. Os ministros aprovaram muito minha lembrança e o Abrantes deve amanhã procurar o Costa Pinto, assim como disse que havia de consultar sobre esta nomeação ao Olinda, quando eu lhe disse que devia ouvir ao Olinda. Segundo referiu Sinimbu o estado de saúde do Costa Pinto talvez não lhe consinta ir para Minas. Assinei a carta imperial nomeando 1º vice-presidente ao Fernandes, para o caso de não ir já o presidente e o Paula Santos ⁵⁵⁹ sai da lista dos vice-presidentes – era o 6º – como a pedido; porque o Abrantes entendeu bem cabida esta deferência. Mostrou que talvez fosse melhor que saísse da lista o vice-presidente que serve agora de presidente; mas não trouxe neste sentido. Conversando com o Abrantes em particular na ocasião de assinar a nomeação do Fernando Torres disse-lhe que era precisa toda a prudência que só a eleição deveria decidir por um dos partidos estimando que só estivesse aquele lugar na época ordinária, e o Abrantes concordou comigo lembrando-se do que sucedera a duas dissoluções.

O artigo que li hoje no Constitucional ⁵⁶⁰ sobre o Sinimbu é mais uma prova de necessidade de evitar qualquer reação, que desculpe linguagem tão desabrida. É triste ver como entre nós se exerce um direito tão precioso!

Hoje o ministro português José de Vasconcelos disse que me queria mostrar alguns papéis a respeito de colonos. Ontem estive cá e tratou de justificar o cônsul quando eu lhe disse que este procedera com pouca prudência. Mostrou-se muito contrariado quando depois lhe disse conversando que ficaria a convenção literária, cuja doutrina não seguia, dependente da outra sobre colonos. Pediu-me que ao menos fossem ambas juntas para Portugal ainda que o ministro brasileiro declarasse que só ratificariam ambas juntas. O Vasconcelos quis convencer-me de que o princípio em que se funda a convenção literária é o verdadeiro; combati-o e por fim ele disse-me que tinha mais uma razão para desejar a duração deste ministério, a cuja opinião, segundo lhe declarei, e não à minha, deveria ele fazer-se tal convenção.

16 de outubro de 1862 – O Abrantes veio dizer-me que o Costa Pinto estava tão doente que nem mesmo se animara a propor-lhe a presidência de Minas. Expediu a carta para Fernandes Torres escrevendo a Paula Santos para explicar-lhe a razão porque ele ficava fora da lista dos vice-presidentes. Lembrou para presidente o senador Vasconcelos que eu aprovei muito. Tinha esquecido dizer que tratando-se ontem em despacho do prêmio ao compêndio de literatura do cônego Pinheiro eu fui de opinião que não sendo a obra escoimada de graves faltas era mais prudente prometer o prêmio para quando aquelas tivessem sido emendadas, adotado provisoriamente o compêndio ⁵⁶¹.

17 de outubro de 1862 – Fui à exposição artística. É pobre e apenas mencionarei os retratos de Vitor Meireles de Lima. A tão gabada composição do Heck ⁵⁶² feita à pena, que representa a cena dos Miseráveis de V. Hugo entre o bispo e o convencionalista não me agradou, sucedendo inteiramente a respeito duma cópia de composição de Tony Johanot. O trabalho de pena sempre é bom; mas vê-se que o autor não possui o dom da composição.

Li hoje no 3º número do Futuro, continuação de minha biografia numa censura delicada por eu não atender aos conservadores por deles nada recear. É muito injusta esta acusação eu não tenho medo de nenhum partido, e obro conforme e só conforme o que julgo exigir o bem do país. Que medo poderia eu ter? De que me tirassem o governo? Muito melhores reis do que eu o têm perdido, e eu não lhe acho senão o peso duma cruz que carrego por dever. Tenho ambição de servir a meu país; mas quem sabe se não o serviria melhor noutra posição? Em todo o caso jamais deixarei de cumprir meus deveres de cidadão brasileiro.

18 de outubro de 1862 – Houve despacho. O Abrantes comunicou-me que o senador Vasconcelos aceitava a presidência de Minas estando pronto para qualquer comissão de minha escolha; o que me faz supor que sempre invocaram o meu nome. O Polidoro disse que Vasconcelos é irresoluto; mas achou boa a nomeação nas atuais circunstâncias, só, por causa de ele tratá-lo com cerimônia e talvez soberba logo que foi ministro ⁵⁶³ havia deixado de visitá-lo, quando antes suas relações eram da maior intimidade.

O Abrantes trouxe as informações pedidas por mim a respeito de Antônio Cândido Ferreira há pouco falecido no Rio Grande e que introduzira a vacina nessa província e prestara outros serviços com que arruinara sua fortuna que era boa. Queria ver se dava uma pensão à família; porém ele só deixou 3 sobrinhas; duas casadas com oficiais do exército e uma solteira pobre. Antes de sua morte tinha pedido uma pensão, seu requerimento fora bem informado; porém nunca chegou a minha presença, e assim deixaram de ser recompensados serviços importantes feitos ao Rio Grande do Sul sem o menor vislumbre de interesse!

Restitui ao Abrantes extratos duma nota de Mr. Webb ao seu governo mostrando-lhe que não há a menor justiça na reclamação do capitão do navio Nebo e que o que propõe o governo brasileiro é de mera equidade e assim deve [ser] aceito pelos Estados Unidos. Em carta ao Abrantes pedia que este despacho me fosse mostrado e ao Sinimbu.

Falei sobre o procedimento do cônsul português a respeito dos colonos no sentido em que o fiz com o José de Vasconcelos, e o Albuquerque disse que participando-lhe o inspetor da alfândega que logo participara o ocorrido e mandando saber ao Tesouro responderam-lhe hoje que nada havia além do que participara a alfândega em julho sobre colonos. Os ministros ainda não sabem exatamente o que houve da parte do cônsul.

O Polidoro disse que o Manuel Felizardo aprovava uma proposta que eu examinei do Gomes de Sousa ⁵⁶⁴ para este formular os compêndios de modo a constituírem um curso completo de matemáticas; e que os lentes a quem consultara não se ofenderam com a idéia. Eu [uma palavra riscada] observar como anteriormente o fizera já, que convinha ouvir a opinião da congregação dos lentes da Escola Central, devendo o trabalho cometido ao Sousa só compreender os compêndios de matemáticas.

Entreguei ao Sinimbu o parecer da seção respectiva sobre a pretensão do Ottoni que se dêem as terras no Mucuri por ½ real a braça, dizendo que o mínimo do preço da lei de que falara o contrato de encampação não é em relação à qualidade das terras. O parecer da seção é contrário ao pedido do Ottoni e este defende sua pretensão numa carta ao Sinimbu. Perguntei a este como pensava e respondendo-me ele que não adota o parecer da seção, eu observei que a concessão de terras é em troca de dinheiro e que por isso a autorizava a lei das terras que estabelece um mínimo de preço para cada uma das 3 qualidades de terra. Contudo, Ottoni invoca o testemunho de Bernardo de Azambuja e Almeida Pereira que a inteligência deste era a dele Ottoni, e sendo assim a questão de boa fé entendia avisado ouvir Azambuja e Almeida Pereira, que aliás esperava confirmassem o dito de Ottoni, que às vezes por espírito político folga de achar defeitos em seus adversários, não sendo por isso escrupuloso zelador do que é justo. Disse que não aprovava a falta de fraqueza do comissário do governo José Cândido Gomes, podendo daí originar-se nova questão desagradável com o Ottoni que parece aproveitar essa falta. O Sinimbu expôs-me o que houve por ocasião da criação da 2ª vara de ausentes, e vi que o governo estava autorizado para essa criação, e que, entendendo a maioria da seção de Justiça – Eusébio e Maranguape – que se podia como propusera o juiz dos órfãos Dr. Sequeira ⁵⁶⁵, nomear 2º serventuário, que desse a devida quota ao proprietário Cândido Martins dos Santos, que anexava a escritania de ausentes à de órfãos, e representara contra a criação do lugar de escrivão de ausentes, pensando que seria só um passando toda a escritania de ausentes para o novo escrivão, o Paranaguá, todavia, seguindo o voto em separado do Uruguai, julgara mais curial a criação da 2ª escritania de ausentes resolvida a consulta neste sentido. O Abrantes sobre representação do Loureiro ⁵⁶⁶ pede que se lhe dessem 4 contos pelo tempo em que não recebera a gratificação de um conto anual para viagens de sua sêxtupla missão; propôs que se aumentasse, em lugar dos 4 contos; 400\$000 ao conto, e observando eu que preferiria dar os 4 contos por serem duma

vez caso não se entendesse melhor nada dar ao Loureiro além do que já recebe, respondeu-me Abrantes que assim pensava apesar de ter proposto o contrário!

Sinimbu propôs pensão para a viúva do major de Permanentes Rebelo ⁵⁶⁷. Eu disse que fora muito bom servidor do Estado; mas que desejava saber se prestara serviços mais que ordinários só neste caso a condição das rendas públicas não deve embaraçar a concessão de pensões.

Entreguei ao Lamare uma queixa de Law em tom demasiadamente inglês, pedindo explicações sobre diversos trechos que aponte à margem. O Albuquerque referiu que tinha obtido 400 contos a 7%, e no dia 15 falando-me no banco inglês disse-me que ele ainda de entradas *[sic]* a quota necessária para segundo a legislação poder ser aprovação; mas que esperavam pelo próximo pacote a notícia de ter entrado essa quota do valor das ações, e todavia já está autorizada a incorporação do Banco.

À audiência veio o Dario que lamenta que estando o dinheiro a juro tão baixo em Londres não se contrate a construção da estrada de Paraguaçu.

Cândido Borges disse-me que lhe referiram ser de José Maria do Amaral os artigos altamente injuriosos publicados pelo Constitucional contra o Abrantes; o que não admira porque este o pôs em disponibilidade como devia. Ao mesmo o Mercantil e a Atualidade publicando o parecer do Amaral sobre a gramática do Pertence ⁵⁶⁸ pareceu lisonjeá-lo; está no caso do Abaeté, a quem aliás o C. Borges que os conservadores receiam que deserte com armas e bagagem para os progressistas. Condeno altamente a versatilidade, e se pareço combater às idéias de partido é porque não tolero as injustiças que se apadrinham com aquelas idéias.

19 de outubro de 1862 – Conversando com o Caxias a respeito de coerência política citei o procedimento dele Caxias e do Itaboraí fazendo algumas reflexões sobre o discurso do Eusébio que tanto animou o partido liberal embora se pudesse atribuir a espírito de moderação. Caxias respondeu-me que o Eusébio sempre fora firme em suas idéias e que tendo Ottoni lhe falado numa liga por serem ambos antagonistas do governo pessoal que os partidos têm fantasiado para seus fins Eusébio lhe replicara que não contasse com ele para o que prejudicasse a monarquia ou ofendesse a minha pessoa, e que uma liga entre ele seria o sinal de seu isolamento dos partidários que o seguiam. Disse-me Caxias que Saião lhe asseverara aflito que os artigos sobre o Abrantes são do José Maria do Amaral.

O Abrantes tornou-me a falar sobre a necessidade de prover a pasta da Justiça e eu respondi que esperasse pelo restabelecimento do Olinda. O Sinimbu lembrou-me o Japiaçu para chefe de polícia do Rio Grande do Sul e eu nada observei dizendo-lhe que consultasse seus colegas. Entende precisa a mudança do presidente; mas eu respondi-lhe que era prudente adiar essa medida. Falou-me em politica no sentido já sabido, e disse-me que não acreditava no que lhe asseveraram de ser o Je. Maria do Amaral autor dos artigos contra o Abrantes, atribuindo-os ao Saião de que eu nunca supus que fossem embora reconheça a violência do caráter do Saião.

No despacho de ontem conversei sobre o artigo econômico de Sousa de Franco *[sic]* ⁵⁶⁹ e que disse que não pensava que Mr. Chevalier tivesse dito que o crédito é igual ao capital. Semelhante doutrina pode dar lugar a inúmeros prejuízos e é preciso distinguir exatamente o capital do crédito que não faz senão render aquele. O Sinimbu foi o único que defendeu francamente a doutrina de Sousa Franco que parece apalpar o terreno para enterrear *[sic]* a questão econômica que tanto reanimou os partidos. A dura experiência ainda dói, e creio que o Sousa Franco perde seu trabalho. O Abrantes disse-me no despacho que na antevéspera dera as ordens para se fazerem as aquisições pedidas pela comissão científica, e que a respeito dos vencimentos do Capanema veriam o que é justo dar-lhe em relação aos outros membros da comissão.

20 de outubro de 1862 – Houve Conselho de Estado. O secretário disse que não pudera apresentar a ata da sessão anterior e eu expliquei o motivo, que ele ocultou, de não terem os conselheiros dado as notas de seus votos. Depois o Uruguai relatou as queixas contra o juiz de direito da comarca das Alagoas, Casado de Araújo Lima e Arnaud ⁵⁷⁰. A primeira é do negociante português Manuel Joaquim da Silva Leão. Nega que um estrangeiro tenha direito de petição, quando apenas lhe assiste o de recorrer na conformidade das leis às autoridades do país em causa própria. Diz que não se prova perseguição contra Leão da parte do Arnaud, que não devia apelar; que não está provado que Arnaud comerciasse em escravos dentro da comarca, embora disso falem uma carta dele a Bernardo José Pinto, e outra deste a Silveira Lobo ⁵⁷¹, queixando-se de que este desse publicidade à primeira carta lendo-a na câmara dos Deputados; pois que, prescindindo do meio imoral porque se obtiveram as cartas, Arnaud tem fazenda na comarca e poderia ter alienado simplesmente escravos da fazenda; além disto é questão própria dos tribunais. Não viu a defesa que Arnaud apresentou relativa a esta

acusação, e portanto aventurará opinião sua. Não é crime ter recebido o presente que lhe fizeram os negociantes; o que não prova bem como a dívida à Caixa Econômica estar Arnaud sob a influência dos negociantes. Quanto ao procedimento de Arnaud no processo de quebra de Mendonça e Brito, disse que a acusação era uma prova das más conseqüências de aceitarem presentes as autoridades – e creio que olhou para o Sinimbu, ou houve alusão mental, pelo menos, à sua comenda de brilhantes – e que a Relação tomando conhecimento deste processo não mandou responsabilizar o juiz. Não há prova que recebesse 3 contos para se dar por doente, e lê a defesa dele na qual conta que o defensor dos réus Brandão (ora deputado) pedia a Arnaud que se desse de suspeito e porque ele não se prestou ao pedido, se queixara Brandão até ao presidente Agostinho Luís da Gama ⁵⁷². Teve febre e por isso pediu ao juiz municipal que fosse assistir ao julgamento, que foi justo, sendo um condenado e outro absolvido. Brandão pedira 3 contos para pagar ao advogado Silveira ⁵⁷³ e talvez isso desse lugar à acusação. O barão de Atalaia devia defender Arnaud segundo este diz, e Uruguai declara que não há provas, duvidando o presidente, e além disto, tendo o juiz municipal condenado um dos réus é contudo Arnaud acusado de ter recebido de 3 contos para não julgar de receio que o fizesse contra *[sic]*. Também o acusa Leão de venalidade por causa do julgamento da filha de Miranda suspeita de ter morto uma escrava de castigo. As peças do processo vieram truncadas e portanto não se pode formar juízo. Lê a defesa de Arnaud que não havendo provas do crime pensa que a escrava morreu dum ataque. O presidente ⁵⁷⁴ está em dúvida.

Sobre a 2ª queixa de Silvestre Alves da Silva expõe que é Arnaud acusado de tirar-lhe a tutoria duma rapariga para casá-la com um filho seu. Um tio, também padrastrô, da pupila diz que pediu a remoção da tutoria por não gozarem de bom conceito os filhos do Silvestre, que habitavam na mesma casa que a tutelada. Outro tio queixou-se do Silvestre por ter ficado a título de dívida com o valor resultante da venda dum escravo pertencente à tutelada. Também se queixa Silvestre de lhe ter Arnaud tirado a administração da capela do Coqueiro Seco; mas Arnaud no provimento da correição diz que assim procedera por não aparecer dinheiro correspondente às emboras *[sic]* que Silvestre depositou nas mãos duma sua parenta velha. Nova acusação de ter escrito para que cumprissem a promessa feita a uma viúva se deixasse de apelar num processo que intentara contra José Antônio da Costa por ser este suspeito do assassinato do marido dela. Defende-se Arnaud dizendo que escrevera a carta depois da sentença e quando já não podia apelar, e apenas interviu para que dessem algum dinheiro à viúva como prometeram. Uruguai declara que em tanta confusão não pode ajuizar. A respeito da exoneração dos cargos da tutoria de José Casado Lima parente em 9º ou 10º grau de Arnaud diz que a este escrevera Lima depois de maior declarando que de seu tutor Cardoso recebera tudo o que lhe pertencia. Sobre a acusação de não ter Arnaud dado partilhas aos filhos depois da morte de sua primeira *[mulher]* diz Uruguai que é questão particular e que a Relação nenhuma censura infringiu a Arnaud. Uruguai nota que o oficial da secretaria que extratou os papéis diz a respeito duma nova queixa de Silvestre, que vai expor, que este respondeu ponto por ponto à defesa do juiz de direito Arnaud embora enviada em reservado. Nesta nova queixa reforçam-se as acusações feitas na outra acrescentando-se todavia o seguinte: 1º – Arnaud é juiz de direito de Alagoas desde 1854 e em Santa Luzia do Norte só fez correição em 1855 e 1861. Os papéis não são suficientes para julgar sobre este ponto; 2º – Suspensão do juiz municipal Silva, irmão do Silvestre, por 30 dias visto ter deixado de dar uma audiência, não dando parte ao presidente da suspensão, que não foi aprovada. No provimento da correição de 1861 lê-se que Arnaud suspendeu a Silva por se haver recusado a dar audiência às partes apesar de estar no lugar ele lho ter advertido, e que assim procedera para não citar um Calheiros a fim de fazer um pagamento. Também suspendeu o suplente de juiz de órfãos do mesmo termo por não dar audiência havia 22 dias. O presidente arguiu a Arnaud por se ter negado a presidir ao júri de que já fez menção, e diz que apesar de não haver certeza de sua venalidade não pode ser juiz imparcial pois que tem fazendas e parentes na comarca e é partidário. Observa que não é exato dizer o presidente que Saião Lobato lhe ordenara propusesse a remoção de Arnaud mas que esse apenas lhe determinara examinasse as queixas e propusesse o que fosse justo. Enfim, entendo que não há motivo para a remoção dum magistrado, contra o qual não se provam acusações de tal gravidade, que no caso de serem provadas deveriam originar um processo de responsabilidade, rematando que seu estado físico não lhe permitiria examinar a oito tantos papéis. O relatório está escrito; mas creio que o principal fica resumido aqui.

Abaeté diz que não está provado que Arnaud fizesse comércio de escravos; mas que em certos casos só a certidão de óbito pode provar moléstia, além de que Arnaud ficou bom logo depois da sentença do juiz municipal, e que não é decente a carta escrita para que se pagasse à viúva. O presidente propõe a remoção pelo lado político, e que esta apreciação compete unicamente ao governo. Trata do aviso do Saião e diz que além do pedido das informações para qualquer procedimento criminal ordenara a proposta da remoção que se basearia em razões políticas. Uruguai dá voto por escrito. Entende que à vista da lei não sendo as queixas senão a respeito de questões particulares não seria a remoção fundada na

utilidade pública; além disto a iniciativa não foi do presidente. A remoção de Arnaud desconceituaria o magistrado sem provas e seria tomada como vingança política, e portanto que sua *[sic]* é que se procurasse removê-lo donde não pode permanecer; mas de modo conveniente Jequitinhonha é do voto do Uruguai. Entende que Arnaud deve ser responsabilizado, e protesta contra remoções repetidas que comprometem o interesse do poder judiciário e do magistrado; Sapucaí idem funda-se na lei das entrâncias. Alvim idem, João Paulo idem. Pimenta idem. Diz que não há diferença entre as opiniões do Uruguai e do Abaeté. Insiste em ser a 1ª queixa dum estrangeiro e a 2ª dum inimigo civil do juiz. Reprova a carta por ocasião da desistência da apelação por parte da viúva, e diz que há outros fatos que aconselham a remoção que ficará a juízo do governo que escolherá o meio de tirá-lo da comarca preferindo a remoção a que ele fique na comarca. Manuel Felizardo como Uruguai, entendendo que não convém que Arnaud fique na comarca devendo o governo procurar meio de tirá-lo da comarca. Sousa Franco diz que é de seu dever como conselheiro de Estado declarar o que faria no caso do governo. Inclina-se à opinião do Abaeté, e não aconselharia que Arnaud fosse tirado da comarca a modo de prêmio. O Conselho de Estado não decide como tribunal judiciário, e ninguém crê que haja justiça na comarca de Alagoas, havendo uma cruzada, nome que pela santidade da causa lhe cabe, contra o juiz. Fala contra o espírito de calúnia; mas acrescenta que contra os juizes íntegros não prevalece a calúnia. Durante 6 anos não fez Arnaud correição apesar de morar em sua fazenda dentro da comarca. Reprova a carta relativa à viúva como grande indiscrição ao menos. Diz que o próprio Arnaud confessa ter negociado em escravos e que no dia seguinte à sentença deu-se por pronto. Enfim, discute o que se deve entender pela utilidade pública de que fala a lei e que é conveniente não considerá-la política, havendo grande dificuldade em fazer punir os juizes. Abaeté, para explicar seu voto, diz que sua opinião não é como pensara Pimenta Bueno, a mesma que a de Uruguai. Cândido Batista entende que havendo proposta do presidente, que autoriza a remoção, se o governo continua confiar no presidente deve remover o magistrado.

Tratou-se depois da consulta da seção dos Negócios Estrangeiros sobre a proposta do ministro inglês duma nova convenção a respeito de indenizações. O Jequitinhonha disse que tivera aviso para ser relator deste negócio e que sendo prática nova no Conselho de Estado não sabia como lhe cumpria proceder. Eu interrompendo o Jequitinhonha disse que o costume era ler o relatório da seção respectiva à consulta, e observando Jequitinhonha que era membro da seção da Fazenda eu repliquei que bem sabia e que o Abrantes se explicaria a tal respeito declarando este que fora engano da secretaria que ele só agora advertira. Jequitinhonha *[diz]* que o direito está sem dúvida do lado do governo brasileiro e que a demora não tem prejudicado entendendo que não havia outros meios a empregar além dos diplomáticos. Abaeté diz que por meio duma comissão mista teremos de pagar menos inclinando-se à nova convenção; porque não ficaremos inibidos assim de reclamar indenização das presas da costa da África. Vem contudo pelo parecer da seção se não puder resguardar o direito da reclamação. Uruguai diz que é gravíssima a questão e continua a votar como no parecer. Jequitinhonha entende que seriam mais justas e prontas as decisões por meio duma comissão mista. A recusa de novo ajuste lançará sobre nós suspeita de má fé autorizando que digam que só queríamos satisfação das reclamações não admitidas pelo governo inglês. Pensa que a não inclusão destas reclamações não significa o abandono delas, a prática das nações não tem sido o que a seção aconselha. A nova convenção deve designar quais as reclamações admitidas e ser feita com toda a cautela não se podendo subentender o abandono das reclamações não mencionadas na convenção. Cumpre não azedar as relações com a Inglaterra e tomar a posição que nos cabe perante essa potência como os Estados Unidos o fizeram em relação à França e à Inglaterra; mas se o governo exigir o abandono das reclamações não se faça a nova convenção disse Jequitinhonha batendo com força na mesa. Sapucaí como o Abaeté. Alvim parecer da seção. João Paulo segue a opinião do Jequitinhonha declarando que devemos ressaltar o direito de reclamar a indenização das presas porque o contrário seria desistir dela. Pimenta Bueno diz que a não admitir o governo inglês reclamação de presas a nova convenção serviria unicamente para pagar menos aos ingleses, e que isto mesmo se obteria melhor discutindo de governo a governo. Os advogados da Coroa em Inglaterra disseram que a entender-se a convenção como queria o governo brasileiro o inglês tê-la-ia feito ultra vires. Na nota do ministro inglês de 11 de setembro de 1860 diz-se que as presas, julgadas em virtude do Bill-Abeerden são caso decidido, e pela nota do mesmo ministro de 14 de abril de 1862 vê-se que não há impugnação à admissão das presas não julgadas pela comissão mista do tratado de 1826, e portanto das que foram relaxadas sem julgamento em virtude do Bill-Abeerden. Diz que a soma dos valores destas presas fosse de importância, se fizesse um novo ajuste sobre a base indicada; mas sem ficar prejudicado nosso direito à indenização das outras presas. Sinimbu diz que Christie lhe declarara que nem todas as reclamações inglesas eram justas nem as nossas de presas deviam ser todas rejeitadas podendo fazer-se novo ajuste sobre esta base. Manuel Felizardo entende que à vista da nota – que é do Paranhos – de 18 de abril de 1861 não se pode deixar de entrar em novo ajuste. Concorda com as idéias de Pimenta Bueno, não

omitindo a ressalva de nosso direito de reclamação de que falou aquele. Sousa Franco *idem*. Cândido Batista diz que não se deve exigir a ressalva porque ela impossibilitaria o novo ajuste que é necessário contrair. Uruguai historia a questão das presas do tráfico e lembra a convenção ajustada entre Alves Branco e Mr. Fox ⁵⁷⁵ tendo-se feito presas segundo condições dessa que não foi aprovada pelo Corpo Legislativo. Mostra que há presas feitas entre a terminação do tratado de 1826 e o Bill-Abeerden, e outras em virtude deste ato todos ilegais para nós. Na comissão mista se suscitaram todas estas questões, e julga que se a Inglaterra não modificar suas exigências não se faça novo ajuste. Jequitinhonha pergunta se a lista de 107 reclamações brasileiras anexas ao relatório de 1860 são aquelas *[sic]* sobre o que pode ainda versar ajuste. Sinimbu responde que não se separaram as que poderiam ser aceitas pelo governo inglês. Jequitinhonha continua dizendo que a necessidade de nova convenção não pode ser posta em dúvida e que será feita com mais cautela. João Paulo diz que sua opinião foi absoluta porque só agora sabe o que Sinimbu comunicou. Uruguai diz que se devem previamente firmar regras para o procedimento dos comissários, caso se faça nova convenção.

Às 5 da tarde vieram os membros da comissão científica espanhola. Parece-me mal organizada estando um deles encarregado da geologia, entomologia, e estudos sobre agricultura – chama-se Fernando Amor e parece inteligente, dando-me notícia do Instituto Agrícola de Córdova que ele dirigia e tem 80 alunos com aulas teóricas e trabalhos práticos. Prometeu-me um trabalho seu que tem relação com a agricultura e amostras dos minerais que colhesse. O Dr. Almagro encarregado da seção antropológica e médica formou-se ao mesmo tempo que o Dr. José Maria Chaves. Fala como homem inteligente e observou com critério que sendo a expedição de 8 a 9 meses apenas terão tempo de saber onde se podem fazer as coleções. O fotógrafo e desenhista pintou no atelier do Coguet e discorreu como quem sabe; contudo verei que tal fotografa desde que receber o álbum de fotografias que me ofereceram. O botânico também falou das belas begoniáceas e melastomáceas, o zoólogo terrestre espera fazer colheita de bonitas aves aquáticas em Santa Cruz, e o aquático está sempre a rir-se e nada dou por ele tendo vindo como amigo e colaborador do presidente da comissão que diz ter uma coleção de conchas de Cuba contendo 10.000 espécies e rica sobretudo por ser completa quanto à variedade dessas espécies. Tem já corrido os estabelecimentos públicos, e falaram-me do Dr. Freire e do Dr. Paula Cândido por causa de suas observações ozonométricas. Não fazem observações meteorológicas senão as ordinárias de bordo, e não têm conhecimento dos trabalhos feitos sobre o pico de Tenerife por Piazzi Smith. Fernando Amor está incumbido da narração da viagem. Estava encantado com os caulim que achara aqui e creio que na Bahia. Pretendem ficar alguns dias em Santa Catarina e ir talvez ao Rio Grande que lhes disse ser mais interessante de ver. Desejam atravessar os Andes até o Peru; mas o presidente da comissão que terá perto de 60 anos parece que não aprova muito o projeto.

21 de outubro de 1862 – Fui aos exames da Escola Central. Agradou-me o exame de metalurgia de Jerônimo Rodrigues de Morais Jardim ⁵⁷⁶, sendo o irmão Joaquim também bom estudante, e o de química de Francisco Lobo Leite Pereira que passa por um dos melhores do 2º ano ⁵⁷⁷. Os de mecânica fracos e um Ten Brink até já estava esquecido do cálculo, não o aprendeu. O estudante do 1º ano fez muito mau exame, porém também foi atrapalhado pela confusão do examinador Souto Maior ⁵⁷⁸, filho do marquês de Itanhaém. No 3º ano examinava com o Paranhos um Araújo Silva ⁵⁷⁹ cujo modo de perguntar agradou-me, parecendo-me inteligência clara.

22 de outubro de 1862 – No despacho o Abrantes disse-me que se tinham expedido as ordens para satisfação das requisições da comissão científica. Tinha esquecido os livros pedidos pelo Lagos ⁵⁸⁰, que eu disse deverem só por ora os precisos aos trabalhos da comissão. Nada ainda decidiram sobre os vencimentos do Capanema.

O Albuquerque disse que tomara saques do Souto e Mauá pelo próximo pacote do valor de 50.000 £ a 26 ³/₄ e que o Banco Inglês oferecera a 26 ⁵/₈. Restitui-lhe o parecer da seção da Fazenda *[sic]* sobre a rescisão do contrato feito pelo presidente das Alagoas com Veloso dono do trapiche Companhia no Recife, e embora adotasse o parecer do relator contudo sendo a matéria grave lembrei que se esperasse a consulta da seção do Império sobre uma representação contra o presidente acima apontado, fundada em diversos fatos, um dos quais é essa rescisão. Essa representação foi à seção do Império por meu voto e o de Abrantes, que embora propusesse a consulta, todavia já hesitava; porque o Sinimbu manifestou não ser preciso ir à seção.

Tornei a falar no procedimento do cônsul português ⁵⁸¹, que apenas podia aconselhar aos colonos que recorressem às autoridades brasileiras, e disse que ele queria criar fama entre os portugueses, não tendo José de Vasconcelos bastante fortaleza de ânimo para não se deixar dominar pelo cônsul, e que cumpria ao governo brasileiro amigavelmente chamar o cônsul ao seu dever e examinar se convinha continuar a licença que ele tem de ir a bordo de qualquer navio português que

traz colonos logo que tenha recebido as visitas do porto, tendo ele já visitado um navio brasileiro Rocha, que trazia colonos portugueses. Albuquerque disse que a Alfândega lhe participara o ocorrido com o cônsul por ofício de 10, mas que só a 21 tivera conhecimento dele ficando na diretoria de que é chefe o Antão ⁵⁸² que se desculpou com haver reassumido há poucos dias o cargo. O Polidoro disse que o Código criminal militar está na seção – há um ano decerto – e que o do processo pára em mãos de João Paulo que participou agora em virtude de pergunta do ministro que está só; lembrando eu para substituir o Miranda (senador) que morreu ⁵⁸³, tendo João Paulo declarado a Manuel Felizardo que continuava na comissão, o Abaeté, e Polidoro e Muritiba, que também me pareceu que mostraria mais atividade no trabalho da comissão [sic]. Li uma carta de Grenfell a Lamare em que ele diz que não adota os navios construídos de ferro; mas de madeira forrada de ferro, e que a couraça de 2 ½ pol. julga suficiente para nossos navios que se devem distinguir por seu pouco calado e fácil manobra.

Sinimbu insiste com o Abrantes na mudança do presidente do Rio Grande; mas aquele já não quer a substituição pronta do Saião, depois que o Dario lhe disse que não havia inconveniente na interinidade a não ser para o Saião que ficaria dando [sic], talvez com o fim de que podendo voltar o Dario com outro presidente mais facilmente eu aprovaria a substituição do Assis Rocha. Disse o Abrantes que o Caldwell comandante das armas ⁵⁸⁴ não estava bem com o presidente, e o Polidoro referiu que os oficiais obtinham do presidente licença que lhes havia negado Caldwell, que todavia nada lhe comunicara a tal respeito.

Sinimbu leu um ofício do juiz municipal de Laguna que diz ao presidente haver à margem da Lagoa Biraquera uma mina de carvão de pedra que chega até a costa perto da cidade de S. José.

Leu um requerimento de Mauá e informação do fiscal Viriato de Medeiros a respeito do serviço das locomotivas da Maxambomba, e de acordo com o fiscal não se permite que a estação terminal seja o Rocio Grande nem no fim da Rua do Senhor dos Passos como propõe o fiscal, tendo Lamare sugerido a preferência do Largo de S. Joaquim. Eu recomendei que não houvesse falta de água para as bicas públicas, e os tanques não embaraçassem o trânsito público.

Já li quase todo o trabalho da comissão de inquérito da Alfândega que o Albuquerque me tem trazido por partes, e dei conhecimento desde já aos outros ministros do que se lê no relatório a respeito dos guardas como triste prova de como a maior parte dos empregados cumprem seus deveres principiando neste caso pelo ministro que era o Ferraz. Disse ao Albuquerque que se ele hesitasse em demitir os empregados que ficassem comprometidos pelo relatório não devia publicá-lo como pretende. Tornei a chamar a atenção de Sinimbu para a insipidez do Diário Oficial.

23 de outubro de 1862 – Nada de importante.

24 de outubro de 1862 – Das 10 ½ até às 11 ½ conversei com José de Vasconcelos a respeito do negócio dos colonos. Disse-lhe qual minha opinião sobre o procedimento do cônsul, e ele reconheceu que de ora em diante seria conveniente mesmo no caso de não haver resistência da parte do capitão do navio, como sucedeu com a barca Terceirense, se bem me lembro, obrar sempre com o auxílio das autoridades do país. Disse-me que a bordo do navio brasileiro Rocha só foi um delegado do consulado, para que pudesse ter lugar o levantamento da fiança prestada em Portugal pelo capitão. Mostra-me um papel em que está o projeto do ajuste da colonização e disse que sendo diferente o interesse dos dois países pelas duas convenções literária e da colonização é preciso muito cuidado no modo de comunicar a inseparabilidade das duas convenções para que ambas se não malogrem, e embora nada ouvisse por ora ao Abrantes sobre a dependência de uma convenção de outra referiu-me que participaria isso ao seu governo. Queixou-se do patriotismo do guarda-mor Leopoldo ⁵⁸⁵ e eu disse-lhe que talvez o cônsul fosse arrastado pelo desejo de adquirir popularidade entre os seus. Mostra-me documentos para provar que as dívidas dos colonos sobem dentro de poucos anos a mais de conto, e disse que seria conveniente um inquérito feito por comissários de ambos os países sobre a condição dos colonos contratados pelos fazendeiros, que praticam barbaridades muitas vezes. Queixou-se do agente demitido pela associação de colonização, e atribui a esta o procedimento daquele. Tratando da convenção sobre colonos, declarei eu que havia de me esforçar porque ela seja o mais favorável ao Brasil que o permita a Justiça, e observando Vasconcelos que a satisfação do colono é melhor condição para o Brasil eu concordei acrescentando que então seriam as dúvidas com o governo português, que Vasconcelos disse que não queria obstar à emigração para o Brasil visto o Loulé officiar-lhe que mandará autorização para celebrar uma convenção sobre colonos. Replicando eu que o ofício talvez fosse para mostrá-lo Vasconcelos opôs que não supunha que houvesse esta finura; ao que retorqui que a finura talvez consistisse nisso mesmo que eu ouvi acrescentando

logo que assim falava para não deixá-lo sem resposta. Vasconcelos quer as boas graças de ambos os governos e receia-se da comparação com o cônsul.

Ao meio dia estava na Escola de Medicina para assistir à defesa de teses – exame de suficiência – dos Drs. Carlos Rossi que me dizem ser parente do Pelegrino Rossi e Ferreira Soares português. Os lentes é que falaram quase unicamente e o Carvalho ⁵⁸⁶ procedeu de modo pior com o Rossi, que este lhe deu algumas respostas muito ofensivas e justa consequência das provocações não intencionais do Carvalho. Só este é que argüiu em francês, língua de que usou o argüido. Ferreira de Abreu ⁵⁸⁷ creio que perdera o hábito de falar francês, e com razão o Dr. Rossi lembrou ao Carvalho o aviso do governo permitindo os exames de suficiência em outra língua que não a portuguesa como prova de que no Brasil se tratavam com benevolência os estrangeiros e não como ele, que por ter suposto – e foi injusto – que Rossi se queixava da obrigação de exame de suficiência disse que os estrangeiros senão quisessem sujeitar-se às leis do país poderiam ir-se embora. Não [ilegível] porque não afastam Carvalho destes atos em que ele desconsidera a escola, e pode originar alguma cena muito desagradável.

25 de outubro de 1862 – O Albuquerque disse que mudava a Caixa de Amortização para o Tesouro quando a Moeda fosse para a nova casa, em março. Eu observei que esta demora devia considerar-se como adiamento indefinido. Referiu que o José de Vasconcelos e cônsul convieram em obrar sempre de acordo com as autoridades do país em matéria de colonos. Restitui ao Lamare os relatórios do comandante da Belmonte que são curiosos, e serão publicados no Diário Oficial indo cópia para o Instituto Histórico. Elogia muito um dos relatórios sobre os trabalhos que tem feito no porto da Paraíba o capitão Filgueiras ⁵⁸⁸, e eu lembrei a este como digno duma distinção honorífica, e o Lamare apontou-o novamente ao Polidoro como próprio para comandante da ilha de Fernando. O Sinimbu tornou a trazer o negócio das Maxambombas, e vendo eu que a Rua do Senhor dos Passos tem 4 travessas disse que não podia anuir a um projeto pelo qual se arriscaria vidas persistindo na lembrança do largo de S. Joaquim. A respeito da água parece que não há o mesmo inconveniente.

26 de outubro de 1862 – Às 7 e 10 largou o trem do caminho de ferro de Pedro II da estação da Quinta; 7 ¼ Engenho Novo, 7 e 25 Cascadura, 7 7 ¼ [sic] Sapopemba; 2 pontilhões em construção; 7 ¾ Maxambomba; menos 3m. Queimados; 8 e 2m. ponto dos Caramujos; 8 e 8m ponte de S. Pedro; 8 e 11m Belém; 8 e 14m. ponte de Sant’Ana, 8 ¼ ramal de Macacos; 8 e 20m. Macacos; 8 e 17m partida de Macacos; 9 e 43m partida do encontro do ramal com o caminho principal depois do exame duma máquina para aprontar madeira para segurança das juntas dos trilhos; 9 e 47m. passagem sobre a estrada do presidente Pedreira onde houve pequena demora para ver o viaduto; 10 e 3m. extremo dos trilhos que podia o trem percorrer, 3 e 26m. Joaquim do Alto. Relativamente às obras apenas completarei ou corrigirei as descrições dos jornais. A saída o túnel de Joaquim do Alto foi uma verdadeira cena de fadas; mas percebia como andava, e a luz extrema refrangida pelos vapores produzidos na ocasião de arrebentarem as minas e refletida pela água que umedecia a abóboda do túnel dava a esta o aspecto do mais lindo céu de luar. O ponto de Joaquim do Alto que ficará a 2 ½ horas da cidade do Rio será muito concorrido no verão por sua salubridade, altura – ainda que esteja inferior ao cimo da serra que se eleva 1.500 pés sobre o mar – e excelente água. Antes do jantar conversei com o Ottoni sobre o melhor lugar para o Matadouro e ele ainda propõe Belém dizendo que já este ano o trânsito ficou interrompido só por horas. No Realengo não há água suficiente, e também parece o contrário pela mesma razão ao lugar do Brejo. À noite conversamos sobre o sistema das empreiteiras e ficou bem claro que os subempreiteiros perderão em favor dos empreiteiros que lucram com a falta de experiência dos primeiros. Ouvi que algumas condições dos contratos de subempreitada feitos por Ângelo Amaral, não foram aceitas pelo engenheiro da Companhia por haver perda manifesta para os subempreiteiros. O Viriato ⁵⁸⁹ engenheiro fiscal do governo disse que em novembro de 1863 estaria, segundo o contrato, pronto o caminho provisório para suprir temporariamente o do grande túnel, e que as outras obras da 2ª seção além desse túnel ficariam certamente concluídas – sem trilhos – na época do contrato, setembro de 1863 estaria, se não fosse o atraso do 2º túnel aberto na pedra depois do grande, apesar dos esforços do diretor desse trabalho, o filho do Harrah, moço de 22 anos, que se distingue pela sua atividade.

Depois do jantar dei um passeio pela margem do rio e fui até o quartel do destacamento de polícia da província. Há aqui 7 soldados, sendo 3 de cavalaria, estando os outros 3 em Macacos. O quartel mostrava ordem da parte do comandante, que aliás cria galinhas no quartel para comê-las, segundo ele diz. Havia no xadrez um preso de 4 dias à ordem do inspetor de quarteirão por ter numa briga ferido seu irmão. Armaram um arco de folhagem junto à padaria que

forneceu por ornato um bem visível produto de sua indústria que pendia do arco, e andavam tocando e cantarolando 3 homens, dois dos quais traziam uma rabeça e uma viola. A tarde esteve fresca assim como a noite até me recolher às 9 e 10, tendo antes falado com o Sinimbu e o Polidoro sobre política. Sustentei que o ex-presidente de Pernambuco foi imparcial na reeleição de Sá e Albuquerque e que só se lhe poderia lançar em rosto o não ter atendido à recomendação do Olinda dirigindo as influências não revestidas de autoridade nos diversos pontos a bem da candidatura de Sá e Albuquerque. Disse também que se a Câmara houvesse como devia, anulando a eleição do círculo, tornaria o Álvaro a ser eleito; o que Sinimbu contestou parecendo-me às vezes que ele nem sempre fala ou obra livre de qualquer prevenção de partido. Polidoro declarou-se pela minha opinião a respeito *[do]* procedimento do presidente Correia ⁵⁹⁰, e referiu que atribuíam ao Jequitinhonha os artigos do Constitucional insultando o Abrantes.

Perguntando eu porque não revestiam os túneis de tijolo mas de pedra e me disseram que dura ainda que o não pareça, respondeu Ottoni que os 11 túneis por que já passeio não têm revestimento de tijolo que exigiria menos tempo porque a braça corrente de tijolo importaria em 40\$000 e de pedra de 20 a 25\$000. Ottoni chamou a atenção de Sinimbu sobre a questão da estação na ponte do Desengano a que se opõem os Teixeiras Leites dizendo que naquele local só aproveitará à marquesa de Baependi.

27 de outubro de 1862 – Parti às 5 e 7 da manhã, chegando às 3 ¼ à fazenda de Sant’Ana de José Faro ⁵⁹¹. Na galeria do 2º poço do grande túnel é que assisti à explosão de minas nos dois extremos. A agitação do ar abala todo o corpo e o estrondo produz incômoda zoadá nos ouvidos que todavia logo desapareceu. O aspecto da galeria do 3º poço toda iluminada formando as velas no topo como um altar lembrou-me as catacumbas de Roma, ainda que a forja no meio da galeria parecesse a do Vaticano. Há questão sobre o local para a estação dos Mendes; mas não podendo ser no ponto centrar por acanhado, julgo que o proposto pela diretoria é o melhor. Este lugar há de ser também muito procurado. Há aí muito bom barro sendo alguns pontos do grande túnel revestidos de tijolo. O revestimento de pedra próximo à boca do lado dos Mendes deixa de filtrar muita água por defeito do cimento. O revestimento do poço nº 1, segundo o Viriato, não oferece segurança por causa da má qualidade da madeira. O primeiro túnel além do grande também foi mal revestido; que a abóbada está úmida. A casa do Carneiro Leão ⁵⁹² está num belo local junto à confluência do Sacra Família com o Pirai, que admite com dificuldade navegação até à vila, 3 léguas acima. Deve haver aí estação.

Carneiro Leão disse-me que já tem colhido em suas fazendas 23.000 arrobas de café, e espera que a próxima colheita seja de 18.000 e a do outro ano de 30.000, tendo-o vendido a 8\$000 apesar de não despulpá-lo e lavá-lo de todo. A Barra do Pirai no Paraíba é um belo local, e há muito espaço para a estação cuja colocação depende do que se resolver a respeito da 4ª seção. Num trapiche em que descarregam os barcos que navegam o Paraíba, e cuja ponte está sobre o Pirai, aceitei um copo d’água do fazendeiro João Pereira da Silva que mo ofereceu por intermédio do Ottoni que se empenhou por que eu o aceitasse. Este fazendeiro colhe 10.000 arrobas, e espelha *[sic]* boa colheita futura.

Perto do trapiche há uma ponte sobre o Pirai construída por Antônio Gonçalves de Moraes (vulgo Mata-gente) a quem pagam a passagem como se fosse barreira da província, do que se me queixou o João Pereira da Silva. Antônio Gonçalves de Moraes tem umas poucas fazendas na margem do Pirai – e uma com um grande açude que vi do caminho – e na do Paraíba.

Antes de seguir viagem fui ver a serraria dum português de nome Viana. Pode serrar cinco tábuas duma vez de 2 ½ pés de largo, 1 3/8 pol. de espessura e 22 palmos de comprido. A serra é vertical, movida por vapor e apronta 4 dúzias de tabuado e 7 para forro por dia. Atravessei o Paraíba numa ponte de 60 braças de madeira e coberta de telha, construída pelos Faros creio que sob as mesmas condições que a do Pirai de que já falei. O caminho até à fazenda do Faro é muito bonito, e esta domina o rio.

Os trabalhos da 3ª seção caminham tão rapidamente que talvez estejam prontos antes que a locomotiva percorra toda a 2ª e cujo contrato feito com o Carneiro Leão é em globo; porque me disse o Ottoni desejava mostrar ao governo quanto se gastaria do capital do garantido. À vista do progresso creio que antes do fim de 1864 se irá de locomotiva pelo desvio provisório do grande túnel e por este dentro do ano de 1865 até o Paraíba. Nas extremidades da galeria do 2º poço do grande túnel trabalhavam nas brocas 6 e 5 martelos, e no fundo da galeria da boca superior 5. Cada broca tem 3 pés e abre-se em 3 horas, sendo a pedra de dureza desigual. Desde a Barra do Pirai até 3 léguas abaixo da fazenda de Sant’Ana aflora em ambas as margens do rio Paraíba em direção N. S. uma camada de carbonato de cal que pouco se entranha nessa extensão. Faro tem fornecido para as obras da estrada de ferro, e emprega 120 a 130 camadas de lenha para obter 4.500 arrobas de cal. As montanhas são argilosas na superfície. O capitão Viriato disse-me que já se encontrou numa ilha

do Paraíba um mineral que lhe parece enxofre nativo e pretende mandar ao Burlamaque ⁵⁹³ para analisá-lo. Trouxe amostras de pedra dos diversos túneis até o grande inclusive.

Depois de correr a casa do Faro que ele mobiliou ricamente em 2 dias, até forrando as paredes de chitas, para o que foram da cidade 80 volumes, examinei o engenho. Além desta fazenda tem a de Montalegre que possui as melhores terras da margem do Paraíba e a da Aliança. Estão melhor montadas e já tem colhido nas 3 por ano 68.000 arrobas, sendo os escravos mil e tantos. O sistema do Faro é preparar tudo de que precisem as fazendas, até sabão. O pão de trigo é bom; mas o de cará mais saboroso. Despolpa e lava o café cuidando de trazê-lo para os terreiros por meio de um plano inclinado sobre que corre um carro. Tem ensaiado diversos sistemas de aprontar o chão dos terreiros; mas ainda não preferiu nenhum. Este ano a colheita foi má; porém a futura promete ser boa começando em fevereiro e março, e mais tarde numa faixa que compreender a Conservatória. A melhor terra é argilosa. A exposição para melhor fruto do Oeste, e para mais abundante de Leste. Planta o café em quinquêncio *[sic]*. Pouco depois de voltar para casa caiu uma trovoadas forte com muita chuva e pedrisco; durou pouco mais de meia hora.

28 de outubro de 1862 – Partida às 5 e 10. Chegada à casa dos engenheiros, em Macacos às 11 $\frac{1}{4}$ No caminho vi que os cafezais estão cobertos de folhas e com bastante fruto. Há lugares na estrada do presidente Pedreira que deviam estar empedrados quando cuidam de outros na parte abaixo de Joaquim do Alto, e até entre Belém e Macacos, que já têm ou terão em breve muito pouco trânsito.

Na casa dos engenheiros disse-me Polidoro que o Manuel Felizardo lhe lembrara a promoção de Caxias a marechal do Exército, e que desejava saber qual minha opinião. Eu referi-lhe que Manuel Felizardo quando saíra do Ministério com o Abaeté me falara nisso e eu o lembrara ao Almeida na viagem do Norte escrevendo ele nesse sentido a Rego Barros quando se tratava de organizar o exército da fronteira do Rio Grande que no seu último ministério não se tratou deste negócio, e que ele Polidoro fizesse o que entendesse. Polidoro disse que não lembraria Caxias senão para marechal do exército graduado para poupar essa despesa mostrando-se pouco disposto a fazer isso mesmo.

Em Macacos há 9 hotéis e em um deles teatro onde está o Florindo representa a Nova Castro. Sinimbu falou em mandar litografar por conta do Estado, por ter Viriato dito que tal despesa por inútil à Companheira *[sic]* não devia correr por conta dela, a planta reduzida da estrada de ferro que está perfeitamente desenhada. O Elisio disse-me que os engenheiros Pena ⁵⁹⁴ e França Leite aproveitavam; mas que Pimenta Bueno nada fazia, e ao filho do Abaeté apenas vira uma vez.

Conversando com o Ottoni ouvi-lhe que falando com alguém a quem preste atenção só por obrigação tem um sono invencível, e que lê romances com tal paixão que esquece quase tudo. Tenho lhe falado sobre negócios da estrada de ferro; mas o mais importante eu direi seguidamente e em poucas palavras; porque receio alargar-me com o Ottoni, embora me incline a pensar bem da sua discrição, depois de narrar o mais que tem sucedido durante a minha digressão.

29 de outubro de 1862 – Parto para a estação de Queimados às 7 menos 10, donde segui para a Seropédica ⁵⁹⁵ às 7 $\frac{1}{4}$ chegando a esta às 10 $\frac{1}{2}$. O caminho é muito mau e quebraram-se as molas de ambas as caleças pouco antes do engenho de Campo Alegre do marquês de Itanhaém. Amarrando com cordas as molas duma das caleças fui nela até perto da Seropédica, apeando-me numa descida donde caminhei até o estabelecimento. Tem havido grande incúria pelo menos como confessa o próprio encarregado de cuidar no estabelecimento Luís Antônio Costa que já teve sua fortuna quando era negociante e pareceu-me homem capaz. As obras não estão em relação com a despesa que se diz feita tendo se calculado o preço do tijolo e telha como feitos em Sta. Cruz quando fabricados com barro do estabelecimento e num forno que me mostrou o administrador, que é preciso dizer que se queixa de não ter sido pago desde que está no estabelecimento há 4 anos. Outros empregados também não recebem seus vencimentos excetuando o escriturário Santos, primo do Tavares ⁵⁹⁶ o qual recebe 700 e tantos mil réis por ano.

Há um sobrado por acabar internamente, em que se deverá fazer algumas obras para não apodrecer a madeira, cuja sala do 1º andar disseram-me que é para eu jantar quando visitar o estabelecimento, e o térreo para escravos do Tavares. Há um arremedo de criação, cuja semente é de outra feita em abril saindo bichos saídos aos 40 e 50 para morrerem logo, e a semente que veio da Europa está podre. Cuidam da criação uma preta e um trabalhador branco. As amoreiras estão plantadas muito unidas e carecem de limpa em grande extensão; também os escravos – que parecem tratados – são 33 e haverá estando todos bons 12 a 13 enxadas. Os casulos mais modernos são de 3 anos. Os fornecimentos parecem demasiados para as bocas que há, e os preços elevados. O Costa, vendo eu uns porcos disse-me que nada rendiam, só

estragando; porque Tavares come os leitões com os amigos. Há 3 casas pertencentes ao estabelecimento, uma das quais tem botica que vendeu um filho do Tavares a um Galdino, outra era charutaria do filho do Tavares, e a terceira foi casa de secos e molhados, idem!

Voltei por melhor caminho em parte chegando a Queimados às 5 ½.

Conversei durante a minha digressão pela estrada de ferro sobre tudo o que interessa à empresa, e ouvi o Ottoni sobre a conversão do resto das ações em apólices; operação que ele aprova muito e a que parece inclinar-se Sinimbu objetando eu unicamente os inconvenientes que poderão provir da operação na praça de Londres. O principal interesse aliás muito justo do Ottoni é embaraçar futuros embaraços da oposição que lhe fazem, e dizendo-me que não interviria na próxima eleição de diretor por não ser questão da maioria e convir que haja às vezes oposição eu observei que a achava indispensável no deliberativo; mas não no executivo, pois [se] não se aproximava a anarquia ao que ele acrescentou que a diretoria da estrada de ferro era como um ministério em que cumpria haver solidariedade, e lembrou a reforma dos estados [sic] para dar mais votos aos antigos acionistas a fim de ficar o governo sempre superior na votação. Objetei-lhe os direitos adquiridos, e que a transferência das ações se tinha feito na suposição dos direitos atuais, convindo eu com o Sinimbu em que não haveria inconveniente se a reforma fosse aplicável às transferências posteriores. É urgente tomar alguma medida nesse sentido.

30 de outubro de 1862 – Parti da casa dos engenheiros às 7 e 12 e cheguei a Sapopemba às 9 ¼. O terreno destinado para os trabalhos do Instituto Agrícola é suficiente; mas a parte baixa é bastante arenosa, convindo portanto que se façam as despesas indispensáveis para um ensaio. Neste sentido falei ao Burlamaque já com planos de edificios na importância de 30 e tantos contos. A derivação da água disse-me Sinimbu que poderia ser embaraçada pelos donos que a cederam para o Realengo. O terreno do Mauá é mais baixo e uma bifurcação de igual calibre dará mais água no mesmo tempo para o lado de Mauá. Cumprir examinar este ponto com cuidado. Estive em casa do Mauá donde sai para a estação chegando a S. Cristóvão às 2 ½.

31 de outubro de 1862 – José de Vasconcelos quando veio para o jantar perguntou-me se eu iria se me convidassem, e mesmo que não fosse queria que me convidassem para um Te Deum em ação de graças pelo consórcio do rei de Portugal ⁵⁹⁷. Eu respondi que não me parecia conveniente ir a tais festas no que concordou Vasconcelos, e que não o tendo feito quando era vivo D. Pedro 5º menos razão haveria para fazê-lo agora; contudo se convidassem eu agradeceria essa prova de atenção. Vasconcelos pareceu aprovar a idéia de que me viessem convidar; mas depois disse que eles ficariam tristes se eu não aceitasse o convite e que os despersuadiria de virem cá. Acrescentei que se fosse uma festa de caridade eu não teria a menor dúvida, e antes estimaria assistir a ela. Vasconcelos disse-me que lhe constava que portugueses tomaram parte na assuada do Passeio Público que impediu a música da fragata espanhola de tocar.

Abrantes disse que a representação dos negociantes ingleses sobre os direitos dos retalhos os tinha prejudicado na opinião pública.

1 de novembro de 1862 – O chefe de polícia referiu que D. Pascoal ⁵⁹⁸ lhe asseverara que o almirante espanhol ficara convencido de que a assuada não fora à música espanhola, disse que não tomou maiores medidas porque não esperava o que houve! Contudo devia contar com uma concorrência fora do comum. A narração de minha digressão pela estrada de ferro está mais exata nos jornais de ontem e hoje (o túnel grande é revestido de tijolo em mais dum ponto) que no Mercantil. Aquela é de Viriato; esta do Ottoni.

2 de novembro de 1862 – Esteve cá o Eusébio ⁵⁹⁹ para saber quando devem começar os exames do 7º ano do Colégio de Pedro 2º. Falei-lhe na gramática do Pertence e ele disse-me que estudava a questão, preferindo como eu essa gramática à do Policarpo Dias da Cruz. Contudo havia um parecer contrário de profissionais e por isso esperava ele escudar-se na opinião pública quando decidisse contra o parecer. Falei ao Belo ⁶⁰⁰ na urgência duma deliberação a respeito da Seropédica – Cardoso ⁶⁰¹ e Tavares vieram agradecer-me a visita, embora desejasse este lá estar para dar-me explicações – e sobre a estrada da Senhorinha, que vem do Pirai para Macacos, cujo ponto ficará ainda de comércio depois de ir a locomotiva até Joaquim do Alto, por causa dessa estrada, e a da Jabuticabeira que também vai a Pirai, e a da Cacaria. Ottoni também me falou como assunto de seu estudo o modo porque deve ser feito o serviço do ramal dos Macacos desde

que a estrada de ferro principal for até Joaquim do Alto. Quer estabelece um trem especial entre Belém ou Queimados e Macacos, e a idéia pareceu-me boa pelas considerações que me fez.

3 de novembro de 1862 – Hoje veio falar-me um Fernando Vaz de Melo, do Sabará, para pedir uma escolta de 50 praças a fim de conduzir da Bagagem um diamante de 31^{as} da mais bela água. Foi achado por um seu amigo. O Albuquerque a quem falou já mostra-se incrédulo e por isso recorre a mim. Mandeí-o outra vez ao Albuquerque a quem falarei amanhã.

4 de novembro de 1862 – Nada de importante.

5 de novembro de 1862 – O Abrantes propôs que atendendo a que a 2^a parte do compêndio de História do Brasil não é senão continuação da mesma obra ele não deveria receber o novo prêmio ⁶⁰²; porém 800\$000 para impressão. O Eusébio informou a favor do Macedo; porém eu achei justa a proposta do Abrantes.

Falei a respeito do negócio Bianchi resultado da lei a que sempre me opus até por escrito. Lembrei ao Abrantes a questão dos vencimentos do Capanema como membro da Comissão Científica e ficou de trazer estes papéis no próximo despacho – da necessidade de não dispor dos instrumentos senão conforme instruções do Gabaglia ⁶⁰³, e casa para os trabalhos da comissão sendo o Museu o local mais próprio mudando-se o Burlamaque.

Restitui o parecer sobre a proposta duma convenção consular por parte do Christie. Concordo com o parecer de Eusébio desenvolvido por Pimenta Bueno e Abrantes que diz seguir esta opinião ficou de ainda ouvir os colegas sobre o assunto. Lamare comunicou as vantagens com que ia Level ⁶⁰⁴ à sua comissão, e eu observei que parecia-me demais a gratificação de 300\$000 por mês além das outras vantagens. O ministro disse que atendendo a ele deixar cá a família não era demais. Sinimbu ainda falou sobre o negócio das Maxambombas e eu disse que fizesse o que entendesse mas que por anuência da minha parte não se arriscariam vidas. Assentou-se em ser o ponto terminal no fim da Rua dos Ciganos ao entra na Praça da Constituição.

6 de novembro de 1862 – Nada de importante.

7 de novembro de 1862 – Fui ao externato. Fizeram os alunos do 7^o ano exame de latim em Anais do Tácito e Horácio. A melhor prova escrita, tradução de Tácito, era do filho de Mayrinck. Quase todos entenderam o autor; mas o estilo português é péssimo. Na prova oral alguns mostravam ter pouco lembrado o que aprenderam anteriormente. O filho do Dr. José Francisco Diogo fez mau exame escrito e oral. É preciso que o professor de Retórica ⁶⁰⁵ cuide mais de ensinar-lhe a escrever português que não envergonhe a quem o lê.

8 de novembro de 1862 – Disse ao Abrantes que no despacho passado hesitava a respeito da licença para o ex-1^o vice-presidente publicar sua defesa por causa de conter um aviso reservado do ministro do Império, que aliás não pode prejudicar ao governo, que da minha parte não havia a menor oposição à licença. O decreto da exoneração de Nunes Gonçalves foi a pedido sem mais nenhuma declaração, no aviso de remessa é que Abrantes, disse que o governo não dispensava seus serviços na atualidade. Fernandes Torres chegando a Mariana e sabendo da nomeação de Vasconcelos, ofendido talvez por não ser escolhido para presidente, oficiou a Mota Teixeira que por poucos dias era melhor que era ficasse presidindo à província.

Abrantes trouxe as atas da eleição de senador de Mato Grosso, porém a falta de Poconé, e não é a remessa oficial; portanto ele disse que julgava como eu que se devia esperar para que houvesse toda a irregularidade.

Abrantes trouxe os papéis relativos à ópera lírica e ficou de ordenar aos nossos agentes na Europa que declarem que o governo não garante de nenhuma forma os contratos que se fizerem. Eu propus, que, no caso do contrato feito pelo governo e que eu não vi, por não ter aprovado o destino das loterias e deixar tudo ao Olinda, que insistiu por tal resolução o permitir se exigisse nos contratos dos artistas a declaração de que o governo não os garante e não pagando o produto das loterias caso não se faça aquela declaração.

O Abrantes propôs que se mandasse uma missão especial a Buenos Aires para se tratar do pagamento do que nos devem, e disse que Nicolau Tolentino seria próprio para tal missão. Eu observei que tal missão traria acréscimo avultado

de despesa e que não esperava bom êxito dela. Além disto o Abrantes não estava exatamente informado até do cômputo das dívidas que contraiu Urquiza conosco por parte da Confederação Argentina. Ficou de estudar melhor a questão.

O nosso cônsul na Bélgica ⁶⁰⁶ quer publicar uma obra sobre colonização contendo suas correspondências sobre tal assunto, e assentou-se em que dependesse da aprovação do nosso ministro residente, Joaquim Tomás do Amaral tudo o que interessasse ao serviço público, manifestando eu a opinião de que nenhum empregado público pode sem licença do governo publicar qualquer coisa que entenda com o serviço público. Sinimbu disse que julgava só haver direito de demitir empregado se a publicação deste o exigisse, mas por fim pareceu não estar longe de concordar comigo.

Albuquerque disse que se ocupa da reforma da *[ilegível]* e que pretende demitir todos os que desabona em sua moralidade a comissão de exame depois de maior estudo proibindo contudo desde já a entrada da Alfândega aos despachantes que tem a comandita de contrabando, sendo o capataz um que tem sido expulso tornou a ser demitido.

Albuquerque acrescentou que talvez propusesse a deportação de estrangeiros contrabandistas como Romaguera ⁶⁰⁷, respondendo que não poria a menor dúvida à medida se o ministério a propusesse. Sinimbu observou que tais atos denotavam impotência de fazer respeitar a lei; mas que eu repliquei-lhe com o que se fizera a traficantes de escravos, que Sinimbu retorquiu ser caso muito diferente; mas todavia indica também, segundo refleti importância de fazer respeitar a lei.

Restitui a Lamare um ofício do 1º tenente Camilo Lellis ⁶⁰⁸ vice-diretor de Itapura que chama a essa colônia novo Senegal pelo lado da salubridade sendo muito difícil para um vapor a navegação fluvial. É datado de 20 de outubro. Sinimbu disse que tratava de mudar o chefe de polícia, por ser fraco e pouco diligente quando se assentasse numa presidência para ele, e de demitir os 2 delegados por falta de atividade e os 2 promotores, por causa do negócio do Getúlio ⁶⁰⁹, o qual depois de pronunciado esteve em casa de Ferreira Viana, tendo Guanabara ⁶¹⁰ por sua acusação combatido a classificação do crime e portanto concorrido para a absolvição de Getúlio.

O Abrantes ainda não trouxe os papéis precisos para resolver sobre os vencimentos do Capanema, dizendo que a demora era da secretaria, e comunicou que está cuidando duma casa para a Comissão Científica, e lembrei que podia Burlamaque com mais vantagem para o serviço ocupar essa casa alugada por conta do ministério do Império.

Albuquerque retirou-se antes de concluído o despacho, e depois da sua retirada. Sinimbu disse que o Albuquerque lhe declarara que não se oporia à proposta de Abílio Tavares para chefe de polícia de Pernambuco.

Sinimbu apresentou as condições para o serviço de Maxambos *[sic]* a vapor, e eu apenas refleti que empregando 2 locomotivas não precisava haver a reversão na Rua dos Ciganos ⁶¹¹ a qual ocuparia bastante espaço da rua, e que seria bom declarar no contrato que o governo não o afiança de nenhum modo, não se pagando a subvenção caso não haja nos contratos tal ressalva. O Albuquerque deseja que o Tolentino, por falta de energia, saia do seu lugar, e lembra por ora em conversa com o Antão ⁶¹² para inspetor da Alfândega, o que logo aprovei.

O Abrantes tornou com a questão da extradição de súditos de 3ª potência pedida pelo Brasil ou pelo Estado Oriental, e eu disse como entendia o artigo do tratado de extradição; isto é, literalmente, e impugnando-me Abrantes e Sinimbu eu rematei que era preciso ou pelo menos conveniente novo ajuste com o Estado Oriental sobre o modo de execução do tratado ⁶¹³. Quando se tratou dos negócios da Alfândega da Corte o Polidoro apontou Antônio Eulálio como gozando da fama de ser cúmplice de contrabandos, e o Castro.

Reclamei a respeito das instruções dadas pelo Sinimbu aos engenheiros sobre observações meteorológicas porque a falta de junção e antes das palavras do higrômetro dá a entender que os outros instrumentos devem ter graduação métrica do higrômetro. Além disto, refleti que teria sido necessário indicar qual o instrumento – pois que há diversos, sendo o melhor o psicrômetro – que devia medir a umidade atmosférica cuja observação foi o que unicamente lembrei quando o Sinimbu me deu as instruções, trabalho de Cândido Batista, para ver. Fiz esta reclamação porque haviam de saber que eu fizera a referida observação, e não queria que se repetisse o que se disse por ocasião da exposição, para cujo catálogo lembrei o Amianto, e que não sei quem classificou entre os sais, segundo me consta sucedeu numa lista não impressa felizmente.

O Sinimbu disse que tencionava propor para um dos lugares de promotor o filho do Eustáquio, secretário da província do Rio Grande do Sul.

9 de novembro de 1862 – O Frederico Carneiro de Campos ⁶¹⁴ trouxe-me uma resenha de seus serviços e pediu-me que o protegesse na promoção. Respondi que não compreendia senão justiça, e ele então acrescentou que pedia justiça.

Assisti a uma experiência de domar cavalos pelo Luís Jácome, filho de Baltasar Jácome de Abreu. Escolhi um cavalo russo pedrês que me pareceu mais xucro ⁶¹⁵ dentre os que vieram de Sta. Cruz e já lhe tinham sido entregues desde o dia 25 do passado, ainda que Fernando Dias Paes Leme ⁶¹⁶ assevera que Jácome não tocara nos animais, e só por meio da vista, som do chicote, movimentos, pancadas, e mimos deste e da mão em 1 hora punha o cabresto no cavalo, e em hora e meia montava-o com freio sem barbela e selim, e levantava-lhe as mãos e os pés. O cavalo ainda não tem 3 anos, e disse que levava tanto tempo por causa da bulha sobretudo de outros animais ao princípio. Segundo lhe ouvi não é mais preciso senão conservar o cavalo na estrebaria por não voltar ao antigo estado acabando de ensiná-lo pelos mesmos meios. Disse que já tem posto a cabresto a animais xucros em $\frac{1}{4}$ de hora não havendo causas que perturbem a sua ação. O cavalo foi logo depois montado por um moço da estrebaria. É uma bela vitória da inteligência humana.

À tarde fui à sessão aniversária da instalação da congregação beneficente de Sta. Teresa na Câmara Municipal.

10 de novembro de 1862 – Logo que li os jornais escrevi ao Abrantes sobre o atentado contra a soberania nacional praticado pelos vapores peruanos realizando-se assim o que eu receava e me fazia instar com os ministros da Marinha para cuidarem de ter uma força naval no Pará ⁶¹⁷. Abrantes veio antes de receber a minha carta e já me tinha prevenido quando à ida de vapores de guerra para o Pará. Falou-me a respeito das nomeações para o Instituto da Agricultura, comunicando-me que assentara com o Sinimbu em propor Otaviano por ser mais moderado que Saldanha Marinho ⁶¹⁸, que aliás ele Abrantes, reconhecia mais capaz de fazer alguma coisa, para contentar a imprensa.

Parti para o Colégio de Pedro 2º (Externato) e Abrantes ficou de levar lá os decretos. Já o encontrei no colégio e segundo o que pensei durante o caminho ponderei-lhe que Saldanha Marinho, que se mostrara tão favorável ao Instituto de Agricultura se ofenderia de seu esquecimento e nomeação de Otaviano, e que portanto me parecia melhor nomear Otaviano, Saldanha Marinho e Adet ⁶¹⁹. Abrantes concordou em preferir a nomeação dos três a seu esquecimento, e eu dei-lhe a escolher dentre os que me parecia que menos serviços prestariam no Conselho Fiscal, 2 que seriam substituídos por Saldanha Marinho, e Adet. Ficou de mandar lavar estes dois decretos, e fui para os exames de Grego. Os orais correram melhor que os de latim, distinguindo-se sobre todos o Mayrinck e respondendo pior de todos Eduardo Pereira Rego, o filho de Je. Fco. Diogo lhe foi superior. Ainda mais senti a necessidade das gramáticas serem organizadas pelas mesmas doutrinas na parte comum.

À tarde estive com o Lamare. Veio propor-me a partida de Belmonte e Beberibe ficando a Amazonas, que parece os colegas queriam que fosse; porque entende deve permanecer aqui às ordens pois tem capacidade para conduzir um corpo militar para qualquer parte. Deve segui-los de Pernambuco a Parnaíba, e propôs o Pereira Pinto ⁶²⁰ para comandá-los. Eu disse o que pensava sobre este oficial agora de pouco préstimo militar, segundo minha opinião, e lembrei-lhe que fosse algum que nos deixasse a ambos tranqüilos. Ele propôs logo o Parker ⁶²¹ que me parece excelente escolha, mesmo pela sua patente. O comando da estação conforme propôs o Lamare, e pareceu-me justo, fica preenchido interinamente. Lembrei que fossem imperiais marinheiros em maior número que a lotação dos navios.

Tive sessão do Instituto Agrícola e aí soube que o Sinimbu preferiu, por causa de Adet, que disse nada representar por si, que nenhum dos redatores fosse escolhido para o Conselho Fiscal, tendo metido na lista o Aljezur ⁶²², que por observação minha, foi substituído por José Duarte Galvão, que alguma coisa pode fazer por sua atividade. Nada houve na sessão de notável. Eu e a maioria da diretoria opusemo-nos à planta no valor de 15 contos para casa de trabalhadores, e o Burlamaque ficou de apresentar na próxima sessão da Assembléia Geral que deve ser a 26 um plano mais modesto. Cuida-se da aquisição de diretor, e por ora nomear-se-á um feito para cuidar da derrubada, e fazer as plantações necessárias para o terreno limpo não se cobrir de mato.

O Abrantes explicou ao Werneck ⁶²³ o motivo porque passa para o Conselho Fiscal, que é o de não poder comparecer assiduamente, sem sacrificio às sessões da diretoria. O Werneck e o Barbacena lembrou cada um homem inteligente e prático para o lugar de feitor, e o Mauá outro que serviria, segundo ele diz, com vantagens sob a direção do homem que se porá à testa da fazenda-escola. O Mauá lembrou a necessidade da encomenda de instrumentos; mas eu observei que só a prática indicará os precisos e que por ora só deveriam vir os já experimentados com vantagem. Já se falava em destacar por meio de máquinas e todavia Barbacena e Mauá disseram que os ferros das máquinas que usaram se partiram; é verdade que de aço americano. Mauá tem empregado para destacar correntes de ferros puxadas por bois, e Burlamaque preconiza as minas de pólvora em alguns troncos.

Também se assentou em ir transplantando as plantas do Jardim Botânico a principiar pelas baunilhas, e diminuir o número de 30 trabalhadores que se empregaram na derrubada. O feitor vence 133\$333 por mês, o que não julgo barato embora digam que por menos de 100\$000 não se acha um bom feitor.

Vi as diversas substâncias extraídas em Viena de palha de milho. O papel é muito bom, e o pano ótimo para sacas. A substância farinácea própria para sustento de animais estava com bolor, e parecia sabão pardo.

11 de novembro de 1862 - Fui assistir a exame na Escola de Marinha. A bulha não me deixou ouvir do meu lugar a maior parte do que disseram os examinandos de 3º ano, José Cândido Guillobel não respondeu mal na primeira parte; mas na 2ª mostrou que pouco sabia de Cosmografia. Luís Filipe Saldanha da Gama do 2º é vivo; porém muito presunçoso ao menos de moço bonito. O melhor foi o do 1º ano, Francisco Eutaquiano da Costa Penha. Ainda é muito moço. Na pedra atrapalhou-se um pouco; mas a prova escrita que me mostraram agradou-me; promete, e parece modesto. Vi de passagem os desenhos que eram medíocres e não me demorei mais porque esperava o Abrantes com as instruções para o Parker. Achei-o na Escola de Marinha e disse-me que achou o projeto de instruções muito belicoso e que pensando mais durante a noite julgava dever modificá-lo não podendo partir os vapores senão amanhã. Respondi que havia tempo para partirem hoje, e Abrantes foi para a audiência, para onde saiu também Lamare, a quem dispensei de acompanhar-me na Escola.

À tarde vieram Lamare e Abrantes. Li as instruções e observei que era mais prudente não dizer terminantemente que o tratado com o Peru tratava dos navios de guerra, e que para o Parker fazer alguma coisa deveria seguir até Tabatinga os vapores peruanos e se tivessem já entrado em águas do Peru, continuar num vapor até a principal povoação e pedir uma satisfação do governo do Peru como se atribuisse o procedimento dos vapores peruanos somente a seus comandantes, marcando um prazo da necessária duração, findo o qual deve ter ido da cidade de Belém receber a satisfação, retendo entretanto os novos vapores peruanos, que se aguardam, como penhor da satisfação. As instruções ordenavam que os vapores se retirassem para Belém caso os peruanos estivessem em águas dessa República, e aos novos vapores apenas advertissem de modo cortês do que lhes cumpria fazer e os outros desprezaram. Abrantes anuiu às minhas reflexões, e eu recomendei-lhe que antes de expedir as instruções ouvisse a seus colegas sobre as alterações que eu propusera, e que esta noite mesma partissem os vapores. Cada um leva 20 praças de desembarque além dos da lotação e Parker tem autorização para tirar de 2 de Julho as que sejam precisas. Lamare vai contratar carvão para abastecimento dos vapores no Pará. Parker veio despedir-se e eu disse-lhe que não precisava recomendar-lhe que fizesse seu dever. Foram ordens para o presidente de Pernambuco mandar infantaria e artilharia e o do Maranhão infantaria à requisição do presidente do Pará ⁶²⁴, devendo levar cartuchame embalado. As praças dos vapores levam armas à Minié.

12 de novembro de 1862 – Em despacho ficou assentado que se desse a cada chefe de seção da Comissão Científica 200\$000 por mês além dos vencimentos de seus empregos. O Abrantes disse que o Museu poderia servir para os trabalhos e que o examinaria com alguns membros da comissão, segundo lhe recomendei. Fernandes Torres escreveu a Abrantes dizendo que ao constar-lhe que o novo não podia seguir logo se resolver a tomar posse do governo ⁶²⁵. O Albuquerque tratou das medidas que reclamava a Alfândega, e deu-me para ler por inteiro o relatório da comissão de inquérito e uma lista de demissões de empregados e proibições da entrada de despachantes. O José Dias da Cruz é um dos demitidos e eu disse que desejava ser informado cabalmente de seu procedimento para que se me convencesse de sua prevaricação riscá-lo da lista de meus criados e caso ficasse só em dúvida não o chamar mais a serviço ⁶²⁶. Albuquerque respondeu-me apenas que tinha colhido más informações a respeito de José Dias. Falando-se de Antônio Eulálio ⁶²⁷, que é chamado ao Tesouro o Polidoro disse-me que não o acusava de prevaricador mas de fraco contra os prevaricadores. Albuquerque diz que o Emídio da Câmara ⁶²⁸ é mal conceituado, e por isso propõe sua demissão, e no despacho passado já tinha falado na necessidade de remover Nicolau Tolentino da Alfândega por um modo honroso dando-lhe alguma presidência. Hoje lembrou o Estêvão da Cruz para o lugar de Antônio Eulálio o que me pareceu não agradar ao Sinimbu, dizendo eu que o achava muito idôneo para o lugar, e no despacho passado lembrara o Antão para o lugar de Nicolau Tolentino. Disse que desejava propor as cartas de Conselho para o Galvão e Ottoni; mas que não sabia se este aceitaria ⁶²⁹. Eu declarei que aprovava muito a idéia; mas que não queria expor a graça a uma recusa da parte do Ottoni por causa do receio que ele teria de que pudessem lançar-lhe em rosto seus adversário com ofensa de seu orgulho que tanto o domina. Disse mais que sou o primeiro a reconhecer as boas qualidades do Ottoni julgando-o por seu caráter capaz de levar avante empresas de importância para o país, e que apenas não concordava com suas reformas constitucionais, que já foram causa do

Cristiano não entrar para o ministério; do que ele se desculpou pessoalmente com a urbanidade e deferência que sempre me tem mostrado. Fiquei de restituir os papéis relativos à Alfândega no despacho próximo.

Restitui ao Sinimbu um ofício com documentos do presidente das Alagoas ⁶³⁰ justificando a nomeação do subdelegado de Maceió e do inspetor da casa do algodão. O subdelegado vai servindo com atividade, e o crime de que eu o perdoei foi muito pouco importante; mas o segundo teve um processo de bancarrota culposa, e apesar de absolvido na Relação, posto que contra o voto do D. Francisco e Silva Gomes ⁶³¹, não era o que deveria ser preferido para o emprego.

Disse ao ministro da Guerra que se os escravos de Sta. Cruz como praças não tinham prestado serviços dignos de atenção, os mandasse entregar, e que eu já dera ordem para eles não serem castigados pela fuga.

Sinimbu comunicou uma participação do colono Borowski da qual consta que pelo seu processo, que cumpre examinar se é invenção dele, conservou toda a colheita de grãos do ano de 1860 que supriu a falta da do ano passado. Pede um prêmio para descobrir o processo.

Esqueci-me dizer que o Albuquerque lembrara a necessidade de cassar o exequatur ⁶³² do cônsul do Peru a José Romaguera ⁶³³ como contrabandista. Abrantes prevenindo as minhas observações disse que a medida era inconveniente por causa do sucesso dos vapores peruanos, e que depois da publicação do relatório de inquérito se poderia tomar. Falei no mesmo sentido.

13 de novembro de 1862 – Esteve cá o Olinda. Ainda o acho bem incomodado. Falamos do Maranguape. Ele entende que se deve nomear outro ministro; porém receia causar desgosto, e não sabe como resolver a questão do Conselho de Estado, visto Maranguape não poder servir na seção que lhe pertence. Eu referi-lhe o que dissera aos ministros sobre isto, e que não tendo pressa fizesse ele Olinda o que julgasse melhor. Disse-me Olinda que o novo ministro deve trazer força ao ministério e lembrou o Abaeté receando que ele não aceitasse, e confessando que Abaeté parece pender para um lado. Eu lembrei de novo qual o pensamento da organização do ministério, e por isso falei dos boatos de dissolução que se espalhavam como partindo de ministros. Acrescentei que nada receio desta medida levada a efeito por ministério imparcial e que faça respeitar a lei com energia na votação para que os vencidos não aleguem coação. Olinda respondeu que não se podiam impedir boatos fundados em plausíveis conjeturas, e que seria impossível evitar a alegação de coação por parte dos vencidos na eleição; ao que repliquei não ter essa alegação importância se o procedimento da autoridade for como exige o dever. Falei no pendor do Sinimbu para a gente ligueira e liberal, com quem convive – citando algumas nomeações, das quais a recondução do juiz municipal Aurélio em Minas contra o qual o Olinda também teve muito más informações lhe causou reparos – desejando talvez por isso ainda mais alargar a pasta da justiça, assim como da mesma queda; porém mais disfarçada do Abrantes, sendo igual a do Lamare e contrária a do Polidoro, parecendo-me imparcial o Albuquerque, que apenas tivera algumas dúvidas com Sinimbu por causa de nomeações.

Recordei ao Olinda os apontamentos meus que tem em seu poder. Olinda ocupa-se com o regulamento para execução da lei dos casamentos; mas com uma hora deste trabalho sentiu-se muito fatigado. Disse que por ora pouco pode fazer e reassume a pasta porque seus colegas desejam que ele assista às conferências e despachos.

O capitão de mar e guerra Vale assim como ontem o Lima Campos, que me trouxe sua representação impressa vieram pedir ser contemplados na promoção ⁶³⁴.

14 de novembro de 1862 – Esteve cá Vasconcelos que parte na semana próxima para Minas. Recomendei-lhe as estradas, e a comunicação da de Pedro 2º com o rio de São Francisco. Respondeu que desde sua anterior presidência se ocupa de comunicações com o rio de São Francisco e que aproveitaria as habilitações de Mr. Liais ⁶³⁵. Disse-lhe que a respeito da política se entendesse com o ministério, e que ele pessoalmente sabia meu modo de pensar, nada tendo que lhe ordenar e tudo que esperar de sua presidência.

Assisti ao exame de literatura portuguesa do 7º ano no externato de Pedro 2º. O Mayrinck continua a conservar o mesmo lugar em relação das provas; mas a escrita que me pareceu hoje melhor foi a do Hermano que também fez boa prova oral. Notei, e fi-lo notar ao Eusébio ⁶³⁶, que os estudantes durante a prova escrita tinham sobre as mesas exemplares do compêndio de literatura porque estudam e de que um (Álvares de Azevedo) copiou, se bem me lembro do compêndio, extensas passagens.

Procurou-me o ex-chefe de polícia de Minas Ludgero ⁶³⁷. Disse-lhe que não julgava que tivesse sido reator e que sua exoneração fora motivada pela nomeação de novo presidente que desejou levar chefe de polícia de sua confiança; mas que talvez algumas demissões e nomeações não fossem justas como a do delegado Pereira de Itajubá que foi má atento o

procedimento criminoso de Pereira durante a eleição geral, o que lhe motivou a demissão na presidência de Vicente Pires da Mota.

15 de novembro de 1862 – Abrantes trouxe uma representação do cônego Caetano Pinheiro contra a decisão a respeito de seu compêndio de literatura. Alega que só com ele é que há tal procedimento e que gastou com a edição do compêndio 2:800\$000. Abrantes mostrava-se favorável, mas eu insisti na primeira decisão, e que só tinha direito ao que houvesse gasto com a edição que não podia ser tanto como dizia, e que a respeito do compêndio do Vilela Tavares ⁶³⁸, julgava que não se dera o prêmio senão depois das correções; mas que o Olinda podia informar melhor. Abrantes disse-lhe que parecia haver acomodação para os trabalhos da comissão científica numa sala por baixo de outra da secretaria do Império, e que mandaria melhorar o local já destinado no Museu para Capanema. Eu tornei a lembrar a conveniência que trabalhassem no Museu, e recomendei ao Abrantes que depois de amanhã quando fosse examinar as diversas localidades levasse consigo chefes das seções da comissão científica e sobretudo o Dr. Freire (tio).

Restitui o relatório da comissão de inquérito da Alfândega e a lista dos demitidos etc. Mostrei que depois do que dizia a comissão não se podia dar uma presidência a Tolentino, e que para não o confundir com os prevaricadores, como era justo, se lhe insinuasse que pedisse sua demissão. Mostrei quais os que suspeitos pelo relatório não estavam na lista que na sua grande maioria compunha-se de indivíduos não comprometidos pelo relatório inclinando-me ao voto do Galvão. Albuquerque apresentou um papel resultado de informações de Sampaio Viana ⁶³⁹ que desabona muito José Dias da Cruz Lima como prevaricador acusando de receber dinheiro por despachos e de ser desprezado por todos na Alfândega. Polidoro e Sinimbu observaram que Sampaio Viana é rancoroso, concorrendo talvez para a informação o ter sido José Dias despachado por Sousa Franco ⁶⁴⁰; mas Albuquerque defendeu Sampaio Viana e eu disse que propusesse o que entendesse para que se ele fosse aposentado como agora parecia Albuquerque querer não se dissesse que influíra para isso ser José Dias criado da Casa. Polidoro mostrou-se contrário a que se procedesse contra aqueles que não fossem suspeitos pelo relatório de inquérito. Sinimbu parece inclinar-se a esta opinião assim como Lamare e tendo aquele lembrado que devia ser ouvido o marquês de Olinda, eu observei que já o recomendara no despacho passado convindo todavia que se não demorasse muito a medida. Albuquerque mostrou-se muito incomodado e disse que com o adiamento nada se faria e que Olinda às vezes não quer ouvir; o que me obrigou a dizer para não ir adiante que me parecia achar-se ele prevenido contra o Olinda, que não embaraçaria uma medida justa.

O Polidoro trouxe a lista dos coronéis nas condições de serem promovidos a brigadeiros. Dentre os graduados propus Sepúlveda Everard ⁶⁴¹. Eu e os ministros das Obras Públicas e da Marinha achamos má a proposta por causa das acusações que se fizeram à probidade de Sepúlveda, e eu acrescentarei que a não descer muito na lista para escolher um oficial capaz de comandar como Fontes ou Damaso dos Reis ⁶⁴², não incluindo Luís José Ferreira por seu mau procedimento eu escolheria o Frederico Carneiro de Campos. Polidoro mostrou-se bastante contrário e disse que muitos se empenhavam pelo Frederico tendo até recebido uma carta do marquês de Olinda mas que ele nunca fora militar, e que a não ser nenhum dos graduados antes fosse que Frederico o César de Miranda. Por fim conformei-me com que fosse o mais antigo só digno da escolha pelos serviços antigos que mais não prestará; mas que não se achava no caso do Sepúlveda que o Polidoro defendeu da acusação quanto à obra do picadeiro por cuja verba se fizeram muitos outros sendo por isso desproporcionada a despesa, mas não do que se disse dele no Rio Grande e lembrou o Sinimbu. Foi proposto o Caxias para marechal do exército graduado, e eu logo anuí achando que o merece.

Entreguei ao Lamare o projeto de decreto a respeito das estações, e notei a demasiada extensão da do Sul, que assim foi proposta para não haver preferência entre Bahia e Pernambuco quanto à do centro, assentando-se em que se reunissem as duas províncias sem que se designasse nenhuma para centro, e lembrei a conveniência de não deixar ao arbítrio dos comandantes de estação preferirem os cruzeiros ou a viagem de instrução durante o ano. O Sinimbu propôs Antônio Gonçalves Martins ⁶⁴³ embora ache o Dória ⁶⁴⁴ que eu preferia mais digno da escolha em absoluto, por isso que o outro não é acusado senão de fraco, passando a vara desde que o processo o pode comprometer, ainda que como eu disse me constara já alguma coisa em desabono de sua probidade o que Sinimbu atribui a calúnias que assacaram ao barão de S. Lourenço e refluíram sobre o irmão, e é mais antigo do que o Dória. Eu ainda observei que a lista é para escolher o mais digno em absoluto, e que ele também propusera como o Polidoro. Propôs a demissão dos promotores não precisando verdadeiras acusações senão contra Ferreira Viana, e só dizendo do Guanabara que trabalhava no mesmo escritório e servira de escárnio no júri acusando o Getúlio. Notei esta diferença apenas; porque reconheço no Sinimbu fundo de justiça, e ele propôs para substituir os promotores o Melo Matos ⁶⁴⁵ e Aristides da Silveira Lobo contra o qual nada me

consta, pelo contrário, mas há de dar lugar a falsas interpretações do verdadeiro motivo das demissões. Também o Guanabara é acusado de reter o processo do Silva Pinto até se decidir o de contrabando contra Masset não tendo eu opinião ainda bem formada sobre a legalidade do procedimento que tem havido atendo o que publicaram os jornais. Propôs para major de permanentes o que foi nomeado; porque o comandante informa muito mal assim como o Polidoro do capitão Cesarino *[sic]*, que diz Polidoro fora culpado de não ser o preso o Luís Botafogo e além de mau oficial é péssimo pai de família.

O Lamare disse que cuidava da praticagem da barra do Rio Doce.

16 de novembro de 1862 – Ao meio dia estava na primitiva catedral no Castelo. Começaram a remover a lápide da sepultura de Estácio ⁶⁴⁶. Esperava encontrar qualquer receptáculo só terra e logo que esta foi cavada apareceram ossos não muito antigos de adulto, e de criança, talvez menina. Não desanimei, e cavando-se até 5 palmos e 2 polegadas a encontrar o chão duro, e no comprimento de 11 palmos, e largura maiores que as dimensões da lápide acharam-se ossos colocados juntos, de consistência de massa para papelão, alguns e outros que se desfaziam ao contato de diversas partes do corpo que devia ser de estatura mais de mediana de homem quase com toda a certeza possuindo uma bela testa de arcadas superciliares eminentes não mostrando o crânio suturas o que parece contradizer a existência da mandíbula superior com todas as raízes dos dentes menos do siso que ainda não havia nascido. O Dr. Fontes lente de anatomia da Escola de Medicina do Rio ⁶⁴⁷ que ia tirando com todo o cuidado e examinando os ossos disse que eram de indivíduo de menos de 40 anos e de faces pequenas. O que diz o Jornal do Comércio é exato, menos do tempo que durou a exumação. Aconselhei que pusessem os ossos dentro duma urna no mesmo lugar debaixo da lápide. Veremos o que dizem o Dr. Fontes e Dr. Ferreira de Abreu lente de medicina legal da mesma Escola ⁶⁴⁸ sobre tudo o que se puder colher do exame dos ossos. Recomendei que guardassem uma porção da terra que envolvia tanto os ossos de cima, que também serão examinados como os da camada inferior.

17 de novembro de 1862 – Fui assistir ao exames do 7º ano no externato do Colégio de Pedro 2º. Os que se distinguiram no exame de História do Brasil, tanto escrito como oral, foram Álvares de Azevedo, e o Hermano. O Frederico Rego mostrou feliz memória. Acharam-se alguns com compêndios que se lhe tiraram antes da prova escrita.

O João Carneiro do Amaral ⁶⁴⁹ veio falar-me sobre o despacho que pretende o Abrantes propor-me do diretor geral da secretaria Azambuja para ministro plenipotenciário no Peru ⁶⁵⁰, e disse que se for despachado, como é de crer o oficial de gabinete para diretor geral, o irmão dele Joaquim Tomás do Amaral ⁶⁵¹ que o Taques já quisera despachar para esse lugar trocando o Azambuja pelo da Bélgica seria prejudicado, mostrando-me a carta que Taques escrevera em 2ª via e este por pedido dele lhe mandaria. Parecia receoso de falar-me num negócio que ele soubera somente por ser oficial de gabinete de Taques, e eu apenas lhe respondi que veria, não acrescentando que tinha conhecimento pelo próprio Taques da carta que este escrevera a Joaquim Tomás do Amaral e que o João Carneiro mostrava escrúpulo em ma mostrar; porque não sei ainda bem porque Amaral veio falar-me.

18 de novembro de 1862 - Nada de importante.

19 de novembro de 1862 – Olinda veio ao despacho. Fiquei de examinar o método de leitura do Castilhos do Campo Grande ⁶⁵², antes de resolver a respeito do prêmio.

O Olinda propôs a demissão dos presidentes da Paraíba, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, não o fazendo ainda a respeito dos do Paraná e Rio Grande do Norte por ainda não ter formado sua opinião ⁶⁵³. Como se alegou contra o presidente da Paraíba a influência do secretário eu disse que não aprovando mudanças de presidentes senão quando sejam absolutamente necessárias era melhor demitir o secretário ordenando ao presidente que proponha Olinda as queixas que se têm publicado, e a que não responderam em defesa do presidente, e eu objetei que às acusações eu tinha lido defesa em reposta, e que era preciso ver de que grupo partia a oposição. Abrantes disse que o presidente era governado pelo inspetor da Tesouraria ⁶⁵⁴, a que eu respondi que me custava a crer atenta a inteligência do acusado, e queixando-se Albuquerque do presidente ser gastador e não cuidar das colônias eu perguntei o que havia ao Sinimbu e este deu uma resposta evasiva. Quanto ao do Rio Grande alegaram a questão com o chefe de polícia, o secretário, e o comandante das armas, e Abrantes fala de atividade na diligencia *[sic]* motivada pelo naufrágio do Prince of Wales, lembrando Sinimbu a nomeação do Saião ⁶⁵⁵ para chefe de polícia interino e o apoio que lhe presta o grupo de Félix da

Cunha e Saião na Assembléia Provincial. Eu defendi o presidente, de quem formo excelente conceito, e disse que se atendessem a seu caráter concentrado e procurassem com confiança em sua retidão entender-se com ele provavelmente evitar-se-iam as desavenças, que não me pareciam razão bastante como o resto para a demissão; porém que se o ministério insistisse por esta como pelas outras eu nada mais diria pelo mesmo motivo que guiou meu procedimento nas demissões anteriores. Recordei ainda qual o pensamento que me dirigiu na escolha dos ministros, e eles ficaram de refletir sobre o que eu ponderei. Também disse que não tinha tido tempo de examinar os atos do presidente do Rio Grande do Sul de que fala o Diário; mas que pensava que era uma questão de direito o presidente como magistrado inteligente teria procedido regularmente. O Olinda propôs o chefe de polícia da Corte para presidente do Espírito Santo, e eu disse que não me opunha caso fosse demitido o atual, e que a dificuldade seria a escolha do substituto do chefe de polícia da Corte. Sinimbu disse que proporia o Espiridião de Barros Pimentel ⁶⁵⁶ ao que se opôs logo o Polidoro dizendo que devia ser um magistrado inteiramente imparcial aludindo às passadas eleições. Eu observei que Barros Pimentel tinha prestado bons serviços evitando conflitos; mas que talvez fosse além do necessário para que não corresse sangue e por isso entendia que era prudente escolher algum que não causasse suspeitas a nenhum dos lados devendo a autoridade durante as eleições fazer tudo o que as leis ordenam para que os mais ousados não privem os outros do exercício do direito de votar. Sinimbu respondeu que o novo ministro da Justiça proporia quem julgasse apto para o lugar. O Olinda falou do Liberato de Matos, e não percebendo eu que era para alguma presidência, que poderia bem preencher como depois declarei, opus-me dizendo que o Matos não tem a energia precisa para uma crise. Assentou-se em que Pedro Leitão da Cunha fosse presidente para Sta. Catarina, e o Sinval que foi secretário no Ceará para Amazonas ⁶⁵⁷. Em lugar do Assis Rocha foi proposto o Nunes Gonçalves, e aprovei-o de preferência a Araújo Ribeiro, em cujo nome se falou; por me parecer este fraco de caráter embora dotado de excelentes qualidades ⁶⁵⁸. Abrantes por lembrança de Lamare propôs uma atenção nas instruções dadas ao Parker para que deixasse seguir os navios peruanos que se esperam caso o almirante dê satisfações pedidas que disse Abrantes deverem ser uma salva à bandeira brasileira e o pagamento das multas. Eu disse que me inclinava a esse alvitre se se declarasse logo que não se retirava o pedido de satisfação, a qual se deverá declarar precisamente qual é, feito ao governo do Peru, enquanto este não aprovasse inteiramente a satisfação dada pelo almirante; mas que ainda queria pensar pois é preciso não confiar na boa fé de nossos vizinhos que devemos aliás tratar com toda a lisura. Ficou adiada a partida de vapor para o Norte até se assentar no que cumpre fazer. Albuquerque disse que tinham convindo em proceder somente a respeito daqueles que se acham comprometidos pelo inquérito, e antes do despacho referiu-me que o Olinda só pusera dúvidas quanto ao conferente Figueiredo ⁶⁵⁹, mostrando em despacho um papel escrito pelo Olinda – este já se tinha retirado – onde se apresentam dúvidas. Eu disse ao Albuquerque ser preciso decidir este negócio quanto antes, e que mandasse os decretos logo que estivessem lavrados. Albuquerque referiu que Ottoni mostrara não querer o despacho de conselheiro e que insinuara ter eu proximamente ocasião de atendê-lo ⁶⁶⁰. Eu respondi que a não ser despachado Ottoni não o devera ser Galvão, e anuí a que ambos fossem louvados em aviso de ministro, acrescentando que nas ocasiões a que aludira Ottoni eu jamais me deixava influir por interesses de qualquer partido como o tem mostrado meu procedimento. O Polidoro deu parte de que o deputado Brandão ⁶⁶¹ vai interessando a tropa na política, e que providenciaria a tal respeito.

20 de novembro de 1862 – Estive examinando a promoção com o Polidoro. As propostas têm me parecido quase todas as justas *[sic]*, embora não me cingisse em tanto à antigüidade como o ministro quando a promoção é por merecimento. Polidoro confessa que propusera por favor o Telo Barreto desatendo ao que será promovido em melhores circunstâncias. Propôs José Martini para major como bom militar, e mesmo porque Artur Henriques representara contra ele por causa de idéias políticas. Queria mandá-lo para a Bahia; mas eu lembrei que ele é filho de lá, e, portanto, mais prudente enviá-lo para outra província. Polidoro disse-me que o Olinda lhe dissera que já tratara de dispor o Maranguape para sua retirada do ministério; porém que parece reear o substituto que ele Polidoro proporia ser o Sapucaí de preferência a Paranaguá que é lembrado ⁶⁶². Polidoro recebeu cento e tantas cartas de empenho por causa da promoção. Disse-me que o Fontes não quer senão ser comandante das armas ou brigadeiro, e que demora-se na Corte; o que ele Polidoro não consentirá mais tempo, para não servir sob as ordens do Solidônio ⁶⁶³. Enquanto estava com Polidoro chega o Albuquerque. Traz os decretos, e diz que para chamar Antônio Eulálio e Luís Cipriano ⁶⁶⁴ a servirem no Tesouro era dar-lhes os vencimentos que percebem com menor trabalho, e por isso trazia decretos fazendo a troca do lugar do 1º com o inspetor da Alfândega de Pernambuco e do 2º com o do inspetor do Rio Grande do Sul. Eu incomodei-me com esta troca que disse dever produzir mau efeito quando fosse publicado o relatório da comissão, e acrescentei que ele confirmava o que dizia quando chamava aos empregados das secretarias – Meus Senhores – Ainda mais me custou não manifestar tudo o que então pensava

quando Albuquerque respondeu à minha pergunta porque não trouxera o decreto de demissão do Tolentino que este não quisera pedir a sua demissão, quando ele lhe disse a razão que levava o governo a desejar conceder-lhe demissão, desejando empregá-lo noutra comissão, e que se continuasse na Alfândega teria de ser rigoroso na execução do regulamento. A demissão de Tolentino era negócio assentado em despacho, e, portanto, disse-lhe que falasse a Tolentino com mais decisão e no caso se ele não pedir demissão mandasse decreto demitindo-o como com efeito o fez à tarde pelo filho que me disse que Tolentino insistira em não pedir demissão e o pai se afligia muito com estas coisas, sentindo eu que minhas palavras talvez um pouco impacientes pela falta de decisão do Albuquerque tão digno de estima o pudessem ter magoado. Polidoro disse-me que em despacho se opusera à proposta que desejava Sinimbu fazer de José Rodrigues de Moraes para comandante superior de Tacaratu por ser homem de partido – do Dr. Brandão – e ter mesmo entrado na rebelião de Pernambuco. Eu respondi que a outros mais comprometidos do que ele eu tinha perdoado e que embora Sinimbu já me dissesse que todas as autoridades abonavam o proposto eu seria de opinião que se procurasse algum homem que não seja comprometido nas intrigas de Tacaratu.

21 de novembro de 1862 – Vieram Norberto de Sousa e Silva e Antônio José de Araújo falar-me a respeito do teatro nacional. Eu lembrei-lhe o prazer [*sic*] que o ano passado tinha apresentado uma comissão e que a idéia que me parecia mais útil era a reunião dos melhores atores das 3 companhias dramáticas, e que aliás seria difícil. Declarei que me opunha a qualquer aumento de subvenção, e eles disseram que não a queriam; mas certos favores para os atores e o uso do Teatro Provisório. Prometi-lhes toda a animação e já há muito falo neste sentido aos ministros do Império.

Fui depois assistir aos exames de História Natural do 7º ano no externato do Colégio de Pedro 2º, e reconheci que os estudantes aproveitam muito com o professor Dr. Antônio Correia de Sá e Benevides, sendo estes e os de História do Brasil discípulos do Dr. Macedo ⁶⁶⁵ os que mostram em geral mais conhecimento da matéria. Falei ao Eusébio na reforma de algumas disposições disciplinares do regulamento do colégio e ele ficou de apresentar até [*sic*] fim do ano o trabalho em que já pensa desde fins do ano passado.

À tarde fui ao Instituto Histórico, e o que se resolveu a respeito dos ossos do Estácio de Sá foi por lembrança minha.

22 de novembro de 1862 – Escolhi o Paranhos, senador por Mato Grosso. Fi-lo porque é ele quem melhor conhece a província e lhe prestou serviços, preferindo o Pedreira se atendesse unicamente aos serviços em geral e às minhas afeições. Nenhuma antipatia tenho a Ottoni e desejaria que ele viesse na alguma [*sic*] lista de Minas para eu escolhê-lo. Creio que desta vez as folhas liberais pouco dirão pois não querem perturbar a tendência da política para o seu lado. O Sinimbu pareceu-me contrariado com a escolha.

O Olinda tornou a propor as demissões, e, em lugar do Nunes Gonçalves que não vai para o Rio Grande por não se dar a mulher bem com o frio, o Espiridião Elói de Barros Pimentel que logo aprovei parecendo-me ter sido lembrança do Sinimbu depois do que referi no último dia de despacho.

Chegaram notícias do Pará e à vista delas creio que se devem manter as instruções expedidas. Os ministros ficaram de conferenciar amanhã, e o Amazonas deve partir levando as ordens que se expedirem e para reforçar a esquadilha. Não o acompanha o Magé para não ficar este porto sem nenhum vapor de guerra.

O Abrantes depois de se haverem retirado o Olinda e o Albuquerque pediu-me que se houvesse um despacho na 4ª vindo ao sábado um dos ministros da pasta do que haja. Alegou as doenças de alguns ministros e que os antecessores já tinham feito isto. Eu respondi que o fizeram durante as câmaras e que só com um despacho de todos os ministros ficariam os negócios em atraso. Abrantes replicou que tudo se poderia tratar senão houvesse conversa, e eu retorqui que se o Albuquerque era o conversador, e que mesmo alguma conversa é necessária para nos entendermos bem.

Ao retirar-me ainda Abrantes sorrindo-se disse-me que não haveria atraso nos negócios o que pus em dúvida, pretendendo na primeira ocasião mostrar-lhe as vantagens de não se restringirem as ocasiões de eu tratar os negócios com todos os ministros de cujas opiniões ficarei mais ciente desejando também que conheçam as minhas, que aliás poderão às vezes mudar o sentido das resoluções contrariamente aos desejos de algum tempo. Há tempo que não me falavam nisto e tornaram agora depois do despacho passado. Hei de cada vez limitar-me mais e dizer somente o indispensável para que jamais tenham nem mesmo pretexto para se queixarem de que lhes tomo o tempo.

O Dr. Tomás ⁶⁶⁶ deu-me umas reflexões do diretor da Escola Normal da província, Filipe Alberto sobre o projeto que têm os Bentos de fundar uma escola normal, e eu disse-lhe que julgando que os conventos devem extinguir-se não posso

provocar semelhante criação. Tomás respondeu-me que não divulgando o meu modo de pensar apenas diria a Filipe Alberto que me deu o papel e eu lho restitui depois de lê-lo.

23 de novembro de 1862 – Como até de noite nenhum dos ministros viesse cá dizer-me o que tinham resolvido na conferência sobre os negócios do Pará ao Olinda que amanhã às 11 devo estar no externato; mas que se alguns dos ministros não pode vir dar-me notícias do resolvido antes da partida do vapor eu preveniria o Eusébio de que não podia ir ao externato e ficaria todo o dia em casa. Não sei porque não veio ninguém aqui; e se o vapor não pode sair hoje, é tempo muito precioso perdido, não tenho tido o Lamare razão para asseverar que o Amazonas podia partir à primeira ordem.

24 de novembro de 1862 – Antes das 9 veio o Abrantes e depois Lamare. O primeiro disse que não viera ontem de noite por causa da chuva, e eu observei que se não podia o Amazonas sair ontem não tinha havido inconveniente em só vir hoje. Lamare olhou para mim de modo a eu pensar que o Amazonas podia ter partido ontem.

O ministério propôs que se alterassem as anteriores instruções no sentido de se deixarem seguir os navios peruanos que se esperam caso o chefe que os deve acompanhar dê todas as satisfações ficando este de levar ao governo do Peru a declaração de que o brasileiro retire o pedido de satisfações, que não compreendem as multas contra as quais insistiu o Olinda de cujo acordo sou inteiramente como logo disse a Abrantes, na fé de que o governo do Peru aprove as satisfações dadas pelo chefe. Quando este as não desse, ficaria o presidente ao Pastaza *[sic]* no que é aprovado pelo governo, atendendo a que ele assim procedera por causa da irritação que se manifestara na população e fazia recear algum conflito. Eu observei que devia ficar bem claro a condição da aprovação do governo do Peru para que o brasileiro tenha retirado seu pedido de satisfação, e que era preciso rever o caso do governador de Loreto não querer enviar a seu governo a declaração, que me parecia dever ser levada por uma vapor brasileiro, se este pudesse ser dispensado e não pelo chefe peruano que se guarda. Abrantes replicou-me que o governador de Loreto não se podia recusar a mandar a declaração e depois todo o negócio seria com o governo do Peru. Eu retorqui que isto assim aconteceria num país em que imperasse a ordem; mas que, à vista da insistência dele ministro, anuída concordando Abrantes comigo em que, visto a possibilidade dos navios peruanos simularem uma saída, se declarasse ao presidente que de acordo com Parker detivesse ou deixasse sair os navios na hipótese figurada. O Lamare disse-me que havia a bordo dos navios que se reuniram no Peru 800 homens de desembarque e 30 peças de artilharia de 60 e 30. Os comandantes são bons e ele nada receia.

Depois fui aos exames de filosofia do 1º ano do Colégio de Pedro 2º no externato. O melhor foi o de Álvares de Azevedo, em geral sofríveis.

Observei ao Dr. Pacheco ⁶⁶⁷ que fazia às vezes de Eusébio que estava doente, que a argumentação entre os estudantes sobre o ponto seria mais proveitoso do que o sistema atual de provas, durando a escrita o tempo que quer o estudante dentro do que duram os exames, e estando alguns a ler o compêndio como também fizeram em outros exames enquanto não chega o tempo de fazerem o seu oral, que o Pacheco entende e com razão que seria melhor versasse sobre um único ponto.

25 de novembro de 1862 – Assisti a defesas de teses na Escola de Medicina. Nenhum dos defendentes brilhou e o último Moisés Rodrigues de Araújo Castro foi completamente batido; merece uma reprovação. Da parte de 2 opositores Torres Homem e Andrade não houve a arguição calma e sem tom ofensivo, que lhes cumpria ⁶⁶⁸. O substituto Gouveia também se assoma embora hoje declarasse que se queria moderar ⁶⁶⁹.

À tarde depois da audiência estive com o Lamare. Tratou da promoção. Propôs o Rafael Vale para chefe de divisão. Eu objetei que a atender às qualidades de marinheiro sem olhar à antiguidade eu preferiria a Mancebo ou Torres e Alvim; mas a não descer tanto havia Elzeario *[sic]* e Alcântara ⁶⁷⁰. Também lembrei o procedimento de Vale por ocasião da revolução de 48 em Pernambuco. Lamare respondeu-me que Vale era o que estava mais no caso de ser promovido, e que o que se lhe importaria em Pernambuco fora intriga de Joaquim Je Inácio, que sabe ser inimigo, por causa da comenda da Conceição dada ao Vale pela proteção prestada aos portugueses, e que Elzeario *[sic]*, sempre muito português, assim como Filgueiras ⁶⁷¹ também adotivo como os outros concorreram para a intriga. Informou muito mal da instrução do Elzeario e que disse que é estúpido, o que retirou quando eu repliquei que Elzeario é inteligente e respondeu muito bem a todas as perguntas que lhe fiz quando estive em Pernambuco. Referiu então que ele escreve muito errado e só há pouco principiara a traduzir francês não prescindindo do dicionário; contudo eu o vi falar inglês quando estive em Pernambuco e mostrou conhecimentos variados o que Lamare atribui a habilidade para impor. Enfim Lamare disse que eu escolhesse visto ter

sido Vale seu cunhado, e eu lhe designei Antônio Félix Correia de Melo ou Manuel Francisco Pereira ⁶⁷² mais antigos que o Vale preferindo ele o 1º ainda que lhe fizesse peso a minha observação de que o 2º foi indicado por todos os votos do Conselho Naval, e o 1º por todos menos 1. Vale foi proposto pelo Conselho como o mais digno, eu disse a Lamare que visto ser já Antônio Félix mais oficial de terra que de mar como Vale, e declarar que ele que a acusação contra Vale fora um calúnia propusesse-o se assim o entendesse, ficando ele de pensar trazendo-me o que houvesse sobre o procedimento do Vale em Pernambuco antes da promoção.

Lamare também hesitou na promoção dum 1º tenente a capitão-tenente por merecimento. O Conselho propõe em 1º lugar Vital de Oliveira; mas é o nº 35; mas também apresenta João Soares Pinto, [nº] 19 ⁶⁷³. Eu disse que preferia o 1º; mas que se quisesse atender à antiguidade também escolhesse o 2º que é muito digno. Ficou de pensar inclinando-se todavia ao Vital. Disse que a pretensão do Lima Campos ⁶⁷⁴, a quem ele desenganou, não é justa, e que o governo não pode deixar de promover por merecimento nem de preencher as vagas, caso haja oficiais nas condições das leis existentes. Lamare concorda com a última opinião. Referiu-me que Joaquim José Inácio espalha que ele lhe deixa lugar no Conselho Naval por ordem minha. Tenho notado mais duma vez indisposição de Lamare para com Joaquim José Inácio, bastante antilusitanismo.

Esta manhã estive cá Cipriano de Andrade para pedir licença de requerer sua reintegração na Alfândega ⁶⁷⁵. Respondi que o podia fazer que era seu direito; mas que o lugar para que fora despachado era de confiança e que julgava seu pedido escusado dependendo todavia do ministro. Alegou doença da mãe e que ia dirigir falta de prestígio uma repartição importante.

Esteve cá o juiz municipal da 1ª Vara ⁶⁷⁶ e expôs-me o que tem havido no processo Silva Pinto durante o qual ele diz que mostrará a maior moderação que aliás ele próprio confessa que está no seu caráter. Eu respondi-lhe que tenho lido tudo o que se publicou e que o juiz deve ter toda a liberdade no seu procedimento não dando por isso minha opinião sobre dever ele depois de lavrada a sentença defender-se pela imprensa de acusação falsa de ele ter asseverado que Silva Pinto seria pronunciado com toda a certeza.

26 de novembro de 1862 – O Olinda entende que basta declarar nos decretos de condecorações que estas são feitas por donativos aos estabelecimentos, etc., de que trata o decreto; mas eu discordo e comigo o Abrantes, tendo por fim o decreto declarando os estabelecimentos, etc., para os quais os donativos dão lugar a condecorações animar a que tais estabelecimentos, etc., recebam donativos.

O Capanema insiste por mais 200\$000 por mês, e eu disse ao Olinda que ouvisse o Abrantes sobre o que eu já se assentou [sic] entre mim e o ministério quando ele estivera doente. Lembrei que não estava ainda preenchido o lugar de inspetor das obras da Alfândega servido agora interinamente, como confirma o Albuquerque. Restitui as provas de concurso para professor de inglês de preparatórios do curso jurídico ⁶⁷⁷. As do preferido pelo diretor são as menos más, e isto deu lugar a que eu questionasse com o Olinda, que só anuiu a que se procedesse a novo concurso – será o 3º tendo já o proposto sido o menos mau da 1ª vez – porque as provas são para ele quase iguais – elas aí estão; julgue-as qualquer – e o preferido pelo diretor não é moralizado. Há muito empenho da parte dos Pais Barreto ⁶⁷⁸ a favor do 2º proposto, e eu disse que o havia sem mencionar a pessoa, declarando ao mesmo tempo que conhecia o pai do 2º proposto, o Dr. Sarmiento, de quem faço o melhor conceito. Também observei que há dúvidas sobre a nacionalidade do filho do Dr. Sarmiento, como consta da representação dum Caio César. O Olinda leu uma comunicação do bispo do Pará ⁶⁷⁹ sobre os vigários de Mocajuba e de Cameté que dá idéia do estado moral do nosso clero. O Olinda ficou de apoiar com toda a eficácia as medidas do bispo a quem escreveria sobre a necessidade de instaurar processo a esses vigários.

Abrantes propôs que se pusesse o Berquó ⁶⁸⁰ em disponibilidade e eu disse que meu procedimento era o mesmo que no caso do José Lúcio Correia sendo contudo muito diferentes os motivos de demissão dos dois, pois que o Berquó o fora por lhe faltar o dinheiro próprio e pedi-lo ao ministro, creio que da Rússia, em Atenas onde [tem] mais dívidas além dessa. Acrescentei que tinha muita pena do moço e jamais esqueceria os serviços prestados por seu pai ao meu; porém que não admitia compaixão oficial.

O Albuquerque desejava remover José da Costa Machado de inspetor da Alfândega da Paraíba por envolver-se; mas eu recordei tudo o que no Tesouro constava em seu abono e que não me constava que no periódico que dirige ou para que escreve injurie a autoridade ou prejudique o bom serviço do seu cargo. Albuquerque ficou de conservá-lo.

Propondo a comissão permanente do exame da Alfândega da Corte sob a presidência de Antônio Je. Henriques ⁶⁸¹ eu refleti que este é bom empregado mas nada descobriria, acrescentando Sinimbu, no que foi injusto, que até encobriria o que observasse.

O novo banco inglês propôs emprestar até 8 milhões de ££ a 92 e 4½ % de juro pagando-se o de 9 meses no fim do 1º semestre. Ainda não pensaram sobre a proposta. Notei que aparecesse o relatório de inquérito nas folhas diárias que não são a oficial antes desta o publicar. Albuquerque disse que o Mercantil lho mandara pedir, e que ele o enviara. Observei então que neste caso eu o mandaria para as 3 folhas, no que deixou de concordar Albuquerque.

Lamare propôs Grenfell ⁶⁸² para almirante graduado, por isso que o foi Caxias para marechal do exército graduado. Eu lembrei que Grenfell estava numa comissão de grande favor para ele e que o arredava do serviço ativo da Marinha apresentando-se para ele só quando deste modo tinha obtido, aliás muito justamente, distintas recompensas. Abrantes defendeu a proposta de Lamare e Sinimbu dando a entender que o despacho de Grenfell justificaria o de Caxias, eu mostrei que as circunstâncias eram mais favoráveis a Caxias e Polidoro estomagou-se queixando-se de que Sinimbu não se houvesse oposto à proposta do Caxias e do Lamare por não ter levado este negócio à conferência; o que me obrigou a intervir ressaltando as intenções de Sinimbu e Lamare, que disseram; o primeiro – manifestar sempre a sua opinião com toda a liberdade acompanhada de moderação mesmo quando me desagrade, ao que respondi que isso mesmo desejava eu não podendo sempre pensar como todos os ministros, a cujo caráter fazia completa justiça, e o segundo que não havendo conferência na 6ª não podia ter apresentado antes a sua proposta de Grenfell na conferência. Polidoro mostrou como eu a diferença de circunstâncias entre Caxias e Grenfell e eu aproveitei o ensejo para dizer o que penso sobre a supressão dum dos dias de despacho, e a дума das conferências que já havia produzido tal cena em minha presença; mas que tinha atendido à representação do ministério, e só fizera aquela reflexão porque desejo que os ministros saibam sempre como eu penso assim como eu o que eles pensam.

Sinimbu disse que se tinha entendido com o Dias da Cruz ⁶⁸³ para que de acordo com a Câmara faça a limpeza da cidade cujo contrato pede à companhia para rescindir. Sinimbu comunicou que havia inspetores de quarteirão pagos para não olharem para as infrações conforme ela mesmo confessou, e parece ter confirmado o chefe polícia por suas indagações.

À tarde assisti à sessão da Assembléia Geral do Instituto Agrícola. Houve o que consta da ata. Lembrei ao Sinimbu o pedido de informações a respeito do professor Gasl [*sic*] para diretor da fazenda-modelo que ele deixou de fazer pelo paquete francês. Conversei sobre o que sucedeu no despacho, e disse a Sinimbu que isso provinha das tendências opostas dele e do Polidoro entendendo que ou a missão do ministério é presidir a uma eleição – verdadeira solução da crise – se ela for inevitável antes da época ordinária. Abrantes, com quem também falei sobre o mesmo assunto, inclina-se ao Sinimbu só tendo notado a tendência do Polidoro, e disse-me que o queurgia era a mudança do Maranguape tendo Olinda ficado de entender-se com um destes dias quanto ao substituto de Maranguape.

27 de novembro de 1862 – Veio Paranhos. Lembrei-lhe o que disse quando ele se apresentou candidato acrescentando que ele sendo o único conhecedor da província ⁶⁸⁴ e que lhe prestara serviços foi justamente preferido sentindo que viesse com o Pedreira a quem igualmente estimo; porém que este teria outra ocasião de ser escolhido.

28 de novembro de 1862 – Assisti aos exames dos anos mais adiantados do Instituto dos Cegos. Achei-os pouco adiantados em relação ao ano passado. O Benjamin Constant Botelho examinou bem em Aritmética; mas em Cosmografia fez perguntas muito gerais. A professora Benedita da Costa é faceira demais e seria bom que case com o Benjamin, para quem parece há inclinação ⁶⁸⁵. A casa está asseada e tudo bem arranjado. Recomendéi ao Benjamin que desse às Matemáticas o caráter prático. Ainda não se distribuiu a água pela casa.

Sinimbu trouxe 25 requerimentos de perdão. Infelizmente em tantos poucos pude agraciar. A província de Sergipe torna-se notável pelo número e gravidade dos crimes. Ainda existem na secretaria talvez 60 e eu disse a Sinimbu que podia trazê-los todas as 6^{as} feiras, que não fossem do Instituto Histórico.

Falamos de política no sentido das idéias de cada um e eu sempre insisto sobre o pensamento que presidiu à escolha dos ministros. Ele disse que se inclinava aos ligueiros, além de ter entre eles amigos; porque os conservadores sustentavam os abusos.

Falei sobre a demissão dos promotores dizendo que o verdadeiro motivo, porque eu concordara em tal medida fora por causa de suas relações com Pacheco advogado ⁶⁸⁶, as quais os tornavam suspeitos; pois que a opinião sustentada por

Guanabara – que não podia haver estelionato sobre imóveis; direto – como ele explicou – é seguida por Fernão, Chauveau, e outros criminalistas, e as outras acusações contra os promotores não estavam provadas.

Perguntei quem propunha para chefe de polícia da Corte, e ele lembrou D. Luís, Witaker e Teodoro Machado Freire ⁶⁸⁷. Eu disse que o primeiro não era homem para crises, e que os outros também eram bons magistrados preferindo Witaker a não ter ele procedido mal quando o Ferraz procurou dirigir as eleições no Rio Grande; o que não sucedeu, pelo contrário; pois que Sinimbu refere que ele se desaviera ⁶⁸⁸ de Ferraz por esse motivo. Apontei o desembargador Firmino Antônio de Sousa, que Sinimbu não aceitou por já idoso; e José Caetano de Andrade Pinto, a quem ele ficou de falar e é seu mimoso ⁶⁸⁹.

Falou-me na necessidade de tirar o João José de Andrade Pinto de Sta. Catarina ⁶⁹⁰, o que me pareceu útil, e tratando-se de Eduardo, irmão de José Caetano, Sinimbu referiu-me que ele estava pronto a assinar o parecer da comissão favorável às medidas que reclama o estabelecimento seropédico. Sinimbu não falou ao Eduardo nem mesmo por insinuação minha. Lembrei-lhe a necessidade de prover os comandos dos batalhões da G. N. de Sacramento de Sta. Rita para o que ficou de se entender com o comandante superior ⁶⁹¹.

29 de novembro de 1862 – Vieram Lamare e Polidoro por causa dos decretos de promoções trazendo aquele despacho do Olinda. Vendo que o Quintanilha ⁶⁹² era promovido perguntei porque, segundo propusera o Conselho Naval, e Lamare concordara comigo na 3ª fr., não mandara inspecionar esse oficial e respondendo-me que o oficial tinha boa saúde e não havia tempo para a inspeção, eu repliquei que tempo havia, e dizendo que o tempo chega para tudo se há atividade e se dorme pouco o Lamare pareceu-me ficar picado, retorquindo que ele sempre acordava às 4 da madrugada, e não dormia a sesta, como lhe perguntei se fazia o que me obrigou a explicar que não o censurava; mas apenas expunha meu modo de pensar sobre a falta de tempo.

Depois notando que não se tinha preenchido o número dos 1^{os} tenentes, segundo o que o próprio Lamare julgara 3ª fr. conforme a lei que ele disse que apenas deixara de promover os que não tinham 2 anos de 2^{os} anos de 2^{os} tenentes, prazo exigido aos guarda-marinhas para sempre promovidos a 2^{os} tenentes o qual a lei não marcava aos 2^{os} para passarem a 1^{os} tenentes. Lamare mostrou-se logo pronto a preencher todas as vagas e eu disse que eu não tinha razão e que no 1º caso assim procedesse e no 2º caso fizesse o que entendesse, pois que eu não pretendia ser infalível e apenas expor minha opinião com a mesma liberdade com que o ministro, que tem a responsabilidade a deve tomar na consideração que merece.

O Lamare ainda pareceu contrariado, creio que sobretudo por ter estado presente o Polidoro. Apresentou-me um conselho de guerra que absolveu o Vale da acusação de relaxado que lhe fizeram em Pernambuco; mas eu disse que me parecia haver outra acusação sobre o modo porque ele procedeu em relação à rebelião; mas que já tinha dito na 3ª fr. o que devia dizer.

Falei ao Polidoro sobre um artigo em que se diz que o Vilagran Cabrita há de ser preferido ao Amaral para major de artilharia ⁶⁹³ por ser aquele parente duma viúva que se dá com o Polidoro, o qual quis atribuir o artigo ao Amaral que disse ser-lhe ingrato pelo bem que lhe tem feito, já destruindo a indisposição do Caxias, já concorrendo para ele ser opositor da escola de aplicação. Falou dos artigos sobre o trabalho do Amaral a respeito do sistema métrico em comparação do professor Jordão que Polidoro declarou ser seu filho parecendo-me querer patrocinar o trabalho do filho que ele reconhece ter procedido mal em certas ocasiões.

30 de novembro de 1862 – O Azeredo Coutinho ⁶⁹⁴ veio queixar-se do modo porque se fizeram as obras da Casa da Moeda e da falta de fiscalização do Carvalho. Eu respondi que o ministro ocupava-se deste assunto e julgava que o fiscal tinha mostrado falta de zelo.

Falou-me sobre o orçamento de Hailler para assentamento das máquinas.

1 de dezembro de 1862 – Nada de importante. Como o Olinda não veio para a conferência o Abrantes pediu-me para marcar outro dia para despacho depois da quarta fr.

2 de dezembro de 1862 – Já se vão 37 anos e que trabalhos tenho tido nos últimos 22! Creio que não morrerei velho embora deseje viver muitos anos para servir quanto puder ao Brasil ⁶⁹⁵.

À noite conversei com o Albuquerque e o Abrantes a respeito da folha oficial que é sempre precedida pelo Jornal do Comércio nas notícias, sentindo que o do despacho proposto para Teófilo Ottoni tivesse aparecido, porque não se fazendo, suporão que eu me opus.

O Abrantes disse que havia de falar a respeito do Diário Oficial na próxima conferência, e contou-me que o Ottoni ficara irritado por não ser escolhido senador tendo o cônego Geraldo ⁶⁹⁶ concorrido para ele se moderar. Albuquerque disse que havia de tornar a propor Ottoni para conselheiro, e eu respondi que julgava que ele aceitaria. Depois tornei a falar ao Albuquerque mais detidamente sobre este negócio, e ele disse que entendia que propondo Ottoni cumpria um dever, e que Ottoni fizesse o que entendesse. Eu respondi que também cumpriria um dever assinando o decreto, que seria justo prêmio do serviço, que prestou Ottoni, estando de certo que o Galvão sem o escudo de Ottoni não falaria com a mesma franqueza. Expus as razões porque escolhi o Paranhos senador, e apenas acrescentei que se Ottoni não aceitasse a graça do Conselho viria colocar-me em má posição para atendê-lo no futuro, embora, estivesse sempre disposto a fazer justiça a quem quer que seja. Albuquerque referiu-me que o Ottoni lhe mandou dizer pelo filho oficial do gabinete, creio que na ocasião da escolha do Paranhos, que ele, Albuquerque, era oficial maior meu. Compreendo semelhantes desabaços, e podem me contar porque os esqueço.

3 de dezembro de 1862 – Fui à tarde à sessão da diretoria do Instituto Agrícola. Fez-se o que da ata constara, e eu disse que se apresentava novo plano fora porque na sessão anterior se julgara precioso cuidar da acomodação para o feitor e trabalhadores; mas que podendo servir por ora a casa oferecida pelo Mauá, eu entendia que nada se deverá gastar com nova edificação enquanto não viesse o diretor do estabelecimento que, segundo sempre pensei, deve propor as obras necessárias convindo muito apressar a vinda dele para que a diretoria do Instituto não esteja a mudar de opinião todos os dias.

Burlamaque disse que ia pedir ao sua demissão [*sic*] de secretário da diretoria por muito trabalho e até despesa que tem; mas o Abrantes pediu-lhe que o deixasse pensar até a próxima sessão e esperar acomodá-lo.

Tornei a recomendar ao Abrantes que não se descuidasse assim como o Sinimbu de pedir informações aos nossos agentes na Europa a respeito de quem possa vir dirigir a fazenda-modelo.

Abrantes disse-me que o Sales ⁶⁹⁷ tinha um projeto de bancos agrícolas com auxílio de loterias. Veremos o que faz a comissão sendo mesmo bom que o Mauá discorde das idéias apresentadas já ao Instituto, como me consta e eu disse ao Abrantes depois de ter ele designado os três membros da comissão para examinar o projeto do Muniz Freire (Reginaldo) a que por pedido do Mauá se reunirá o outro, ou antes as idéias de que já falei.

4 de dezembro de 1862 – O Caxias que já viera ontem quando eu estava fora tornou hoje para agradecer o seu despacho. Falamos sobre política e ouvi-lhe o que já esperava. Mostrou-se sentido do artigo do Diário ⁶⁹⁸ a respeito do seu despacho, e eu recordei-lhe a minha opinião em conselho pela demissão do empregado da Alfândega da Corte cuja remoção para a Bahia serviu ao desabaço que o Diário teve por causa da escolha do Paranhos. Caxias disse-me que outros no ministério também eram do meu parecer.

Perguntei-lhe se havia lido o artigo da Atualidade de antes de ontem, acrescentando que só houve um Colbert e que Luís XIV obrava com toda a liberdade; o que aliás prejudicou tanto a França no fim de seu reinado, concorrendo para a revolução de 1789. Creio que o Caxias é leal e meu amigo mesmo por ser pouco homem político.

5 de dezembro de 1862 – Houve despacho hoje tendo acabado depois das 5 com impaciência do Abrantes que queria ir jantar, e reflexões de Polidoro e Sinimbu sobre a insuficiência de um despacho por semana. Não demorei o despacho de propósito; mas havia muito que fazer e ou os negócios não terão expedição ou eu não ouvirei a opinião do ministério sobre muitos negócios importantes caso não se restabeçam os 2 despachos por semana.

Eu disse que fazia a devida diferença entre os meus 37 anos e os de alguns dos ministros ⁶⁹⁹, e que se me opusera à diminuição do número de despachos fora aconselhado pela prática que mostrará aos ministros o que se deva fazer.

O Olinda que se retirou depois de expor os negócios de sua repartição deu parte de que estava arranjado o negócio dos capuchinhos segundo as instruções daqui mandadas. Disse que Francisco Manuel ⁷⁰⁰ deixa a direção do Teatro Lírico por medo do Araújo, e acrescentando que se entenderia com os outros dois não sendo o tenente-coronel Araújo como o irmão, Polidoro interrompeu-o para declarar que os reputava irmãos em carne e osso, observando-o eu que o melhor seria não desperdiçar o produto das loterias como eu sempre pensei. Olinda ficou nesta intenção, e recordando eu o que se passara

em despacho quando Olinda propusera ceder as loterias para construção dum teatro de ópera nacional a esta nova empresa.

Abrantes disse que com efeito eu hesitara o que me obrigou a explicar que eu não hesitei; mas opus-me. Prestou as informações que eu pedi a respeito da viúva Wanzeller; mas não são suficientes ficando o Paranaguá ⁷⁰¹ de dá-las a Sinimbu pois essa viúva reside em Petrópolis. Olinda reparou *[sic]* que o correspondente do finado marido dissera que um comunicado que apareceu num jornal em sentido desfavorável à viúva fora escrito unicamente para o fim de impedir qualquer demonstração de apreço à viúva.

Propôs Lourenço Je Ribeiro ⁷⁰² para conselheiro, o que eu logo aprovei por ser esta graça muito justa, opondo-me todavia a igual proposta para o Dr. Meireles que tanto há sido agraciado e Feijó ⁷⁰³, que, apesar de muito bom médico e eu estimá-lo assim como muito mais ao Dr. Meireles, que me serve há muitos mais anos nenhuma razão apresentava para tal graça que parecia ser pouco zelada talvez por não haver um decreto como o das condecorações. Abrantes falou a favor do Dr. Feijó, que tratou há pouco da marquesa e Meireles é todo da casa do Olinda.

Também me opus a uma pensão que o Lourenço Je Ribeiro pedia para a família, vistos o princípio porque me regulo, e os ministros acharam justo.

Entreguei uma exposição do método de leitura do professor Castilho, de Campo Grande, e documentos que ele me deu para ver recomendando-o ao Olinda como digno de animação. Este apresentou uma questão suscitada pelo diretor geral Fausto ⁷⁰⁴ sobre o complemento da graça de cavaleiro da Rosa feita ao Dr. Silva Pinto, que só agora por causa do processo de estelionato se lembra muito depois do tempo marcado no último decreto de pagar direitos e prestar juramento. Fausto é de opinião que não se pode deferir-lhe juramento sem dispensa de lapso de tempo observando além disto que o crime de estelionato é um dos que fazem pelo decreto perder as condecorações. Examinando o decreto entendi, à vista da opinião do Olinda, que não se devia perdoar o lapso de tempo.

O Abrantes apresentou as dúvidas do conde de Áquila sobre o modo porque se lhe concede o dote. Quer que o padrão monetário seja o da data da lei para receber o mesmo que se deu à mana Chica, princesa de Joinville. Acha que se exigem demasiadas cautelas a respeito da hipoteca do dote parecendo haver assim suspeitas dele, e não entende o que é reclamação em rigor relativamente às terras, que não recebeu, quando ela não é exigida para entrega do dote. Abrantes queria que eu pensasse, porém, disse logo que infelizmente tenho sido obrigado a pensar demais nesse assunto e que podia desde logo dizer qual minha opinião. Entendo que o conde de Áquila tem nestas dúvidas por fim principal ir continuando a receber a dotação etc. e que o padrão monetário não se diz na lei que examinei novamente, ser o atual, e que seu estabelecimento tendo prejudicado aos credores do Estado de dívidas anteriores a 1844 não pode deixar de aplicar-se ao dote que seria o mesmo para a mana Chica se ela o houvesse recebido depois da lei de 1844. Todos os ministros presentes, exceto o Albuquerque, foram de minha opinião, e tendo aquele voltado com sua opinião sobre a não terem os filhos de minhas irmãs direito à sucessão da coroa e aos alimentos eu sustentei a opinião contrária, e disse que a Constituição também prescreve que a lei é igual para todos sem exceção dos príncipes – prescindindo dos privilégios que a própria Constituição lhes dá – e portanto o deve a do padrão monetário que foi votada sendo ministro ele Albuquerque. As cautelas para conservação do dote devem ser mantidas, suprido aliás tudo o que não for necessário para este fim, e a respeito da reclamação em rigor o motivo dela escusa explicá-lo. A mana Januária disse ao Marques ⁷⁰⁵ que esperava tudo dos marqueses e do visconde. Comuniquei aos ministros que em carta à imperatriz o conde de Áquila lhe disse que a não serem atendidos seus pedidos está disposto a vir residir no Brasil por causa do futuro dos filhos. Contudo eu não espero, como acrescentei, que ele deixe a residência divertida na Europa pela daqui.

O Albuquerque fala da graça para o Ottoni e eu disse o que já referi a tal respeito, ficando ele de escrever ao Olinda sobre isso porque na conferência não tinha este manifestado devidamente sua opinião. Tratou-se da concessão de condecorações, e o Abrantes disse que o Olinda tinha medo da exposição de motivos, que eu acrescentei ser por isso mesmo o melhor decreto, achando Sinimbu que o decreto coarctá ⁷⁰⁶ demais. Sinimbu propôs a nomeação de João José de Andrade Pinto e de Hilário Nogueira juiz de direito da comarca de Jequitinhonha para comarcas da 2ª entrância para onde podem ser removidos ad nutum, e eu observei que era isso um despacho a quem se removia por ter servido mal, e que o Nogueira a ser ébrio, como ele Sinimbu asseverava deveria ser responsabilizado, e replicando Sinimbu que o processo seria em vão eu retorqui que cada um fizesse seu dever como dizia o Albuquerque sem se importar com o que os fizerem. Albuquerque disse que já tinha 300.000 ££ em Londres e que não tomaria letras para o saque deste pacote a mais de 7%.

6 e 7 de dezembro de 1862 – Nada de importante.

8 de dezembro de 1862 – Veio cá o Olinda. Disse-me que julgava necessário preencher a pasta da Justiça e que o Maranguape com quem falara reconhecia que não podia continuar. Eu respondi que tinha entregue esse negócio a ele marquês e que se julgava necessária a substituição eu concordaria nela. Recomendei-lhe que fizesse isto do modo o menos propenso ao Maranguape e que antes de falar ao substituto participasse a sua resolução e de seus colegas ao Maranguape como era justo. Ele mostrou-se receoso de que logo se soubesse; mas eu repliquei que o Maranguape saberia guardar segredo. Perguntei-lhe se tinha algum compromisso e respondendo-me que apenas falara com seus colegas a esse respeito eu disse que então podíamos conversar com toda a liberdade manifestando-lhe já minha opinião, que não é aliás definitiva.

Entendo que Sinimbu deve continuar na pasta da Agricultura onde pode prestar bons serviços e que não é política como a da Justiça. Olinda propôs-me para esta Abaeté que Polidoro disse ser muito bom e eu declarei que aceitava com ambas as mãos pois não viria contrariar o pensamento da organização do ministério posto que, embora com cheiro de santidade para os conservadores me parecesse pender para a liga. Acrescentei que talvez desejando ele continuar a ser elogiado nas folhas liberais e no Constitucional não aceitasse a pasta, e que por isso era prudente pensar já noutro. Propôs Olinda a Paranaguá; mas eu observei que seria contraditório se, entendendo que convém deixar Sinimbu na Agricultura, fosse de opinião que entrasse para a Justiça o Paranaguá, a quem aliás estimava por suas excelentes qualidades, embora Olinda asseverasse que Paranaguá não se deixa dominar. Disse que no caso de não aceitar o Abaeté, eu lembrava o Sapucaí, recordando de novo ao marquês qual o papel que segundo minha opinião deve representar o ministério o qual foi organizado claramente para esse fim. Olinda respondeu que Sapucaí não sabia sustentar suas opiniões por franqueza de caráter e não traria força ao ministério, ao que repliquei que a força que o ministério fosse procurar em qualquer dos partidos contrariaria a opinião que já expus, e que no caso do Abaeté não aceitar é que eu lembrava o Sapucaí. Ficou de tratar este negócio amanhã em conferência.

9 de dezembro de 1862 – Nada de importante.

10 de dezembro de 1862 – No despacho o Olinda disse que achara digno de atenção o trabalho de Castilhos sobre métodos de ensinar a ler; mas que tudo dependia da prática. Observei-lhe que já se fizera um ensaio favorável ao sistema proposto e Olinda ficou de se entender com o Castilhos para a despesa da impressão que ele pede ⁷⁰⁷.

Trouxe de novo ao despacho as informações a respeito do finado Ferreira, introdutor da vacina na província do Rio Grande do Sul, e dizendo que nada havia que fazer visto Ferreira só ter deixado sobrinha eu lembrei a conveniência da publicação do que fizera o governo para prova de seu interesse por semelhantes benefícios feitos ao país, e que não se tinha atendido a um requerimento para pensão de Ferreira, o qual eu nunca soube que existira, e isto como refletiu Olinda pode ser causa de justa censura ao governo, contudo este mostrou pelo pedido de informações desejar atender a família de Ferreira se ele a tivesse deixado.

Também se tratou de alguma remuneração ao Macedo, propagador no Ceará da indústria da carnaúba, e assentou-se em que Olinda propusesse para ele no relatório um prêmio de 2 contos como se marcou para os cultivadores do trigo.

Olinda perguntou-me se devia tratar do preenchimento das vagas na capela e eu disse que se ele assim o entendesse o fizesse, entendendo eu que devia ser escolhido monsenhor um dos cônegos, e passar o Fonseca Lima para o lugar de cônego. O marquês mostrou pouca disposição para a promoção dum cônego a monsenhor, e tendo-lhe eu dito que já pensara no cônego que poderia merecer tal despacho ele ficou de me dizer o nome de que ele preferiria dos cônegos a fim de ver se combinavam comigo.

Assinei o decreto nomeando conselheiro a Ottoni, depois de Albuquerque ter dito que à noite passada argumentara com Ottoni para que aceitasse dizendo ele que não o podia fazer porque entendia não dever o deputado aceitar graças. O Albuquerque estava muito incomodado com isso, mas disse que ele fazia seu dever propondo, e Ottoni procedesse como entendesse.

Olinda trouxe o requerimento do filho do juiz do Supremo Tribunal de Justiça, Tibúrcio Valeriano da Silva Tavares, pedindo o foro de moço fidalgo e eu disse que pela mesma razão porque herdara o foro grande eu lhe recusava a graça de moço fidalgo, apelando para o mau conceito que tal magistrado adquiriu.

Recomendei ao Olinda que tratasse de obter do corpo legislativo a continuação do auxílio pecuniário que sempre recebeu o Dr. Martius para terminação da sua Flora ⁷⁰⁸ que é um verdadeiro monumento científico para o Brasil.

Instei pela nomeação dum diretor enérgico para o curso jurídico de S. Paulo e senão puder ser o Vitor de Oliveira ⁷⁰⁹ vissem se o Peretti aceitava, podendo talvez o Abrantes, que é amigo de Peretti conseguir dele mais este bom serviço.

Abrantes leu um extrato fiel das notas recebidas de Christie sobre o naufrágio do Prince of Wales e da bulha entre oficiais ingleses e o posto de permanentes da Tijuca. Suas exigências sobretudo a respeito da última reclamação não podem ser admitidas e concordou-se em que se respondesse a Christie que estes negócios continuariam a ser tratados em Londres para evitar alguma discussão desagradável com o Christie que briga com todos. Por esta ocasião eu observei que era de estranhar que os jornais soubessem mesmo do que ficaria em segredo se os ministros o guardassem. Referia-me a uma correspondência do Mercantil.

O Abrantes leu uma nota do ministro de Estrangeiros do Estado Oriental ao nosso encarregado de negócios interino propondo um arbitragem para ajuste da reclamação nossa a respeito da morte do guardião da Ivai Moraes, e logo todos acordamos em não admitir tal arbitragem respondendo que confiamos no direito que nos assiste e na justiça do governo do Estado Oriental. O mesmo encarregado de negócios comunica o pedido de compaixão de José do Couto que afrontou as armas brasileiras, em Taquarém e se mostra arrependido do que fez jazendo há meses numa prisão em processo. Fui de opinião, que prevaleceu, que se reclamasse do governo oriental a punição legal de José do Couto. Abrantes observou que isso seria uma censura ao procedimento do governo do Estado Oriental; mas eu retorqui não haver motivo para contínuas finezas a esse governo. Pedi informações ao Albuquerque a respeito do inspetor da Alfândega do Rio Grande do Sul Bernardino Borges; e ele disse-me que as tivera más do Fernandes da Cunha, empregado do Tesouro, que voltou do Rio Grande, e por isso suspenderia o ato de passar o Borges para a Alfândega da Corte até ficar bem informado ainda que lhe conste ter Borges destruído as acusações que em certa época lhe fizeram.

Tornei a chamar a atenção do ministério para o modo porque vai o Diário Oficial, de que aliás cumpre não desanimar como procura consegui-lo o Jornal do Comércio. Sinimbu disse que o Josino não se ocupou bastante do Diário Oficial observando eu que era ele aliás, quem melhor podia realizar o pensamento capital do programa do Diário, temendo que outro lhe desse cor partidária.

Falei ao Lamare sobre o fornecimento de carvão aos vapores que foram para o Pará, e ele disse que só o receberam no Recife e que o do depósito da ilha de Mocanguê tem muita moinha por culpa do intendente ⁷¹⁰ que não tem querido substituí-lo por melhor procedendo a uma escolha. Mostrou-se contrário ao estabelecimento do depósito, e que era melhor comprá-lo quando seja preciso. Lembrei a necessidade de aumentar a força naval do Rio da Prata mas o Lamare respondeu que só tem aqui o Magé e a frotinha que foi para o Pará e preparara-a ele para o Rio da Prata. Contudo os negócios aí se complicam e até o comandante da estação pede instruções que lhe serão dadas no sentido de completa neutralidade lembrando eu apenas que deve ficar bem claro que ele pode receber nos navios de guerra os que aí procurarem asilo, seja quais forem suas opiniões.

Sinimbu disse que o chefe de polícia tinha falado com o Melo Sousa a respeito da falta de carne que se receava e ele respondera que tinha depósito de gato para caso de falta, que sempre se teme nestes meses de chuvas. Protestou que nada contara a respeito da lembrança de José Caetano de Andrade Pinto para chefe de polícia da Corte, não lhe tendo mesmo falado nisto, recordando-me que no seu passado ministério fora acusado de revelações, que depois mesmo no corpo legislativo se reconheceu terem partido de colegas seus. Referiu a dissensão entre o gerente do Mercantil e os compositores, a quem o chefe de polícia, que interveio, a pedido, dá razão em parte, e disse que lhe oferecera auxílio da Tipografia Nacional e outros da polícia tendo só o gerente pedido que recontassem dos compositores turbulentos os que o pudessem ser para exemplo. Já dirigiu uma circular aos nossos agentes na Europa a respeito dum indivíduo capaz para diretor da fazenda-modelo, e especialmente ao Magalhães ⁷¹¹ sobre o professor Glasl.

Capanema pediu a Sinimbu para se explorar os jazigos de carvão de pedra mas assentou-se que isto ficasse para depois que ele apresentasse os trabalhos de sua sessão da Comissão Científica.

Leu uma carta do Vasconcelos, presidente de Minas, que depois de ter viajado pela estrada União e Indústria e ter estado no Juiz de Fora, confessa que mudou de opinião sendo favorável a um auxílio à empresa prometendo mandar informações circunstanciadas sobre este assunto.

Vicente Pires da Mota diz num officio que a direção da estrada de ferro de S. Paulo não é a melhor e que as obras são mal feitas apesar do zelo do engenheiro fiscal, que aliás consta a Sinimbu que não tem todas as condições necessárias, e sobretudo energia, para desempenhar bem o cargo. Dá parte da afluência de mineiros ao Rio Doce e eu recomendo-lhe que

cuide diligentemente de aproveitá-los como colonos – não podendo a colonização estrangeira vingar nessa paragem – e trate da medição das terras para a venda. Sinimbu disse que este negócio depende da resolução do negócio do França Leite que é provável que fique decidido no próximo despacho. Refere à vinda de um padre que será acompanhado de outros 6, todos agricultores do estado de Kentucky, por encomenda do ex-abade Saraiva, e não tendo eles emprego de mandá-los para o Rio Doce, ao que eu me opus pela razão que já indiquei, e ele ficou de mandar o que já aí está para o Rio Novo.

Falou da autorização do adiantamento à companhia de vapores costeiros ⁷¹² que se acham em mau estado, dizendo que pretende só dar metade da soma autorizada, e suprimir a viagem a Montevidéu que não é precisa visto haver os vapores inglês e francês e dá pretexto para entrarem no Rio Grande.

Recomendei ao Sinimbu o estabelecimento do telégrafo elétrico pela costa do Brasil como um dos melhores serviços ao Império para que ele pode concorrer, respondendo que era seu desejo prestá-lo.

No despacho passado perguntando eu ao Olinda como ia o regulamento dos casamentos ele respondeu que se ocupava disto e que o Silveira da Mota ⁷¹³ havia apresentado seu trabalho tendo pedido também ao Abaeté seu parecer. Lembrei-lhe Nabuco, Paranaguá, e Vasconcelos como tendo estudado esta matéria.

11 de dezembro de 1862 – Nada de importante.

12 de dezembro de 1862 – Fui à distribuição dos prêmios aos meninos cegos, e muito gostei da cerimônia.

Às 6 veio Sinimbu para despachar requerimentos de perdão – examinei 30, e infelizmente só pude perdoar a 4 ou 5.

Sinimbu falou-me no desejo que tem de largar a pasta da Justiça e eu respondi que tinha entregue a decisão desse negócio ao Olinda. Disse-lhe que podia vir todas as 6^{as} feiras para pôr em dia os requerimentos de perdões, e negócios da Guarda Nacional de maior importância, se em tal convierem os outros ministros.

Esqueceu-me dizer que na 4^a fr. estive comigo a mulher do Joaquim Procópio de Figueiredo a quem falei com toda a franqueza sobre a capacidade [do] marido dizendo-lhe que se houver algum lugar para que ele sirva eu o lembrarei ao respectivo ministro, exceto para a Alfândega da Corte; pois dissera ao Albuquerque aprovar muito a sua resolução de preencher as vagas com empregados de outras repartições da fazenda.

13 de dezembro de 1862 – Li logo que acordei a carta do Ottoni. Nada lhe acho de inconveniente e se não fosse o excesso de orgulho que nela se descobre eu até a louvaria.

Veio cá o Albuquerque e disse-me que na conferência de 3^a tratando-se da substituição do Maranguape lhe lembrara Teófilo para a pasta da Agricultura passando Sinimbu para a da Justiça e que Olinda aprova muito a idéia e nenhum dos colegas se opusera. Eu referi o que se passou entre eu e o Olinda antes da conferência deles e disse que admirava não ter Olinda feito nenhuma reflexão. Acrescentei que Olinda parecia fugir de falar-me; pois me parecia que não estavam suas opiniões sobre política, se as tinha verdadeiramente, no que não conveio o Albuquerque, de acordo com as minhas que tornei a expor, ouvindo ao Albuquerque que a liga não tinha elementos para sustentar-se, e que se havia imparcialidade no Sul não se dá o mesmo no Norte. Entende que o Olinda deixa-se arrastar pelos acontecimentos e que dá ordens ao Sinimbu embora concorde no sentido de que lhe disse em sentido inteiramente oposto que Sinimbu tem sabido apoderar-se do espírito de Olinda sendo aquele que este fala de preferência.

Albuquerque contou-me que dissera ao Cristiano que seu irmão tinha sido lembrado para ministro e que este respondera que se tal idéia fosse minha ele correria a falar ao irmão observando contudo que os ministros atuais estão muito velhos. Eu estranhei tal procedimento da parte do Albuquerque dizendo-lhe que sobre escolha de ministros nada devia passar dos ministros enquanto não tivessem ouvido a minha opinião, que, de acordo com o que eu tinha dito ao Olinda, e expusera a ele Albuquerque, não podia ser favorável à entrada de Teófilo Ottoni para ministério, ainda que não propusesse condições como asseverava Albuquerque não faria Ottoni. Muito me admirou a leviandade do Albuquerque, cujas intenções não podem ser melhores, e tomara que Ottoni não vá pensar ainda mais que tenho inimizade pessoal a ele, apesar de ter dito sempre que o que desejo é saber, por meio duma eleição tão livre, como o permitam nossas circunstâncias, qual a política, que apoia a Nação, para confiar sua execução aos ministros, sejam quais forem os indivíduos, que melhor a possam realizar.

Albuquerque aceita por colega o Abaeté, contra quem sente pouca simpatia, embora deseje o Sapucaí, cujo filho Candinho quer empregar na Alfândega, ainda que concorde comigo que ele não sirva, fundado numa doutrina monárquica

– atendendo a ter sido o Sapucaí meu mestre, e sê-lo de minhas filhas, a qual de nenhuma forma admito, dizendo-lhe que, se a monarquia é a injustiça, eu sou republicano. Lembrei-lhe o meu procedimento para com o filho do Sapucaí, juiz de direito, e disse que isso é que era ouro sobre azul, estimando muito poder sempre premiar o mérito dos filhos duma pessoa a quem tenho tanta amizade como Sapucaí.

À tarde estive cá o Abrantes que me disse que o Olinda tratava de convencer o Maranguape de pedir sua demissão estimando muito que Abaeté entrasse em lugar daquele ficando Olinda de lhe falar. Nada me disse sobre a lembrança de Ottoni apesar de ser eu quem lhe perguntei que havia a respeito da reorganização ministerial. Também por eu perguntar, asseverou-me que não tem tenção de propor o Azambuja diretor geral para uma missão extraordinária ⁷¹⁴ pois que iria assim de encontro a suas idéias de economia.

Falei com Mr. Liais muito de passagem marcando-lhe 6^a fr. às 11 para conversarmos sobre seus trabalhos, que me parece foram frutíferos. Julgo que dá mais importância à navegação do rio das Velhas que à do rio S. Francisco acima da foz de seu confluente.

14 de dezembro de 1862 – Barbacena deu-me um relatório de Johnson sobre as explorações do carvão de pedra da Laguna e disse que a remessa de melhores amostras e sobretudo com impressões vegetais, como de calamitas e pinheiros; que achou agora Johnson espera organizar a companhia do que cuida em Londres entre outros Marcelino José Coelho. Pretende ir para o mês a Laguna cuidando de mandar levantar a planta da projetada estrada de ferro. Pediu-me que se encarregar alguma pessoa entendida de examinar a barra de Laguna, cuja saída não impedirá o nordeste, feita uma obra de pouca dificuldade.

15 de dezembro de 1862 – Fui visitar a fortaleza de Sta. Cruz não podendo ir a Laje porque Lamare e o Tavares ⁷¹⁵ inspetor do Arsenal me aconselharam que não procurasse desembarcar aí por causa da forte ressaca.

No caminho falei ao Lamare sobre os artigos do Constitucional sobre a promoção, e ele diz e repete que pelo estilo conhece terem partido de Joaquim José Inácio mesmo porque ele disse ao Bontempo ⁷¹⁶ que se recusara a escrever contra o Lamare embora muito instado.

A fortaleza está mal comandada pelo Rosado ⁷¹⁷ que sempre dizia que se dependesse dele tudo estaria na melhor ordem e contudo não satisfazia bem às minhas perguntas. Há muitas peças cujas carretas não suportam um tiro e artilheria é antiga, havendo na bateria do lume d'água, a mais importante três coronadas *[sic]* francesas que por terem a carreta assente muito baixo só poderão fazer mal a S. João ou mais longe. A bateria 3 de Maio tem uma fenda em que é preciso cuidar já. As duas grandes prisões eram muito fétidas, e uma célula escura por umidade e abafada não deve continuar a servir. A matrícula dos presos não tem os sinais destes. Há muitos recrutados e outros presos há mais de ano e cujo destino é ignorado os quais, se chamam encostados. Os cadetes e oficiais presos andam por toda a fortaleza e nada fazendo só diferem dos destacados por não poderem ter licença de ir à cidade. As camas dos soldados e ainda tem estrado de madeira, e nas prisões há tarimbas. As cozinhas são más sobretudo a dos soldados de artilheria. Vi 3 ou 4 quando poderia ser uma só. Os gêneros são bons; mas a carne seca dos presos estava ardida, e o café compra-se já torrado. A botica está em lugar úmido e pouco sortida embora se façam os pedidos aos sábados. Diversos presos fizeram-me pedidos e eu mandei tomar as necessárias notas para o comandante informar ao ministro e este a mim. O farol é mau e de azeite. O sistema de buzina é mau; talvez fosse possível empregar o telefone, ou telégrafo acústico. Servem na fortaleza 9 africanos livres todos com muitos anos de serviço, tendo um 34. A fortaleza foi caiada há um ano com o que se gastaram, por empreitada, 6 contos e está outra vez suja. Seria conveniente que o destacamento de artilheria fizesse exercícios de sua arma. Há recontos *[sic]* do 1º de fuzileiros comandados por um tenente.

Depois estive a bordo da corveta Januária que o Lamare diz que até 20 poderá partir para o Rio da Prata. Estava nalgum desarranjo por causa dos aprestos para a viagem dos aspirantes; mas limpa. Examinei os gêneros, e a carne seca pareceu-me já ardida. O comante *[sic]* capitão de fragata Tavares ⁷¹⁸ pareceu-me descontente ou de cara de adoentado. Não tem destacamento, a não serem imperiais-marinheiros *[sic]* do que consta a guarnição pela maior parte; mas o Lamare ficou de pedi-lo ao Polidoro e não convém que vá assim a corveta para o estrangeiro numa comissão que mais chamará a atenção sobre ela.

À tarde tive a sessão aniversária do Instituto Histórico, como constará dos jornais. Não fui ouvido se bem me lembro, sobre a deliberação tomada pelos ministros de que trata a declaração do Paranhos no jornal de hoje. Havia de opor-me porque acho o meio imoral e não sigo a máxima atribuída aos jornais.

16 de dezembro de 1862 – Nada de importante. Li a continuação de minha biografia. Muito me desgosta tamanha exageração, e creio que me defendo mal de algumas acusações que julgo injustas. Não sou dissimulado e apenas esforço-me por não dizer senão o que é preciso e se enganam comigo algumas vezes não é porque eu procure enganar; mas porque examinam mal minhas ações. Quando entendo dever repreender, procuro fazê-lo, quanto posso, sem ofender a pessoa repreendida, contudo minha opinião não fica duvidosa. Muitas e muitas vezes o que gente que me rodeia reputa falta digna de censura não o é para mim, que pouco me importo com o que não me parece verdadeiramente útil, p. e. a etiqueta; certas comodidades; coisas de luxo, ao menos no meu pensar, etc.

17 de dezembro de 1862 – Houve despacho. Apresentando o Olinda uma representação curso de S. Paulo para reforma de algumas disposições dos estatutos eu lembrei a necessidade de se irem aproveitando a experiência e trabalhos feitos para melhorar os estatutos das faculdades de Direito e Medicina. José Ribeiro da Silva Leão pediu o uso de armas, e Olinda disse fundado em informações de Abrantes, que o demitiu dum lugar na Misericórdia por trampolineiro assim como Abrantes declarou que não se devia fazer a graça. Eu deixei a decisão ao Olinda pois que para mim tal graça como disse não tem nenhuma importância e tem se feito a todos os que a têm pedido.

Olinda apresentou dois requerimentos pedindo dispensa de lapso de tempo para a passagem de títulos de condecorações e eu fui de opinião que por ora não devia haver tanto rigor e que ao menos se examinasse primeiro qual o motivo das graças que o Olinda e o Abrantes disseram que se deviam considerar perdidas para não abrir mau precedente. Olinda disse que achara Maranguape determinado a tomar conta da pasta, julgando que a filha Mrs. Jones fora causa de tal mudança. Eu respondi que o embaraço provinha de ele Olinda não falar francamente a Maranguape, não podendo eu anuir a que se deixasse Maranguape tomar conta da pasta para talvez morrer de novo ataque, e desejando não ser obrigado a demitir a Maranguape; o que todos disseram que não era sua intenção. Olinda replicou que se entenderia com a filha que podia tudo com o pai, e eu dizendo que o homem devia ter mais força que a mulher, ele aceitou a minha sugestão de se entender com o filho que assim como disse, conheço desde menino por ter muito propósito. Sinimbu disse que para apressar a solução da crise estava pronto a escrever ao Olinda que não podia com as duas pastas; o que respondi não se deve fazer antes do Olinda falar com toda a franqueza ao Maranguape. Polidoro observou que o modo porque o Maranguape só admitiria possível sua retirada do ministério talvez fosse na companhia de todos os colegas.

Abrantes ler *[sic]* duas respostas a Christie que ficaram para eu examinar dizendo-lhe desde logo que não me agradável *[sic]* o trecho duma por causa do tom irônico de que tanto gosta ele Abrantes, e poderia irritar mais o Christie, quando nos convém até procurar meios de abrandá-lo, assim como de satisfazer prontamente à Inglaterra no que for justo a fim de não provocarmos algum conflito desagradável. O pedido que faz Christie de restituição de livros apreendidos na alfândega ao Dr. Kalley está nesse caso, como disse; pois os livros nada tinham de imoral e se pregavam a doutrina protestante o que cumpria fazer era evitar que o Dr. Kalley pregasse publicamente o protestantismo. O tribunal do Tesouro aprovou a apreensão; mas o Albuquerque mostrou-se logo disposto à restituição que eu recomendei fosse feita sem irregularidades, convindo ouvir antes as seções de Fazenda e Justiça porque o negócio tem caráter religioso e portanto exige a maior consideração.

Antes do despacho já tinha manifestado ao Albuquerque minha opinião contrária à repreensão que o tribunal do Tesouro mandou dar a Antônio José de Castro, e notei a precipitação com que a ordem foi logo cumprida no dia 16, apesar da publicação de Paranhos no jornal de 15; o que tornava o negócio da gravidade dos que vem a despacho. Disse-lhe que, depois de recorrer à minha memória apenas podia referir que Paranhos consultou-me sobre o meio porque se pretendia fazer a apreensão, e que, mostrando eu repugnância por julgar que haveria imoralidade nesse meio, ele insistia e eu por fim anuíra contanto que a apreensão, que aliás eu reprovava muito por combater a imoralidade, não desse lugar a outra de consentimento do governo. No despacho tornei a falar neste negócio para que todo o ministério soubesse como eu pensava, e disse o mesmo que já referi, tendo pena de que as excelentes intenções do Albuquerque não sejam acompanhadas de mais vigor de corpo. Estigmatizei o terem demorado a solução do negócio para depois de Paranhos ter saído do ministério, e ao mesmo tempo mostrei-me justamente indignado das expressões do Diário relativas ao Albuquerque explicando-se esta linguagem, como disse, pelos interesse *[sic]* de Saldanha Marinho advogado de Castro no processo de apreensão o que faz com que ele acusasse o Paranhos por ter empregado um meio imoral.

Referi ao Polidoro o que observei em Sta. Cruz chamando principalmente sua atenção para a falta de zelo do comandante, estado da bateria do lume d'água e 3 de Maio, e última caiação. Ele ficou de ir lá. Disse-me que pretendia

cuidar da litografia, e vai nomear uma comissão – fui de opinião que escolhesse um só indivíduo – para coordenar os mapas do arquivo militar. Referiu que não querendo Muritiba ⁷¹⁹ aceitar a comissão de rever o código de processo militar apresentado pelo auditor Magalhães e Castro ⁷²⁰ senão em obséquio a ele Polidoro, que não lhe queria dever, propunha Nabuco, que se oferecera.

Indiquei ao Albuquerque o artigo do Liberal de 10 e ele disse-me que indagara já sobre o descaminho dos tipos.

Perguntei ao Olinda qual a opinião do governo sobre a luta entre a maioria e minoria da Assembléia do Rio de Janeiro, e ele respondeu-me que aprovava o procedimento do Belo a quem disse que podia prorrogar ainda a Assembléia até haver orçamento. Eu acrescentei que estava de acordo com o ministério não julgando que o procedimento do Belo, desmereça a aprovação do governo que não podia consentir que a minoria inutilizasse a maioria, que também devia proceder com toda a regularidade, o que por alguns periódicos parece não tê-lo feito.

Entreguei ao Sinimbu o parecer da seção do Império sobre a colônia do Valão dos Veados ⁷²¹ que me ficou do último despacho para examinar, e disse que era de opinião do Olinda – tem um ano de assinada! E assim anda quase todo o que não é atropelado pelos interesses de partido. Falei sobre colonização que não convém descuidar um instante cumprindo ter as terras medidas, em lugares próprios, para os emigrantes que desejam vir cultivá-las.

Recomendei que se estudassem os meios de povoar, e defender o Amazonas, lembrando eu e vão a urgência de cuidar da fortaleza de Óbidos. Polidoro disse que tratava disto e eu acrescentei que se aproveitasse ao menos a lição que há pouco levamos do vapor peruano Morona.

O padre dos Estados Unidos Oswald W. Moosmiller sempre quer ir visitar o rio Doce. Deus queira que volte!

Paranaguá informou em carta particular ao Belo que muito favoravelmente a respeito da viúva Wanzeller. Tratou do marido que desesperado da elefantíase dos gregos suicidou-se, e com todo o desvelo prometeu-lhe nunca abandonar seus despojos mortais. Por pedido do marido veio habitar Petrópolis onde todas as 6^{as} frs. ouve missa por alma do marido por quem depois vai rezar junto ao túmulo que lhe erigiu no cemitério. Ê de maneiras muito delicadas, e metida consigo. Hei de ainda tomar informações quando estiver em Petrópolis; pois que receio algum caráter romântico.

Sinimbu informou-me de que houve exageração no que se publicou sobre o Patrício morto na Casa de Correção; mas ficou de indagar melhor do mordaza *[sic]*. Quem deu parte do sucedido foi o preso Dr. Cardim.

Vai-se fundar uma colônia espontânea de dinamarqueses no Paraná perto de Assungui.

Disse ao Sinimbu que era preciso cuidar dos prêmios em que se deve empregar o que renderam as entradas da Exposição Nacional; deve pagar-se a dívida.

18 de dezembro de 1862 – Nada de importante.

19 de dezembro de 1862 – Estive com Mr. Liais que me trouxe uma exposição breve de seus trabalhos em todos os ramos das ciências naturais e sobretudo geográficas. Nada me pode dizer sobre a melhor direção para chegar em continuação da Estrada de Pedro 2º ao rio de S. Francisco; o que sobretudo me interessaria. Seus trabalhos parecem muito interessantes, e além do que era relativo à comissão, continuou a ocupar-se das duas questões sobre que já apresentou memórias do vôo dos pássaros com aplicação à locomoção aérea pelo homem ajudado do vapor, e do alcance e efeito máximo da artilharia. Deu-me boas informações dos ajudantes tendo encarregado o Ladislau ⁷²² de formar o herbário instruindo na taxonomia. A conversa foi de mais de 3 horas, e mal poderia resumi-la. Apenas referi que me disse que havia muitas forjas de ferro que era o que se consumia na província e que muitas minas de ouro de grande riqueza eram desaproveitadas. A Mantiqueira não lhe parece de difícil passagem. Entende que a navegação à sirga no S. Francisco seria de menos custoso estabelecimento que a de vapor. De Barbacena à barra do rio dos Vermelhos são 160 léguas e não 80 como disse o Ottoni; – é reflexão do Liais. Observou 5 a 6 trombas nos campos, e atravessou mesmo a cavalo por uma que lhe virou o chapéu de sol e quase o desmontou; era seca.

O Sinimbu recomendou-lhe que apresentasse antes das câmaras um relatório do mais útil dando-lhe 2 anos para acabar todos os trabalhos; o que não é pouco visto ser a colheita de observações de 14 meses.

Sinimbu trouxe 22 requerimentos de perdões dos quais três somente puderam ter favorável deferimento.

Mostrou-me cartas particulares dos presidentes da Bahia, Pernambuco e das Alagoas ⁷²³. O primeiro fala na necessidade de energia; mas sempre protestando moderação. Eu disse que era preciso seguir à risca o pensamento do governo e cumpria não perder o sangue frio por mais que gritassem amigos e inimigos.

Sinimbu parece não gostar dessa linguagem ainda que me dissesse que lhe escreveria que aceitasse o martírio. Tratou-se da demissão dos empregados e eu expendi de novo os princípios que sempre procurarei fazer prevalecer embora os partidos os contrariem por falta de espírito de justiça.

O de Pernambuco parece menos atordoado ou menos sincero, e o das Alagoas fala de modo que parece inclinar-se demais a uma parcialidade – a do Sinimbu.

Entregou-me, empenhando-se, o requerimento do Dr. Cincinato Pinto da Silva pedindo o lugar de secretário da Faculdade de Medicina da Bahia. Disse que não conhecia nenhum dos concorrentes; mas advogaria a causa do que está servindo há anos. Sinimbu observou que o despacho deste iria dar a vitória a um partido cujos membros alardeavam esse despacho, ao que repliquei que eu não sabia de partidos acrescentando que também me constava que o Cincinato deixaria o lugar da secretaria da presidência para o Zama que o Sinimbu disse ser sobrinho do deputado Espínola ⁷²⁴. Sinimbu pareceu contrariado com a minha resposta embora eu dissesse que se o ministro da repartição insistisse eu nada mais diria pois que a responsabilidade é dele.

20 de dezembro de 1862 – Houve Conselho de Estado para aprovar dois atos. Depois despachei com os ministros não estando presente o Olinda que o Abrantes disse que fora ver se arranjava o negócio do Maranguape.

Ouvi ler e li os ofícios do Pará e Amazonas, e disse que era preciso estranhar ao menos o procedimento do presidente da última província e do capitão-tenente José da Costa e Azevedo ⁷²⁵ que deviam continuar a marcha encetada pelo presidente do Pará. O comandante do Morona disse que tinha só 19 homens a bordo do vapor, e o Belém podia muito bem tê-lo detido, como Lamare disse que pensava tivesse feito o Leal que é oficial muito desembaraçado. Muito me magoou ver como o Morona foi tratado pelo presidente do Amazonas e José da Costa e Azevedo apesar de informados de tudo.

Restitui ao Abrantes os projetos de notas ao Christie com algumas alterações das quais a importante é a que já indiquei no dia 17. Antes do Conselho de Estado Abrantes falou-me na vantagem de mandar já um enviado ao Paraguai para aproveitar as boas disposições do novo presidente ⁷²⁶ que já constavam pelo nosso cônsul em Montevidéu e se revelam em carta escrita ao Pimenta Bueno ⁷²⁷ que o presidente mostrara depois de tornar a ver. Aprovei a idéia e lembrei o Paranhos para esta missão de preferência a Pimenta Bueno [*que*] pareceu-me querer propor Abrantes; porque iria sem dificuldades nessa ocasião e não pediria mais do que razoavelmente se lhe devem conceder o que não faria Pimenta Bueno que é amigo de dinheiro. Entre o Conselho de Estado e o despacho o Albuquerque a quem falei sobre a responsabilidade a que foi chamado Saldanha Marinho respondeu-me que tinha sido pedido do tribunal do Tesouro, acrescentando que obrara em rigor de direito; mas que ele sabia qual a minha opinião sobre a liberdade de imprensa.

À tarde estiveram cá o Josino, o Caxias e o Paranhos. Falei ao primeiro sobre a folha oficial, que é preciso tornar mais interessante e disse-lhe que, aprovando muito as idéias do programa do Diário Oficial entendi contudo que ele devia defender os atos do governo de modo que o programa permitia, e já era meu pensamento, desde que, há anos, comecei a pugnar pela criação dessa folha. Recomendei-lhe também os extratos das folhas das províncias, que nada dizem das discussões das assembleias respectivas. Disse que pretendia ver quem se encarregasse de tal trabalho.

Caxias, que me procura agora amiúde, disse-me que o surpreendera a decisão do Tesouro quanto ao Castro, e que Wanderley ⁷²⁸ lhe escrevia muito empenhado na vitória de seu partido com exageração que o admirou.

Paranhos assim como Caxias confirmou o que minha memória não tinha a princípio bem presente a respeito do modo porque feita a apreensão do contrabando Romaguera. Censurou a precipitação com que foi feito o relatório do inquérito só dizendo o que pode achar de mau na Alfândega quando até o Ottoni se admirara da perfeição com que o Luís Cipriano tinha escrito seus livros. Constou-me que o Galvão ⁷²⁹ a muito custo apresentou seu inquérito da Alfândega de Pernambuco pois compromete diversos empregados taxando o inspetor ⁷³⁰ de fraco e que estes papéis passou-os ao Albuquerque com recomendação. Também me disse que o Henriques e o Cardoso de Meneses ⁷³¹ tinha ele certeza que sabiam da autorização dada ao Castro, sendo aliás isto público em tal tempo; visto que nenhum dos ministros fez segredo disto. Paranhos procurou defender a moralidade do meio empregado; mas não me convenceu, e quando ele pela imprensa, como me disse que faria, desenvolveu a defesa da autorização do meio empregado anteriormente pelo Leopoldo ⁷³², numa apreensão de jóias na praia de S. Cristóvão, eu fiquei de lhe dizer o que penso definitivamente a respeito da moralidade do meio empregado. Também observei que se o meio é imoral não devia a apreensão aproveitar ao Estado, contrariamente ao regulamento e por fim mostrou o mal que provém de tais censuras ao ministro, sendo o tribunal do Tesouro novamente consultivo quanto à ordem de repreensão ao Castro.

Eu defendi o Albuquerque que não sabia da autorização apesar do Paranhos ter dito que lhe devia os maiores elogios em relação a seu ministério, o que é exato pois os tenho ouvido mais duma vez. Lembrei ao Paranhos o que se tinha passado a respeito da remoção do Antônio Vicente da Costa para a Bahia, e ele nada disse em sua defesa além do que já lhe ouvira quando propusera unicamente a remoção. Também veio despedir-se o Espiridião Elói de Barros Pimentel ⁷³³, e disse-lhe qual a política que o ministério ao menos ao entrar aceito sem reflexão, e disse-lhe que a província carecia sobretudo de muito zelo e bem dos melhoramentos morais também não estando quanto aos materiais no pé em que poderia achar-se. Recomendéi-lhe muito sangue frio que ele afirmou ter no meio das algazarras dos partidos a fim de fazer justiça.

21 de dezembro de 1862 – Procurou-me o juiz municipal de S. João do Príncipe ⁷³⁴ a respeito do qual o juiz de direito filho do Sapucaí ⁷³⁵ informa muito bem. Expôs-me o que eu já sabia em parte, e disse-me que a indisposição começara de não querer ele satisfazer pedidos da Câmara como se fossem ordens. Queixa-se mais do Bahia advogado de Breves do que este que é governado por aquele escritor de pasquins contra famílias, como depõe até o tabelião do lugar, e redator com os Drs. Hemetério ⁷³⁶, Francisco Nicolau dos Santos do periódico Agricultor cuja tipografia foi levada para S. João do Príncipe pelo Dr. Bahia. Pode ser removido julgando ter passado tempo suficiente para que o ministro da Justiça não receie, como lhe disse, que atribuam a remoção à influência do Breves e gente que o cerca. Fiquei de falar ao Sinimbu.

Estive com o Belo. Disse-me que a maioria não tinha infringido em nada o regimento, e que demitira os Drs. Batista Pereira e Francisco Leocádio de Figueiredo ⁷³⁷ porque tinham injuriado a presidência na Assembléia, dizendo um com apoio do outro que não receava a demissão a qual estaria pronto a atirar à cara do presidente. Respondi que tinha-os demitido com toda a razão expendendo os princípios que entendo devem regular em tais casos o procedimento do governo. Acrescentou que ninguém sabia da sua intenção de demitir os referidos empregados senão quando manda a nota para a secretaria, e que Batista Pereira tinha-o tratado com perfídia, até elogiando o orçamento, senão quando muda-se para a oposição, por isso que apançaram-lhe que Belo seria demitido, a Câmara dissolvida e ele Batista Pereira apresentado como candidato por um dos círculos do Rio de Janeiro. A respeito de Francisco Leocádio disse que todos os presidentes têm se queixado de seu caráter, e que não podia mesmo continuar a servir como seu diretor ⁷³⁸ veremos qual é o procedimento do ministério para com o Belo, a quem também disse que reparara em que os da maioria atacassem os ministros ao que ele respondeu que pedira a esses deputados que não falassem em política e sobretudo não agredissem o ministério de quem ele era delegado. Como o Belo é amigo de Sinimbu creio que será conservado aliás com justiça, segundo penso, e é preciso porque de outro modo tudo é anarquia segundo também na conversa com o Belo refleti.

22 de dezembro de 1862 – Fui visitar a fábrica de José Maria Reis na Rua do Hospício ⁷³⁹. Vi instrumentos curiosos sobretudo um espectroscópio de Bunsen, e outro de Soleil para medir os ângulos dos eixos dos cristais. Reis ficou de mandá-los cá para eu examiná-los detidamente. Há muito instrumento que ele decerto não vende. Tem 9 oficiais quase todos portugueses e apenas faz armações de óculos e lunetas e alguns instrumentos de menor importância. Disse-me que vendia de 60 a 80 contos por ano de óculos e prometeu dar-me uma estatística dessa venda distinguindo a natureza dos óculos. Trouxe-me um catálogo dos nomes apenas dos instrumentos que há na loja. Os vidros são lapidados na Europa. Defendeu-se de ser careiro alegando o empate de capital que já sobe a 300 contos. Quis vender um telescópio ao Observatório que é muito mau como vi e por isso brigou com Melo ⁷⁴⁰ o qual lá se achava assim como outros entendidos entre os quais o Bellegarde ⁷⁴¹ que mostra conhecer bem os instrumentos de sua profissão. Gostei de ver um sextante de algebeira que dá a aproximação dum minuto. Mostra-me a mesa onde trabalhava o Maia a quem pertenceu uma alidade de marfim da antiga navegação. Notei fotografias obscuras para estereoscópio; devia ao menos tirá-las do mostrador. A casa dos Reis parece apresentar algum aparato de mais não sabendo porque empata dinheiro em instrumentos que não lhe comprarão; contudo Reis tem boas amizades e julgo-o trabalhador.

Depois estive na fábrica de refinação de Cunha e Sauerbronn na rua da Gamboa ⁷⁴². O método é muito simples. Faz-se a calda e clarifica-se com a albumina de sangue de boi; operação que dura 1 hora para 100 arrobas de açúcar. A calda passa meia hora pelos filtros que contém 2 toneladas de carvão animal, que se faz na fábrica e é revivificado ao fogo sendo cada fornada de 1 tonelada, metendo-se os ossos nos vasos de ferro por um lado, e saindo por seu próprio peso depois de carbonizados pelo outro, e finalmente vêm para um tacho raso onde é agitado por dentes, e os torrões quebrados com rolos. Esta última operação levou na minha presença de 8 a 12 minutos gastando menos tempo quando se botam os torrões provenientes de anteriores operações depois de separados por uma peneira. O açúcar fica muito branco e defeito

na água não deixa o menor resíduo de carvão como ouvi e parece-me que na verdade assim o observei que sucede na fábrica de refinação de Niterói. Aproveita-se por este sistema muito mais que empregando as centrifugas e tudo dependente do ponto que se dá durante 20 minutos a 8 arrobas numa tacha para onde sai a calda depois de ter passado pelos filtros. Tudo é movido por uma máquina de 4 cavalos. Vende a libra de açúcar a 5\$800. O açúcar que refina ao menos o que vi não é muito escuro. O Sauerbronn deu-me explicações de tudo e parece inteligente; esteve 20 e tantos anos na Confeitaria Desroche, e empregado aí obteve privilégio para este método de refinar, que à primeira vista parece muito superior [a] outro que conheço. Refina até 160 arrobas por dia; porque não compram mais regularmente.

Também visitei a fábrica de Miers e Maylor na Rua da Saúde n° 136. Tem 168 trabalhadores a maior parte brasileiros entre os quais Maylor me apontou como muito inteligente [sic]. Este ano já fez 6 vapores, e virar de crena o Apa sem alquebrá-lo como receavam. Deu-me um pedaço de madeira do Apa não coberta de cobre a qual parece uma renda sendo as entradas dos bichos muito pequenas e portanto disfarçáveis em relação aos estragos no interior da madeira. Tem diversas máquinas para o trabalho movidas por uma de 8 cavalos, e vi um condensador tubular que Maylor disse que já construiu aqui antes que esse melhoramento viesse preconizado da Europa. Já encomendou um martinete. Estão postas as cavernas de ferro para um vapor de navegação da baía do Rio de Janeiro. Vi diversos modelos de cascos de vapores que aí se têm feito, e também me mostra o desenho da porta do dique que é empresário Miers que está em Londres cuidando disto.

Esteve cá o barão de Lajes ⁷⁴³ muito desgostoso do procedimento da Assembléia Provincial, e eu disse o que julgava a tal respeito e já escrevi asseverando-me ele no jantar que nem se falou no Olinda como é de supor que mesmo por interesse próprio não fizessem os membros da maioria. Disse-me que com efeito havias mesas de jogo e que se assentavam deputados de ambos lados procedendo com muito pouco respeito, chegando a deitar-se sobre as mesas, e levantar as pernas quando falavam assentados por licença da Assembléia.

23 de dezembro de 1862 – Nada de importante.

24 de dezembro de 1862 – Houve despacho. O Olinda disse que o Maranguape julgava que estaria capaz de servir daqui a um mês e observando eu que só três meios havia de sair deste embarço pedir ele demissão, deixá-lo reconhecer que não pode com o trabalho da pasta ou demiti-lo; o que entendo se deve evitar e não será preciso vistas as relações entre Maranguape e Olinda, este acrescentou que trabalharia para que ele pedisse demissão visto que tornar ele à pasta seria arriscar a vida.

O Olinda disse que havia empenhos contraídos pela ópera nacional e não podia deixar de auxiliá-la com a proteção do governo para o contrato de artistas na Europa.

Eu insisti na minha opinião desde o princípio e o Olinda deu os papéis ao Abrantes, que parece pensar como eu, para examiná-los.

Restitui ao Olinda uma confidencial do Sá e Albuquerque, e notei hesitações a respeito da política que tem seguido, como ele diz, de moderação e imparcialidade, e que tanto convém continuar.

O Belo comunicou ao Olinda as ocorrências com a Assembléia Provincial, e parece que o ministério aprova o procedimento do Belo nada tendo eu dito além do que já referi.

Abrantes leu o officio de Marques Lisboa em que este diz que meu cunhado conde de Áquila deseja uma nova licença mais ampla que a outra enquanto apresenta sua representação a respeito do modo porque entende o padrão que deve regular o pagamento do dote. Eu disse que me parecia quererem ganhar tempo mas que anuiria a uma prorrogação de licença por mais 4 meses; porém que cumpria responder logo que viesse a representação e de modo a não haver ainda protelação no sentido que já havia exposto. Sinimbu lembrou a conveniência de ouvir as seções de Justiça e Estrangeiros e da Fazenda; mas eu repliquei que minha opinião era firme, e que, receando que os conselheiros não fossem rigorosamente justos vindo a responsabilidade de todo este negócio a recair sobre mim concordaria somente, como sugeriu Sinimbu, que se consultassem os conselheiros das seções particularmente e que se eles pensassem como eu e todos os ministros, à exceção do Albuquerque e talvez de Olinda, como já referi, então houvesse consulta para apoiar a resolução do governo perante o conde de Áquila.

Abrantes leu notas de Christie sobre as reclamações do Prince of Wales e oficiais da fragata Forte em que faz exigências a que não podemos anuir com decoro. Referiu que conferenciando com o Christie este lhe dissera que no caso de não serem satisfeitas suas exigências entregaria o negócio ao almirante inglês, e que ele de acordo com seus colegas

eram de opinião que não cedêssemos deixando empregar a força como já sucedeu aqui com o almirante Roussin, e em Portugal. Eu aprovei inteiramente a proposta do ministério, e falando-se sobre o desforço que poderiam tirar os ingleses todos concordaram em que se acometessem algum navio de guerra nosso fosse antes ele ao fundo do que arriasse bandeira. Christie pediu uma conferência para sábado, e exige resposta por escrito até Segunda-feira. Assentou-se em que houvesse despacho no sábado aonde se apresentaria Abrantes depois da conferência com Christie.

Falei ao Albuquerque sobre o inquérito feito por Galvão na Alfândega do Recife e ele disse-me que se ocupava deste negócio. Chamei a sua atenção sobre o estado da Recebedoria do município de encarregar o Cruz do exame desta repartição. Suscitei uma questão por causa dum despacho do Sinimbu sobre poderem ser providos pelo governo geral os lugares de justiça na província de Minas, criados por lei geral, depois da interpretação do Ato Adicional, sem que tenha sido revogada a lei provincial anterior a esse ato que deu tal atribuição ao presidente. Sinimbu ficou de examinar o que há sobre esta questão.

Propôs a remoção do Juiz municipal de S. João do Príncipe para Campos. Disse que embora não tivesse autorização para isso, o que de antemão eu reprovara, tinha mandado dar 6 contos para as obras da igreja dos Capuchinhos do Castelo, e fazer as despesas de passagem da família do ex-presidente do Rio Grande do Sul.

Roswadowsky⁷⁴⁴ e Resnburg propuseram fazer um atlas geográfico e estatístico do Brasil; mas eu disse que o primeiro não é muito digno de confiança, e que a condição de ninguém mais poder fazer qualquer publicação sobre o modelo deles julgava tornar inaceitável a proposta, que aliás não pede auxílio pecuniário.

25 de dezembro de 1862 – Nada de importante.

26 de dezembro de 1862 – Id.

27 de dezembro de 1862 – Houve despacho. O Olinda disse que por falta de informação exata sobre o modo por que se achava composta a lista dos vice-presidentes passava para 2º João Batista Carneiro contra quem escreveu ao Olinda uma carta o Alencastro dizendo que Carneiro era diretor do Santa Cruz que foi demitido e que mesmo como inspetor da tesouraria servia mal, sendo isso confirmado por Albuquerque o qual mandou proceder a um exame nessa repartição.

Contra João Batista Carneiro representaram como presidentes Gama Cerqueira e Alencastro⁷⁴⁵, e o que daqui partiu também antes de sair. Eu observei ao Olinda que era mais prudente esperar por informações do novo presidente depois que visse com seus próprios olhos mais que ele Olinda me propusesse o que julgasse melhor. Disse que o monsenhor instava muito pela nomeação para os lugares vagos da capela e propunha o Fonseca Lima e cônego Paiva de Sta. Catarina para monsenhor, só achando dos cônegos atuais digno de ser promovido, caso não fosse português, e muito moderno, o padre Félix Maria de Freitas e Albuquerque⁷⁴⁶. Eu reclamei contra o que julgou injusta e disse que os cônegos Januário Bento Xavier e Freitas e Albuquerque, filho de brasileiro, e que só nascera em Portugal por ter o pai estudado em Coimbra eram dignos de nomeação de mosenhores, e que Fonseca Lima e Paiva passassem como cônegos para a capital imperial por sua ilustração, e vantagem que havia em arredá-los de suas províncias onde não gozavam do conceito de morais. Olinda parece que acha justas minhas razões e ficou de propor um padre para o terceiro canonicato que ainda ficará vago. Alegou para a nomeação de monsenhor do Fonseca Lima os cargos que ele tem na diocese da Bahia; mas ignorava o que lhe disse sobre a moralidade do Lima e do Paiva.

Entreguei os papéis relativos ao orçamento da Câmara Municipal da Corte e chamei a atenção do Olinda sobre a criação dos inspetores de calçadas assim como dos 5 guardas além do número marcado sem autorização do governo e outras despesas não autorizadas. Abro *[sic]* a medida tomada de passar do banco para as mãos do tesoureiro o dinheiro dos depósitos eu disse que a lei de 28 ordena que todo o dinheiro sob a administração da Câmara esteja no cofre, e que para dar-lhe outro destino será preciso autorização do Corpo Legislativo como se fez em caso análogo além de que estando o valor dos depósitos no banco diminui a responsabilidade do tesoureiro e a fiança deste não deve ser diminuída, proporcionalmente. Lembrei ao Olinda a necessidade de mandar examinar as contas da Câmara e ele parece que já tinha pensado nisto.

Falou ao Albuquerque sobre o artigo do Diário de hoje e disse-lhe que era preciso não se fiar somente em suas boas intenções; mas procurar sempre marchar de acordo com a lei no que muito o podia ajudar seu filho como magistrado que foi. Observei também que seu procedimento a respeito dos lugares de 4ºs escriturários que a lei mandou abolir à medida que vagarem não tem sido regular, e que examinasse esse negócio.

Quanto ao artigo do Diário apenas dizia o que pensava com uma primeira leitura, mas que examinaria a questão. Albuquerque fez o que pode; mas já não pode examinar sem bons auxiliares os negócios como ainda mostrou hoje quanto a um parecer da seção sobre o recurso da lotação do ofício de ausentes. Albuquerque ia com o parecer da maioria do Tribunal do Tesouro; mas à vista da leitura dos papéis que ele trouxe não defendeu sua opinião, e disse que não se opunha ao parecer da seção.

Falou-se do ultimatum do Christie no sentido que já referi e Sinimbu disse que Christie tinha consultado St. Georges ⁷⁴⁷ sobre qual a desforra injusta – que tiraram de nós se tomar um navio brasileiro fora ou dentro do porto e que St. Georges lhe advertira a irritação que tal ato excitaria na população contra os ingleses. Eu disse que desejava que me avisassem de qualquer movimento hostil dentro do porto da marinha de guerra inglesa para eu ir para o Arsenal de Marinha. Os ministros observaram-me que seria melhor eu ir somente para o Paço da Cidade para que minha presença no arsenal não excitasse a população. Eu respondi que apenas desejava não parecer indiferente em tal conjuntura indo para o meio da população e que, portanto, sairia para o Paço da Cidade logo que o ministro da Marinha me avisasse por telégrafo cujo serviço Sinimbu devia recomendar que estivesse alerta.

Lamare expediu ontem para que as guarnições estivessem prontas para revista em ordem de marcha e completaria logo que for preciso a guarnição dos dois navios de guerra que temos armados no porto. Sinimbu queixou-se do serviço como é feito pelo inspetor das obras públicas ⁷⁴⁸ muito curto de inteligência e que deseja ser comandante do corpo de engenheiros que se acha criado; mas ainda não se organizou.

Comunicou-me que o Pena era de opinião que se organizassem bandeiras contra os índios que tinham agora feito incursões em Mato Grosso, eu e todos os ministros reprovamos tal idéia que aliás o Pena ⁷⁴⁹ submetia à aprovação do governo.

Também falei ao Albuquerque sobre o ex-inspetor da Alfândega do Rio Grande do Sul e parece que ele apesar das informações a favor lhe é contrário por causa do que diz Sampaio Viana ⁷⁵⁰.

Abrantes não chegou até depois de 5 da tarde. Veio depois de se terem retirado os colegas e disse-me que Christie lhe pareceu abalado pelo exame que fez de todos os papéis, e já não formulava algumas das exigências como até agora parecendo que o governo inglês deixara a seu arbítrio a escolha da satisfação a exigir de nós. Não falaram de ameaça, e portanto Abrantes não disse o que parece julgava conveniente, conforme a lembrança de Sinimbu na conferência de ontem, que os navios de guerra brasileiros não arriariam bandeira indo de preferência a pique depois de responderem a balas com balas; mas feita esta declaração da mesma forma por que Christie nos ameaçara dizendo que apenas queria que o governo brasileiro não ignorasse a triste obrigação em que se poderia achar.

Amanhã vem buscar o projeto de resposta a Christie e 2 Memoranda sobre as reclamações que me deram para examinar e à tarde haverá conferência de ministros. Referiu-me o que se passou entre Christie e St. Georges e eu já contei.

28 de dezembro de 1862 – Veio o Abrantes. Fiz pequenas observações sobre os memoranda e nota, suprimindo nesta um trecho de tom irônico; o que ele achou acertado e levou os papéis para a conferência. Disse-lhe para recomendar ao Lamare que no aviso não diga o motivo porque o faz.

29 de dezembro de 1862 – Procurou-me o dr. Drummond ⁷⁵¹ concorrente a um lugar de substituto do Curso Jurídico do Recife. Como ele da vez passada já apresentou melhores provas que o outro concorrente Sales que Olinda desejava que fosse mesmo preferido ao José Liberato Barroso, e agora já querem tornar a escolha política, eu disse a Drummond que ele apresentara boas provas da vez passada; mas que se ele apresentasse agora melhores que seu concorrente ainda assim poderia embaraçar sua escolha o fato de Serinhaém ⁷⁵². Respondeu que ele até apreendeu a maior parte dos africanos, e que Sérgio ⁷⁵³, Policarpo de Leão, e juiz Campos podia dizer quais os criminosos que não ele e o pai que até fora por ele incitado a tomar conta da delegacia para fazer a apreensão. Contudo isso explicou como meio de evitar a acusação, e eu lembrei-lhe que muitos africanos não tinham aparecido. Disse-lhe enfim que procurasse o ministro e lhe expusesse tudo procurando desfazer a impressão do sucesso de Serinhaém pois que eu entendia que um professor não deve ter em sua vida pechas que seus discípulos lhe possam lançar em rosto. Drummond pareceu sair algum tanto desconcertado.

30 de dezembro de 1862 – Recebi a carta que junto do Abrantes que veio à tardinha e me disse que Christie esteve à noite passada em casa de S. Georges e que hoje foi a bordo da Fort; mas voltará para o Hotel dos Estrangeiros. Referiu-me que o almirante Warren fora à Praça do Comércio onde havia grande agitação e falavam mal de Christie e perguntara

porque tal celeuma, nada havendo para tanto; mas dois navios de guerra ingleses saíram não se sabendo para que fim. A resposta do Abrantes foi alterada na conferência; mas sem eu ser ouvido afinal para acrescentar dois trechos em que se diz que o governo não esperava tal despacho, e que as circunstâncias dum país novo e extenso do Brasil explica certos embaraços que de nenhum modo devem ser entendidos como falta de atenção para com outra nação. Creio que estas alterações não alterariam o importante da resposta, e por isso disse que as aprovava.

Abrantes pretende mandar imprimir com todo o segredo na Imprensa Nacional os principais documentos relativos à questão pendente para que sejam publicados logo que haja qualquer afronta da parte dos ingleses e em todo o caso poderem ser comunicados pelo próximo pacote a nossos agentes nas principais cortes européias. Abrantes ficou de me escrever se houvesse alguma novidade até o despacho de amanhã. Christie ainda não deu sinal de si. Lembrei ao Abrantes que tomassem em consideração o caso dos ingleses tomarem um cruzeiro nosso e trazê-lo para este porto como troféu. Qual será o procedimento do comandante do nosso navio? Abrantes disse que deve ser protestar contra força desigual depois de dar o tido *[sic]* de que fala o direito marítimo. O Abrantes pareceu-me já um pouco menos ferido no brio nacional embora dissesse que se Christie quisesse reatar sua correspondência sobre as reclamações da questão que o governo já lhe disse que referia a Londres se não deveria anuir a isso, entendendo eu conforme lhe manifestei, da mesma maneira. O artigo do Jornal disse-me Abrantes que é do Paranhos e apesar de achá-lo redigido de modo mostrar que partira do governo produzira bons efeitos. Entende que o artigo devia ter aparecido no Diário Oficial convenientemente redigido em atenção à folha que o publicaria.

O concorrente Dr. Sales veio cá, e eu apenas lhe disse que as provas e informações decidiriam. A cara não revela inteligência.

31 de dezembro de 1862 – Houve despacho e além de outros negócios que referirei depois que tratar do principal de quase todo o dia de hoje, examinou-se este que é o das reclamações de Christie. Este respondeu à nota do Abrantes dizendo que o almirante ia ordenar a captura de navios brasileiros em represália até serem satisfeitas suas exigências. Como Abrantes que leu só a conclusão da nota por ser longa disse que o Christie englobava as duas reclamações assentamos todos em que se respondesse que o governo nada mais tinha que replicar, visto os ingleses resolverem indenizar-se por suas mãos. Christie lançava a responsabilidade de todas as conseqüências sobre o governo brasileiro. Abrantes retirou-se logo para cuidar da publicação de toda a correspondência entre ele e o Christie nos jornais de amanhã, enviando esta noite a resposta ao Christie, e todos os ministros deveriam estar comigo no Paço da Cidade às 6 ½. Depois veio notícia de que havia excitação na Praça do Comércio e até se falava em meter a pique um navio de guerra inglês. Assentou-se em que fosse para lá o ministro respectivo, o Sinimbu e o Olinda guardando o resto dos papéis para o próximo despacho retirou-se também para igualmente tranqüilizar as pessoas que o interrogassem. Lamare disse-me que tinha armado os vapores Iguatemi e Anhambaí que não o estavam além do Imperial Marinheiro, brigue Maranhão, Baiana (corveta) e vapor Magé que o estavam, e que preparava artilharia para estabelecer uma bateria na Ilha das Cobras e outra no Arsenal tencionando também mandar a Constituição ancorar junto a este para preveni-lo. Eu disse que era bom prevenir-se como por exemplo mandando aprontar carretas para peças nos dois arsenais como tinham feito os dois ministros, mas que as ordens para as baterias e Constituição era intempestivas. Pouco depois retiraram-se os ministros restantes por convir mais que estivessem na cidade, e recebi antes de partir para a cidade três recados telegráficos dizendo o primeiro da parte do Sinimbu que a praça tinha ficado muito satisfeita com suas declarações e que tencionavam os ingleses reter os navios brasileiros nas ilhas de Maricá, tendo vindo durante o despacho notícia de que Christie afixara no Consulado Inglês um edital anunciando a seus patrícios que se iam fazer as presas; o 2º que já havia sido apresado o vapor S. Pedro e o 3º que este assim como tinham entrado, e que ainda não houvera nenhum apresamento. Chegando ao Paço da Cidade disse-me Lamare que o Mauá procurara Abrantes e Olinda e lhes sugerira a idéia de recorrer na questão do Forte; que a outra é de dinheiro, a uma terceira potência não parecendo Christie opor-se a esta idéia. Manifestei-me logo contra semelhante alvitre no momento atual; mas durante o Te Deum pensei moderadamente sobre o caso, e na ocasião em Abrantes *[sic]* apresentou duas propostas uma no sentido do ajustado de manhã e outra conforme a idéia do Mauá eu desenvolvi minha opinião em contrário como logo direi.

Acabado o Te Deum disse que ouvindo a Mauá lhe dissera que se ele lhe assegurasse por escrito a aceitação por Christie da mediação ele a apresentaria a seus colegas e a mim, mostrando carta do Mauá neste sentido. Leu a resposta conforme o ajustado pela manhã, tendo eu antes manifestado minha opinião contrária à proposta de mediação feita por nós porque ainda a Inglaterra não nos tinha querido obrigar por meio do emprego efetivo da força, e convinha ganhar

tempo a ver se os interesses dos próprios ingleses faziam pressão no ânimo do Christie levando-o a ele ou a outro diplomata por ele a sugerir-nos a idéia de recorrer à mediação duma terceira potência. Olinda inclinou-se à proposta feita por nós desde já da mediação querendo que nada se respondesse até sábado ouvindo primeiro o Conselho de Estado. Abrantes não declarou sua opinião; mas mostrou bem seguir a do Olinda, e Cansansão antes de todos pediu-me para manifestar-se no sentido de minha opinião, Polidoro e Lamare não ocultaram sua adesão a este parecer, assim como o Albuquerque, apesar de dizer que não se sentia em estado de deliberar. Quanto adiamento da resposta e audiência do Conselho de Estado ponderei que era indispensável publicar tudo aproveitando esta oportunidade em que o Christie pelo receio das conseqüências poderia fornecer-nos um meio o mais decoroso possível de sair da dificuldade e que o Conselho de Estado poderia ser depois ouvido. Alterou-se pois o projeto de resposta no sentido de dizer somente que se aceitava a intimação, não separando as duas reclamações; o que se deveria deixar ao Christie fazer; porque entretanto ficava o governo livre para obrar segundo entendesse melhor, podendo no caso do Christie insistir nas exigências que fez por causa do negócio da Forte ser ouvido o Conselho de Estado e tratar-se de mediação, já depois de ficar bem patente que só cedemos ao emprego da força.

Logo que o Abrantes comunicou o que se passara com o Mauá; porém antes de eu saber da carta, já tinha eu estranhado o que ele dissera a Mauá, embora ad referendum, como ele se exprimira, de modo a parecer-me justificável o que ele fez; mas depois que me contou o que houve a respeito da carta, e tendo ele dito ao Polidoro que se rira, creio que sem intenção de ofender a Abrantes, que o negócio não era de escárnio, e julgava ter cumprido seu dever aceitando como o fez na intervenção de Mauá, eu observei que Abrantes cumpriria seu dever se, não repelindo logo a lembrança de Mauá, como disse Sinimbu que se deveria ter praticado, ouvisse a seus colegas e a mim antes de ter dado qualquer resposta a Mauá; o que pareceu incomodar muito ao Abrantes que aliás nada replicou tendo eu lido, quando ele se retirava para cuidar da entrega da resposta ao Christie, perguntando-lhe porque havia perdido o seu sangue frio habitual e procurar atenuar a impressão da risada do Polidoro que decerto veio muito mal a propósito quando ele lhe pedia para ler as conclusões do outro projeto de resposta que tendo sido rejeitado mesmo sem ser lido era escusado e mesmo desagradável ao Abrantes ler nessa ocasião. Já então, eu procurei acalmar o Abrantes dizendo que reconhecia suas boas intenções e diferia de sua opinião antes na oportunidade que a respeito dela mesma; porém sentia que Abrantes se retirasse sem nova prova de que o estimo, e ele me respondeu que se admirava de que Polidoro, e creio que também se referiu a Lamare; porque este soube pelo Abrantes da intervenção do Mauá, desaprovasse o que antes tinha achado muito bom. Depois da retirada do Abrantes disse que em todas as ocasiões e sobretudo agora deviam os ministros estar bem unidos e que ele Polidoro não tinha rido, embora eu cresse que por qualquer outra causa, em boa ocasião. Também disse que se o Christie viesse à recepção do Corpo Diplomático, eu apenas o cortejaria e no caso de ter chegado o pacote lhe perguntaria pela saúde da rainha e sua família. Não falei em mandar passaportes ao Christie porque nós apelamos nas respostas dele para o governo inglês, embora ele dissesse a negociantes ingleses que ele cumpria as ordens do seu governo. No despacho da manhã ouvi que os negociantes queriam protestar contra o procedimento do Christie. O Lamare disse que estando a bordo do Imperial Marinheiro assistindo a exames fora aí um oficial inglês da parte de seu almirante a titulo de dar desculpas por não ter feito uma visita; mas pareceu-lhe que para examinar o estado do navio.

1 de janeiro 1863 – Que triste começo de ano sob a pressão de ameaça dum governo estrangeiro! Pensei que fosse mais difícil este meu diário posto que muito imperfeito, e escrito muitas vezes quando o corpo pedia descanso; mas já se completou um ano e agora tornou-se um hábito que julgo não perderei mais.

Nada me constou de mor.

À tarde estiveram cá bastantes visitas.

Eusébio aconselha toda a prudência no negócio Christie e parece querer que não se empregue a força em nenhum caso dos que lembram como prováveis mesmo. Aprovou as respostas do governo parecendo-lhe todavia brusco o modo porque se interrompeu a discussão com o Christie sobre as duas reclamações para referi-la a Londres. Eu disse-lhe que impertinências tinha Abrantes sofrido antes de Christie. Paranhos ainda mais pareceu assustado, e disse-me que não julgava que o Christie houvesse marcado prazo peremptório para a decisão, não tendo sido consultado nesta questão. Eu respondi que só não haveria prazo peremptório na forma, e manifestei-lhe como feito ao Eusébio como eu pensava, rematando para lembrar-lhe que honra e proveito não cabem num saco. Eusébio disse-me que os negociantes ingleses reprovavam o procedimento de Christie. Cansansão disse-me que Mauá tornaria a escrever a Olinda no sentido da mediação assim como o Abrantes. Eu declarei-me logo no sentido de ontem, e o mesmo fiz quando estavam todos os

ministros reunidos menos o Albuquerque o qual me pediu para retirar-se pouco depois que chegou por muito incomodado. Lembrei que era preciso ver qual deva ser nosso procedimento, caso tragam os ingleses as presas para algum de nossos portos e sobretudo para o do Rio não tendo eu ainda opinião bem firme a tal respeito. Olinda dá parte da comunicação; mas parece entender que não convém só pela intervenção de Mauá modificar a marcha seguida. Abrantes disse que já se tinha respondido à nota do Christie sobre o que disse Sinimbu na Praça do Comércio expondo que se o edital se afixou antes da entrega de sua nota de ontem fora porque esta só alta noite ficara copiada, e houve demora em remetê-la. Ao vir para cá recebeu outra nota do Christie que ainda não pudera ler toda; mas que confirmava a justeza de alguns reparos na resposta do Abrantes da noite passada, pedindo-me licença para ir cuidar da resposta que se fosse importante levaria à conferência amanhã e estava contrariado.

Polidoro com quem eu falara antes da vinda do Abrantes e me disse que rira por causa do modo peremptório porque eu não quisera ouvir o projeto de resposta que não foi preferido ontem, mostrou querer desfazer a impressão da falta de atenção de ontem.

Conversou-se sobre o estado em que se achavam os 3 oficiais ingleses na Tijuca, e as informações de Sinimbu, Abrantes, Lamare, Polidoro foram no sentido de estarem eles espiritualizados e ser um deles, o capelão da fragata, borracho e de maus costumes. Sinimbu ficou de mandar interrogar alguns ingleses que deram essas informações; o que seria de utilidade para o futuro. Tinha me constado que se não apresaram o vapor S. Pedro comandante Pereira da Cunha; mas nenhum dos ministros, apesar de constar-me que foi o Peçanha que deu tal notícia no Paço da Cidade ontem ficando Lamare de verificar isto.

Sinimbu disse-me- quando falava só com ele da carta de Mauá que ele se retiraria do ministério se fosse alterada a marcha seguida. Adiante dos colegas lembrou a conveniência de tirar lucros, aliás por meio muito permitido, a dois negociantes ingleses que se mostravam decididos a favor de Christie; mas eu me opus atendendo a que os outros ingleses talvez se declarassem a favor dos lesados e contra o ato do governo a que muito convém agora ter o comércio inglês a seu favor. Recomendei que vissem se as folhas de maior formato nada diziam por ora sobre o conflito com o Christie senão o que lhes mandasse o governo para evitar certas palavras inconvenientes como vêm no Mercantil e Diário de hoje sobre o que também me falara o Paranhos. Entre as visitas veio Cristiano Ottoni. Caxias disse-me que aprovara o que fez o governo e que se as presas viessem para este porto não podíamos deixar de empregar a força, e que ele já se oferecia para ocupar o posto mais perigoso. Lembrou a conveniência de fortificar o Pico sobranceiro à fortaleza de Sta. Cruz. Não consta que fosse vapor chamar os dois pequenos navios de guerra que os ingleses têm no Rio da Prata. Leopoldo da Câmara Lima ⁷⁵⁴ disse que lhe constava promoverem os negociantes ingleses um protesto contra os atos de Christie. José Maria Pinto Peixoto ⁷⁵⁵ referiu que os liberais diziam que o ministro dos Estrangeiros declarara que pedia sua demissão se se alterasse a marcha seguida quando alguém (eu) aconselhava toda a prudência! Já esperava esta injustiça, e muito estimaria se eu fosse o único arriscado que se desse ocasião de provar quanto sou brasileiro. Sinimbu, quando Abrantes falou em novas respostas ao Christie, mostrou não aprovar que se dessem. Acho-o um pouco entusiasmado demais assim como o Lamare, notando desânimo nos dois marqueses; Deus queira que antes de brigarmos com os ingleses não briguem eles entre si! Falando Polidoro no tom acrimonioso dos artigos do Constitucional contra o Christie, Abrantes disse logo que não lia esse periódico. Ainda espero que tudo se arranje por meio do recurso a uma terceira potência, que o Olinda lembrou ontem ser a Prússia e de preferência a Bélgica, sem o menor dever para nós. Dentro em poucos dias haverá sucessos importantes. Leopoldo também disse que o St. Georges atiçava o Christie porque deseja ser o conciliador. Vou dizendo tudo o que me consta de mais importante com muito pouca ordem porque o tempo não sobra e a preocupação é grande. Sinimbu disse que ouvira a Otaviano ⁷⁵⁶ que o Christie pretendia deixar a decisão do negócio a seu governo, e que os deputados e senadores de todas as opiniões residentes no Rio queriam fazer uma manifestação de apoio ao governo; mas parece que não julgam oportuna por ora e assim eu e Abrantes nos exprimimos quando Sinimbu o referiu.

2 de janeiro de 1863– Abrantes trouxe-me a nota de Christie, e convimos no modo porque de acordo já com seus colegas se lhe devia responder publicando-se tudo nos jornais de amanhã.

Abrantes lembrou que se escolhesse por árbitro o rei dos Belgas e assim se comunicasse a Christie em tempo oportuno. Queixou-se-me de Polidoro que lhe lembrava apesar de ir de farda à conferência que me devia consultar respondendo Abrantes um pouco teso a Polidoro que ele diz contar tudo o que se passa em conferência e despacho aos conservadores e ser muito malcriado. Referiu que Mrs. Jones, filha de Maranguape assim tinha sabido que Sinimbu dissera em despacho que breve se nomearia novo ministro da Justiça e que isto indispusera muito a Maranguape para

ouvir o Olinda. Falou na doença do Albuquerque ⁷⁵⁷ que está a morrer e da substituição do Maranguape a quem Olinda somente fala como compadre. Disse que abertas as Câmaras haja ou não dissolução pediria sua demissão eu respondi então que conversáramos, que desejava que o ministério marchasse unido e que no caso de dissolução deveria ser ele quem presidisse às eleições. Ficou de voltar às 5. Entretanto recebi diversas participações e algumas contrárias sobre 2 apresamentos um referido por um navio austríaco e outro visto do Castelo, seguindo o primeiro L. N. E. e o outro S. Escrevi ao Olinda no sentido da carta que ele me respondeu e ajunto ⁷⁵⁸. Antes do Abrantes veio o Lamare que me disse que o vapor S. Pedro não foi revistado, que pensa que o navio de que falou o comandante do navio austríaco não era presa, e portanto não levarão os nossos navios apresados rumo de Sta. Helena ou Assunção [sic] como ao princípio supôs, crendo que o patacho apresado, de nome Norma, segundo ouvi depois ia para Angra; o que talvez não seja assim porque a noite tive participação de que o patacho estava ao S. da barra, embora depois viesse parte de que seguia para o sul. Lamare disse-me, o que já ouvira ao Abrantes de manhã, que o Olinda queria logo que se aceitasse a proposta do Christie sem consulta do Conselho de Estado, e que o capitão do porto tinha 500 homens prontos à primeira voz, e que preparava carretas para uma bateria de peças de 68 em Villegaignon que sempre colocará embora se arranje este negócio pacificamente; o que aprovei. Disse-me que Drummond elogiava-me na Praça do Comércio por sustentar a honra nacional, e que meu modo de pensar era sabido entendendo eu que não devíamos consentir na entrada de presas neste porto, ao menos havendo força para não ficar vencidos nos primeiros encontros. Veremos o que dizem de mim amanhã embora julgue que procedi como devia, à vista da proposta espontânea do Christie, pois que Abrantes não viu mais o Mauá desde antes de ontem, e foi Olinda que lhe disse como li numa carta do Mauá escrita hoje a Abrantes apressando a solução do negócio, que talvez fosse o Conselho de Estado consultado. Lamare disse-me que toda a Marinha está muito animada e que ele não poderia consentir que entrassem presas neste porto e que tinha ordenado desde já que elas não pudessem vir ancorar onde estão os navios de guerra pretende vir cá logo que lhe constasse ter entrado no porto qualquer presa.

Abrantes tardou; porque estive com Eichman ⁷⁵⁹. Christie não o procurou como talvez o fizesse conforme a carta que junto de Abrantes. Vi a resposta. Apenas notei algumas faltas na linguagem, e declarei-me contra o emprego da palavra condescendência para Christie aguardar a decisão depois de ouvido o Conselho de Estado. Respondeu-me que era estilo diplomático, e Christie poderia perguntar porque o faziam esperar podendo ser ouvido o Conselho de Estado imediatamente, o que não se fará ficando a reunião para 2a fr., depois de Abrantes mostrar no domingo todos os papéis aos conselheiros; por isso que não devemos mostrar pressa em anuir à proposta de Christie, mesmo porque há a recear que a nota dele seja um meio de experimentar a firmeza de nossa decisão enquanto o Christie não recuou em sua marcha arrogante. Apesar de nada ter objetado pensando mais escrevi ao Abrantes sobre a conveniência de suprimir a palavra condescendência que soaria mal a muitos outros ouvidos além dos meus. Perguntei-lhe o que diria a Christie se este o procurasse e respondeu-me que diria que tudo dependia da consulta do Conselho de Estado e da opinião de seus colegas e minha que ainda não sabia qual era. Lamare disse-me que tinha pedido a Saldanha Marinho que por qualquer publicação imprudente não embarcasse o curso dos negócios. Receio que a imprensa ao menos depois do negócio ajustado se divida em dois campos, a conservadora acusando o governo de imprudente e a liberal de fraco. É natural que explorem este lamentável sucesso no sentido dos interesses de partido; contudo talvez a posição que tomou Mauá neste negócio contenha um pouco o Diário e o Jornal do Comércio sendo o Mercantil menos indócil.

Já me dispunha a descansar quando recebi a resposta do Abrantes que junto. Lembra-me dizer que avisei o Abrantes do que eu faria ao Christie se ele viesse amanhã à recepção do Corpo Diplomático, e que seria conveniente que evitasse a vinda do Christie. Ele falou em entender-se com St. Georges; mas eu repeli a idéia pelo que se diz do procedimento de St. Georges em todo este negócio, e lembrei Eichmann.

3 de janeiro de 1863 – Houve despacho e depois de falar do que se tratou a respeito da questão Christie direi o que se passou demais. Abrantes apresentou a nota de Christie em resposta à última daquele, e assentou-se em que se respondesse de modo a por bem patente que a proposta de árbitro partiu de Christie, e não se admitisse o árbitro senão para a questão dos oficiais, devendo Abrantes na conferência limitar-se a dizer que o governo nada podia resolver sem ter ouvido o Conselho de Estado. Abrantes retirou-se tendo antes feito algumas reflexões sobre a palavra devida do aviso que Sinimbu dirigiu ao presidente na Praça do Comércio ⁷⁶⁰ as quais eu contrariei dizendo que só era devido o que era justo, e concordando o Olinda assim como todos os outros menos o Lamare, que não estava presente, e avisado compareceu logo escrevendo antes que não sabia do despacho em que fosse remetido tal qual como o foi imediatamente. Tratei da questão da entrada de presas entradas no porto, e Olinda observou que só por força maior isso poderia acontecer, querendo que

nós as não tomássemos e que elas saíssem; o que as fortalezas disse ele aliás não consentiriam se fossem como presas. Combati isto fortemente, dizendo que não devíamos consentir na entrada e estada de presas em nosso porto, sendo da minha opinião Lamare, Sinimbu e Polidoro. Lembre a este que nomeasse José Mariano de Matos ⁷⁶¹ comandante de Sta. Cruz encarregado de preparar ao menos a bateria de lume d'água e coronel Fontes da Laje, tendo aliás já cuidado da primeira fortaleza e do posto do Pico tencionando tirar o paiol da pólvora donde está. Sinimbu disse que os ingleses deixaram de lavrar o protesto contra o procedimento do Christie; porque este os ameaçou de não dar seguimento à reclamação relativa aos direitos diferenciais. Chamei também a atenção do governo sobre o procedimento que deve ter para com os negociantes que apoiavam o Christie e são do mesmo governo dependentes; porém nunca deixando de ser justo e guardando esta desforra para quando não possa prejudicar a solução do negócio. Depois do despacho recebi a carta que junto do Abrantes e à noite ele veio referindo-me que o Christie lhe escrevera que estava indisposto e receava sair com medo de algum insulto pedindo que Abrantes lhe fosse falar ou mandasse seu secretário o Calógeras ⁷⁶². Este trouxe um papel por letra e muito pouco delicado *[sic]* do Christie, em forma de lembrança; mas assinado, em que diz que o governo do Brasil se sujeita a pagar a soma que o governo inglês marcar pelo negócio do Albardão; que propõe o governo brasileiro recorrer para decisão da outra questão a um árbitro imparcial que o da Inglaterra poderá aceitar ou recusar; que só o governo brasileiro fica responsável pelos prejuízos sofridos por todos os interessados nos navios apresados; que logo que o governo se sujeitar a pagamento da indenização irá ordem para suspender o apresamento e que as presas serão relaxadas logo que se fizer o ajuste. Declarei-me contra semelhante modo de propor por parte do Christie, devendo ficar bem claro e por nota dele que foi ele que fez a proposta e que nos comprometemos perante o país a indenizar os interessados nos navios apresados e não o fariamos perante a Inglaterra. Christie também diz no tal papel que propõe o árbitro porque o negócio dos oficiais é de dignidade para os dois países.

Recomendei ao Abrantes que consultasse seus colegas sobre o papel do Christie e ele ficou de passar ao Christie uma nota com referência ao papel a fim de firmar os pontos de que não prescindo para que o arranjo que já me dói profundamente não nos fique indecoroso. Abrantes parece às vezes não sentir sua superioridade pelo lado dos sentimentos nobres nesta questão. Lembrei-lhe também a necessidade de não deixar entreve qual a decisão que tomará o governo depois de ouvido o Conselho de Estado, a quem o Abrantes disse que não comunicaria que procedimento teria o governo e que o árbitro seria o rei Leopoldo. À tarde estive cá o Belo e disse-me que tem havido seu movimento nos espíritos em Niterói e que o Moura do Pátria anda a açular o povo tendo lido hoje na Praça do Comércio um artigo do Pátria muito virulento contra os ingleses. Falou-me da Seropédica tencionando escolher o Murtinho para administrador nada resolvendo a respeito da indústria sérica sem as informações que espero de França pelo Jacobina ⁷⁶³ e sendo bem explícito quanto às atribuições do Murtinho. Também me consultou sobre redução da verba da despesa de Petrópolis e eu respondi que sempre disse a seus antecessores que tratassem essa povoação conforme sua importância comparada à das outras da província. O chefe de polícia participou-me como ficou de fazê-lo na audiência que o Ottoni não tinha feito discurso na Praça do Comércio como lhe disseram que tencionava fazer. Tinha mandado um agente para avisá-lo; mas este retirou-se para casa e só lhe participou isto depois de se ter fechado a praça; o que me obrigou a dizer-lhe que escolhesse melhor seus agentes. Na participação diz que a leitura do artigo do Pátria foi ouvido sem aplausos nem reprovação.

Cândido Batista com quem estive é de opinião ao menos por ora que não se deve arbitragem na questão dos oficiais, e devemos lutar com os ingleses. Preveni o Abrantes disso e de que havia de talvez ficar embaraçado com o parecer do Conselho de Estado; porque a responsabilidade é do governo e alguns quererão passar por patriotas.

Sinimbu disse no despacho que a solução do negócio tal qual a pretende dar o governo o deixa tranqüilo em sua consciência. Disse ao Olinda no despacho o que se passa entre mim e o Dr. Drummond. Albuquerque deu parte de que M. Jones ⁷⁶⁴ lhe fora propor a compra do trapiche do Maxwell por 1.200 ou 1.000 contos ou seu arrendamento por 7 anos a 60 contos cada ano. Os ministros presentes, Albuquerque, Sinimbu, Polidoro e Lamare pareceram preferir a compra e também assim penso. Entreguei ao Polidoro tradução duma carta do mineiro sueco Bretoh que foi examinar a fábrica de S. João de Ipanema o qual pinta o estado tristíssimo dela, que o Polidoro já sabia pelo Vogely e pede com justiça mais algum dinheiro e outras coisas queixando-se da demora que teve em São Paulo por causa da falta de diligência do presidente Pires da Mota. Disse ao Sinimbu para trazer a petição de graça do juiz municipal de Aquiraz que me parece ter sofrido grave injustiça como disse a este quando me veio hoje falar à audiência acrescentando que esta minha opinião dependia ainda do exame do seu processo tendo ele me dado alguns documentos. Joaquim Norberto ⁷⁶⁵ e outros vieram convidar-me para assistir à inauguração de seu instituto de ensino público, e eu lhes disse que por ora não podia marcar dia. Falei ao Norberto sobre o teatro dramático e ele ainda persiste em reuni-lo ao lírico, e disse-me que já havia 3

contratos de cantores, e suas idéias sobre o teatro dramático, que lhe manifestei ser para mim o importante, se acharão num escrito que está em poder do Olinda. Gabaglia ⁷⁶⁶ também me procurou e eu disse-lhe que cuidasse de fazer um regulamento para a segura entrega de instrumentos da comissão científica a qualquer que deles precise, e respondeu-me como quem não tinha recebido ordem para tal fazer. Esquecia-me dizer que ficou adiada a remoção do juiz municipal de S. João do Príncipe até que eu decida o processo injusto, segundo informou o juiz de direito, que lhe formaram, e entretanto Sinimbu procura juiz que o substitua logo em S. João do Príncipe.

4 de janeiro de 1863 – O barão de Lajes mostrou-me uma proclamação impressa que felizmente não se afixou tendo-a eu mandado a Abrantes para ver. Disse-me que estavam prontos ao primeiro sinal a formar corpos de voluntários. Falei-lhe no sentido das minhas idéias e do governo, mas sem todavia dar a entender como provavelmente se resolverá a questão e preguei prudência e confiança no governo que nada faria que em sua consciência julgasse pouco decoroso à nação brasileira. Lendo a Pátria e Atualidade chamei a atenção do Sinimbu para o artigo em que se nota que eu não fosse para o Paço da Cidade e se expõe com pouca boa fé e que está na última nota do Abrantes e disse-lhe que convinha retificar ambos estes trechos no Diário Oficial falando ele primeiro sobre isto com o Olinda ao menos; junto a resposta do Sinimbu. Constou-me que St. Georges emprestara a Christie um vapor para mandar vir outros navios de guerra ingleses – naturalmente os do Rio da Prata –; mas eu logo disse que não acreditava, posto que me diziam que St. Georges atiçava a Christie. Lamare veio logo dizer-me o que lhe constava a respeito das presas, e recebi a carta que junto de Abrantes a quem respondi como se verá da carta que também lhe pedirei para guardar. Lamare disse-me que de seus colegas prescindindo de Albuquerque que irá para onde eu entender que vá o ministério só Olinda é que estava receoso dos ingleses. Não exponho o que julgo por ora que se deve fazer porque bem me explico na carta que escrevi ao Abrantes. Também escrevi a Sinimbu para o fim; que consta de sua resposta que junto.

5 de janeiro de 1863 – Reuniu-se o Conselho de Estado. Abaeté = Tratou da significação da palavra arbitramento da nota do Christie. Abrantes responde que a palavra arbitragem tem a significação de decisão por árbitro; mas que nós a definiremos. Abaeté entende que as reclamações são injustas, e que a situação é grave no presente e no futuro cumprindo sair dela sem desar. Diz que sugestão é o mesmo que proposta, podendo o governo ser quem a iniciasse, se o arbitramento compreende ambas as questões com o fim de decidir sobre o direito das reclamações e justiça das satisfações; mas que tendo havido presas deverá a relaxação preceder o ajuste que se não for feito dará lugar a retaliações e excessos que trarão a guerra. = Uruguai = Disse que estas questões encobrem outras que são de difícil solução, e que o negócio exige toda a prudência. Lembra o direito de retorsão cujo uso não demanda o emprego da força, e o que nos fizeram os ingleses por causa do tráfico; mas que estes meios só se devem por em prática depois de recorrer a um arbitramento. Acrescentou que vias de fato levadas a efeito como represálias se podem repeli do mesmo modo sem que haja guerra embora muito custe a fazer tal distinção. Christie parece oferecer uma saída, que deve ficar mais clara, e portanto figurará hipóteses. Distingue os princípios dos fatos, e diz que contestando o governo o princípio no caso do naufrágio da costa do Albardão deve tentar o arbitramento. Entende que o Christie é adrede confuso em suas notas e que se ele declarar que vai relaxar as presas e admite o arbitramento a respeito das duas questões, mesmo sem reserva da nossa parte, devemos fazer o ajuste. A não chegarmos ao ajuste faz diversas considerações lembrando o caso do Charles et Georges, em que o governo português não admitiu o princípio da reclamação, e respondeu que exigissem indenização a quem quisessem. Entende [que] o governo brasileiro respondeu bem ao Christie menos quanto ao pagamento pelo negócio do Albardão; pois se lhe deveria dizer que se pagassem criando uma comissão para ouvir as razões do governo e liquidar a quantia. Sem ultrapassar as represálias julga que nossas fortalezas não devem consentir que se acometam navios à sua vista e recorda que se negara redondamente a Hudson ⁷⁶⁷ a ordem por ele pedida para que as fortalezas brasileiras não atirassem nos cruzeiros britânicos que apresassem à vista delas, e se respondera ao mesmo Hudson, se bem me lembro, o qual se queixara de que a fortaleza de Paranaguá matara um marinheiro e ferira outros dum cruzeiro britânico apresado sob as baterias da fortaleza que só haveria de repreender seu comandante por não cumprir melhor seus deveres ⁷⁶⁸. = Jequitinhonha = Disse que ontem (A carta do Abrantes dá idéia do que se passou) opinou que nada se fizesse sem voltar ao antigo estado, lembrando que os interesses comerciais embarçariam a guerra; que a atual não era de tráfico, e não se devia admitir o arbitramento pela forma porque foi sugerido. Hoje é de voto que não permite a dignidade do governo que aceitemos qualquer proposta sem a relaxação das presas, e que se estas não se realizar se mandem os passaportes a Christie, e o nosso ministro em Londres se retire se o governo inglês não nos fizer justiça. Admite a conferência pedida pelo

Christie e o memorandum, de que fala o protocolo da conferência entre Christie e Calógeras, mas sendo o memorandum redigido por terceira pessoa; porque assim o exige a dignidade do ministro e talvez a este convenha emendá-lo. Lembra para o caso de não haver arranjo que haja uma declaração assinada pelo ministério garantindo a proteção a todos os interesses e sobretudo dos ingleses por causa de nossas dívidas e capitais deles empregados no Brasil. Não desconhece a vantagem do arbitramento; mas depois de voltar tudo ao antigo estado. Acrescenta que devemos pesar as dificuldades em que também se vai achar o governo inglês, preparando-nos para tudo; pois que vida sem honra é pior que a morte. Refere que os representantes da nação que estão na Corte pretendem reunir-se amanhã ou depois e pergunta se pode assistir à reunião embora saiba que não deve prevenir o voto que ainda tenha de dar como conselheiro de Estado. = Cândido Batista = Entende que o governo resolveu muito bem as questões remetendo-as para Inglaterra, e que nada se deve fazer senão aguardar o resultado da negociação lá preparando-se para o possa vir *[sic]*. Alega os interesses britânicos para que não se receie guerra. Declara-se contra o arbitramento sobretudo a respeito do caso da Forte, porquanto esse alvitre menos decoroso e podendo tornar-se funesto; porque a balança penderá provavelmente para o mais forte. = Sapucaí = O arbitramento simples não se pode aceitar. Se Christie relaxar as presas entre o Abrantes em ajuste, adotando a opinião do Jequitinhonha, e o que disse que o Uruguai a respeito do procedimento da fortalezas (que aliás já receberam essa ordem segundo o resolvido em despacho). = Eusébio = Diz que quem fala friamente em tais ocasiões sempre sofre; mas que persiste na opinião ontem manifestada. O governo deve esgotar todos os meios pacíficos antes de provocar uma guerra. Entende que já houve proposta do Christie e que o governo deve aceitá-la não lhe ficando mal a iniciativa mesmo agora. Não nutre esperanças que se chegue a um acordo pelo arbitramento que o governo deve aceitar com prazer. Escreva-se a Christie para explicar se o árbitro deve decidir do princípio e do fato, devendo-se neste caso aceitar o arbitramento. Diz que as represálias são princípio de guerra e portanto só em último caso aconselharia que a elas se recorresse. = João Paulo = Ontem disse que tudo estaria acabado se declarássemos ceder à força, e no caso contrário apelássemos para o governo inglês não tratando mais com o Christie. Adota o arbitramento; mas sobre o quanto da reclamação do Albardão. Diz que se pergunte o que compreende Christie no arbitramento embora não espere que seja menos escuso. = Pimenta Bueno = Discute princípios e diz que sobretudo um governo fraco não deve admitir o princípio que se contesta com toda a razão na questão do Albardão. Queria que este ponto ficasse mais esclarecido na discussão diplomática. A questão da Forte também é em princípio inadmissível. Julga que já houve proposta de ajuste por parte do Christie e que o governo deve aceitá-la. Se o oferecimento é sincero não podemos rejeitá-lo, se é capcioso Christie se desarmará. diz que a cessação e relaxamento das presas deve ser condição sine qua non do ajuste, e que não convém mandar passaportes a Christie; porque isto seria tomado pelo governo inglês como rompimento. Recomendou que se mantivesse a dignidade nacional sobretudo dentro dos portos da capital do Império e dos das províncias. = Manuel Felizardo pensa como o antecedente. = Sousa Franco entende que a situação não mudou e não se deve rejeitar logo o arbitramento quase proposto por Christie. A questão ainda é diplomática e cumpre admitir o arbitramento. O próprio governo devia propor o arbitramento antes do emprego da força; mas Christie ou houvesse intervenção de alguém ou espontaneamente lembrou o arbitramento que deve compreender ambos os casos. Diz que Pimenta Bueno discutiu bem nas que um governo não pode impor o arbitramento ao outro e que nos seria desonroso aceitá-lo se não fosse in re integra; (creio que se referia a prescindirmos nós da sustentação do direito). Julga que as presas devem ser relaxadas não duvidando todavia anuir a que os ingleses conservassem as presas até a decisão do arbitramento. = Pimenta Bueno = Discordando de Cândido Batista entende que o arbitramento não é desonroso a uma nação fraca e que a França se o fosse o árbitro não faria pesar contra nós a espada de Breno. Concorde com a opinião do Uruguai e acrescenta que se se reconhecer que a sugestão do Christie foi ilusória devem se fazer contra represálias como p.e. a imposição de 10% adicionais sobre os gêneros britânicos que forem de ora em diante importados ficando esse dinheiro em depósito, e outras medidas que não são de guerra e vistas as circunstâncias não dependem do poder legislativo. = Uruguai = Entende que não se deve fazer proposta sem primeiro sondar o terreno. = Jequitinhonha = Diz que alguns conselheiros entendem que só se deve admitir o arbitramento depois de colocar tudo no antigo estado, e neste caso também admite ele o arbitramento. = João Paulo = Lembra a conveniência de mandar imprimir uma exposição de todos estes fatos para se distribuir pelo Brasil. Quando alguns conselheiros quiseram falar segunda vez eu lhes recomendei que vista a urgência se limitassem ao que fosse necessário para explicar seu voto; mas eles embora falassem pouco sempre se esqueceram algum tanto de minha recomendação de brevidade sobretudo Uruguai. Jequitinhonha e Pimenta Bueno trouxeram pareceres escritos, e constando-me pelo Sapucaí que Itaboraí estava disposto a enviar o seu disse àquele que lhe lembrasse da minha parte o seu voto por escrito; mas só depois de terminado o Conselho e certo despacho com os ministros é que chegou. No meio da sessão do Conselho de

Estado o Sinimbu teve de ir à Praça do Comércio por causa da agitação que aí havia. Eu de acordo com o ministério resolvi no sentido de que se publicará e disse-lhes que fossem para cidade onde eu me acharia no Paço às 6 horas para que as deliberações pudessem ser mais prontas como convinha. Hoje principiou propriamente a crise, e não sei se me chegará a tempo para que este diário seja escrito em dia.